



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 019 - SEXTA-FEIRA, 11 DE MARÇO DE 2005 - BRASILIA-DF

MESA		
<p>Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>1º Vice-Presidente Tião Viana – BLOCO – PT – AC</p> <p>2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT</p> <p>1º Secretário Efraim Morais – PFL – PB</p> <p>2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA</p>	<p>3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF</p> <p>4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>Suplentes de Secretário 1º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT 2º Papaleo Paes – PMDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – MG</p>	
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 22</p> <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>Vice-Líderes Maguito Vilela Hélio Costa Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Motta</p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO – 22 PT – 13 / PSB – 2 PTB – 3 / PL – 3 PPS – 1</p> <p>LÍDER – BLOCO Delcídio Amaral – PT</p> <p>LÍDER – PT – 13 Delcídio Amaral</p> <p>Vice-Líderes Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT</p> <p>LÍDER – PSB – 2 João Capiberibe</p> <p>Vice-Líder – PSB (vago)</p>	<p>LÍDER – PTB – 3 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>Vice-Líder – PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER – PL – 3 Marcelo Crivella</p> <p>Vice-Líder – PL Aelton Freitas</p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 31 PFL – 18 / PSDB – 13 Sérgio Guerra – PSDB</p> <p>Vice-Líderes Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL</p> <p>LÍDER – PFL – 18 José Agripino</p> <p>Vice-Líderes – PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeo Tuma João Ribeiro</p> <p>LÍDER – PSDB – 13 Arthur Virgílio</p>	<p>Vice-Líderes – PSDB Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Alvaro Dias</p> <p>LIDERANÇA DO PDT – 4 LÍDER Osmar Dias</p> <p>Vice-Líder (vago)</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>LÍDER Aloizio Mercadante – PT</p> <p>Vice-Líderes Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB Romero Jucá – PMDB Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – PPS Marcelo Crivella – PL</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 17ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 10 DE MARÇO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 126, de 2005 (nº 1.266/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Ouro Fino FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ouro Fino, Estado de Minas Gerais..... 04719

1.2.2 – Comunicação da Presidência

Fixação do prazo de quarenta e cinco dias para tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 126, de 2005, e abertura do prazo de cinco dias úteis, para recebimento de emendas, perante a Comissão de Educação, que apreciará a matéria em caráter terminativo. 04722

1.2.3 – Discursos do Expediente

SENADOR *HÉLIO COSTA*, como Líder – Cobrança de recursos federais para manutenção das rodovias federais do Estado de Minas Gerais. 04722

SENADOR *CÉSAR BORGES* – Considerações sobre o referendo para o Estatuto do Desarmamento. 04723

SENADOR *REGINALDO DUARTE* – Defesa da adoção de medidas destinadas a minorar os problemas decorrentes da seca na região Nordeste do Brasil. 04725

SENADOR *EDUARDO AZEREDO*, como Líder – Homenagem de pesar pelo falecimento do jurista mineiro Raul Machado Horta. Consternação pela queda do Brasil no *ranking* das Nações Unidas sobre o uso das tecnologias de informações 04727

SENADOR *PAULO PAIM* – Questionamentos sobre a votação, pela Câmara dos Deputados, da “PEC Paralela” à Reforma da Previdência. 04728

SENADOR *ALMEIDA LIMA* – Defesa da reestruturação do Poder Legislativo Federal, estadual e municipal, com redução numérica do número de representantes. 04731

SENADOR *JUVÊNCIO DA FONSECA* – Comenta resultado de pesquisa de opinião que revela a perda de confiança da população no desarmamento como fator de combate à violência no país. 04732

SENADOR *ALVARO DIAS* – Críticas ao governo federal pela falta de recursos destinados à área da saúde. 04735

SENADOR *FRANCISCO PEREIRA* – Condena falta de políticas urbanas e de segurança pública por parte dos governos federal e estaduais. Repudia violência, após ser vítima de assalto. 04735

SENADOR *MAGUITO VILELA* – Considerações em favor do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2005, que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO. 04738

SENADOR *VALDIR RAUPP* – Liberação do uso da marca cupuaçu pelo Brasil. 04739

1.2.4 – Leitura de requerimento

Nº 142, de 2005, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que solicita voto de pesar pelo falecimento do professor Doutor *Raul Machado Horta*, membro da Comissão de Estudos Constitucionais que elaborou a Constituição Federal de 1988, falecido em 2 de março do corrente. 04741

1.2.5 – Ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 32/2005, de 7 do corrente, comunicando a aprovação dos artigos 148, § 1º, 226; 227; 231 e 231-A, constantes do art. 1º, e os seus artigos 2º e 3º, do Substitutivo oferecido por esta Casa ao Projeto de Lei nº 117, de 2003. 04742

1.2.6 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 69, de 2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera dispositivos da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC). 04742

Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2005, de autoria do Senador Valmir Amaral, que acrescenta o art. 799-A à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor que, no seguro de vida, é lícita a exigência de prévia avaliação médica do segurado, vedada a recusa do pagamento do capital segurado com base em informações contidas

em questionário preenchido pelo segurado sobre seu estado de saúde. 04744

1.2.7 – Ofícios

Nº 58/2005, de 9 do corrente, da Liderança do PSB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 240, de 2005..... 04745

Nºs 47 e 48/2005, de 9 do corrente, da Liderança do Partido Popular Socialista – PPS na Câmara dos Deputados, de substituições de membros nas Comissões Mistas que examinam as Medidas Provisórias nºs 238 e 234, de 2005, respectivamente. 04745

Nº 259/2005, de 9 do corrente, da Liderança do PT no Senado Federal, de substituições de membros nas Comissões de Serviços de Infra-Estrutura e de Educação. 04746

Nºs 44 a 46 e 49/2005, de 10 do corrente, da Liderança do Partido Popular Socialista – PPS na Câmara dos Deputados, de substituições de membros nas Comissões Mistas que examinam as Medidas Provisórias nºs 231, 233, de 2004; 235, e 233, de 2005, respectivamente. 04746

Nº 24/2005, de 25 de fevereiro último, do Senador Ramez Tebet, encaminhando para as devidas providências, o Ofício nº 004/2005/DA/Relator, datado de 10.01.2005, do Desembargador Orlando de Almeida Perri, do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, tratando de matéria relacionada à CPI do Judiciário, já encerrada..... 04746

1.2.8 – Leitura de requerimentos

Nº 143, de 2005, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 603, de 2005, de sua autoria. 04747

Nº 144, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando audiência da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei do Senado nº 602, de 2004..... 04747

Nº 145, de 2005, de autoria do Senador Hélio Costa, solicitando audiência da Comissão de Educação ao Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2005. 04747

Nº 146, de 2005, de autoria do Senador Valdir Raupp, solicitando ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão as informações que menciona. 04747

Nº 147, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento no último dia 25 de fevereiro do Sr. Walmor Giavarina, ex-deputado federal, ex-prefeito e vereador de Apucarana. 04748

Nº 148, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro-chefe da Casa Civil as informações que menciona..... 04748

1.2.9 – Ofícios do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Nº 4/2005, de 9 do corrente, comunicando a prorrogação, por igual período, do prazo estipulado pelo Ato da Mesa (SF) nº 01, de 2001, para apreciação do Requerimento nº 1.603, de 2004, de autoria do Senador Romeu Tuma. 04749

Nº 5/2005, de 9 do corrente, comunicando a prorrogação, por igual período, do prazo estipulado pelo Ato da Mesa (SF) nº 01, de 2001, para apreciação do Requerimento nº 71, de 2005, de autoria do Senador Tasso Jereissati..... 04749

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1 – (Proveniente da Medida Provisória nº 226, de 2004)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2005, que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO e altera dispositivos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal; da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF; da Lei nº 9.872, de 23 de novembro de 1999, que cria o Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER; da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a instituição de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor; e da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores; e dá outras providências. **Apreciação sobrestada para a próxima terça-feira**, conforme solicitação da relatora revisora. 04749

Item 2

Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2003 (nº 306/2000, na Câmara dos Deputados), que acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura. **Apreciação sobrestada**. 04750

Item 3

Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2004 (nº 575/98, na Câmara dos Deputados), que altera o inciso IV do art. 20 da Constituição Federal. (Excluindo dos bens da União as ilhas costeiras que contenham a sede de Município). **Apreciação sobrestada**. 04750

Item 4

Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora He-loísa Helena, que dispõe sobre a obrigatoriedade e gratuidade da educação infantil para crianças de zero a seis anos de idade. **Apreciação sobrestada**..... 04750

Item 5

Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Júlio Eduardo, que modifica a redação dos arts. 20, III, e 26, I, da Constituição Federal, para definir a titularidade das águas subterrâneas. **Apreciação sobrestada.** 04750

Item 6

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que adiciona um parágrafo ao art. 183 da Constituição Federal, aumentando o tamanho máximo do lote objeto de usucapião especial urbano em cidades com menos de 300.000 (trezentos mil habitantes). **Apreciação sobrestada.** 04750

Item 7

Proposta de Emenda à Constituição nº 73, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que inclui novo inciso no § 9º, além de novos parágrafos no art. 165 da Constituição Federal (participação da população ou de entidades civis legalmente constituídas na elaboração, aprovação e execução do processo orçamentário). **Apreciação sobrestada.** 04750

Item 8

Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças. **Apreciação sobrestada.** 04750

Item 9

Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação. **Apreciação sobrestada.** 04751

Item 10

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2001 (nº 6.387/2002, naquela Casa), que altera os arts. 6º, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade. **Apreciação sobrestada.** 04751

Item 11

Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2002 (nº 3.881/2000, na Casa de origem), que acrescenta inciso ao art. 30 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. **Apreciação sobrestada.** 04751

Item 12

Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2003 (nº 6.425/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao

caput e ao § 3º do art. 304 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal. **Apreciação sobrestada.** 04751

Item 13

Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2004 (nº 3.3371/97, na Casa de origem), que altera o art. 259 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil. **Apreciação sobrestada.** 04751

Item 14

Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2004 (nº 818/2003, na Casa de origem), que altera o artigo 1.121 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para incluir, como requisito indispensável à petição da separação consensual, o acordo entre os cônjuges relativo ao regime de visitas dos filhos menores. **Apreciação sobrestada.** 04751

Item 15 – (Incluído em Ordem do Dia nos termos dos Recursos nºs 13 e 14, de 2003)

Projeto de Decreto Legislativo nº 645, de 2002 (nº 2.089/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Elo Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Maceió, Estado de Alagoas. **Apreciação sobrestada.** 04751

Item 16

Projeto de Resolução nº 42, de 2004 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.971, de 2004, Relator: Senador Eduardo Suplicy), que autoriza a contratação de crédito externo, no valor total de quinhentos e setenta e dois milhões e duzentos mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao Projeto de Apoio ao Programa Bolsa Família. **Apreciação sobrestada.** 04751

Item 17

Requerimento nº 8, de 2005, do Senador Hélio Costa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 321, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação. **Apreciação sobrestada.** 04752

Item 18

Requerimento nº 22, de 2005, do Senador Edison Lobão, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 176 e 340, de 2004, por regularem a mesma matéria. **Apreciação sobrestada.** 04752

Item 19

Requerimento nº 44, de 2005, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 182, de 2003, e 352, de 2004, por regularem a mesma matéria. **Apreciação sobrestada.** 04752

Item 20

Requerimento nº 55, de 2005, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 334 e 348, de 2004, por regularem a mesma matéria. **Apreciação sobrestada.** 04752

Item 21

Requerimento nº 60, de 2005, da Senadora Serys Slhessarenko e outros Senhores Senadores, solicitando a criação de Comissão Especial Temporária, composta de sete membros e igual número de suplentes, destinada a planejar e coordenar a execução das atividades referentes às comemorações pelo Ano Internacional da Mulher Latino-Americana – 2005, instituído pelo Parlamento Latino-Americano. **Apreciação sobrestada.** 04752

Item 22

Requerimento nº 61, de 2005, da Senadora Fátima Cleide, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 283 e 313, de 2004, por regularem a mesma matéria. **Apreciação sobrestada.** 04752

Item 23

Requerimento nº 91, de 2005, do Senador Tião Viana, solicitando a criação de Comissão, composta de cinco membros, para, no prazo de sessenta dias, apresentar projeto de resolução de reforma do Regimento Interno do Senado Federal. **Apreciação sobrestada.** 04752

1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI* – Protesto contra sugestões do ambientalista Pascal Lamy, para o controle a exploração de riquezas da Amazônia..... 04753

SENADOR *EDISON LOBÃO* – Considerações sobre a reforma da Previdência..... 04754

SENADOR *JOSÉ AGRIPINO*, como Líder – Reflexões sobre as mortes de crianças indígenas no país..... 04755

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO*, como Líder – Justificativa a requerimento de informação ao Ministro-Chefe da Casa Civil. 04756

SENADOR *MARCELO CRIVELLA*, como Líder – Situação da saúde pública no Rio de Janeiro..... 04758

SENADOR *EDUARDO SUPLICY* – Seqüestro no Iraque do brasileiro João José Vasconcelos Júnior. Estágio em que se encontra a reforma agrária no País..... 04760

1.3.2 – Comunicação da Presidência

Informando ao Plenário que, em reunião realizada hoje com a presença de Líderes e alguns Srs. Senadores, firmou-se o entendimento de que a decisão terminativa de comissão a que se refere o inciso I do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, e regulado mediante o disposto no art. 91 do Regimento Interno, constitui ato composto que somen-

te se completa após ocorrer a comunicação dessa decisão da comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal, com vistas ao início do prazo de cinco dias para interposição de recurso para apreciação da matéria pelo Plenário. 04763

1.3.3 – Discursos após a Ordem do Dia (continuação)

SENADOR *SIBÁ MACHADO*, como Líder – Justificativas a requerimento de informações aos responsáveis pelas empresas de aviação civil no Brasil sobre a crise econômica do setor..... 04763

SENADOR *DELCÍDIO AMARAL* – Registro das ações de política pública de gênero no Estado do Mato Grosso do Sul, por ocasião do transcurso da sessão, hoje, de homenagem pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher. Defesa da atuação do Ministro José Dirceu sobre irregularidades na utilização de aeronaves da Força Aérea Brasileira. ... 04765

SENADOR *GARIBALDI ALVES FILHO* – Considerações sobre a utilização de medidas provisórias pelo governo federal. 04768

SENADOR *MÃO SANTA* – Ausência de investimentos do Governo Lula para o setor de saneamento básico. 04769

1.3.4 – Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados

Nº 1, de 2005, de 1º do corrente, que cria a Comissão Mista destinada a propor Reestruturação do Processo Orçamentário. (Republicação) 04771

1.3.5 – Comunicação

Do Senador Leonel Pavan, referente ao seu comparecimento na Sessão Deliberativa Ordinária de hoje..... 04772

1.3.6 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *LEONEL PAVAN* – Comemoração do 154º aniversário do município de Joinville, em Santa Catarina, no dia 9 de março do corrente..... 04773

SENADOR *AUGUSTO BOTELHO* – Registro da visita, este ano, ao Brasil do Príncipe de Astúrias, Felipe de Borbón, e da princesa Letizia Ortiz..... 04773

SENADOR *VALMIR AMARAL* – Homenagem aos meteorologistas pela comemoração do seu dia, celebrado em 3 de março próximo passado..... 04775

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Comentários ao informativo “SELIC 25 Anos”, publicado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (ANDIMA)..... 04777

SENADOR *SÉRGIO GUERRA* – Registro da matéria intitulada “A revolta do Zé da Mobiliete”, publicada pelo jornal **Correio Braziliense**, em 4 de março do corrente, de autoria da jornalista Lílían Tahan..... 04778

SENADOR *TEOTÔNIO VIVELA FILHO* – Transcrição de matéria publicada pelo jornal **Correio Braziliense**, em 6 de março do corrente, in-

titulada “Democracia e Terrorismo”, de autoria do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. 04780

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

Do Senador Alvaro Dias, proferido na sessão deliberativa ordinária do dia 8 de março de 2005.. 04781

3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 10.03.2005

4 – EMENDAS

Nºs 1 a 14, apresentadas à Medida Provisória nº 241, de 2005. 04783

5 – RETIFICAÇÕES

Ata da 1ª Sessão Não Deliberativa, em 16 de fevereiro de 2005 (Publicada no Diário do Senado Federal nº 003, de 17 de fevereiro de 2005..... 04797

6 – DECISÃO DA COMISSÃO DIRETORA

7 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Ata circunstanciada da 1ª Reunião de 2005. 04798

8 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

Nº 36, de 2005. 04831

9 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 785 e 922, de 2005 (republicação)..... 04832

Nº 1.061 a 1.098, de 2005. 04833

10 – TERMO DE REUNIÃO

Referente à Medida Provisória nº 240, de 2005..... 04852

SENADO FEDERAL

11 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

12 – SECRETARIA DE COMISSÕES

13 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

14 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

15 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

16 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

17 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

18 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

19 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

20 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

21 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

22 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

23 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 17ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 10 de março de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

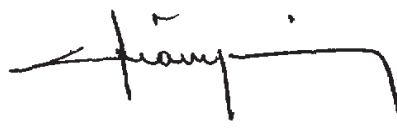
Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, César Borges
Garibaldi Alves Filho, Mão Santa e Francisco Pereira

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA DAS 14:00 HORAS

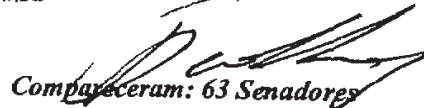
Período : 10/3/2005 07:35:01 até 10/3/2005 18:40:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X		PMDB	RO	MÁRIO CALIXTO	X	
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X		Bloco-PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PSDB	SE	ALMEIDA LIMA	X		PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X		PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X		PMDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X		PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X		Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X		PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X		PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X		PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X		Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	
Bloco-PT	MS	DELÍCIO AMARAL	X		PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X		PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
	MA	EDISON LOBÃO	X		PFL	MA	ROSEANA SARNEY	X	
PFL	MG	EDUARDO AZEREDO	X		PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	
Bloco-PT	SP	EDJARDO SUPPLY	X		Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X		Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X		PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X		PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
Bloco-PL	ES	FRANCISCO PEREIRA	X		PMDB	DF	VALMIR AMARAL	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X						
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X						
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	X						
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X						
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X						
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X						
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X						
PFL	TO	JOÃO RIBEIRO	X						
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X						
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X						
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X						
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X						
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X						
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X						
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X						
PFL	PA	LUÍZ OTÁVIO	X						
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	X						
PMDB	PI	MÃO SANTA	X						
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	X						
PFL	PE	MARCO MACIEL	X						
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X						



PFL PB Efraim Moraes

PMDB RS Pedro Simon



Compareceram: 63 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– A lista de presença acusa o comparecimento de 63 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 126, DE 2005**

(Nº 1.266/2004, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga permissão à
Rádio Ouro Fino FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ouro Fino, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 290, de 12 de junho de 2003, que outorga permissão à Rádio Ouro Fino FM Ltda., para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ouro Fino, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 4, DE 2004

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 268, de 12 de junho de 2003 – Sistema Montes Belos de Comunicação Ltda., na cidade de Paraúna – GO;

2 – Portaria nº 269, de 12 de junho de 2003 – Sistema Montes Belos de Comunicação Ltda., na cidade de Palmeiras de Goiás – GO;

3 – Portaria nº 271, de 12 de junho de 2003 – Portugal Telecomunicações Ltda., na cidade de Presidente Getúlio – SC;

4 – Portaria nº 272, de 12 de junho de 2003 – Rádio Cidade Ltda., na cidade de São José do Cedro – SC;

5 – Portaria nº 273, de 12 de junho de 2003 – Porto Santo Radiodifusão Ltda., na cidade de Paranaiguara – GO;

6 – Portaria nº 276, de 12 de junho de 2003 – Prisma Engenharia em Telecomunicações Ltda., na cidade de Nova Cantu – PR;

7 – Portaria nº 277, de 12 de junho de 2003 – Prisma Engenharia em Telecomunicações Ltda., na cidade de Nova Prata do Iguaçu – PR;

8 – Portaria nº 278, de 12 de junho de 2003 – Sistema de Comunicação São Miguel do Araguaia Ltda., na cidade de Mozarlândia – GO;

9 – Portaria nº 279, de 12 de junho de 2003 – Empresa de Radiodifusão Tijuca FM Ltda., na cidade de Nova Trento – SC;

10 – Portaria nº 280, de 12 de junho de 2003 – Rádio Ouro Fino FM Ltda., na cidade de Ouro Fino – MG;

11 – Portaria nº 283, de 12 de junho de 2003 – Rádio Papanduva Ltda., na cidade de Papanduva – SC;

12 – Portaria nº 284, de 12 de junho de 2003 – Lopes & Passamani Ltda., na Santo Antônio da Barra – GO;

13 – Portaria nº 287, de 12 de junho de 2003 – Alagoas Comunicação Ltda., na cidade de Pío IX – PI;

14 – Portaria nº 290, de 12 de junho de 2003 – Sociedade Serrado Verdes de Comunicações Ltda., na cidade de Itapaci – GO; e

15 – Portaria nº 291, de 12 de junho de 2003 – Lopes & Passamani Ltda., na cidade de Mara Rosa – GO.

Brasília, 6 de janeiro de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC 108 EM

Brasília, 26 de junho de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinouse a publicação da Concorrência nº 71/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Ouro Fino, Estado de Minas Gerais.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de 1997, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, conclui que a Rádio Ouro Fino FM Ltda., (Processo nº 53710.000945/2000) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzia efeito legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

PORTARIA Nº 280, DE 12 DE JUNHO DE 2003

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53710.000945/2000, Concorrência nº

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O Projeto de Decreto Legislativo nº 126, de 2005, que acaba de ser lido, tramitará com prazo determinado de quarenta e cinco dias, de acordo com o art. 223, § 1º, da Constituição Federal.

A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, o projeto lido será apreciado terminativamente pela Comissão de Educação, onde poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “b”, combinado com o art. 375, I, ambos do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Há oradores inscritos.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Pela ordem, tem a palavra o Senador Hélio Costa e, em seguida, o Senador Paulo Paim.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, solicito a palavra pela Liderança do PMDB.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, solicito a palavra para uma comunicação inadiável no momento mais adequado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Mesa concede a palavra ao Senador Hélio Costa pela Liderança do PMDB e inscreve o Senador Paulo Paim para a prorrogação da Hora do Expediente. A seguir, o Senador Reginaldo Duarte, como orador inscrito, após o Senador Hélio Costa.

V. Exª, Senador Hélio Costa, dispõe de cinco minutos.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, inicialmente saúdo os prefeitos de Minas Gerais que se encontram em Brasília, evidentemente lutando mais uma vez pelo aumento do Fundo de Participação dos Municípios.

Minas Gerais é um Estado que tem oitocentos e cinquenta e três cidades, das quais pelo menos seiscentas delas têm menos de trinta mil habitantes. São pequenas cidades que dependem diretamente da liberação dos recursos do Fundo de Participação, e o trabalho que se faz neste momento, por meio dos prefeitos, que se deslocaram de todo o Estado até aqui, é fundamental para que o Governo entenda a importância e a necessidade de aprovação desse pequeno aumento de 1% na reforma tributária.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, reporto-me ao encontro que tivemos ontem na sede do Dnit, De-

partamento Nacional de Infra-Estrutura e Transportes, com o Sr. Alexandre Silveira, Diretor Geral daquele órgão, para tratarmos das estradas do Triângulo Mineiro – uma das regiões mais produtivas de Minas e do Brasil, onde se faz o maior esmagamento de soja de todo o Estado de Minas Gerais e, possivelmente, do País e a produção de hortifrutigranjeiros. Todo o produto do agronegócio do Brasil em Minas Gerais passa pelo Triângulo Mineiro, e as estradas estavam absolutamente intransitáveis, incapacitando praticamente o escoamento da produção.

Fizemos inúmeros contatos com o Ministro dos Transportes. Ainda ontem, depois do nosso encontro com o Dr. Alexandre Silveira, marcamos um encontro para hoje de manhã com o Ministro dos Transportes. S. Exª recebeu uma delegação inteira do Triângulo Mineiro, especialmente da minha cidade de Uberlândia. Ali estavam presentes senadores e deputados federais de Minas Gerais, prefeitos da região, deputados estaduais que se deslocaram e vieram até aqui exatamente para dizer ao Ministro da importância da manutenção das estradas do Triângulo, notadamente a 365, que faz ligações importantes com Uberlândia, uma das principais cidades do nosso Triângulo Mineiro, e com Uberaba. A 050, que faz a ligação Uberaba-Uberlândia, a 262, a 452, são todas estradas importantes para o escoamento da produção no Triângulo Mineiro.

Fomos informados pelo Ministro que, este ano, serão aplicados R\$700 milhões nas estradas federais de Minas Gerais. Isso é muito importante, Sr. Presidente, porque é o cumprimento de uma promessa do Presidente Lula e do Governo, principalmente no que diz respeito ao Ministério dos Transportes, de poder aplicar os recursos da Cide. É muito fácil subir nesta tribuna para criticar. O Governo recebeu a malha rodoviária totalmente prejudicada. Oito anos sem investimentos; não havia sequer aquela operação simples de tapa-buracos. Hoje, depois de todo esse estrago ocorrido durante oito anos, começamos a ver os recursos da Cide aplicados nas estradas federais em Minas Gerais.

Saímos da reunião com o Ministro Francisco Nascimento absolutamente convencidos de que esta região importantíssima de Minas Gerais e do Brasil, o Triângulo Mineiro e o Alto Paranaíba, terá, sim, as suas estradas recuperadas.

Portanto, agradeço ao Ministro pela atenção em receber a delegação do Triângulo Mineiro e ao Sr. Alexandre da Silveira pela maneira como tem atendido a todas as reivindicações do nosso Estado.

Quero, ainda, nestes dois minutos finais, Sr. Presidente, fazer uma referência importantíssima sobre...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – ... um pronunciamento feito ontem à noite pelo Embaixador brasileiro Itamar Franco, na Itália, que deu uma entrevista que foi reproduzida pela Rádio CBN hoje pela manhã, dizendo que a eficiência da Itália na condução de negociações para a libertação de italianos seqüestrados no Iraque tem que ser usada pelo Governo brasileiro no caso do engenheiro João José de Vasconcelos Júnior, que é de Juiz de Fora, terra natal do embaixador Itamar Franco, e que está mantido seqüestrado desde o dia 9 de janeiro, sem notícia alguma. O embaixador deixa bem claro que o Itamaraty deveria instalar uma base operacional de libertação do engenheiro na Itália e não nos países árabes como Líbia, Jordânia e Arábia Saudita. Se ele diz isso, evidentemente, está muito bem informado porque, na semana passada, a jornalista Giuliana Sgrena foi libertada...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a dispõe de mais dois minutos.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Perfeitamente.

A jornalista Giuliana foi libertada exatamente em função do trabalho da inteligência italiana, do governo italiano, e o embaixador Itamar Franco entende que, se fizermos a base de operação para ajudarmos na liberação do engenheiro João José de Vasconcelos Júnior na Itália, certamente, teremos mais possibilidades de sermos atendidos. S. Ex^a fez ainda um apelo para que o povo brasileiro se una em torno dessa causa, para que ocorram mais manifestações em prol da libertação do engenheiro. Nós já tivemos, em Juiz de Fora, uma grande manifestação. A cidade inteira está comovida com esse drama vivido pela família do engenheiro João José de Vasconcelos. Não há uma pessoa em Juiz de Fora que não se sinta sensibilizada com a situação que está vivendo a família do engenheiro. Assim, o embaixador faz um apelo para que outros setores da sociedade civil se manifestem, para que possamos trazer de volta ao País o engenheiro João José de Vasconcelos Júnior.

Da mesma forma, em nome de Juiz de Fora, do Prefeito Bejani, da família do seqüestrado, agradecemos ao Senador Eduardo Suplicy pelo esforço que tem empreendido, inclusive pela manifestação em São Paulo, que contou com a participação da sociedade civil. Gostaríamos que o Brasil inteiro também se manifestasse.

É por essa razão que subo, pela terceira vez, à tribuna para fazer este apelo ao Brasil inteiro. Vamos fazer manifestações de apoio à libertação do engenheiro João José de Vasconcelos, que é da nossa querida Juiz de Fora, em Minas Gerais, e que desde o dia 9 está desaparecido, seqüestrado que foi no Iraque. Precisa-

mos fazer tudo para que ele retorne, são e salvo, para a sua família, em Juiz de Fora, Minas Gerais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana – Bloco/PT – AC) – A Mesa agradece ao eminente Senador Hélio Costa pela contribuição.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a a minha inscrição pela Liderança da Minoria após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Almeida Lima, V. Ex^a será atendido após a Ordem do Dia, com apoio no art. 14, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno.

Concedo a palavra ao Senador César Borges, que dispõe de dez minutos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero trazer à tribuna uma inquietação que hoje é de muitas pessoas, preocupadas com mais uma ameaça que paira sobre o que nós todos, brasileiros, desejamos: uma cultura da paz, que foi tratada no Congresso Nacional com muita atenção, num trabalho coletivo das duas Casas, das Sr^{as} e dos Srs. Parlamentares, que aprovaram aqui, por duas vezes, o Estatuto do Desarmamento.

São jornais, são *e-mails* que recebemos, são entidades que visitam esta Casa, como ontem aconteceu, quando estiveram diversas entidades representativas da nossa sociedade em reunião com o Presidente desta Casa, o Senador Renan Calheiros. Todos estão muito preocupados com o que está acontecendo em relação ao Estatuto do Desarmamento, mais especificamente ao referendo sobre a proibição da comercialização de armas, previsto para outubro deste ano.

Não é à toa que essas pessoas recorrem ao Senado. Como eu disse, foi um trabalho coletivo. Todos participaram dos debates e da aprovação do Estatuto do Desarmamento, que, na verdade, foi uma solução avançada para o problema da violência social. O Senado foi vanguarda dessa crença. Acredito que todo o País tenha ganhado, e o Brasil dá um exemplo para o mundo.

O Estatuto do Desarmamento, só para qualificá-lo, instituiu penas rigorosas para o porte ilegal de arma, tipificou o contrabando, valorizou a participação da sociedade e colocou o Brasil no ápice da defesa da vida.

Entretanto, aquele texto que o Senado conseguiu manter, apesar de todo o *lobby* feito nesta Casa, contém dispositivo que convoca para outubro esse referendo, para que a sociedade possa, democraticamente, decidir sobre o fim definitivo da comercialização de armas no Brasil.

Esse decreto legislativo foi feito, convocando o referendo. Foi aprovado nesta Casa, com o apoio dos Srs. Senadores. O Presidente Renan Calheiros foi aquele que primeiro colocou a sua assinatura. Portanto, o Senado cumpriu o seu dever.

No entanto, o projeto, que chegou em junho do ano passado à Câmara dos Deputados, desde então não avança, pois está na primeira Comissão onde pousou.

Agora, aproxima-se o mês de outubro. Entramos praticamente em uma contagem regressiva e não estamos verificando ainda uma perspectiva de votação rápida desse projeto de decreto legislativo.

Portanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, depois daquela importante vitória, hoje o clima no País é de preocupação com relação ao futuro do Estatuto do Desarmamento, que, acredito, corre o perigo de ser desmoralizado, porque, mais uma vez, o *lobby* daqueles que defendem a indústria de armas, o armamento, faz-se forte na Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, lamentavelmente, o Governo está desarticulado, pois não consegue, junto à sua base, identificar as prioridades das votações na Câmara dos Deputados, e uma delas, acredito, seria exatamente o decreto legislativo convocando o referendo.

Infelizmente, é preciso que se diga, a título de alerta, que o Governo também optou por um desarmamento – é bem verdade –, mas um desarmamento em que, simplesmente, aqueles que estavam portando arma ilegal tiveram o direito de restituí-la à Polícia Federal, recebendo, inclusive, um valor pecuniário. Essa é, porém, uma parte muito pequena do Estatuto do Desarmamento.

Esperava-se que o Governo promovesse ações efetivas de desarmamento, principalmente em relação ao armamento que está na mão do criminoso, à arma ilegal que está sendo utilizada para o crime; que fizesse nos locais de conflitos, nas cidades e no campo, batidas e barreiras; e que procurasse efetivamente desarmar aqueles que se estão utilizando de uma arma ilegal, de origem ilegal, para praticar crimes contra a própria sociedade.

Infelizmente, Sr. Presidente, nada disso aconteceu. O Governo se limitou a esperar a devolução de armas das pessoas que as portavam ilegalmente e que, de boa-fé, resolveram devolvê-las. É claro que o marginal não vai fazer isso. Essa é uma ação coerci-

tiva, e não houve uma campanha do Governo nesse sentido. Não se viu a Polícia Federal ou o Governo Federal articular com as Polícias estaduais, civil e militar, no sentido de fazer este tipo de ação: barreiras e batidas policiais.

Ninguém sabe até hoje, por exemplo, Sr. Presidente, o destino das armas exportadas para o Paraguai e que retornam ilegalmente para o Brasil. O Governo não conseguiu mostrar nem mesmo que conseguiu acabar com os grandes desvios de munição e armamento de origem militar, que freqüentemente se noticia como desfalque nos arsenais das três Armas. São desviadas para o crime organizado, sem sombra de dúvida.

As pessoas se perguntam: será que só o cidadão devolverá a sua arma?

Então, o Estatuto do Desarmamento tem, na verdade, utilização parcial. Seria necessária uma ação muito mais enérgica por parte do Governo Federal. Essa negligência aparece até mesmo no triste espetáculo que há pouco estareceu o País, patrocinado por um juiz de Direito que assassinou um segurança de modo vil perante as câmeras de um supermercado, como foi do conhecimento de todos. Isso aconteceu, Sr. Presidente, porque a Polícia Federal expediu ofício, no final de dezembro do ano passado, recomendando a todos os delegados do País a dispensa a magistrados e integrantes do Ministério Público dos testes psicológicos para aquisição de armas de fogo e mesmo do pagamento da taxa de R\$300,00 para o registro da arma. Quer dizer, criamos uma categoria especial. E aí a lei é relaxada.

Alegrou-se precedência das leis do Judiciário que regem essas categorias. Ora, que juízes e procuradores fossem lutar pelos seus privilégios nos Tribunais! Não cabia à Polícia Federal cometer esse relaxamento. Não se entende por que a Polícia Federal cedeu nesses interesses, tomando uma decisão que afronta o próprio Estatuto do Desarmamento. Será que o Ministério da Justiça foi consultado e concordou com essa posição?

Diante desse quadro de desalento e de omissões, já se detecta o próprio enfraquecimento no apoio popular pelo fim desse comércio de armas e, talvez, até na adesão à proposta do desarmamento e da cultura de paz.

Portanto, Sr. Presidente, é preciso que voltemos a nos mobilizar. Os assassinatos gratuitos como aquele do vigilante, motivados por circunstâncias bestiais, fúteis, não acontecem sem o acesso fácil a uma arma. Não existe arma do bem e do mal; a arma serve sempre para tirar uma vida humana.

Esta é uma conclusão em favor do desarmamento da população, principalmente daqueles que estão portando arma ilegal para afrontar a sociedade.

As próprias estatísticas mostram isso, com a redução dos assassinatos entre pessoas comuns. Houve um grande avanço. Entretanto, a população tem o direito de cobrar do Governo Federal a redução das armas nas mãos de bandidos e a redução das estatísticas dos crimes de latrocínio e tráfico.

A luz vermelha está acesa para todos os que querem a plena execução do nosso Estatuto.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Por isso, parabeno o Presidente Renan Calheiros. Vi com satisfação a decisão de S. Ex^a de colocar a estrutura de comunicação do Senado disponível para defender a realização do referendo.

Também apresentarei projeto de lei restringindo as excepcionalidades do Estatuto do Desarmamento, revendo as prerrogativas que restaram e explicitando que todos os distinguidos com porte profissional terão necessariamente de cumprir as exigências impostas ao cidadão comum, como o psicoteste periódico, por exemplo.

É preciso voltarmos a nos engajar em defesa da cultura da paz para restaurar o prestígio – que foi arranhado – do Estatuto do Desarmamento, e é preciso que o Governo possa, efetivamente, reorientar-se sobre esse assunto. O desejo é que, por meio de ações objetivas e coercitivas, ele lidere o desarmamento da marginalidade neste País.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a dispõe de mais dois minutos para concluir seu pronunciamento.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pois não, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Que o Governo Federal fortaleça o Estatuto, começando por se empenhar pela aprovação do decreto legislativo que convoca o referendo, com a mobilização de sua base na Câmara dos Deputados, mas também aplicando as prescrições do Estatuto do Desarmamento na sua integralidade, usando a lei contra o contrabandista de armas, contra o servidor público corrupto e no combate ao uso de armamentos que são exclusivos das Forças Armadas.

Na Antiguidade, Sr. Presidente, a guerra fazia parte da ordem natural das coisas, tanto assim, que os latinos cunharam a frase “Se queres a paz, prepara-te para a guerra”. Hoje, a humanidade não aceita mais a beligerância como a ordem natural das coisas.

Entre os países, os acordos eliminam as armas nucleares e estratégicas em favor da própria sobrevivência da humanidade. E, entre nós, Sr. Presidente, as sociedades também eliminam as armas em busca de uma etapa superior na relação entre os homens.

É nessa etapa que o Brasil chegou e espero que não tenhamos retrocesso nessa caminhada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Mesa agradece a contribuição do eminente Senador César Borges.

Com a palavra, por dez minutos, o Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho mais uma vez a esta tribuna tratar de assunto tão previsível quanto traumático da realidade brasileira e, sobretudo, da vida dos nordestinos: a seca. Motivo de estudos, esse fenômeno, que fala por si só, encontra na literatura a seguinte classificação: “Fenômeno climático natural ocorrente em diversas regiões do planeta. Reduz a precipitação pluviométrica considerada normal num intervalo de tempo que abrange dias, meses, anos”.

Diferentemente de outras catástrofes naturais, como ciclones, terremotos e inundações, a seca se estabelece gradualmente. Esse processo gradual, e mesmo previsível, diferentemente do que o senso comum poderia supor, não é, ainda hoje no Brasil, motivo para a adoção de políticas que tenham efeito de mobilização preventiva e duradoura.

É por essa razão, Sr^{as} e Srs. Senadores, que hoje venho a esta tribuna, para despertar em V. Ex^{as} a necessidade de tomarmos medidas que contribuam para minorar os impactos perversos da seca em nosso meio ambiente, agricultura e nas condições socioeconômicas das populações diretamente atingidas.

O meu apelo é para que não deixemos, mais uma vez, que a seca se instale de forma definitiva e seus efeitos se tornem irreversíveis, para, só então, tomarmos as medidas de apoio ao sertanejo. Que não deixemos que, mais uma vez, milhares de agricultores percam a sua produção e que suas famílias passem fome e abandonem suas terras para, só a partir de então, começarmos a imaginar alternativas para amenizar esse sofrimento. Alternativas, aliás, que têm efeitos meramente paliativos e momentâneos.

Sabemos que todos os anos se repetem as mesmas ações: carros-pipas, cestas básicas, frentes de trabalho. Nada disso mudou ou mudará de forma definitiva a situação dessas famílias e das áreas atingidas. No entanto, a Administração Pública tem de ser ágil, pois sua ação tem de ser anterior à perda da esperança da família do sertão.

Temos, senhoras e senhores, elementos científicos suficientes para nos anteciparmos. Previsões realizadas por institutos de meteorologia nacionais e internacionais apontam para uma forte estiagem no

Nordeste nos meses de março e abril. As previsões de redução dos índices pluviométricos realizadas pela Funceme, Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos, para os meses de janeiro e fevereiro, se confirmaram.

Os efeitos da redução das chuvas nos meses de janeiro e fevereiro já se fazem sentir. Quem plantou já perdeu a lavoura. Para o sertanejo, a perda do primeiro plantio é um sinal claro de seca e de fome para os próximos meses.

Só no Ceará, pelo menos 39 Municípios já se encontram em processo de avaliação da situação de emergência e demandam serviços de carro-pipa.

No Cariri, as perdas das sementes cultivadas já ultrapassam 50%.

Apontado como um dos maiores produtores de feijão, o município de Brejo Santo deve repetir a mesma situação do ano de 2004, quando a perda da colheita do milho e do feijão foi total.

Para o período de março a maio, estudos da Funceme alertam para a alta probabilidade da ocorrência de chuva ficar abaixo do nível normal no Estado do Ceará.

Atualmente existem condições técnicas e institucionais para que seja realizado monitoramento diário das condições oceânicas e atmosféricas que influenciam diretamente o regime de chuvas.

Temos, portanto, instrumentos científicos capazes de orientar-nos na adoção de medidas o mais rápido possível. Então, por que esperar que o caos se instale? Se os institutos de meteorologia são capazes de prever, com bastante precisão, a intensidade das chuvas por região, por que não nos apoiamos nesses estudos para identificarmos, desde já, as famílias que serão atingidas e anteciparmos a nossa ação?

Sabemos que a cada seca são atingidas cerca de 1,5 milhão de famílias.

Não precisamos inventar nada, pois existe um conjunto de programas no âmbito do Governo Federal. Por que não dinamizarmos a execução de programas que dão prioridade exatamente às famílias mais carentes do semi-árido? Nesse conjunto encontram-se programas de apoio e fortalecimento da agricultura familiar, como o Pronaf, o Bolsa-Família, o tão propagado Fome Zero – que teve como meta inicial atender exatamente essas famílias – e o Seguro-Safra, que tem como objetivo conceder um benefício para os pequenos agricultores rurais que sofreram frustração de safra.

Por que o Governo Federal não tira do papel o Pronaf-Mulher? O próprio Presidente da República, em pronunciamento realizado no Congresso da Contag em Brasília no último dia 28, afirmou que essa extensão do Pronaf às mulheres é fundamental para o fortaleci-

mento da renda dos pequenos agricultores, mas que infelizmente encontra dificuldades para sair do papel, pois os trâmites burocráticos não deixam. Vamos cobrar do Governo Federal agilidade na implementação do Programa Um Milhão de Cisternas Rurais.

Senhoras e senhores, como vemos, não é por falta de programas que deixaremos de atender essas pessoas. No entanto, o que assistimos, ao contrário, é à insatisfatória execução dos programas que podem contribuir para uma convivência menos penosa com o fenômeno da seca.

Apenas para citar alguns exemplos, em 2004, a execução do Bolsa Família (unificação do Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Auxílio-Gás e Cartão Alimentação), só atendeu, em todo o País, cerca de 1 milhão de novas famílias, além daquelas que já eram atendidas pelos demais programas de transferência de renda antes existentes.

Faço aqui um parêntese, no final de 2002, o Bolsa-Escola, sozinho, já atendia mais de 5 milhões de famílias.

O Pronaf, principal programa para atender os pequenos agricultores rurais, teve em 2004 uma execução orçamentária de menos de 5%.

Da meta de 1 milhão de cisternas rurais em quatro anos, só 30 mil foram construídas até o momento.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as políticas públicas sociais existentes, se bem administradas, são um importante instrumento para minorar a situação de penúria na qual se deparam as nossas famílias nordestinas. O problema que hoje enfrentamos, tanto em situações normais como de calamidade, não é de falta de recursos, mas sim de uma boa gestão dos mesmos.

Faço aqui um apelo aos nossos Ministros, principalmente aos Ministros Ciro Gomes, Patrus Ananias e a Miguel Rossetto, no sentido de que se antecipem aos problemas já de muito conhecidos.

Finalmente, faço um apelo ao Senhor Presidente da República, que, em recentes declarações, afirmou que o seu governo ainda não começou. Senhor Presidente, comece logo a governar e comece pelo Nordeste, região que Vossa Excelência, mais do que qualquer um de nós, conhece muito bem e, como outros milhares de nordestinos do sertão, já sentiu na própria pele os efeitos perversos da seca, sobretudo na estrutura familiar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– A Presidência agradece a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Tem a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a palavra pela Liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a tem a palavra por cinco minutos, de acordo com o art. 14, inciso II, alínea “a” do Regimento Interno, como Líder da Minoria.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela Liderança da Minoria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo hoje esta tribuna para uma missão da qual tenho realmente muita honra: a de prestar homenagem a um autêntico homem público brasileiro, em toda a sua inteireza, o Professor Doutor Raul Machado Horta.

A Ciência Jurídica brasileira contou, até o dia 2 de março de 2005, com a presença entre nós de um dos seus maiores expoentes que, ao deixar naquele dia o convívio humano, nos legou obra jurídica de inestimável valor intelectual.

Talvez não ficasse bem com seu perfil e personalidade, de finíssima discrição, afirmar que foi um dos maiores constitucionalistas de seu tempo. Mas seus discípulos e admiradores ficam perfeitamente à vontade para dizer, sem qualquer dúvida, que nenhum outro foi melhor do que ele.

Nascido em 1923 e casado durante mais de cinquenta anos com Maria Regina Campos Horta, filha do saudoso Senador Milton Campos – que abrilhantou esta Câmara Alta durante dois mandatos como representante de Minas Gerais –, Raul Machado Horta seguramente teve no sogro o modelo com o qual sempre demonstrou grande afinidade.

Titular da cadeira de Direito Constitucional na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais e na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, a PUC, fez na primeira – a nobre Casa de Afonso Pena – trajetória de extraordinário brilhantismo.

Bacharel em 1946, alguns anos mais tarde tornou-se Doutor e Livre Docente da cadeira de Direito Constitucional, defendendo teses perante eruditas bancas examinadoras. Ao seguir sua vocação para o magistério, conquistou em memorável concurso público o posto de Professor Catedrático de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Nesse concurso, registre-se, obteve uma das maiores médias de aprovação em toda história acadêmica dessa tradicional escola.

Além de servir com insuperável e exemplar padrão ao magistério superior, atividade que exerceu com prioridade, atendia paralelamente constante procura de vasta clientela, emitindo pareceres acatados em

todas as áreas jurídicas, especialmente pelo sumo Poder Judiciário. Foi, durante longos anos, consultor jurídico da Companhia Belgo Mineira.

Por nomeação do Presidente da República, em 1986, compôs a Comissão de Estudos Constitucionais, que elaborou o anteprojeto da Constituição Federal de 1988.

Ao Senador Afonso Arinos de Melo Franco prestou assessoria especial, quando aquele ilustre Parlamentar foi Presidente da Comissão de Sistematização, durante a Assembléia Nacional Constituinte de 1987 a 1988.

Em 1995, participou da Comissão Especial para Reforma da Legislação Eleitoral, constituído pelo Ministro Carlos Mário Veloso, então Presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço, na realidade, eminentes Pares, uma breve síntese do que foi a vida de tão ilustre jurista mineiro, que legou ao Brasil, em suas obras, inesgotável fonte de estudo do Direito Constitucional do Brasil e do mundo, profundo que era das constituições de muitos países.

Membro do Instituto Ibero-Americano de Derecho Constitucional, da Academia Brasileira de Letras Jurídicas e da Academia Mineira de Letras, seu perfil ajusta-se perfeitamente a esta condição e, como são chamados os acadêmicos, o Professor Raul Machado Horta, para os que o conheceram e tiveram o privilégio de com ele conviver, será sempre um imortal.

Sr. Presidente, além de fazer essa homenagem ao professor Raul Machado Horta, registro a notícia, em todos os jornais nacionais de hoje, de que o Brasil perdeu novamente posições no *ranking* das Nações no uso de Tecnologia da Informação. Esse assunto já me trouxe a esta tribuna por mais de uma vez.

Relatório do World Economic Forum, que avalia o uso de Tecnologia da Informação em vetores de crescimento e melhoria da competitividade de um país, divulgado em 9 de março, mostra que o Brasil era o 41º colocado, mas caiu para 46º na pesquisa.

A lista da América Latina permanece com o Chile na liderança, na 35ª posição, perdida pelo Brasil em 2003, e tem o México na 60ª e a Argentina na 76ª.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Já vou concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a ainda dispõe de três minutos.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – O relatório avaliou 104 nações e concluiu que os países da América Latina perdem posição porque possuem “um ambiente regulatório fraco para o desenvolvimento do setor, um sistema administrativo e burocrático

pesado, baixa priorização do desenvolvimento junto aos governos, baixa penetração da Internet e êxodo de pessoas qualificadas”.

Quem sabe pode ser um consolo a este Governo que aí está o fato de que os Estados Unidos também caíram da liderança na edição anterior, ocupando a quinta posição.

Cingapura está em primeiro, seguida de Islândia, Finlândia e Dinamarca. Hong Kong e Japão figuram, pela primeira vez, entre os dez primeiros. A lista tem a Índia, notável como desenvolvedora de *software*, na 39ª posição, e a China, na 41ª. O Brasil era o 41º e caiu para 46º, portanto, atrás da Índia e da China.

Analisa o prestigioso jornal que Cingapura destacou-se pela qualidade no ensino da Matemática, por custos de tecnologia acessíveis e pela prioridade de Tecnologia de Informação nos planos de governo.

Governo a administração pública não poderiam ser deixados de fora dos benefícios que resultam dessas inovações. O Brasil avançou no governo eletrônico e em questões ligadas à certificação eletrônica. É importante que o Governo Lula dê continuidade a essa política e que o Brasil saiba utilizar bem a tecnologia da informação. O combate ao crime será muito mais fácil, se tivermos a tecnologia ao nosso lado. Se nossas crianças conhecerem novas tecnologias, se conhecerem o computador, evidentemente terão melhores condições de enfrentar o mercado de trabalho.

Mais de uma vez estive aqui reclamando do FUST – Fundo de Universalização do Serviço de Telecomunicações, que chega perto de R\$4 bilhões. Ele está guardado, continuamos sem utilizá-lo. Nosso objetivo era, exatamente, a informatização das escolas.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, o discurso é mais longo. No entanto, não apenas por ser da área, mas como Senador, como representante de Minas Gerais, tenho a obrigação de fazer o alerta de que o Brasil mais uma vez caiu no *ranking* das nações no uso de Tecnologia de Informação e irá perder espaço em uma área muito importante.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra, por dez minutos, ao ilustre Senador Paulo Paim por cessão do Senador Augusto Botelho.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, Srªs e Srs. Senadores, primeiramente, cumprimento a Senadora Serys Slhessarenko pela sessão de homenagem às mulhe-

res realizada, nesta Casa, na parte da manhã, com brilhantismo ímpar, com a presença, inclusive, da Primeira-Dama do País, Srª Marisa Letícia, a quem tive a alegria de cumprimentar.

Estiveram presentes, ainda, a esposa do Vice-Presidente, Ministras de Estado, Senadoras, Deputadas e demais convidadas especiais, destacando-se as cinco homenageadas, entre elas, Rozeli, que eu tive a alegria de ter indicado.

Sr. Presidente, Senador Tião Viana, o assunto que me traz à tribuna é a Comissão Mista que propus ao Congresso Nacional para debater de forma definitiva uma proposta de salário mínimo. Antes falarei rapidamente da PEC paralela, cuja aprovação cobrei tantas vezes neste plenário, questionei o Governo, e da qual V. Exª foi relator, o Senador Tião Viana.

Confesso que sou muito teimoso e, como tal, fico aqui no Senado mas acompanhando o trabalho da Câmara. Ontem, acompanhei noite a dentro o debate da PEC paralela na Câmara. E vi, com uma certa tristeza, representantes do Governo irem à tribuna para dizer: “Vamos votar, enfim, a PEC paralela, mas não vamos incluir setores que não constavam do acordo feito no Senado”. Assim fica ruim e desmoraliza até mesmo nós que cobrávamos tanto do Governo.

Setores que não foram incluídos no acordo, para o qual houve um amplo entendimento com o Governo e este Plenário, agora, querem forçar a barra e serem incluídos na PEC paralela. E, assim, não se vota nada.

Hoje pela manhã, na sessão solene do Congresso, recebi um abraço dessa senhora de cabelos brancos sentada na tribuna de honra, que me perguntou como estava a situação da correção dos benefícios para aposentados e pensionistas. E lembrei-me que, ontem, vi na galeria da Câmara centenas de homens e mulheres – principalmente mulheres – de cabelos brancos, na busca da aposentadoria da dona-de-casa, que está contemplada na PEC paralela. No entanto, não foi votada, por causa do impasse provocado pela tentativa de incluir uma ou mais categorias que não estavam incluídas no acordo do Senado.

Não quero entrar no mérito de se é justo ou não. Entendo até que essas categorias podem vir a ser incluídas em um outro momento, quando, provavelmente, estarei de acordo, mas esta não é a oportunidade. Se incluirmos agora, seremos cobrados por isso. E, então, para cumprirmos o acordo, teremos que retirá-las e a matéria retornará à Câmara. E isso não ajuda.

Então, faço um apelo, em nome de homens de mulheres, de milhões de brasileiros que estão na expectativa da aprovação da PEC paralela: vamos respeitar o acordo feito aqui. Não há como incluir outros setores. Senão, nós, que temos toda razão de cobrar,

perderemos a razão, porque estaríamos rompendo o acordo firmado e que nos deu força para fazer um grande debate em nível nacional e essa mobilização pela PEC paralela.

Deixo, então, esse apelo, com todo respeito às categorias que não estavam contempladas nesse acordo, para que façamos o debate adequado em uma nova emenda constitucional, mas vamos respeitar o que foi acordado e aprovado no Senado Federal.

Percebi, também, Senador Tião Viana, pelos debates travados, que o subteto desapareceria. Qual Governador, de qual Partido – seja do PT, do PFL, do PSB, do PC do B, do PDT, do PPS –, não quer o subteto? Todos os Governadores querem o subteto. Se, ontem, tivessem aprovado uma emenda, o subteto teria sido extinto. Entretanto iriam contemplar um ou outro setor que não estavam no acordo do Senado.

Faço esse apelo de forma respeitosa, própria de quem conhece aquela Casa e lá trabalhou durante 16 anos. Conheço a boa intenção dos Deputados no sentido da aprovação da matéria. Mas o meu medo é que, com a pressão muito grande dos Prefeitos – e concordo com a aprovação da reforma tributária, que garantirá um aporte de recursos maior para os Prefeitos –, daqui a pouco, digam o seguinte: “Deixem a PEC paralela de lado, porque interessa apenas a trabalhadores aposentados e vamos votar a reforma tributária.” Assim, atendem aos Prefeitos e, novamente, os trabalhadores marcham.

O bom senso manda: votem a PEC paralela e, em seguida, votem a reforma tributária. Se não me engano, há um acordo já firmado entre os Governadores, Prefeitos e o Governo Federal. Mas o que não é possível é deixar de lado a PEC paralela e votar somente a reforma tributária.

Senador Romeu Tuma, concederei um aparte a V. Ex^a, que tanto trabalhou nesse tema. Essas são as minhas preocupações. Vamos respeitar o acordo firmado aqui, sem prejuízo de outros setores, que porventura não foram contemplados, mas que podem sê-lo em um segundo momento.

Concedo o aparte ao Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Paulo Paim, em todo esse tempo, V. Ex^a e o Senador Tião Viana devem ser os Senadores mais angustiados desta Casa em relação à PEC paralela. Senti, a época, que o Senador Tião Viana queria atender a algumas reivindicações de categorias profissionais que conhecíamos e que estavam sendo prejudicadas, mas foi praticamente impedido, muitas delas por pressão dos próprios Governadores. Temos que ser honestos, baseados nas informações que recebemos do Relator Tião Viana. Aí surgiu a PEC paralela. Senador César

Borges, eu, sinceramente, dentro do espírito cívico de acreditar no Brasil, não acreditei muito e votei conforme minha consciência e os compromissos que tinha com as categorias que me receberam em São Paulo de todos os profissionais de Estado, do Município e da União. Mas entendo que seria má-fé, uma coisa indecorosa, a falta de respeito a esse acordo que V. Ex^a endossou. O Senador Tião Viana foi o autor dessa PEC paralela, que abrangia provavelmente o acordo com o Governo. Não houve nada que pudesse desrespeitar o Governo. Hoje recebi uma comissão de delegados profundamente angustiados com essas discussões, que foram suspensas. Não podemos permitir isso, Senador. Manifesto o meu respeito a V. Ex^a e ao Presidente, pela luta que tiveram e espero que os membros da Câmara Federal – não falo nem em Governo –, aceitem o compromisso firmado e votem a favor da PEC como saiu daqui.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Romeu Tuma, não esperava outra posição de V. Ex^a, que, de uma forma ou de outra, também ajudou a construir esse grande entendimento.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador César Borges.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador Paulo Paim, associe-me ao discurso de V. Ex^a e também a esse apelo para que, enfim, seja aprovada a PEC paralela. Entendo que modificar o acordo feito não é, efetivamente, a melhor forma de se chegar ao desiderato que esta Casa teve ao fazer a PEC paralela. Mas não posso deixar de registrar que estamos esperando há, praticamente, dois anos. O Senador Tião Viana assumiu um compromisso pessoal com a PEC paralela; V. Ex^a demonstrou sua boa-fé na PEC paralela e convenceu a tantos os Srs. Senadores, inclusive eu, a votar favoravelmente a reforma da Previdência, acreditando na aprovação da PEC paralela. Mas já se passaram dois anos e o Governo, que tem maioria e poderia votar se tivesse interesse, não vota a PEC paralela, nem a reforma tributária. Faço esse registro, deixando o meu apoio ao seu apelo e ao seu discurso. Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigada, Senador César Borges. Ontem fiquei angustiado porque eram necessário 308 votos e já estava em 306, faltavam apenas dois votinhos para sair do impasse daquele destaque e a sessão foi encerrada porque não houve **quorum**, houve obstrução.

Então o apelo que faço é que votemos a PEC paralela nos moldes do acordo realizado no Senado, sem incluir outras categorias. Todos nós também de-

fendemos os interesses das corporações, mas, neste momento, isso é impossível. No futuro, vamos fazer outro debate.

Para concluir, Senador Tião Viana, eu gostaria que V. Ex^a recebesse também um outro pronunciamento, em que faço uma cobrança à Câmara dos Deputados.

Em uma sessão do Congresso, por unanimidade...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a dispõe de mais dois minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ... Deputados e Senadores, Líderes do Governo e da Oposição, todos concordaram em formar uma comissão mista pela qual definiríamos, não o salário mínimo deste ano, que já está praticamente definido, eu diria – e ele deve ser estabelecido conforme o acordo indiretamente já firmado –, mas, de uma vez por todas, definiríamos a política para o salário mínimo e também para os benefícios dos aposentados e pensionistas.

Aqui, no Senado, todos os partidos indicaram um representante – repito: todos. Não houve um partido no Senado que não tenha indicado um representante para essa comissão mista. A Câmara dos Deputados, todavia, ainda não o fez. É essa comissão que vai formular uma política permanente para o salário mínimo e também para os benefícios dos aposentados e dos pensionistas.

O discurso por escrito que encaminho à Mesa traz essa argumentação.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador, um último aparte. Quero só testemunhar a luta que V. Ex^a travou a favor da aprovação da PEC. Quanto à emenda dos portadores de deficiência, eu queria lembrar que ela também era de minha autoria. Ela foi acatada na PEC paralela; o Ministro esteve conosco, assumiu o compromisso. Porém, a emenda também está pendente por não ter sido votada na Câmara.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Concorde com V. Ex^a.

Ainda ontem, falava-se dos portadores de deficiência, que me visitaram e cobraram a aprovação da PEC com a emenda de V. Ex^a. Falavam da redação dada por V. Ex^a, de que aqueles que têm doenças incapacitantes e que recebem até um determinado limite não pagariam os 11%. E, hoje, ainda, alguns idosos aposentados por invalidez me cobravam: “Vou continuar pagando os 11%?” Eu disse: “Depende da aprovação da PEC paralela”.

Todo esse universo de pessoas que se aposentaram pelas chamadas doenças incapacitantes não

pagarão os 11% se receberem até um determinado limite, o que entendi ser razoável.

Concluo com esta frase – o apelo é de todos nós: que efetivamente a Câmara aprove a PEC paralela!

Há uma declaração do Presidente Renan Calheiros, dizendo o seguinte: aprovada, nos moldes do acordo firmado aqui, o Senado votará de imediato a matéria em dois turnos.

Esse é o apelo que fica para a Casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos aqui, novamente, no sentido de encontrar uma forma viável de dar fim à duradoura e incansável batalha do salário mínimo.

Apesar de ter sido veiculado na imprensa o valor de R\$300,00 para o mínimo, não chegou ao Congresso a proposta oficial do Governo Federal com o novo valor e com a política de recuperação do valor do salário mínimo.

Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de ter dos senhores a certeza de que não mediremos esforços para que possamos encontrar a melhor proposta para o trabalhador.

Gostaria de salientar que foi aprovada no âmbito do Congresso Nacional a proposta de minha autoria, de criação de uma Comissão Mista para apreciação de todos os projetos que versam sobre o Salário Mínimo que tramitam em ambas as Casas.

Já foram indicados os membros aqui no Senado Federal, faltando somente a indicação dos membros na Câmara dos Deputados, para que a mesma inicie seu funcionamento. Contribuirão com esta Comissão, parlamentares, sindicalistas, representantes do Governo Federal, empresários e representantes dos aposentados.

A finalidade desta Comissão é de criar uma política permanente de atualização do salário mínimo.

É nesse foro privilegiado que pretendo ver debatido exaustivamente o Projeto de Lei nº 200, que apresentei em 2004 para vigorar no presente exercício. A proposta garante um salário mínimo de R\$300,00 mais o dobro do PIB (Produto Interno Bruto); estendendo os mesmos percentuais aos aposentados e pensionistas.

Este debate do reajuste dos benefícios dos aposentados e pensionistas tem que ser enfrentado, caso contrário no máximo em 10 anos todos estarão recebendo somente 01 salário mínimo.

O que será uma grande injustiça com aqueles que, ao longo de suas vidas pagaram contribuições entre 02 e 20 salários mínimos.

A defesa do salário mínimo é uma bandeira histórica em minha vida pública. Essa tem sido uma luta permanente a qual não abandonarei até que tenhamos um salário mínimo justo, capaz de atender as necessidades básicas, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, como preceitua a nossa Constituição Cidadã!

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço ao Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima, por permuta com o Senador Leomar Quintanilha.

S. Ex^a dispõe de até dez minutos.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos têm conhecimento da minha posição quanto ao tamanho do Poder Legislativo brasileiro.

Em 2003, quando aqui cheguei, apresentei uma proposta de emenda à Constituição – aliás, três, que tratavam de forma correlata do mesmo assunto, a saber: as de nºs 51, 52 e 53, que se referem exatamente à reforma do Estado brasileiro. De forma muito clara, precisa, há nela uma proposta no sentido de diminuir o tamanho do Parlamento brasileiro, a partir do Senado Federal, passando pela Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores. Portanto, sou favorável à diminuição.

Esta Casa pode funcionar muito bem tendo como representantes dois Senadores apenas por Estado. A Câmara, em vez de 513 deputados, 396; e cada assembleia legislativa diminuiria 25%, assim como as câmaras de vereadores.

Dito isso, trago um fato que é do conhecimento de todo o povo brasileiro, algo que me parece discriminatório e até odioso em relação aos vereadores deste País. Por que discriminar apenas os vereadores? Aliás, não defendo a discriminação de nenhum segmento da política brasileira. Mas por que a discriminação exclusiva dos vereadores?

Esta Casa, no ano passado, votou proposta de emenda à Constituição, vinda da Câmara dos Deputados, que discriminava; discriminava por tratar apenas da questão dos vereadores, do número, do universo de vereadores nas mais de cinco mil câmaras deste País.

Entendo que essa matéria deve ser tratada com muita seriedade, da forma mais ampla e profunda possível, envolvendo, forçosamente, os três níveis do

Legislativo brasileiro, e não apenas, de maneira caolha, míope, discriminatória e odiosa, as câmaras de vereadores do País.

Hoje temos município de grandeza “A”, de categoria “A”, e município de categorias ou grandezas “B” e “C”, assim ocorrendo também com os Estados. Sim, porque a decisão tomada pelo Tribunal Superior Eleitoral, no ano passado – diga-se: decisão inconstitucional, por vários e vários aspectos –, traz essa distorção hoje, Sr. Presidente, exatamente porque, ao se fixar, ao arripio da lei e da Constituição, número de membros no parlamento municipal, nos diversos municípios do País, hoje, com o resultado eleitoral, inúmeros deles se insurgiram contra a resolução.

Em inúmeros municípios neste País, juízes de direito ou eleitorais, por meio de decisões liminares, autorizaram mais posses que o número estabelecido pelo TSE – e não apenas os municípios. Há notícia também de que o próprio Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Pernambuco adotou posição idêntica. Ou seja: no País, há Estados adotando uma norma nesse sentido e outros, normas diferentes, segundo a compreensão do Tribunal Superior Eleitoral. Ora, municípios adotando comportamento idêntico.

Venho à tribuna com o objetivo de fazer um apelo ao Supremo Tribunal Federal, a S. Ex^a o Sr. Presidente, ao Ministro Relator de inúmeras ações que tramitam na mais alta Corte de Justiça do País, para que, com uma única decisão, tranquilizem, restabeleçam a segurança jurídica quanto à aplicação da norma.

É preciso que se diga que a norma do Tribunal Superior Eleitoral é flagrantemente inconstitucional, não apenas diante do que estabelece o art. 16 da Constituição Federal, que dispõe que “a lei que alterar o processo eleitoral só entrará em vigor um ano após a sua edição”. Ora, a decisão foi baixada no ano passado para a eleição do mesmo ano, descumprindo flagrantemente a norma citada. E a inconstitucionalidade que entendo ainda mais gritante é a ofensa ao art. 29 da Carta Magna, onde, no inciso IV, fixa-se o número de vereadores, estabelecendo os limites para a fixação, definidos pelas Leis Orgânicas dos diversos Municípios. Não se trata de matéria eleitoral, mas constitucional.

O Tribunal Superior Eleitoral agiu fora de sua competência, porque o Código Eleitoral, no art. 23, diz:

Compete ainda, privativamente, ao Tribunal Superior:

(...)

IX – expedir as instruções que julgar convenientes à execução deste Código.

Ora, o Código Eleitoral estabelece a competência para que o TSE emita as suas instruções, o que é feito pela decisão colegiada, em forma de resolução. No entanto, diz, expressamente, que as instruções devem ser expedidas para facilitar a execução do Código Eleitoral. E essa matéria não é eleitoral. É uma matéria estabelecida na Constituição Federal, fixando limites, o que a transporta, automaticamente, para as Leis Orgânicas, tanto que a questão que envolveu o Município paulista de Mira Estrela – parece-me esse o nome –, que chegou até o Supremo Tribunal Federal, decorreu de decisões da Justiça comum, não da Justiça eleitoral, porque não se trata de matéria eleitoral.

Ora, quando o Tribunal Superior Eleitoral atribui, ao arrepio da lei, competência para baixar resolução – instrução, portanto – que não diz respeito à execução do Código Eleitoral, incorre em inconstitucionalidade.

O pleito, o apelo que faço, até para estabelecer a normalidade jurídica no País, é que o Supremo Tribunal Federal julgue, em primeiro lugar, considerando inconstitucional a Resolução, mas, no mínimo, embora eu não perca esse entendimento, que aplique o art. 16 e submeta a decisão às eleições seguintes, cumprindo pelo menos esse dispositivo.

Dentro do tempo que me resta, Sr. Presidente, concedo o aparte ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a ainda dispõe de dois minutos e trinta segundos.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Quero cumprimentar V. Ex^a pela oportunidade do pronunciamento que faz. Realmente, no debate, inclusive no Senado, sobre a questão do limite de vereadores, fui um dos que me posicionei completamente contrário àquela emenda que veio da Câmara, porque tratava-se apenas de reduzir o número de vereadores e não os gastos com as Câmaras Municipais. Além disso, o Tribunal Superior Eleitoral estaria legislando sobre uma matéria que não é da sua competência – aliás, não é da competência do TSE legislar.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Claro.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – V. Ex^a, então, está colocando muito bem que a competência para definir, dentro desses limites, o número de vereadores é da Lei Orgânica dos Municípios. Nunca é uma questão eleitoral e, se o fosse, o TSE teria errado redondamente ao emitir uma mudança da regra num período em que não poderia fazê-lo, que é o de um ano antes das eleições. É muito importante o apelo que V. Ex^a faz ao Supremo Tribunal Federal para

colocar a questão novamente na ordem, mas nós, no Senado, poderíamos elaborar rapidamente uma lei para normatizar o assunto de uma vez por todas. No meu Estado, por exemplo, o menor Município tem três mil eleitores e nove vereadores, enquanto a capital tem 13 vereadores. Isso é uma disparidade que ocorre em todo o Brasil. Portanto, é oportuno que V. Ex^a chame a atenção da Nação e do Supremo Tribunal Federal para colocar ordem, de vez, nessa questão.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Agradeço o aparte de V. Ex^a. Ele, sem dúvida alguma, engrandece esse entendimento que, tenho certeza absoluta, não é meu, mas de uma maioria de juristas e de Parlamentares do País. Trata-se de uma questão discriminadora e odienta em relação ao segmento do Parlamento brasileiro que, digamos, possivelmente não tenha o poder de pressão à altura para fazer valer determinadas decisões que respeitem o Estado de direito, o Estado democrático.

Portanto, o apelo que faço ao Supremo Tribunal Federal, ao Ministro Relator e ao Presidente do Supremo Tribunal Federal é que coloque em pauta, de forma imediata, e julgue...

(Interrupção do som.)

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – ... a inconstitucionalidade dessa norma.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço ao eminente Senador Almeida Lima.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp. (Pausa.)

Concedo a palavra ao eminente Senador Juvêncio da Fonseca, por 10 minutos.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela, pela ordem.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, antes de o orador assumir a tribuna, eu gostaria de requerer a minha inscrição para uma comunicação inadiável, no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a fica inscrito na prorrogação da Hora do Expediente.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Obrigado.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de pedir licença ao Presidente do Senado Federal, ilustre Senador Renan Calheiros, para tolerar a minha

discrepância sob a sua orientação em favor do desarmamento do povo brasileiro.

Foi anunciado, hoje, que todo o Senado Federal terá seu aparato colocado à disposição da campanha do desarmamento.

Atualmente, há um movimento bastante grande para que recrudesça esse movimento, a fim de se alcançar um positivo resultado no **referendum** de outubro para o desarmamento. No entanto, Senador Tuma, os números das pesquisas de opinião pública feitas periodicamente mostram que a população já não é mais a mesma de março do ano passado. O índice de aprovação em março de 2004 era de 73,6%; agora, 48% apenas, caindo verticalmente a aprovação da população. Essa pesquisa foi encomendada ao Instituto Sensus pela Confederação Nacional dos Transportes, cujo Presidente, Clésio Andrade, avalia que o índice mostra a perda de confiança da população no desarmamento como solução para a violência.

Diz Clésio Andrade:

Isso demonstra que as pessoas começam a perder um pouco da confiança no desarmamento. De que ele é a solução porque, apesar do apoio da maioria, a violência continuou aumentando. As pessoas passam a se preocupar com a defesa delas. No momento em que você vê que o Estado não responde, começa a querer ter as suas alternativas pessoais.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador, permite-me V. Ex^a um aparte quando possível, se não prejudicar o seu tempo?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Pois não. No devido momento, dada a importância da matéria.

Trago para V. Ex^{as} e para o Brasil decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, do final de março. A decisão dos 25 Desembargadores foi unânime numa ação de inconstitucionalidade do aumento de 200% no ICMS sobre a venda de armas, justamente um confisco com o qual procurava-se evitar o comércio de armas.

Houve um requerimento do Deputado Estadual Flávio Bolsonaro, apresentado contra a Assembléia Legislativa e contra a Governadora do Estado do Rio de Janeiro, tratando da inconstitucionalidade. E o Tribunal, por unanimidade, julgou inconstitucional aquele imposto majorado para 200%.

Sr. Presidente, o relatório dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, aprovado por unanimidade, diz:

É o relatório.

Antes de se enfrentar a questão sob o aspecto de sua constitucionalidade, impõe-se uma rápida reflexão sobre a matéria.

A tentativa de reduzir a violência desarmando a população, ao contrário do que podem estar pensando os mentores de tão pueril solução, não é inédita e, na verdade, só vem tendo sucesso graças ao parco conhecimento de nossos dirigentes.

Com efeito, solução apresentada já foi tentada por outros países sem qualquer sucesso, obviamente em tempos atrás, e somente agora é que está sendo implantada no Brasil, sem atentar para o que ocorreu anteriormente no mundo, até porque o nosso País, infelizmente, está sempre na contramão da história.

A propósito, a história, para quem esqueceu, ou nunca soube, vai aí o lembrete:

Em 1929, a União Soviética desarmou a população ordeira. De 1929 a 1953, cerca de 20 milhões de dissidentes, impossibilitados de se defenderem, foram caçados e exterminados.

Em 1911, a Turquia desarmou a população ordeira. De 1915 a 1917, um milhão e meio de armênios, impossibilitados de se defenderem, foram caçados e exterminados.

Em 1938, a Alemanha desarmou a população ordeira. De 1939 a 1945, 13 milhões de judeus e outros “não-arianos”, impossibilitados de se defenderem, foram caçados e exterminados.

Em 1935, a China desarmou a população ordeira. De 1948 a 1952, 20 milhões de dissidentes políticos, impossibilitados de se defenderem, foram caçados e exterminados.

Em 1964, a Guatemala desarmou a população ordeira. De 1964 a 1981, 100.000 índios maias, impossibilitados de se defenderem, foram caçados e exterminados.

Em 1970, Uganda desarmou a população ordeira. De 1971 a 1979, 300.000 cristãos, impossibilitados de se defenderem, foram caçados e exterminados.

Em 1956, o Camboja desarmou a população ordeira. De 1975 a 1977, um milhão de pessoas “instruídas”, impossibilitadas de se defenderem, foram caçadas e exterminadas.

Pessoas indefesas caçadas e exterminadas nos países acima, no século XX, após o desarmamento da população ordeira, sem que pudessem se defender: 56 milhões.

Há doze meses, o governo da Austrália editou uma lei obrigando os proprietários de armas a entregá-las para destruição. 640.381 armas foram entregues e destruídas, num programa que custou aos contribuintes mais de US\$500 milhões. Os resultados, no primeiro ano, foram os seguintes: os homicídios subiram 3,2%; as agressões, 8,6%; os assaltos à mão armada, 44%. Somente no estado de Victoria, os homicídios subiram 300%. Houve um dramático aumento no número de invasões de residências e agressões a idosos. Os políticos australianos estão perdidos, sem saber como explicar aos eleitores a deterioração da segurança pública, após os esforços e gastos monumentais destinados a “livrar das armas a sociedade australiana” [e é um país de primeiro mundo].

(...)

O mesmo está acontecendo no Reino Unido. País tradicionalmente tranquilo, onde até a polícia andava desarmada, adotou o desarmamento da população ordeira. Pesquisa realizada pelo Instituto Inter-regional de Estudos de Crime e Justiça das Nações Unidas revela que Londres hoje é considerada a capital do crime na Europa. Os índices de crime a mão armada na Inglaterra e no País de Gales cresceram 35% logo no primeiro ano após o desarmamento.

Esse é o relatório, Sr. Presidente, acrescido do seguinte:

Armas em poder da população ordeira e responsável salvam vidas e defendem propriedades. Leis de desarmamento afetam somente a população ordeira.

Em 2003, com a aprovação do absurdo Estatuto do Desarmamento, o Brasil iniciou o processo de desarmar a população ordeira. Salvo engano, isso quer dizer o homem de bem, o trabalhador, e, se a população não for conscientizada para lutar contra isso, ela é que, certamente, será a próxima vítima indefesa, posto que, na medida em que se desarma a vítima, se fortalece o agressor.

(...)

O Brasil, como dito, tem a mania de andar na contramão da história. Aqueles que tomam, por nós, as decisões estão fortemente protegidos pelo aparato da segurança do Estado, circulando em carros blindados, tudo pago pelo dinheiro público, sendo que a única coisa que temem é o uso consciencioso do voto. Daí a

falta de recursos para a educação e a extensão do voto ao analfabeto.

O referendo de outubro vai custar aos cofres brasileiros R\$200 bilhões.

Concedo o aparte ao Senador Romeu Tuma, se ainda houver tempo.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Consulto o Sr. Presidente se posso apartear S. Ex^a, pois não quero ferir, em hipótese alguma, as normas da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O orador dispõe de apenas mais dois minutos, Senador Romeu Tuma. Depende de V. Ex^a o aproveitamento do tempo.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – V. Ex^a precisa desses dois minutos, Senador Juvêncio da Fonseca?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Não. Gostaria de ouvir V. Ex^a.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Estou preocupado, porque esta não é a primeira vez que ouço falar a respeito de desarmamentos ocorrido na história. Aliás, depois, o próprio mote político pegou toda a população desarmada, e ocorreu a morte de vários cidadãos no mundo. V. Ex^a, detalhadamente, inclusive com datas, mostrou-nos a história do desarmamento desde o início. Não acredito que seja essa a vontade do Presidente, mas isso abre um largo espectro de preocupação. Sempre eu disse aqui, Senador Juvêncio da Fonseca, que a proibição da arma já existe no Sinarm. Não há nada de novo, porque só se concede arma para uma necessidade, que seja comprovada pelo cidadão que a pleiteia. Então, que desarmamento se quer, se a própria lei já obriga o sujeito a prestar uma série de informações para ter condições de portar uma arma? Sou contra o cidadão de bem portar arma se não precisa dela, mas o Estado, quando exige algo do cidadão, tem de lhe oferecer uma contrapartida. E o cidadão quer o quê? O cidadão quer segurança e tranquilidade para andar pelas ruas, sem precisar de uma arma para se defender ou para defender sua família. Mas isso não está acontecendo, porque o índice de criminalidade, de violência, está crescendo dia a dia. Muito obrigado.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Obrigado, Senador Romeu Tuma.

Para encerrar, adoto as palavras de V. Ex^a: o Sinarm já oferece as garantias para a sociedade, pois aquele que não tem boa conduta, que não tem adestramento e nem atestado psicotécnico, não pode usar armas desavisadamente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Juvêncio da Fonseca.

Concedo a palavra ao eminente Senador Garibaldi Alves Filho. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

S. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 10 DE MARÇO DE 2005, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Com a palavra, o Senador Francisco Pereira.

S. Ex^a dispõe de até dez minutos.

O SR. FRANCISCO PEREIRA (Bloco/PL – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho hoje à tribuna para expressar minha indignação e repúdio a fatos da violência urbana que assola o nosso País. Essa questão que tanto nos preocupa, que tanto atrapalha o desenvolvimento socioeconômico do País, que transpõe as barreiras dos valores morais da pessoa e da família, é capaz de interferir diretamente no valor constitucional mais conhecido e importante para a vida do cidadão comum: o direito de ir e vir.

Neste sábado passado, fui surpreendido por um revólver na minha cabeça. Sr. Presidente, fui humilhado. Deitei-me ao chão, olhei para o revólver e vi a situação de impotência em que me encontrava. Tratava-se de um assalto. Quantas famílias brasileiras estão sujeitas a esse tipo de acontecimento!

Por ironia do destino, hoje substituo, no Senado Federal, um Senador que sempre levou a bandeira contra o narcotráfico e a violência. Agora estou expondo um fato ocorrido justamente durante esse curto período de mandato. Senti-me no dever de, neste plenário, dividir essa angústia com todo o País e pedir aos meus nobres colegas, às Sr^{as} e aos Srs. Senadores, atenção especial à questão da violência urbana no Brasil. No fundo, no cerne da questão, comparece como uma das causas a falta de educação religiosa. Essa é que forma o caráter do ser humano, desde pequeno.

Vivemos a indiferença quanto à formação e à educação religiosa. Relegou-se a religião a um mero formalismo, a uma obrigação, como a de entregar a declaração de Imposto de Renda ou pagar pelo licenciamento do carro.

Religião, que significa religar-se a Deus, tem de ser algo prioritário em nossas vidas. Os pais precisam prestar atenção nisso. Não devemos restringi-la apenas

ao momento em que comparecemos aos templos das nossas religiões. Há que se viver a religião em casa, com os filhos, falando-lhes sobre seus fundamentos, princípios e objetivos. Ela requer estudo, debate, conversa, análise de tópicos. Se os pais relegam isso ao plano secundário, apenas cumprindo uma obrigação, omitem-se, ao educarem os filhos, pois a educação da alma é formação de caráter e deve ser prioritária. Como espantar-nos com a onda de violência, com os extremos que vivemos, se deixarmos de falar de Deus, de direcionar essas almas que estão sob nossa responsabilidade para a necessidade do respeito, da gratidão, do esforço por melhorar-se, ou seja, da aquisição da virtudes como a solidariedade, a humildade e o amor?

Obviamente, só a educação religiosa não significa a resolução de todos os nossos problemas. Apesar de tantos avanços, continuamos com uma vergonhosa desigualdade social, que precisa ser reduzida aceleradamente, não só porque é moralmente injusta e inaceitável, mas também porque o enorme fosso entre os que têm e os que não têm atrasa o desenvolvimento e contribui inevitavelmente para aumentar a onda de violência que aflige o País.

Colaborando com o mandato do Senador Magno Malta, exercendo o cargo de Senador, nunca imaginaria protagonizar uma cena de horror e medo. Estou vivo, estou bem e agradecido a Deus. Trago comigo algumas marcas; estou com pontos na cabeça devido às coronhadas que levei, marcas físicas de um mal. Sinto-me lesado e tenho uma péssima sensação, quando imagino que milhões de brasileiros já viveram esse drama ou conhecem alguém que, tendo passado por uma situação como essa, não tiveram a mesma sorte, ou seja, tiveram suas vidas ceifadas.

O povo brasileiro vive mais e mais sobressaltado e atemorizado por essa crescente onda de violência que assola o País. Os seqüestros, sempre abomináveis, já ocorrem de forma aleatória, podendo atingir qualquer pessoa. Avolumam-se os casos de assaltos e assassinatos. Há corrupção em todos os níveis e setores. A população sente-se desprotegida, não sabe a quem recorrer e não confia nas autoridades. Como profeta, ela brada aos céus: “Não suportamos mais a violência! Até quando, Senhor?”

Trago à lembrança o parecer de Deus a Salomão, constante do livro II Crônicas*, 7:14. Deus aparece-lhe pela segunda vez e faz promessas:

Se o meu povo, que se chama pelo meu nome, se humilhar, e orar, e buscar a minha face, e se converter dos seus maus caminhos, então eu ouvirei dos céus e perdoarei os seus pecados, e sanarei a sua terra.

Muitas são as causas desse quadro assustador. Estabeleceu-se na sociedade um clima bastante generalizado de aceitação do consumo e do próprio tráfico de drogas, um dos principais agravantes da criminalidade. Sem dúvida, a pobreza, o desemprego e a distribuição de renda extremamente injusta que há no País estão associados a políticas econômicas. Essas favorecem o capital, o lucro e, não raro, interesses externos, sempre em detrimento dos serviços sociais mais elementares, como saúde, educação e previdência, agravando decisivamente a situação. Além disso, a sociedade consumista ajuda a criar uma auto-estima negativa e fragilizada por meio da comparação com as demais pessoas, despertando, inclusive, a inveja e a cobiça. A lógica do consumo gera necessidades que a pessoa não tem, substituindo o ser pelo ter, a honestidade e a solidariedade por jóias, carros e outros bens materiais.

A violência urbana afeta, de forma incisiva, as decisões de investimento no País. Nem mesmo a justificativa do potencial de um mercado consumidor é suficiente para revertê-la. Nenhuma empresa quer pôr em risco a vida dos seus profissionais e a segurança do seu patrimônio. Ademais, a liberação comercial global facilita a importação de produtos que poderiam ser produzidos no País. Isto é, a violência é fator competitivo no mercado internacional e, contrariando as nossas necessidades, exporta empregos.

Nesse contexto, o setor turístico brasileiro, de enorme potencial e diferenciais, acaba sendo o maior prejudicado. O turismo tem capacidade de gerar empregos em escala, até mesmo porque a qualificação de sua mão-de-obra é muito rápida. Solução perfeita para reduzir o desemprego no País e que a violência urbana solapa.

O tipo de violência urbana que se presencia no Brasil é fundamentado no crime organizado, que é a pior de todas, pois cria um poder paralelo, Sr. Presidente. Para o Estado, a violência urbana também representa desperdícios significativos. São retirados recursos da saúde, da educação e do saneamento básico para financiar a infra-estrutura penitenciária, os serviços de apoio às vítimas etc. O Estado perde com o abalo na confiança da população em suas instituições.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Francisco Pereira.

O SR. FRANCISCO PEREIRA (Bloco/PL – ES) – Pois não, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – São muito interessantes as observações de V. Ex^a sobre a segurança. Mas, uma pessoa também inteligente como V. Ex^a, Norberto Bobbio, o maior pensador político, foi Senador vitalício da Itália, morreu recentemente, afirmou que

isso é falta de Governo. Norberto Bobbio disse que o mínimo que um povo espera de um governo é a segurança à vida, à liberdade e à propriedade. Isso é que o Governo do PT está negando ao povo do Brasil.

O SR. FRANCISCO PEREIRA (Bloco/PL – ES) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, pelo aparte.

O Senador Magno Malta, ao retornar de sua licença, concluirá o relatório de um projeto muito importante para o cenário nacional. O projeto que trata da Lei Anti-Drogas e que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, o Sisnad, prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de entorpecentes.

Outra maneira para um enfrentamento das causas da violência, a participação de toda a sociedade – tanto cobrando soluções do Poder Público como se organizando em redes comunitárias de proteção e apoio, de desenvolvimento social e mesmo de questões de segurança pública – é um caminho. Não significa substituir as funções do Estado, mas trabalhar em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a dispõe de mais dois minutos, Senador.

O SR. FRANCISCO PEREIRA (Bloco/PL – ES) – Estou terminando, Sr. Presidente.

É importante não transformar o diagnóstico, a identificação das causas em motivo para mais violência. Afirmar que as áreas urbanas mais desprovidas de recurso facilitam a criminalidade não significa dizer que os moradores dessas áreas sejam culpados. Na verdade, além de enfrentar condições precárias de subsistência, essa população ainda é a principal vítima dos crimes violentos.

Já terminando, grande parte das ações necessárias está na gestão urbana, que compete aos Municípios. Como a segurança pública é tarefa dos Estados, é preciso haver integração entre políticas urbanas e políticas de segurança pública.

A escola também é um ponto importante: espaço privilegiado de convívio e de formação da pessoa, precisa ter qualidade e se integrar à comunidade a sua volta. Escolas que permanecem abertas nos finais de semana, para uso da comunidade, conseguem quase eliminar o vandalismo em suas dependências.

Além de uma escola pública melhor, fazem parte da lista de ações uma polícia melhor equipada e um Poder Judiciário mais ágil e, se necessário, mais rigoroso.

Acredito que a melhor maneira de agradecer e de honrar a ausência temporária de Magno Malta, esse homem de fé, será, da minha parte, lutar por uma causa como esta, que nesta tribuna ele defendeu com a

mesma atenção, a mesma paixão e a mesma responsabilidade, agregando aquilo que me diferencia.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO
SR. SENADOR FRANCISCO PEREIRA**

O SR. FRANCISCO PEREIRA (Bloco/PL – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, venho hoje, nesta tribuna, expressar minha indignação e repúdio a fatos advindos da violência urbana que assola nosso País. Esta questão que tanto nos preocupa, que tanto atrapalha o desenvolvimento sócio-econômico do país, e que transpõem as barreiras dos valores morais da pessoa e da família é capaz de interferir diretamente no valor constitucional mais conhecido e importante para a vida do cidadão comum: o direito de ir e vir.

Neste sábado, fui surpreendido, com um revólver na minha cabeça, humilhado. Deitei ao chão, olhava para o revólver e vi ali, a situação de impotência em que me encontrava. Tratava-se de um assalto. Quantas e quantas famílias brasileiras estão sujeitas a este tipo de acontecimento? Por ironia do destino, hoje, substituo aqui no Senado Federal, um senador que sempre levantou a bandeira contra o narcotráfico e a violência. Agora estou expondo um fato ocorrido justamente durante este curto período de mandato. Senti-me no dever de, neste plenário, dividir esta angústia com todo o Brasil e pedir aos meus nobres colegas, senhores senadores, uma atenção especial à questão da violência urbana do Brasil. No fundo, no cerne da questão, comparece como uma das causas do que está ocorrendo, a educação religiosa. Esta é que forma o caráter, desde pequeno. Vivemos uma indiferença à formação e educação religiosa. Relegou-se a religião a um mero formalismo, uma obrigação, algo como a obrigação de entregar a declaração de Imposto de Renda ou o licenciamento do carro, anualmente.

Religião (Religar a Deus...) tem de ser algo prioritário em nossas vidas. Os pais precisam prestar atenção nisto. Não devemos restringir a religião apenas ao momento em que comparecem ao templo de suas religiões. Há que se viver religião em casa, com os filhos, falando-lhes sobre os fundamentos, princípios e objetivos da religião. Ela requer estudo, debate, conversa, análise dos tópicos.

Se os pais relegam isto a plano secundário, apenas cumprindo obrigação, estão omitindo educar os filhos, pois ela é educação da alma, é formação de caráter. Depois, como espantar-se com a onda de violência, com os extremos que vivemos, se deixamos de falar de Deus, de direcionar essas almas que estão sob nossa responsabilidade para a necessidade do respeito, da gratidão, do esforço por melhorar-se, ou

seja, da aquisição de virtudes como a solidariedade, a humildade, o amor.

Obviamente, que só a educação religiosa não significa que resolvemos todos os nossos problemas. Apesar de tantos avanços, continuamos com uma vergonhosa desigualdade social que precisa ser reduzida aceleradamente. Não porque é moralmente injusta e inaceitável, mas também porque o enorme fosso entre os que têm e os que não têm atrasa o desenvolvimento e contribui inevitavelmente para aumentar a onda de violência que aflige o país.

Colaborando com o mandato do Senador Magno Malta, exercendo o cargo de Senador, nunca imaginaria protagonizar uma cena de horror e medo. Estou vivo, estou bem, e agradecido a Deus. Trago comigo algumas marcas, estou com pontos na cabeça devido às coronhadas que levei, marcas físicas de um mal. Sinto-me lesado, e tenho uma péssima sensação quando imagino que milhões de brasileiros já viveram, ou conhecem pelo menos alguém que já passou por uma situação dessas, e que não tiveram a mesma sorte que eu tive, e que tiveram suas vidas ceifadas.

O povo brasileiro vive mais e mais sobressaltado e atemorizado por esta crescente onda de violência que assola o país. Os seqüestros, sempre abomináveis, já ocorrem de forma aleatória, podendo atingir qualquer pessoa. Avolumam-se os casos de assaltos e assassinatos. Há corrupção em todos os níveis e setores. A população sente-se desprotegida, não sabe a quem recorrer e não confia nas autoridades. Como profeta, ela brada aos céus: “Não suportamos mais a violência! Até quando, Senhor?”. Deus aparece a Salomão pela segunda vez e lhe faz promessas. Em duas crônicas, capítulo 7, Versículo 14:

“Se o meu povo que se chama pelo meu nome, se humilhar, e orar, e buscar a minha face, e se converter dos seus maus caminhos, então eu ouvirei dos céus, e perdoarei os seus pecados, e sararei a sua Terra.”

Muitas são as causas desse quadro assustador. Estabeleceu-se na sociedade um clima bastante generalizado de aceitação do consumo e do próprio tráfico de drogas, um dos principais agravantes da criminalidade. Sem dúvida, a pobreza, o desemprego e a distribuição de renda extremamente injusta, que há no país, está associada a políticas econômicas. Essas favorecem o capital, o lucro e, não raro, interesses externos, sempre em detrimento dos serviços sociais mais elementares, como saúde, educação e previdência, agravando decisivamente a situação. Além disso, a sociedade consumista ajuda a criar uma auto-estima negativa e fragilizada através da comparação com as

demais pessoas, despertando inclusive a inveja e a cobiça. A lógica do consumo gera necessidades que a pessoa não tem, substituindo o ser pelo ter, a honestidade e a solidariedade por jóias, carro e outros bens materiais.

A violência urbana afeta, de forma incisiva, as decisões de investimento no País. Nem mesmo a justificativa do potencial mercado consumidor é suficiente para revertê-la. Nenhuma empresa quer pôr em risco a vida de seus profissionais e a segurança de seu patrimônio. Ademais, a liberalização comercial global facilita a importação de produtos que poderiam ser produzidos no Brasil. Isto é, a violência é fator competitivo no mercado internacional e, contrariando as nossas necessidades, exporta empregos.

Nesse contexto, o setor turístico brasileiro, de enorme potencial e diferenciais, acaba sendo o maior prejudicado. O turismo tem capacidade de gerar empregos em escala, até mesmo porque a qualificação de sua mão-de-obra é muito rápida. Solução perfeita para reduzir o desemprego no País e que a violência urbana solapa.

O tipo de violência urbana que se presencia no Brasil é fundamentado no crime organizado, que é a pior de todas, pois cria um poder paralelo. Para o Estado, a violência urbana também representa dispêndios significativos. São retirados recursos da saúde, da educação e do saneamento básico para financiar a infra-estrutura penitenciária, os serviços de apoio às vítimas etc. O Estado também perde com o abalo na confiança da população em suas instituições.

O cidadão é muito penalizado com a violência urbana, pela perda de sua liberdade, com os riscos presentes no cotidiano, com a menor oferta de empregos e com a deterioração dos serviços públicos. Para as famílias, a perda do pai ou da mãe, na faixa etária entre 25 e 40 anos, deixa uma legião de órfãos que terá de mendigar ou aderir ao crime organizado para obter seu sustento.

O Senador Magno Malta, ao retornar de sua licença, concluirá o relatório de um projeto muito importante para o cenário nacional. O projeto que trata da Lei Antidrogas que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, o Sisnad, prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de entorpecentes, além de estabelecer normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, definindo-os como crimes. Não poderia deixar de falar neste projeto que com certeza significará muitas mudanças no quadro da violência brasileira.

Outra maneira para um enfrentamento das causas da violência, a participação de toda a sociedade

– tanto cobrando soluções do Poder Público como se organizando em redes comunitárias de proteção e apoio, de desenvolvimento social e mesmo de questões de segurança pública – é um caminho. Não significa substituir as funções do Estado, mas trabalhar em conjunto. E é importante não transformar o diagnóstico, a identificação das causas, em motivo para mais violência. Afirmar que as áreas urbanas mais desprovidas de recurso facilitam a criminalidade não significa dizer que os moradores dessas áreas sejam culpados. Na verdade, além de enfrentar condições precárias de subsistência, essa população ainda é a principal vítima de crimes violentos.

Grande parte das ações necessárias está na gestão urbana, que compete aos municípios. Como a segurança pública é tarefa dos Estados, é preciso haver integração entre políticas urbanas e políticas de segurança pública.

A escola também é um ponto importante: espaço privilegiado de convívio e de formação da pessoa, precisa ter qualidade e se integrar à comunidade a sua volta. Escolas que permanecem abertas nos finais de semana, para uso da comunidade, conseguem quase eliminar o vandalismo em suas dependências.

Além de uma escola pública melhor, fazem parte da lista de ações uma polícia melhor equipada e um Poder Judiciário mais ágil e, se necessário, mais rigoroso.

Acredito que a melhor maneira de agradecer e de honrar a ausência temporária de Magno Malta, esse homem de fé, será, da minha parte, lutar por uma causa como esta, que nesta tribuna ele defendeu, com a mesma atenção, a mesma paixão e a mesma responsabilidade, agregando aquilo que me diferencia.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a. A Mesa se solidariza com a situação vivida por V. Ex^a há alguns dias.

Concedo a palavra ao eminente Senador Maguito Vilela, de acordo com o art. 158, § 2º do Regimento Interno, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, encontra-se na pauta de votações do Senado o projeto de lei de conversão da Medida Provisória nº 226. Trata-se de um importante instrumento de desenvolvimento e geração de empregos.

É esta MP que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado no âmbito do Ministério do Trabalho. O objetivo deste projeto vem ao encontro

de uma das maiores necessidades hoje do nosso País: a geração de empregos. Entendo ser esse o grande desafio de todos os governantes, tanto no nível federal, quanto nos níveis estaduais e municipais.

Este programa de microcrédito irá incentivar a geração de trabalho e renda entre micro-empresendedores populares. Pessoas físicas e jurídicas empreendedoras em atividades de pequeno porte. É um projeto de grandes proporções, pois se sabe hoje com muita clareza que as microempresas formam um contingente que mais geram empregos no País.

Os recursos para este programa de financiamento produtivo serão provenientes do FAT, o Fundo de Amparo ao Trabalhador, e terão juros compatíveis com a capacidade de pagamento dos microempresários.

Este programa proposto pelo Governo do Presidente Lula atende justamente os pequenos empreendedores, que dificilmente conseguem acesso às linhas de crédito do sistema financeiro convencional. Sem uma linha de financiamento como essa, dificilmente eles teriam condições de abrir ou ampliar negócios, ou seja, dificilmente irão gerar renda e novas vagas de trabalho no mercado.

Um estudo interessantíssimo promovido pelo Sebrae mostrou há pouco que mais de 50% dos empreendimentos de pequeno porte não sobrevivem por mais de três anos. Uma das causas desta pouca vida ou sobrevida é justamente a falta de acesso a crédito barato.

Não tenho dúvidas de que, em função da importância desta matéria, o Senado Federal irá aprová-la. Vamos, com a aprovação deste Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 226, beneficiar milhares e milhares de microempresários País afora, contribuindo para um setor que tanto carece da geração de empregos e renda, principalmente para os jovens que chegam ao mercado de trabalho e não conseguem vagas; para os pais e mães de famílias desempregados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Maguito Vilela, V. Ex^a dispõe de mais dois minutos.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Já vou concluir, Sr. Presidente.

A aprovação dessa medida é de salutar importância. É inteligentíssima a medida provisória remetida ao Congresso Nacional pelo Presidente Lula. Tenho certeza de que será um importantíssimo instrumento de desenvolvimento para o nosso País, porque são as micro e pequenas empresas as maiores geradoras de emprego no Brasil e, naturalmente, em qualquer país civilizado do mundo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Daremos início à Ordem do Dia.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Sibá Machado, pela ordem.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição como Líder do PT, para falar após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Mesa aguarda a delegação de V. Ex^a, que ficará como terceiro inscrito.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pela ordem.) – Ainda não foi dado início à Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Não.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Tenho uma comunicação a fazer sobre a medida provisória. Acredito que a Senadora Ideli Salvatti esteja chegando, e S. Ex^a faria a comunicação. Como ouvi V. Ex^a falar em “Ordem do Dia”, corri para...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Estamos ainda na prorrogação da Hora do Expediente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Então, peço desculpas a V. Ex^a. Era apenas para falar da decisão tomada sobre a medida provisória.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Ainda estamos a nove minutos do horário, Senador Romeu Tuma. Agradeço a V. Ex^a.

Senador Valdir Raupp, ainda dispomos de nove minutos antes de darmos início à Ordem do Dia.

A Mesa concede a palavra a V. Ex^a pelo tempo indicado.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, creio que todos se recordam da esdrúxula situação com que se defrontaram, no final do ano de 2002, os pequenos produtores acreanos reunidos na Cooperativa Doces Tropicais, ao descobrirem que não poderiam utilizar o nome da fruta “cupuaçu” nos produtos dela derivados, que pretendiam exportar para os mercados dos países industrializados.

V. Ex^a, Sr. Presidente, Senador Tião Viana, e Senador Sibá Machado, devem lembrar-se dessa novela da marca cupuaçu. Foi só então que a opinião pública brasileira tomou conhecimento de que a empresa multinacional Asahi Foods e a sua subsidiária Cupuaçu International haviam requerido – e obtido –, já no ano

de 2000, o registro da “marca” “cupuaçu” perante as autoridades competentes do Japão, Estados Unidos e União Européia, garantindo, assim, para si direito exclusivo de uso do nome da tradicional fruta amazônica naqueles importantes mercados.

Caricatural, como seria uma tentativa de monopólio sobre o nome da laranja, o caso do cupuaçu desencadeou uma vigorosa reação corporificada na Campanha contra a Biopirataria – *O Cupuaçu é Nosso*, liderada pela Rede GTA (Grupo de Trabalho Amazônico), pela organização acreana Amazonlink e pelo Instituto de Comércio e Direito Internacional (CIITED), ao lado de inúmeros outros parceiros civis, governamentais e anônimos que levaram o caso para os mais diversos confins do País, do continente e do Planeta.

Desse modo, o caso do cupuaçu tornou-se um clássico nas campanhas contra a biopirataria, entendida como o uso monopolista de patrimônio vegetal e animal e de conhecimentos tradicionais de comunidades de países pobres e em desenvolvimento por empresas de países ricos, por meio do sistema internacional de patentes.

Nossa primeira vitória, Sr. Presidente, ocorreu no Japão, onde o Asahi Foods havia até registrado a marca Cupulate, nome pelo qual a Embrapa havia denominado o chocolate feito de cupuaçu com tecnologia brasileira. Acolhendo os argumentos expendidos no processo administrativo movido pelas organizações não-governamentais, que mencionei há pouco, o Escritório de Marcas e Patentes do Japão (JPO) anulou, no dia 1º de março do ano passado, aquele registro, reconhecendo como de domínio popular a denominação cupuaçu.

Três dias após àquela decisão, tive oportunidade de registrar, desta tribuna, meus cumprimentos às entidades e ao Brasil por terem conseguido quebrar aquele registro de marca incidente sobre um produto genuinamente nacional. Na ocasião, destaquei a importância do trabalho de ONGs como o Instituto de Comércio e Direito Internacional, que desenvolvem um papel importante na identificação de questões do interesse público, muitas vezes negligenciadas justamente pela falta de conhecimentos específicos em assuntos complexos, como propriedade intelectual e Direito do Comércio Internacional, bem como suas relações com o processo de desenvolvimento das nações.

A Associação dos Produtores Alternativos (APA), entidade do meu Estado de Rondônia, que foi uma das subscritoras do processo movido perante o JPO, entidade japonesa, divulgou, naquela oportunidade, nota eletrônica parabenizando todos aqueles que contribuíram para este resultado. Segundo a nota da APA, “Venceu a proteção da biodiversidade brasileira e o

respeito às populações que trabalham com o cupuaçu, venceu a soberania nacional”.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Rondônia, o meu Estado, é produtor de cupuaçu; produz muito cacau, mas produz também grande quantidade de cupuaçu, e a comunidade rondoniense, assim como a acreana e outras da Amazônia, estavam muito preocupadas com essa situação, sob pena de não poder mais exportar ou comercializar os produtos que tivessem a denominação cupuaçu. Então, foi um avanço importantíssimo. Parabênizo as autoridades brasileiras e todos os movimentos que organizaram essa luta contra esse absurdo que foi o registro da marca por essa empresa japonesa.

Com a decisão japonesa, a Embaixada brasileira em Tóquio negociou com a matriz da Asahi Foods, e a Embaixada em Washington, procurou a filial da empresa nos Estados Unidos para obter o abandono voluntário do registro da marca cupuaçu naquele país. Em novembro do ano passado, nova vitória: a empresa formalizou no escritório de patentes dos Estados Unidos o documento de abandono, conhecido como *total surrender*, do pedido de registro.

Desde então, a União Européia era o último mercado que ainda mantinha a concessão de monopólio da marca para a companhia japonesa. Felizmente, segundo decisão transmitida na primeira quinzena de fevereiro deste ano à Embaixada brasileira em Bruxelas, a *Cancellation Division* daquela comunidade de nações também acaba de declarar inválido o registro de marca 923 151 – cupuaçu –, consolidando a afirmação da soberania nacional nesse caso emblemático.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, enquanto não caíssem esses registros, os produtores brasileiros estariam impedidos de comercializar qualquer coisa que usasse o nome cupuaçu, o que constitui, a toda evidência, um rematado absurdo. Só por isso, a cassação dos registros já representaria motivo de júbilo.

No entanto, mais do que o cancelamento de uma marca, o que temos a comemorar é o poder que a sociedade civil demonstrou de reagir diante desse tipo de monopolização dos conhecimentos tradicionais e das riquezas amazônicas. Apesar de ter sido uma luta desgastante, esse processo e a campanha de opinião pública desencadeada representaram uma extraordinária oportunidade de difusão de informações, esclarecimentos e alertas para o conjunto da sociedade brasileira quanto à questão da biopirataria.

Um aspecto notável da luta foi a grande capilaridade que se verificou na circulação de informações, fazendo com que a discussão do problema chegasse até os mais longínquos lugares da Amazônia.

Sr. Presidente, ainda disponho de dois minutos?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– V. Ex^a estava no intervalo entre a prorrogação da Hora do Expediente e a Ordem do Dia, mas a Mesa vai conceder a V. Ex^a mais dois minutos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Ótimo. Muito obrigado.

Embora assustadas com a idéia de que alguém possa roubar um nome, a maioria das comunidades filiadas à Rede GTA (Grupo de Trabalho Amazônico) passou a estar mais informada sobre a importância de sua cultura e sobre a ameaça representada pelos crimes da biopirataria.

Por tudo isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a decisão das autoridades da União Europeia de cassar o registro da marca “cupuaçu” deve ser comemorada como uma importante vitória na luta, que tem de ser permanente, contra a ameaça da biopirataria na Amazônia e no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Agradeço a V. Ex^a.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Sibá Machado.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 142, DE 2005

Requeiro, nos termos do inciso II art. 218 do Regimento Interno, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Professor Doutor Raul Machado Horta, membro da Comissão de Estudos Constitucionais que elaborou a Constituição Federal de 1988, falecido em 2 de março do corrente.

Justificação

A Ciência Jurídica brasileira contou, até o último dia 2 de março de 2005, com a presença entre nós de um dos seus maiores expoentes que, ao deixar naquele dia o convívio humano, nos legou obra jurídica de inestimável valor intelectual. Talvez não ficada bem com seu perfil e personalidade, de finíssima discipulação, afirmar que foi o maior constitucionalista de seu tempo. Mas seus discípulos e admiradores ficam perfeitamente à vontade para dizer, sem qualquer dúvida, que nenhum outro foi melhor do que ele.

Nascido em 1923 e casado durante mais de cinquenta anos com Maria Regina Campos Horta, filha do saudoso Senador Milton Campos – que abrilhantou esta Câmara Alta durante dois mandatos como representante de Minas Gerais – Raul Machado Horta seguramente teve no sogro modelo, com o qual sempre demonstrou grande afinidade.

Titular da cadeira de Direito Constitucional na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais e na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, fez na primeira – a nobre Casa de Afonso Pena – trajetória de extraordinário brilhantismo. Bacharel em 1946, alguns anos mais tarde tomou-se Doutor e Livre Docente da cadeira de Direito Constitucional, defendendo teses perante eruditas bancas examinadoras. Ao seguir sua vocação para o magistério, conquistou em memorável concurso público o posto de Professor Catedrático de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da UFMG, obtendo uma das maiores médias de aprovação, em toda história acadêmica dessa tradicional escola.

Além de servir com insuperável e exemplar padrão ao magistério superior, atividade que exerceu com prioridade, atendia, paralelamente, constante procura de vasta clientela, emitindo pareceres acatados em todas áreas jurídicas, especialmente pelo Poder Judiciário. Foi durante longos anos Consultor Jurídico da Companhia Belgo Mineira.

Por nomeação do Presidente da República em 1986, compôs a Comissão de Estudos Constitucionais que elaborou o anteprojeto da Constituição Federal de 1988. Ao Senador Afonso Arinos de Melo Franco, prestou assessoria especial, quando aquele ilustre parlamentar foi Presidente da Comissão de Sistematização, durante a Assembléia Nacional Constituinte de 1987 a 1988. Em 1995 participou da Comissão especial para reforma da legislação eleitoral, constituída pelo Ministro Carlos Mário Veloso, então presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

Faço na realidade, eminentes pares, uma breve síntese do que foi a vida de tão ilustre jurista mineiro, que legou ao Brasil, em suas obras, inesgotável fonte de estudo do direito constitucional do Brasil e do Mundo, profundo conhecedor que era das constituições de inúmeros países.

Membro do Instituto Ibero-Americano de Derecho Constitucional, da Academia Brasileira de Letras Jurídicas e da Academia Mineira de Letras, seu perfil ajusta-se perfeitamente a esta condição e, como são chamados os acadêmicos, o Prof^o Raul Machado Horta, para os que o conheceram e tiveram o privilégio de com ele conviver, será sempre um imortal.

Sala das Sessões, 10 de março de 2005. – Senador **Eduardo Azeredo**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício do 1º Secretário da Câmara dos Deputados que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Sibá Machado.

É lido o seguinte:

PS-GSE nº 32

Brasília, 7 de março de 2005

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foram aprovados os artigos 149, § 1º, 226; 227; 231 e 231-A, constantes do art. 1º, e os seus artigos 2º e 3º, do Substitutivo oferecido por essa Casa ao Projeto de Lei nº 117, de 2003, da Câmara dos Deputados (PLC nº 103/03), o qual “Altera os arts. 149, 215, 216, 226, 227, 231 e acrescenta o art. 231-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e dá outras providências”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Inocencio Oliveira**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O expediente lido será juntado ao processado do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2003.

O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Sibá Machado.

São Lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 69, DE 2005

Altera dispositivos da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que “institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso IV do art 1º e a alínea **c** do inciso IV, do art. 3º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

IV – proteger as expressões culturais dos grupos formadores da sociedade brasileira e responsáveis pelo pluralismo da sua cultura, crenças, tradições e memória.

Art. 3º

IV –

c) fornecimento de recursos para o FNC e para fundações culturais de qualquer natureza ou para museus, templos, bibliotecas, arquivos e outras entidades de caráter cultural.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

Expressa o art. 216 da Constituição que constituem o patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória

dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, neles incluídos “os modos de criar, fazer e viver”.

Ora, nada expressa melhor a formação dessa cultura que o caldeamento das diversas religiões, seitas, cultos e seus sincretismos, que, durante séculos, moldaram o processo civilizatório nacional e, ainda mais, por tempos que virão, continuarão a ser o barro e o fermento que construirão os nossos postemos.

Pode-se buscar entre os maiores filósofos modernos, como citado por Silvio Ferrari e Norberto Bobbio, o conceito de que, dentre os poucos pontos de convergência que definem a religião, “um deles é, no entanto, o de que a religião não concerne apenas à esfera interior da pessoa, mas determina também comportamentos (individuais e coletivos) externamente relevantes. A experiência religiosa, tanto a que se define institucionalmente na forma de uma igreja, como a que assume as características de uma seita, se apresenta, portanto, como fenômeno que tende a abranger toda a existência humana, incidindo até sobre aspectos da vida associada muito distantes da esfera dos interesses puramente espirituais.

Não se pode descurar que a experiência religiosa favorece o sentimento de solidariedade entre os que nela se acham envolvidos. Por seu turno, é evidente que os detentores do poder político não podem olvidar um fenômeno que, como o religioso, se reflete profundamente na estrutura da sociedade, moldando sua consciência cívica e cultural.

Entende-se, desse modo, que, entre os “grupos participantes do processo civilizatório nacional a que se refere o § 1º do art. 215 da Constituição, estão todas as crenças, cultos ou religiões, e que, por serem portadores da referência à identidade, à ação e à memória da sociedade brasileira, constituem-se parcela indissolúvel do “patrimônio cultural brasileiro” devendo, assim, ser incluídos nos objetivos maiores do Programa Nacional de Apoio à Cultura.

O objetivo do presente Projeto é, portanto e tão somente, tornar expresso o que está implícito no texto da lei, evitando, destarte, que tal inclusão não fique sujeita ao subjetivismo dos intérpretes ou, muito menos, delimitada pelo entendimento dos agentes públicos aplicadores do preceito legal.

Sala das Sessões, 10 de março de 2005. – Senador **Marcelo Crivella**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da

cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

LEI Nº 8.313, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991

Restabelece princípios da Lei nº 7.505¹, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC e dá outras Providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Capítulo I

Disposições Preliminares

Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC, com a finalidade de captar e canalizar recursos para o setor de modo a:

I – contribuir para facilitar, a todos, os meios para o livre acesso às fontes da cultura e o pleno exercício dos direitos culturais;

II – promover e estimular a regionalização da produção cultural e artística brasileira, com valorização de recursos humanos e conteúdos locais;

III – apoiar, valorizar e difundir o conjunto das manifestações culturais e seus respectivos criadores;

IV – proteger as expressões culturais dos grupos formadores da sociedade brasileira e responsáveis pelo pluralismo da cultura nacional;

V – salvaguardar a sobrevivência e o florescimento dos modos de criar, fazer e viver da sociedade brasileira;

VI – preservar os bens materiais e imateriais do patrimônio cultural e histórico brasileiro;

VII – desenvolver a consciência internacional e o respeito aos valores culturais de outros povos ou nações;

VIII – estimular a produção e difusão de bens culturais de valor universal formadores e informadores de conhecimento, cultura e memória;

IX – priorizar o produto cultural originário do País.

Art. 3º Para cumprimento das finalidades expressas no art. 1º desta Lei, os projetos culturais em cujo favor serão captados e canalizados os recursos do PRONAC atenderão, pelo menos, um dos seguintes objetivos:

I – incentivo à formação artística e cultural, mediante:

a) concessão de bolsas de estudo, pesquisa e trabalho, no Brasil ou no exterior, a autores, artistas e técnicos brasileiros ou estrangeiros residentes no Brasil;

b) concessão de prêmios a criadores, autores, artistas, técnicos e suas obras, filmes, espetáculos musicais e de artes cênicas em concursos e festivais realizados no Brasil;

c) instalação e manutenção de cursos de caráter cultural ou artístico, destinados a formação, especialização e aperfeiçoamento de pessoal da área da cultura, em estabelecimentos de ensino sem fins lucrativos;

II – fomento à produção cultural e artística, mediante:

a) produção de discos, vídeos, filmes e outras formas de reprodução fonovideográfica de caráter cultural;

b) edição de obras relativas às ciências humanas, às letras e às artes;

c) realização de exposições, festivas de arte, espetáculos de artes cênicas, de música e de folclore;

d) cobertura de despesas com transporte e seguro de objetos de valor cultural destinados a exposições públicas no País e no exterior;

e) realização de exposições, festivais de arte e espetáculos de artes cênicas ou congêneres;

III – preservação e difusão do patrimônio artístico, cultural e histórico, mediante:

a) construção, formação, organização, manutenção, ampliação e equipamento de museus, bibliotecas, arquivos e outras organizações culturais, bem como de suas coleções e acervos;

b) conservação e restauração de prédios, monumentos, logradouros, sítios e demais espaços, inclusive naturais, tombados pelos Poderes Públicos;

c) restauração de obras de arte e bens móveis e imóveis de reconhecido valor cultural;

d) proteção do folclore, do artesanato e das tradições populares nacionais.

IV – estímulo ao conhecimento dos bens e valores culturais, mediante:

a) distribuição gratuita e pública de ingressos para espetáculos culturais e artísticos;

b) levantamentos, estudos e pesquisas na área da cultura e da arte e de seus vários segmentos;

c) fornecimento de recursos para o FNC e para fundações culturais com fins específicos ou para museus, bibliotecas, arquivos ou outras entidades de caráter cultural.

V – apoio a outras atividades culturais e artísticas, mediante:

a) realização de missões culturais no País e no exterior, inclusive através do fornecimento de passagens;

b) contratação de serviços para elaboração de projetos culturais;

c) ações não previstas nos incisos anteriores e consideradas relevantes pela Secretaria da Cultura da Presidência da República – SEC/PR, ouvida a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura – CNIC.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa).

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, DE 2005

Acrescenta o art 799-A à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor que, no seguro de vida, é lícita a exi-

gência de prévia avaliação médica do segurado, vedada a recusa do pagamento do capital segurado com base em informações contidas em questionário preenchido pelo segurado sobre seu estado de saúde.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescente-se o art. 799-A à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), com a seguinte redação:

“Art. 799-A. No seguro de vida, é lícito exigir-se que o segurado se submeta, previamente à primeira contratação, a avaliação médica.

Parágrafo único. É nula a cláusula contratual que exclua o pagamento do capital segurado com base em declarações inexatas ou omissão de circunstâncias em questionário sobre o estado de saúde do segurado preenchido pelo segurado ou por seu representante.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor noventa dias após a data de sua publicação. – Senador **Valmir Amaral**, PMDB-DF.

Justificação

No contrato de seguro de vida, a aceitação do risco e o cálculo do prêmio são avaliados pelo segurador com base em questionário preenchido pelo segurado ou pelo corretor de seguros por ele contratado. Nesse questionário devem constar, entre outros dados, informações fornecidas pelo próprio segurado sobre o seu estado de saúde.

Caso ocorra o sinistro, a seguradora, antes de efetuar o pagamento do capital segurado, consulta em seus arquivos os dados fornecidos pelo segurado e verifica se este omitiu informação sobre doenças preexistentes ou alguma outra circunstância relevante que pudesse ter influenciado na aceitação do risco. Se entender que houve omissão ou inexatidão de informações, a empresa recusa-se a efetuar o pagamento e, por conseguinte, resta ao beneficiário a possibilidade de se socorrer do Poder Judiciário.

A nosso ver, entretanto, a inexatidão ou a omissão de informações no questionário preenchido pelo segurado não é fato relevante para dar ensejo à recusa do pagamento do capital, haja vista que, por parte do segurado, inexistente o dever de informar. O segurado é o contratante mais fraco, leigo e vulnerável. É ele, e não o segurador, o detentor de um direito subjetivo à informação.

Cabe destacar que parcela considerável da população desconhece o funcionamento do mercado segurador e não dispõe de dados confiáveis a respeito, muitas vezes compreensíveis somente para os graduados em medicina e, ainda assim, desde que especia-

listas na área específica sobre a qual são requeridas informações do segurado. A conclusão é que não há como exigir informações firmes do segurado sobre o seu estado de saúde e, com base nesses dados, calcular a probabilidade de que venha a falecer em virtude de alguma doença. Não é pertinente alegar que esse entendimento pode dar ensejo à ocorrência de fraude, arguindo-se que pessoas malintencionadas contratariam o seguro de vida imediatamente após receber a notícia de que possuem uma doença grave. Cabe destacar que, além do exame médico, que continua permitido pelo projeto, o art. 797 do Código Civil prevê que, no seguro de vida para o caso de morte, é lícito estipular-se um prazo de carência, durante o qual o segurador não responde pela ocorrência do sinistro.

Deve-se dar ênfase, no caso tratado, ao princípio da confiança, que visa a proteger as expectativas do consumidor. O segurado, vulnerável perante a publicidade veiculada pela seguradora, paga o valor do prêmio a esta, preenche alguns papéis e, corria isso, acredita que está resguardando sua família, durante o prazo de vigência do contrato, contra eventual fato desagradável que venha a vitimá-lo. Posteriormente, a seguradora, a nosso ver de forma indevida, alega omissão de informações e a viúva descobre que não terá direito ao pagamento e, sem poder contar com o segurado para defender a veracidade e a exatidão das informações contidas no questionário, terá que buscar seus direitos na Justiça.

Para coibir esse abuso, recentemente, na Câmara dos Deputados, foi apresentado o Projeto de Lei nº 3.555, de 2004, de autoria do Deputado José Eduardo Cardozo (PT/SP), que prevê regras mais rígidas que as atuais sobre o tema tratado no presente projeto. Propõe-se dispor que é lícito, nos seguros sobre a vida e a integridade física próprias, excluir da garantia os sinistros cuja causa exclusiva ou principal sejam doenças preexistentes ao início da relação contratual. Essa exclusão somente poderá ser alegada quando o segurado, questionado, omitir com dolo a informação da pré-existência.

A nosso ver, em que pesem os valiosos argumentos do autor do projeto em tramitação na Câmara, a redação proposta no presente projeto é mais adequada e afasta, de forma pertinente, a subjetividade da seguradora quanto à obrigação de pagamento do capital segurado, o que facilita a compreensão do mercado de seguros por toda a sociedade. Informação e transparência são fatores essenciais para o aprimoramento da boa comunicação entre as empresas seguradoras e os beneficiários, fundamental para estimular o mercado segurador brasileiro. O seguro cumpre importante função social e consiste em

relevante atividade econômica geradora de emprego e renda, que merece ser amplamente aperfeiçoada.

Pela importância do tema, contamos com o apoio dos ilustres Pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 10 de março de 2005. – Senador **Valmir Amaral**, PMDB – DF.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Institui o Código Civil.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei.

Art. 797. No seguro de para o caso de morte, é lícito estipular-se um prazo de carência, durante o qual o segurador não responde pela ocorrência do sinistro.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Sibá Machado.

São lidos os seguintes:

OF/A/PSB/58/05

Brasília, 9 de março de 2005

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência o Deputado Isaias Silvestre como titular da Medida Provisória nº 240, de 2005, do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a aplicação dos arts. 5º, 6º, 7º e 8º da Medida Provisória nº 232, de 30 de dezembro de 2004.”, em substituição ao Deputado Renato Casagrande.

Atenciosamente, Deputado **Renato Casagrande**.

OF/LID/Nº 047/2005

Brasília, 9 de março de 2005

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Fernando Coruja, em substituição ao meu nome, para ocupar a vaga de titular, na Comissão Mista que examina a Medida Provisória Nº 238/05, que “Institui, no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Pro-Jovem,

cria o Conselho Nacional de Juventude – CNJ e cargos em comissão, e dá outras providências”.

Atenciosamente, Deputado **Dimas Ramalho**,
Líder.

OF/LID/Nº 048/2005

Brasília, 9 de março de 2005

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os Deputados Colbert Martins e Roberto Freire, em substituição ao meu nome e do Deputado B. Sá, para ocuparem as vagas de titular e suplente, respectivamente, na Comissão Mista que examina a Medida Provisória Nº 234/05, que “Dá nova redação ao **caput** do art. 2.031 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil”.

Atenciosamente, Deputado **Dimas Ramalho**,
Líder.

Ofício nº 259/2005 – GLDBAG

Brasília, 9 de março de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico que o Senador Sérgio Zambiasi deixa vaga a Suplência da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, para compor, na qualidade de Titular, a referida Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passará a compor a Comissão de Educação, na qualidade de Titular, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi.

Aproveito a oportunidade para apresentar-lhe minhas cordiais saudações. Senador **Dalcídio Amarel**, Líder do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo.

OF/LID/Nº 044/2005

Brasília, 10 de março de 2005

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os deputados Ivan Paixão e Júlio Delgado, para ocuparem as vagas de titular e suplente, respectivamente, em substituição ao meu nome e do deputado B. Sá, na Comissão Mista que examina a Medida Provisória nº 231/04 que “Cria, na Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, para lotação no Ministério da Saúde, os cargos que menciona, institui a gratificação de Incentivo à Atividade Intensiva de Assistência à Saúde – GIAAS, e dá outras providências”.

Atenciosamente, – Deputado **Dimas Ramalho**,
Líder.

OF/LID/Nº 045/2005

Brasília, 10 de março de 2005

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o deputado B. Sá-PPS/PI, em substituição ao meu nome, para ocupar a vaga de

titular, na Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 233/04, que “cria a Superintendência Nacional da Previdência Complementar – PREVIC, altera a denominação do Instituto Nacional do Semi-Árido – INSA, cria e extingue cargos públicos de provimento efetivo e em comissão, e dá outras providências”.

Atenciosamente, – Deputado **Dimas Ramalho**,
Líder.

OF/LID/Nº 046/2005

Brasília, 10 de março de 2005

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Rogério Teófilo-PPS/AL, em substituição ao meu nome, para ocupar a vaga de titular, na Comissão Mista, que examina a Medida Provisória nº 235/05, que “dispõe sobre o Programa Universidade para Todos – PROUNI”.

Atenciosamente, – Deputado **Dimas Ramalho**,
Líder.

OF/LID/Nº 049/2005

Brasília, 10 de março de 2005

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Ivan Paixão – PPS/CE, para ocupar a vaga de suplente, em substituição do Deputado B. Sá, na Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 233/04, que “Cria a Superintendência Nacional da Previdência Complementar – PREVIC, altera a denominação do Instituto Nacional do Semi-Árido – INSA, cria e extingue cargos públicos de provimento efetivo e em comissão, e dá outras providências”.

Atenciosamente, – Deputado **Dimas Ramalho**,
Líder.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Sibá Machado.

É lido o seguinte:

Ofício RT nº 024/2005

Brasília, 25 de fevereiro de 2005

Senhor Secretário-Geral,

Encaminho aos cuidados de Vossa Senhoria, para as providências cabíveis, o Ofício nº 004/2005/DA/Relator, datado de 10-1-2005, que me foi encaminhado pelo Desembargador Orlando de Almeida Perri, do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, tratando de matéria relacionada à CPI do Judiciário, já encerrada.

Na oportunidade, renovo-lhe as manifestações do meu elevado apreço.

Cordialmente, **Ramez Tebet**, Senador.

OFÍCIO Nº 004/2005/DA/Relator

Cuiabá, 10 de janeiro de 2005

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, para os fins legais, que o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, em sessão ordinária administrativa realizada no dia 18-11-2004, julgou o Processo Administrativo nº 4/2001, envolvendo o magistrado José Geraldo da Rocha Barros Palmeira, aplicando-lhe a pena de aposentadoria compulsória, a máxima prevista na Lei Orgânica da Magistratura Nacional, sem prejuízo da ação penal em curso.

O procedimento administrativo acima referido teve origem nas Comissões Parlamentares de Inquéritos do Judiciário e do Narcotráfico, onde levantou-se indícios da participação desse magistrado na transferência irregular de perigosa traficante internacional de drogas, do Presídio da Papuda, em Brasília-DF, para a frágil Cadeia Pública de Atalaia-AL, com vistas a proporcionar-lhe fuga.

No decorrer da instrução apurou-se não apenas efetiva participação do Dr. José Geraldo da Rocha Barros Palmeira na transferência espúria, mas também dos magistrados alagoanos Daniel de Souza Accyoli e Sérgio Wanderley Persiano, contra os quais, pelo que se tem conhecimento, nenhuma providência foi tomada, a despeito de esforços de alguns Desembargadores daquele sodalício, como Orlando Manso e Antônio Sapucaia da Silva.

Respeitosamente, Desembargador **Orlando de Almeida Perri**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O expediente que acaba de ser lido vai à publicação e será juntado ao processado do Requerimento nº 118, de 1999 – SF.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Sibá Machado.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 143, DE 2005

Requeiro, nos termos do artigo 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 603, de 1999, de minha autoria, que “Acrescenta parágrafo único ao artigo 882 da Consolidação das Leis de Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452/43”.

Sala das Sessões, 10 de março de 2005. – Senador **Romero Jucá**

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 256, § 2º, inciso II, alínea “b”, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Sibá Machado.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 144, DE 2005

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos do art. 255, II, “C”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal que, após tramitação no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, seja o PDS nº 602/2004 remetido à Comissão de Assuntos Sociais por tratar, concorrentemente, de assunto pertinente à competência daquela Comissão.

Sala das Sessões, 10 de março de 2005. – Senador **Paulo Paim**

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do disposto no art. 255, inciso II, alínea “c”, item 12, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Sibá Machado.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 145, DE 2005

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2005 que, “Insere inciso no art. 12 da Lei nº 9.250, de 1995, para incluir a dedução de doações de livros a bibliotecas públicas no cálculo do Imposto de Renda devido por pessoas físicas”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Sala das Sessões, 10 de março de 2005. – Senador **Hélio Costa**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do disposto no art. 255, inciso II, alínea “c”, item 4, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Sibá Machado.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 146, DE 2005

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas, ao Exmº Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, cópias autenticadas dos documentos listados a seguir, relativas ao Processo nº 28000.004550/93-53 do extinto Ministério do Bem-

Estar Social (MBES), hoje a cargo da Coordenação-Geral de Acompanhamento de Extinção e Liquidação (COGEL), objeto da Portaria nº 685/93-MBES:

I – as notificações encaminhadas à Prefeitura de Presidente Médici, objeto do citado processo, com identificação das pessoas que deram ciência dos recebimentos, desde 1991;

II – o relatório *in loco* que tenha identificado as possíveis irregularidades, com avaliação pormenorizada da qualidade da obra e os valores pagos e executados;

III – a tomada de contas aberta sobre o caso;

IV – o documento hábil de inclusão da Prefeitura na relação de inadimplentes;

V – a notificação dos fatos aos tribunais de contas;

VI – o documento que promoveu a retirada da Prefeitura do cadastro de inadimplentes, fato ocorrido entre 1993 e 1996;

VII – a prestação de contas, inclusive a relativa ao processo licitatório;

VIII – o plano de redução de metas;

IX – a relação da equipe técnica do Ministério do Bem-Estar Social responsável pela área, em cujo âmbito se deram os fatos objeto do citado Processo, em especial no período de 1993 a 1996.

Sala das Sessões, 10 de março de 2005. – Senador **Valdir Raupp**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Sibá Machado.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 147, DE 2005

Requer Voto de Pesar ao Sr. Walmor Giavarina, ex-deputado federal.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Pesar pelo falecimento, no último dia 25 de fevereiro, do Sr. Walmor Giavarina, ex-deputado federal, ex-prefeito e vereador de Apucarana. Foi autor da emenda constitucional que deu poderes constituintes ao Congresso em 1987.

O presente Voto de Pesar deve ser comunicado à família do Sr. Walmor Giavarina.

Justificação

O Voto de Pesar que ora requeiro justifica-se pela notável vida de Walmor Giavarina. Como dizem os amigos, “a cidade parava para ouvir o Walmor”. Advogado criminalista de renome nacional, sua atuação em júris era certeza de platéia lotada. Muitos advogados que hoje militam no foro criminal tiveram em Giavarina um exemplo de atuação correta e firme.

Sala das Sessões, 10 de março de 2005. – Senador **Arthtur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Siba Machado.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 148, DE 2005

Solicita, em aditamento ao Requerimento nº 128, de 8 de março do corrente, de minha autoria, informações ao Sr. ministro-chefe da Casa Civil sobre a convocação de atirador do exército para aulas de tiro ao alvo.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas, em aditamento ao Requerimento nº 128, de 8 de março do corrente, as seguintes informações ao Sr. ministro-chefe da Casa Civil sobre a convocação de atirador do exército para aulas de tiro ao alvo:

1. Qual a frequência das aulas de tiro?
2. Quantos tiros, em média, são dados em cada aula?
3. O limite de 50 cartuchos por ano, estabelecido na portaria normativa nº 40/MD, de 17 de janeiro do corrente, está sendo obedecido?
4. Caso contrário, como estaria sendo obtida a munição adicional?
5. Qual o número do registro da arma utilizada nos treinamentos?

Justificação

A Portaria normativa nº 40/MD, de 17 de janeiro do corrente estabelece que “A quantidade anual máxima de cartuchos de munição de uso permitido que um mesmo cidadão poderá adquirir no comércio especializado ... é de 50 cartuchos”. Isso representa aproxima-

damente, quatro balas por mês ou mais ou menos uma bala por semana, o que, em princípio, inviabilizaria a prática freqüente do novo “esporte” do ministro.

O objetivo do requerimento é esclarecer se houve abuso de autoridade ou uso indevido de recursos públicos na nova atividade de Ministro que compõe o atual governo.

Sala das Sessões, 10 de março de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Siba Machado.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 4/05-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 9 de março de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 118 do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que esta Presidência prorrogou, por igual período, o prazo estipulado pelo Ato da Mesa (SF) nº 1, de 2001, para apreciação do Requerimento nº 1.603, de 2004, de autoria do Senador Romeu Tuma.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 5/05-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 9 de março de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 118 do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que esta Presidência prorrogou, por igual período, o prazo estipulado pelo Ato da Mesa (SF) nº 1, de 2001, para apreciação do Requerimento nº 71, de 2005, de autoria do Senador Tasso Jereissati.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2005
(Proveniente da Medida Provisória nº 226, de 2004)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 226, de 2004), que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPPO e altera dispositivos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal; da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF; da Lei nº 9.872, de 23 de novembro de 1999, que cria o Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER; da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a instituição de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor; e da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores; e dá outras providências.

Relatora revisora: Senadora **Ideli Salvatti**.

Concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti, relatora da matéria.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, estamos solicitando um prazo maior para apresentar nosso parecer, tendo em vista que a reunião ocorrida ontem à tarde com vários representantes de diversos Partidos deixou claro que ainda há algumas questões que precisam ser aprofundadas.

Iremos realizar mais uma reunião entre os Líderes na segunda-feira. Na terça-feira pela manhã, a Comissão de Assuntos Econômicos tratará do assunto em audiência pública, inclusive com a presença do Dr. Gilson Bittencourt, que é o secretário executivo do grupo de trabalho interministerial que está coordenando todo o processo de ampliação do microcrédito e das microfinanças. A CAE poderá aprofundar o debate sobre esse assunto e apreciar a MP de forma mais detalhada.

Nossa expectativa é a de que, com esses dois procedimentos – tanto o da reunião da segunda-feira à tarde quanto o do debate na Comissão de Assuntos Econômicos –, tenhamos condições de apresentar o

parecer e votar a medida provisória na próxima terça-feira na sessão deliberativa da tarde.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Mesa defere a solicitação de V. Ex^a nos termos do art. 348, inciso II, por analogia.

Está encerrada a Ordem do Dia.

Todas as demais deliberações legislativas ficam sobrestadas.

São as seguintes as matérias cuja apreciação é sobrestada:

– 2 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 57, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2003 (nº 306/2000, na Câmara dos Deputados), que *acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura*.

Parecer favorável, sob nº 195, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Marcelo Crivella.

– 3 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 15, DE 2004

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2004 (nº 575/98, na Câmara dos Deputados), que *altera o inciso IV do art. 20 da Constituição Federal*. (Excluindo dos bens da União as ilhas costeiras que contenham a sede de Município).

Parecer favorável, sob nº 462, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Bornhausen.

– 4 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 40, DE 2000

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Heloísa Helena, que *dispõe sobre a obrigatoriedade e gratuidade da educação infantil para crianças de zero a seis anos de idade*.

Parecer favorável, sob nº 1.696, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tião Viana.

– 5 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 43, DE 2000

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Júlio Eduardo, que *modifica a redação dos arts. 20, III, e 26, I, da Constituição Federal, para definir a titularidade das águas subterrâneas*.

Parecer favorável, sob nº 1.320, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Lúcio Alcântara.

– 6 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 9, DE 2003

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *adiciona um parágrafo ao art. 183 da Constituição Federal, aumentando o tamanho máximo do lote objeto de usucapião especial urbano em cidades com menos de 300.000 (trezentos mil habitantes)*.

Parecer sob nº 271, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Maranhão, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 7 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 73, DE 1999

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 73, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *inclui novo inciso no § 9º, além de novos parágrafos no art. 165 da Constituição Federal* (participação da população ou de entidades civis legalmente constituídas na elaboração, aprovação e execução do processo orçamentário).

Parecer sob nº 1.398, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 8 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 31, DE 2000

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-*

A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças, tendo

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

– 9 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*, tendo

Parecer sob nº 1.199, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

– 10 –

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, DE 2001

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2001 (nº 6.387/2002, naquela Casa), que *altera os arts. 6º, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade*.

Parecer favorável, sob nº 22, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador José Jorge.

– 11 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2002 (nº 3.881/2000, na Casa de origem), que *acrescenta inciso ao art. 30 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB*.

Pareceres sob nºs 431, de 2003, e 23, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, 1º pronunciamento: favorável ao Projeto; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 1 e 2, de Plenário): favorável, parcialmente, às emendas, nos termos de subemenda, que apresenta.

– 12 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2003 (nº 6.425/2002, na Casa de

origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao caput e ao § 3º do art. 304 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal*.

Parecer favorável sob nº 4, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

– 13 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2004 (nº 3.3371/97, na Casa de origem), que *altera o art. 259 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil*.

Parecer sob nº 5, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta.

– 14 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2004 (nº 818/2003, na Casa de origem), que *altera o artigo 1.121 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, para incluir, como requisito indispensável à petição da separação consensual, o acordo entre os cônjuges relativo ao regime de visitas dos filhos menores*.

Parecer favorável sob nº 6, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

– 15 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 645, DE 2002

(Incluído em Ordem do Dia nos termos dos Recursos nºs 13 e 14, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 645, de 2002 (nº 2.089/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Elo Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Maceió, Estado de Alagoas*.

Pareceres sob nºs 624 e 624-A, de 2003, da Comissão de Educação, Relator: Senador Jefferson Péres: 1º pronunciamento, pelo sobrestamento do projeto; 2º pronunciamento, favorável.

– 16 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 42, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 42, de 2004 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.971, de 2004, Relator: Senador Eduardo Suplicy),

que *autoriza a contratação de crédito externo, no valor total de quinhentos e setenta e dois milhões e duzentos mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao Projeto de Apoio ao Programa Bolsa Família.*

– 17 –

REQUERIMENTO Nº 8, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 8, de 2005, do Senador Hélio Costa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 321, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.

– 18 –

REQUERIMENTO Nº 22, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 22, de 2005, do Senador Edison Lobão, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 176 e 340, de 2004, por regularem a mesma matéria.

– 19 –

REQUERIMENTO Nº 44, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 44, de 2005, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 182, de 2003, e 352, de 2004, por regularem a mesma matéria.

– 20 –

REQUERIMENTO Nº 55, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 55, de 2005, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 334 e 348, de 2004, por regularem a mesma matéria.

– 21 –

REQUERIMENTO Nº 60, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 60, de 2005, da Senadora Serys Slhessarenko e outros Senhores Senadores, solicitando a criação de Comissão Especial Temporária, composta de sete membros e igual número de suplentes, destinada a planejar e coordenar a execução das atividades referentes às comemorações pelo Ano Internacional da Mulher Latino-Americana - 2005, instituído pelo Parlamento Latino-Americano.

– 22 –

REQUERIMENTO Nº 61, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 61, de 2005, da Senadora Fátima Cleide, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 283 e 313, de 2004, por regularem a mesma matéria.

– 23 –

REQUERIMENTO Nº 91, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 91, de 2005, do Senador Tião Viana, solicitando a criação de Comissão, composta de cinco membros, para, no prazo de 60 dias, apresentar projeto de resolução de reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faleceu muito recentemente o ex-Deputado Federal e sempre advogado Valmor Giavarina, do Paraná. S. Ex^a morreu como advogado do Partido Progressista no Estado do Senador Alvaro Dias, o Paraná.

Valmor Giavarina foi Deputado Federal pelo PMDB em anos difíceis de combate ao regime autoritário neste País. Na Câmara, certamente, deve ter havido alguma manifestação, quem sabe muitas, de pesar pelo falecimento do Deputado Valmor Giavarina. No Senado, pelo que sinto – até por minha omissão involuntária –, passou em branco, vim a saber do fato ontem.

Gostaria de comunicar à Mesa que estou apresentando um voto de pesar pelo falecimento do Deputado Valmor Giavarina. S. Ex^a deu sua contribuição à restauração da democracia no País, cumpriu com seu papel como excelente parlamentar que foi e como diligente e competente advogado do Partido Progressista. Já o tive como aliado e como adversário. Sou testemunha, portanto, bastante viva, bastante presente da sua competência.

Encaminho à Mesa esse voto de pesar, seguro de que estaremos homenageando um brasileiro que merece esses encômios e esse reconhecimento por parte do Senado Federal. Neste momento, o Senado representa a Nação brasileira e, sem dúvida, o bravo e progressista Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Mesa aguarda o requerimento de V. Ex^a relativo ao falecimento do Deputado Valmor Giavarina para adotar as medidas pertinentes ao voto de pesar.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Gostaria apenas de comunicar que subscrevo não só as palavras do Senador Arthur Virgílio como seu requerimento. Faço questão de subscrevê-lo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Mesa aguarda o requerimento de V. Ex^{as}.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos e, a seguir, ouviremos o Senador José Agripino Maia.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos nós aqui sabemos da importância da Amazônia para o País. Creio que a grande maioria dos brasileiros tem essa consciência, mas não é demais chamar a atenção da Nação, do Senado e da Câmara dos Deputados para o que parece uma certa fantasia, mas que está consubstanciada em várias afirmações de líderes mundiais, tais como Mikhail Gorbachev, Margaret Thatcher, Al Gore, ex-vice-presidente dos Estados Unidos, François Mitterrand, ex-presidente da França e, mais recentemente, do Sr. Pascal Lamy, francês, que era um dos dirigentes da União Européia e agora vai para a Organização Mundial do Comércio – ele disse, categoricamente, que a Amazônia precisa ser administrada por uma espécie de consórcio de países.

É inaceitável essa afirmação feita anteriormente por esses líderes mundiais que citei e agora pelo Sr. Pascal Lamy, que, indo para a Organização Mundial do Comércio, estará a serviço dos países ricos deste mundo.

Tenho a honra de ser um Senador da Amazônia, nascido na Amazônia – portanto, não falo de Amazônia por ter ouvido dizer. Não sou daqueles que, morando em Ipanema ou em São Paulo, se dizem professores de Amazônia, sem nunca terem ido lá. Certas organizações vivem de vender a imagem da Amazônia e não levam nada em favor da região. A cada dia que passa, por um detalhe ou por outro, brasileiros, que têm o dever de defender a Amazônia, estão colaborando para que a Amazônia fique disponível para ser ocupada futuramente ou para, como diz Pascal Lamy, ser gerida por um consórcio de países ricos porque, nós, brasileiros, não sabemos cuidar dela.

Ora, Sr. Presidente, o Brasil tem mais de 500 anos, e a Amazônia, com todo esse tumulto que se faz de estar sendo devastada, não tem sequer 12% da sua área ocupada pelo ser humano. Então, é preciso pensar na Amazônia de maneira diferente.

No Programa de Governo do Presidente Lula, li uma frase que me tocou profundamente, que esperava e ainda espero se transforme em realidade: todo mundo sabe o que não se pode fazer na Amazônia, mas o que é que se pode fazer naquela região? Qualquer coisa que se pretende fazer para desenvolver a Amazônia esbarra nas questões ambiental, ecológica, indígena, mas não há uma inteligência brasileira capaz de formular um plano efetivo de ocupação para o desenvolvimento da Amazônia de maneira racional.

Esses países que falam tanto em proteger a Amazônia não protegeram suas florestas, seu meio ambiente. Apenas foram em busca do desenvolvimento e, hoje, mandam no mundo, fazendo exatamente o contrário do que querem nos impor.

Essa imposição e esse radicalismo ecológico chegaram a tal ponto, que todas as cédulas de real estampam bichos; não há um vulto histórico. Por quê? Será que, no Brasil, não há vultos históricos? Será que não há sequer um monumento para figurar em nossas cédulas de real?

Portanto, realmente me causa indignação, como amazônida, ver que, entra governo e sai governo, e a Amazônia é vista apenas como uma espécie de zoológico que tem de ser preservado. Mas preservado para quem? Quando na Amazônia só havia borracha e os Estados Unidos estavam em guerra, a região foi explorada ao máximo. Levaram sementes de seringueira para a Malásia e para outros lugares, e a Amazônia passou a ser secundária com relação à produção da borracha.

E assim se dá em todos os pontos. Por exemplo, mais de 50% da área do meu Estado é ocupada por reservas indígenas, que, coincidentemente, detêm as reservas minerais existentes. E não há apenas ouro e diamante; há nióbio, titânio, urânio, minerais de terceira geração, estratégicos. Portanto, os países que dominam o mundo não têm interesse que o Brasil explore a região. Os países ricos não querem que o Brasil seja rico.

Em Rondônia, há a Reserva Roosevelt, que tem esse nome porque o ex-Presidente dos Estados Unidos esteve lá. É também o nome de um rio. Nessa reserva indígena, coincidentemente, existe uma mina de diamantes que, segundo os especialistas, pode ser a maior e a de melhor qualidade do mundo. E o que está se fazendo lá?

Presidi a comissão externa do Senado que esteve na região, devido a requerimento do Senador Valdir Raupp. Sobrevoamos o garimpo, uma área de mineração tão grande, que nem o Ibama nem a Funai nem a Polícia Federal viram. Durante vários anos, o diamante daquela região foi explorado e contrabandeado. E nada

se fez. Houve, então, o massacre de 29 garimpeiros que estavam dentro da reserva, autorizados pelos índios – se é que eles podem autorizar –, pois vimos os documentos assinados pelos caciques. E por que faziam isso? Porque não há governo lá. Nem a Funai nem o Ibama perceberam isso. Então, os garimpeiros entravam na reserva, consorciados com os índios, e exploravam os diamantes, que eram divididos entre os índios e os garimpeiros. E todo esse diamante era vendido para quem? Para contrabandistas que o levavam para fora do Brasil, que não recebia sequer um tostão de imposto.

Aprovamos, há poucos dias, uma medida provisória para legalizar um ato que, no meu entender, é extremamente ilegal: a compra dos diamantes que estavam em poder dos índios pelo Governo Federal, por meio da Caixa Econômica Federal. Devia-se regulamentar a exploração mineral de forma racional e decente, de forma que parte dessa exploração se revertesse em benefício dos próprios índios. Isso não se faz!

Há projetos aprovados no Senado que estão na Câmara dos Deputados há décadas e que não são aprovados naquela Casa, não são regulamentados. Por quê? Porque os países ricos não deixam. Nós, brasileiros, precisamos de mais dinheiro, e apenas com as riquezas minerais da Amazônia pagaríamos a dívida externa e faríamos programas sociais mais avançados. Com certeza, a questão do Fome Zero estaria completamente resolvida. No entanto, ficamos lamentando, embora tenhamos um monte de riquezas disponíveis, porque a Amazônia precisa ser preservada. Repito: preservada para quem?

Nós, amazônidas, temos de tomar uma posição e pedir para os brasileiros de outras regiões que se interessem pela Amazônia antes que ela se torne uma outra Kosovo ou um outro Iraque e seja ocupada por resolução da ONU ou sem resolução da ONU. Há, inclusive, a proposta feita pelo Sr. Pascal Lamy de que os países ricos possam explorar, numa espécie de consórcio, a nossa região.

Sr. Presidente, deixo meu protesto e, posteriormente, voltarei à tribuna para trazer um conjunto de sugestões consubstanciadas em projetos de minha autoria aprovados no Senado, mas parados na Câmara, e em outros que não foram aprovados aqui. Tenho um conjunto de propostas efetivas para não só fazer com que a nossa região se desenvolva, mas também para ajudar o Brasil a sair do estado de penúria em que se encontra.

A Amazônia representa 60% do território brasileiro, mas tem apenas um terço da população do Brasil. Os outros dois terços estão localizados nos 300 quilômetros que vêm do mar para dentro. O resto é descui-

dado pela Nação. O Centro-Oeste vem se desenvolvendo na marra, porque também não houve qualquer projeto de desenvolvimento para a Região.

Com esse elenco de propostas que pretendo trazer na próxima semana, poderemos reativar não só a memória dos dirigentes deste País, mas também a de todos os brasileiros.

Há uma propaganda muito bem orquestrada internacional e nacionalmente contra o desenvolvimento da Amazônia. Estou entre aqueles que defendem um desenvolvimento inteligente, racional, mas não posso aplaudir essa política de engessamento e de retrocesso em relação à minha região.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. César Borges.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA)

– Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Edison Lobão, por cessão do nobre Senador Romeu Tuma. Em seguida, falará o Líder do PFL, Senador José Agripino. Após, o Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, fará seu pronunciamento.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a reforma previdenciária que a duras penas o Congresso Nacional aprovou, após anos de discussões e ingentes esforços, ainda não se efetivou por completo. E não foi definitivamente concluída porque a Câmara dos Deputados ainda não pôde honrar o compromisso assumido por todas as Lideranças de ambas as Casas do Congresso Nacional para aprovar a chamada PEC paralela da Previdência Social.

Ainda ontem, dia 9 de março, li nota na imprensa dando conta de que o Presidente da Câmara estaria programando incluir imediatamente na pauta de votações o referido projeto de emenda constitucional, mas determinadas lideranças já manobravam para dificultar tal votação.

Tais dificuldades crescem a indignação com que especialmente os aposentados recebem, a cada mês, o desconto da contribuição previdenciária que lhes é debitado nos contracheques no mais das vezes magros e insuficientes para os seus custos familiares. Mantêm-se inconformados, não sem razão, pela nova obrigação de voltarem a contribuir já na velhice, após o terem feito durante uma vida inteira sob regras, então estatuídas, de que estariam isentos com a aposentadoria.

Essa indignação contra tais descontos é motivava, em alto grau, pela inoperância desastrosa do nosso sistema de saúde e outras carências dos ser-

viços públicos: os que contribuem para o Estado – e aí se incluem também o Imposto de Renda e outros tributos – não recebem uma contraprestação mesmo elementar dos poderes públicos. Sentem-se injustiçados e completamente desamparados.

E o mais triste, Sr. Presidente, é que a Previdência Social brasileira, em que pese a substancial reforma que lhe foi imposta, continua deficitária, em situação que seria falimentar se estivesse em mãos privadas. Em consequência, sem nenhuma esperança à vista de que solucionará, em tempo breve, os seus gargalos e problemas.

Vale registrar, a propósito, a inusitada denúncia que o Unafisco Sindical ofereceu recentemente à Organização dos Estados Americanos contra o Estado brasileiro, presentemente sob a análise da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em Washington. A informação foi divulgada por Gilberto Amaral no **Jornal do Brasil**. Alegou o Unafisco que a emenda aprovada é inconstitucional porque violou a propriedade individual e, sobretudo, porque os aposentados brasileiros tiveram, nos seus pleitos, deficiente proteção judicial no Supremo Tribunal Federal. Em função disso, afirmou a denúncia do Unafisco que se inviabilizaram os direitos humanos que o Brasil tinha a obrigação de proteger por força do Pacto de São José da Costa Rica e também de outros tratados assinados.

Esses são os fatos que lamentavelmente muito preocupam em relação à nossa Previdência Social e que espero encontrem soluções justas e adequadas.

Sr. Presidente, era a reclamação que desejava fazer desta tribuna.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Agripino, Líder do PFL, por cinco minutos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Senadores, há dois ou três dias, tive a oportunidade de, desta tribuna, manifestar-me e apresentar a minha indignação com relação a fatos que vêm e vinham sendo apresentados, com muito destaque, pela imprensa de circulação nacional.

De repente, não mais que de repente, as estatísticas de mortes por doença – não por conflitos – de populações indígenas, principalmente em Mato Grosso do Sul, Estado do Senador Delcídio Amaral, grande Líder do PT nesta Casa, vêm mostrando números crescentes, alarmantes, provocando a indignação do País como um todo.

Evidentemente que quem viu a fotografia que eu vi – e quem comprou o jornal **O Estado de S. Paulo** hoje a viu –, uma fotografia colorida de quatro indiozi-

nhos, dentro da matéria intitulada “Sobe o número de crianças indígenas mortas em treze regiões”, haverá de se entristecer e de se indignar. São quatro crianças: uma completamente sem roupa, sem calçado; a outra, com um calçãozinho, sem calçado; a outra, com camisa e calçãozinho, sem calçado; e a mais velhinha, uma menina, com uma sandália japonesa e com a roupinha suja, enxovalhada; todos com olhinhos súplices para o fotógrafo que captou o flagrante do sofrimento dessa população indígena de Mato Grosso do Sul. Essa foto fala por si só. Ela é o retrato do estado de coisas que o Governo insiste em não socorrer.

Denunciei e apresentei os números, porque tive a preocupação de, em função daquilo que a imprensa mostrava – a morte de crianças, de índios, mas muitas crianças –, procurar a ação da Funasa, que é o órgão responsável no Brasil por saúde pública, mas específica e topicamente pela saúde e pelo cuidado com a vida da população indígena. Deparei-me com dados que denunciei aqui e que vou repetir rapidamente. Em 2003, a Funasa gastou com medicamentos R\$43,7 milhões e, com passagens, diárias e despesas de viagem, R\$4,3 milhões, ou seja, dez vezes mais em remédios do que em passagens. E, em 2003, Sr. Presidente, não houve denúncia nenhuma de morte de índio. Claro que houve mortes, mas não houve denúncia, então o fato não foi anormal. Em 2004 – e aí entra a minha indignação –, o valor gasto com remédios caiu de R\$43,7 milhões para R\$1,6 milhão, na minha conta; em passagens, subiu de R\$4,3 milhões para R\$5,4 milhões. Pelo amor de Deus!

Esses números não são meus, são do Siafi – Sistema de Administração Financeira, da República Federativa do Brasil, Governo Lula.

Com esses números, tenho o direito de supor, Senador Mão Santa, que parte daquelas mortes está-se devendo a esse tipo de estatística.

Pedi uma explicação, que veio timidamente e falsa. Li no jornal o número que apresentava um diretor da Funasa: as despesas com medicamentos não foram de R\$1,6 milhão, mas de R\$6,6 milhões, mais R\$1,4 milhão de ONGs. Só há um detalhe, dei tratos à bola e fui ver onde estava o meu engano. O R\$1,6 milhão e os R\$43,7 milhões são números que se referem, como eu falei, à Administração Central da Funasa – Fundação Nacional de Saúde. E o Diretor dessa fundação ofereceu à imprensa brasileira os números que ela gastou no Brasil inteiro e não na Administração Central, como eu havia apresentado. Apresentei o comparativo da Administração Central, medicamento **versus** despesas de viagens daquela administração. O Diretor da Funasa forneceu os números do Brasil inteiro. Então, vamos comparar os números...

(Interrupção do som.)

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma indagação. Tenho a impressão de que, após a Ordem do Dia, o Líder dispõe de, pelo menos, dez minutos, não?

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Senador José Agripino, fui informado de que V. Ex^a falaria na Hora do Expediente, ou seja, era remanescente da Hora do Expediente, por permuta.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Mas já houve a Hora do Expediente e, agora, já estamos no pós-Expediente. E, como estamos tratando de um assunto importante, pediria a condescendência de V. Ex^a por mais cinco minutos para que eu conclua o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – V. Ex^a é merecedor e o assunto, mais ainda.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Perfeito. Muito obrigado.

Voltando ao raciocínio, comparar não alhos com bugalhos, mas alhos com alhos, ou seja, despesas de viagem **versus** despesas de compras de medicamentos, não da Funasa Brasília com Funasa Brasil. O que apresentei foi Funasa Brasília **versus** Funasa Brasília. Agora, o Diretor colocou Funasa Brasília **versus** Funasa Brasil.

Vamos à Funasa Brasil **versus** Funasa Brasil para o ano 2004. No ano 2004, a Funasa gastou em viagens R\$28.207.090,00. Não foi R\$5,5 milhões o número que apresentei. Foram R\$28 milhões, considerada a Funasa do Piauí, do Rio Grande do Norte, do Maranhão, do Rio de Janeiro. A despesa com medicamento não foi R\$1,6 milhão. Na Funasa Brasil, foram R\$8 milhões. Então, são R\$8 milhões **versus** R\$28 milhões. Gastar R\$28 milhões com viagens, passagens, diárias contra, no máximo, R\$8 milhões com medicamentos?! Tem de haver indignação e tem de haver denúncia.

Senador Arthur Virgílio, tive a curiosidade de levantar os dados de gastos somente para os dois primeiros meses de 2005. Sabe quanto foram as despesas da Funasa Brasil? Para medicamentos, R\$128 mil e, para despesas de viagem, R\$1,6 milhão. São dados do Siafi.

Então, é meu dever trazer a esta tribuna a minha indignação, principalmente coroada pela declaração lamentável que ouvi do Ministro da Saúde, Dr. Humberto Costa. Referindo-se às mortes dos indiozinhos, que aqui estão retratados na fotografia, S. Ex^a diz: “As mortes estão dentro (*sic*) dos números que normalmente acontecem”.

Senador Mão Santa, V. Ex^a é médico. Entender morte como fato que normalmente acontece e não tomar nenhuma iniciativa? Ele dorme com as estatísticas que acabei de apresentar sem dar resposta alguma às indagações que fizemos. Tenha paciência! Não tenho outra alternativa senão apresentar um requerimento para que o referido Sr. Ministro venha à Comissão de Assuntos Sociais para prestar contas ao País.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Pensei inicialmente na regra antiga e imaginei que V. Ex^a falaria durante 20 minutos. Quando percebi que V. Ex^a dispunha apenas de dez minutos, baixei o microfone por entender que seu pronunciamento era eloquente por si só. Não é a primeira vez que esse Ministro se pronuncia assim. Sobre os idosos e aquela história da UTI, ele já havia dito que são os que morrem primeiro, o que é uma inverdade. Quem sofre um acidente com dez anos morre antes do idoso. Trata-se de um ato no sentido de não prezar a vida, de um jeito boquirroto do Governo, de uma insensibilidade travestida de um socialismo esquisito. Realmente, V. Ex^a faz um discurso que honra o mandato que exerce em nome do povo do Rio Grande do Norte.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio, pelas suas palavras e sua generosidade.

Senadores Arthur Virgílio e Alvaro Dias, o que mais me causa indignação é o fato de a vida humana ser tratada pela palavra do Ministro, que deve falar em nome do Governo Lula, como coisa. Não se trata de vida. Afirma-se: “As estatísticas foram essas, foi sempre assim, não há muito o que alterar, esse é um fato de somenos importância”. Para nós, é de muita importância. E vou querer que o Ministro venha aqui – ele será convidado – para prestar contas dos números perversos da Funasa. Por que a Funasa dá mais importância à despesa de viagem do funcionário “a”, “b” ou “c”, para aqui, ali ou acolá, inclusive para o exterior, e não gasta seu rico dinheirinho, que saiu do bolso do contribuinte, com medicamentos para salvar as vidas desses indiozinhos, de olhinhos súplices, que são tão brasileiros quanto o Ministro Humberto Costa e o Presidente Lula?

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Concedo a palavra ao nobre Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio.

S. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}

e Srs. Senadores, o Líder José Agripino arrolou aqui algumas estatísticas e esqueceu-se de que há estatísticas também para Ministros demitidos. É um outro tipo de estatística. Há mortos, vivos e demitidos.

Sr. Presidente, estou apresentando à Mesa requerimento de informações ao Sr. Ministro Chefe da Casa Civil, Deputado José Dirceu, em aditamento ao Requerimento nº 128, de 8 de março do corrente, também de minha autoria, sobre a convocação de atirador do exército para aulas de tiro ao alvo:

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas, em aditamento ao Requerimento nº 128, de 8 de março do corrente, as seguintes informações ao Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil sobre a convocação de atirador do exército para aulas de tiro ao alvo:

1. Qual a frequência das aulas de tiro?
2. Quantos tiros, em média, são dados em cada aula?
3. O limite de 50 cartuchos por ano, estabelecido na portaria normativa nº 40/MD, de 17 de janeiro do corrente, está sendo obedecido?
4. Caso contrário, como estaria sendo obtida a munição adicional?
5. Qual o número do registro da arma utilizada nos treinamentos?

Justificação

A Portaria Normativa nº 40/MD, de 17 de janeiro do corrente, estabelece que “A quantidade anual máxima de cartuchos de munição de uso permitido que um mesmo cidadão poderá adquirir no comércio especializado é de 50 cartuchos”. Isso representa, aproximadamente, quatro balas por mês ou mais ou menos uma bala por semana, o que, em princípio, inviabiliza a prática freqüente do novo “esporte” do Ministro.

O objetivo do requerimento é esclarecer se houve abuso de autoridade ou uso indevido de recursos públicos na nova atividade de Ministro que compõe o atual governo.

Apresentei à Mesa este requerimento de informações dirigido ao Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu, sobre treinamento que está recebendo de tiro ao alvo, conforme revelou a coluna Radar da revista **Veja** desta semana. No entanto, acabei me esquecendo de colocar no requerimento o questionamento que ora formulo.

Consulto a Mesa sobre se posso fazer o adendo, mas imagino que possa. Estou lembrando a Portaria nº 40, de 2005, do Ministério da Defesa que estabelece que o cidadão somente pode adquirir em comércio es-

pecializado cinquenta cartuchos de munição por ano, ou seja, repito, aproximadamente quatro balas por mês, o que dá, mais ou menos, uma bala por semana.

Desta forma, Sr.ªs e Srs. Senadores, indago: será que o Ministro José Dirceu exercita seus treinamentos com apenas um tiro semanal? Será que toda a logística é preparada para apenas um tiro semanal, ou o Ministro José Dirceu está recebendo balas de outra fonte, ou estaria usando suas prerrogativas de Ministro para conseguir mais munição? Além disso, também gostaria de saber o número do registro da arma que o Ministro José Dirceu usa para exercitar os seus treinamentos.

O Presidente desta Casa, Senador Renan Calheiros, é autor do projeto que tratou do Estatuto do Desarmamento, e ninguém melhor do que S. Exª para saber do que estou falando e o que me preocupa. Em pleno ano simbólico do desarmamento, temos um Ministro que, das duas uma: ou movimenta a logística para dar um tiro por semana e, nesse passo, vai demorar mais a aprender a atirar do que a fazer política – e ele é muito incompetente fazendo política –, ou está o Ministro incorrendo em algo outra vez ilícito, outra vez irregular, obtendo munição em fontes não corretas. Das duas uma: ou um funcionário do Exército brasileiro, pago pelo Estado brasileiro, está-se movimentando, às custas de dinheiro público, para dar aulas de tiro ao Sr. José Dirceu, ou o Sr. José Dirceu estaria treinando com munição irregular. Além do mais, a Nação quer o bom exemplo. Essa arma deve estar registrada no nome do Ministro, deve ser completamente regular! Não passa pela minha cabeça que o Ministro esteja com arma não regular, com munição não regular! E não passa pela minha cabeça tampouco, Senadora Heloísa Helena, que o Ministro esteja aprendendo tiro ao alvo dando um tiro por semana.

Depois dizem: “Ah, estão pegando no pé do Ministro!” Não, o Ministro é que está pegando no pé da Nação. No ano do desarmamento, anuncia, dando mau exemplo a nossos filhos, que o seu esporte preferido é tiro ao alvo. Só espero que o Ministro custe muito a aprender, porque estou começando a temer que um dos alvos seja eu próprio!

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA)
– Sou eu quem agradeço, Senador Arthur Virgílio.

Concedo a palavra, pelo Bloco da Maioria, ao nobre Senador Sibá Machado. (Pausa.)

Não estando presente o Senador Sibá Machado, concedo a palavra ao nobre Líder do PL, Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)
Como Líder do Bloco/PL. Sem revisão do orador.) –

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez ocupo esta tribuna, Senador José Agripino, para falar sobre a situação da saúde no Rio de Janeiro, assunto fundamental para as questões da minha cidade.

O Rio de Janeiro vive hoje uma situação de penúria tremenda. Vivi dez anos na África. Dez anos passei como missionário na África. Estive em Angola, Lesoto, Suazilândia, Madagascar, Moçambique, Namíbia – que, na época, era colônia – e nunca vi a miséria que vejo na cidade do Rio de Janeiro: 700 comunidades carentes, uma delas até com o nome de Nelson Mandela. Se o Presidente Nelson Mandela souber que puseram o nome dele naquela comunidade, tenho certeza de que ele vai chorar e pedir para tirar, porque nem na África se vê a miséria que há no Rio de Janeiro. É angustiante.

A primeira comunidade carente, o Morro da Previdência, surgiu com os escravos que voltaram da guerra do Paraguai, maior conflito que já houve na América do Sul – no Século XIX, de 1865 a 1870.

E agora, para aumentar a minha agonia e aflição, não conseguimos chegar a um acordo com relação à saúde.

O mais primitivo dos instrumentos de defesa do ser humano é jogar a culpa nos outros. Não foi assim no Paraíso? Quando Deus disse a Adão: “O que fizeste?” Ele respondeu: “A mulher que Tu me destes me fez comer do fruto”. O mais primitivo instrumento de defesa é jogar a culpa no outro. E é isso que estou vendo no Rio: o Governo Federal não paga, não repassa; os hospitais caindo aos pedaços, sequer têm elevador – hospitais federais, não digo nem os municipais. Os Estaduais, a mesma droga. Os municipais, piorou.

O Prefeito se defende e diz: “Vou entregar isso de volta, não quero mais”. Um discurso diferente da época da campanha, quando dizia que havia R\$1 bilhão em caixa e queria emprestar R\$100 milhões para a Rosinha. Sumiu o dinheiro. Não sei onde está. Na saúde, não está. Ali, sei que não está.

O povo está sofrendo. O povo do Rio de Janeiro está desesperado. Fico pensando o que fará um pai que tem um filho doente no colo, bate à porta de um hospital e não consegue um remédio.

Passei, Senador Arthur Virgílio, oito anos no Exército, como oficial. Fui punido uma vez, advertido na presença de oficiais. Era segundo-tenente à época, servia no interior do Brasil, e minha esposa estava com dor de ouvido. Passei de manhã no quartel e preenchi uma indicação para o serviço médico do Exército para tratar a dor de ouvido da minha esposa. Eu era jovem, 21 anos, recém-casado, e ela tinha 20 anos. Cheguei lá para ser atendido e o médico me disse: “Isso aqui, o senhor tinha que ter vindo ontem – a fila

era de madrugada –, para pegar o número”. Respon-di: “Mas como? Ela está com dor de ouvido! É última semana, e confesso ao senhor que estava apertado”. Eu era oficial do Exército, tenente, ganhava R\$2 mil, pagava aluguel, despesas.

Voltei ao quartel, peguei a minha requisição e fui ao comandante: “Sr. Comandante, está aqui. Vim rasgar esse documento assinado pelo senhor. Documento legal, oficial, não vale nada. Hoje é comigo. Vou arrumar algum recurso, porque a minha esposa está com dor, e vou levá-la a um consultório particular. Amanhã, um cabo não sei o que vai fazer, ou um soldado, um sargento.”

Como mudou pouco esse meu Brasil, de 30 trinta anos atrás. E me deixa triste ver a saúde do Rio de Janeiro dessa maneira.

O Prefeito sabe que ela não está bem. Aliás, já criou até uma subsecretaria que aplaudi. Ele reconheceu. É um homem honesto, digno, e disse: “Não anda bem, a gestão não está boa. Vou montar mais uma subsecretaria”. Tirou um diretor – uma das grandes administrações do Município – que estava na Comlurb, na arrecadação de lixo, e trouxe-o para Secretaria de Saúde. Começamos a arrumar, tínhamos aquele gás. A população do Rio de Janeiro elegeu o Prefeito no primeiro turno, com louvor. E agora, o Sr. Prefeito diz, não como César, mas como Pilates: “Lavo minhas mãos. Vou devolver esses hospitais. Já devia tê-los devolvido antes.”

Sinceramente, vejo essa frase com muita tristeza.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Crivella, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Permitirei.

Vejo essa frase com muita tristeza porque a população do Rio de Janeiro não pode esperar transição, não pode esperar discussão de constitucionalismo ou de Lei de Responsabilidade Fiscal. As pessoas precisam de remédio e de médico; as pessoas precisam de uma solução.

Propus, juntamente com Senadores desta Casa, ao Município que, em um gesto de grandeza diante do Governo Federal, aceitasse o que foi proposto, e depois discutiríamos mais à frente. Eu mesmo, como vice-Líder do Governo, seria aqui uma voz clamando. O Município deu o exemplo: recebia – já era para ter recebido há muito tempo – R\$48 milhões, mas estava recebendo R\$14 milhões e deixou um déficit antigo grande. E o Governo se propôs, a partir de agora, a colocar o déficit em dia. E o passado? Vamos discutir depois, porque há pessoas morrendo na fila do hospital. Mais para frente, vamos recuperar o passado,

mas resolvamos o problema agora. O Governo propôs R\$100 milhões para investimentos.

O Município disse: “Não, Crivella, é ingenuidade. Não vão cumprir, não vou aceitar, porque prometem e, depois, não mandam e a situação se prolonga. Vamos para a distensão, vamos à ruptura”. Meu Deus do céu, se não significassem vidas humanas! Se estivéssemos falando, por exemplo, de uma ponte, das obras do Pan-americano, que são graves e estão paradas – o Pan é a nossa grande vitrine –, com cadência lenta e falta de recursos. E não conseguimos chegar em um acordo.

Hoje, dizia a manchete na capa do principal jornal da minha cidade – todos os jornais publicaram isso –, **O Globo**, que a Prefeitura vai perder a administração do SUS, R\$788 milhões, vai passar para o Estado. Vai piorar a situação. O Estado não tem condições de assumir isso. O caso vai gerar uma pendenga, uma discussão, vai para a corte. Pergunto: e os enfermos, os doentes, aflitos e necessitados? Nem loucos, trazidos amarrados pelo Corpo de Bombeiro, hoje têm atendimento no Rio de Janeiro. Nem louco consegue internação!

Senador José Agripino, concedo-lhe um aparte.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Marcelo Crivella, gostaria de cumprimentar V. Ex^a pelo candente pronunciamento que está fazendo em defesa do interesse coletivo da população do Rio de Janeiro, cidade onde morei por dez anos, onde concluí o segundo grau e fiz meu curso superior, onde tenho grandes amigos e onde mora a minha mãe. Tive a oportunidade, semana passada, de fazer um pronunciamento apresentando os números da saúde, que era federal e passou a ser municipal, administrada pelo Prefeito César Maia. Referi-me ao pronunciamento de V. Ex^a e fiz uma conclamação ao Senador Sérgio Cabral e a V. Ex^a, dois homens de muito espírito público, para que somemos forças em torno da intenção do Prefeito, que é a de salvar a saúde do Rio de Janeiro. Esse é o espírito que V. Ex^a demonstra, lamentando a pré-ruptura, a perspectiva de ruptura ou a iminência dessa ruptura. Aplaudo a preocupação candente, sincera de V. Ex^a e renovo aqui a minha expectativa de que possamos nos somar. Eu seria o quarto Senador do Rio de Janeiro, pelas minhas raízes, pelo apreço que tenho, como V. Ex^a, pelo Prefeito César Maia, que, como V. Ex^a, eu acho que é um homem competente, probo e bem intencionado, mas que tem as suas razões. Ele tem um projeto, que V. Ex^a conhece, chamado Favela Bairro. O Favela Bairro tem um pleito, concedido pelo BID, de financiamento para um empreendimento a que o BID chama de modelar. Há mais de um ano ele se arrasta no Ministério da Fazenda e há mais de um ano colocam dificuldades, não saindo o financiamento. Não

sei por que razão. O empreendimento é modelar; é um programa de alcance social de prestígio internacional; o financiamento está aprovado pelo BID, mas o Ministério da Fazenda do Governo Federal não libera, não abre a guarda, não abre as cláusulas para concessão do dinheiro. O Prefeito César Maia tem razão – “gato escaldado tem medo de água fria”. É preciso que se reconheça: ele tem suas razões. O Município do Rio de Janeiro, na época do Prefeito Conde, assinou um convênio com o Governo Federal de repasse de seis hospitais federais para a Prefeitura. Nesse contrato havia uma cláusula que obrigava a reposição dos funcionários demitidos, transferidos e aposentados a ser feita por conta da União. Não aconteceu isso. O Prefeito diz que há um déficit, por conta disso, superior a R\$100 milhões. O custeio das unidades hospitalares, devido pelo SUS à Prefeitura do Rio de Janeiro, está congelado em R\$170 milhões há cerca de cinco anos. Não há reajuste, e a Prefeitura arcando com a diferença, para salvar a vida da cidade. Somado, esse déficit chega a R\$280 milhões. Está na hora de nos somarmos. Proponho-me, se for o caso, a conversar, juntamente com o Senador Sérgio Cabral, com V. Ex^a, Senador Marcelo Crivella e com o Senador Roberto Saturnino, conversar com o Prefeito e com o Governo central para que este cumpra suas obrigações contratuais, para que o Prefeito possa fazer aquilo que tem vontade, que é prestar o melhor possível serviço de assistência médica à população do Rio de Janeiro, principalmente à população pobre, carente, aquela que precisa mais de nós. Elogiando o pronunciamento de V. Ex^a, que estou consciente de que está recheado de espírito público e de boa intenção, coloco-me à disposição de V. Ex^a para que somemos forças em torno do Prefeito, para que possamos melhorar a vida do carioca.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Muito obrigado, Senador José Agripino. É isso mesmo que acredito que devemos fazer.

Infelizmente, a ruptura que está hoje na página central do jornal acabou nos pegando de surpresa, porque era isso que entabulávamos. Ligávamos para um, para outro, tentávamos chegar a um acordo. O Governo Federal acredita que não é possível se repor todo esse déficit e fala de outras coisas. Hoje já não são mais seis hospitais repassados ao município, e sim 31. Oferecia R\$100 milhões e oferece passar agora para R\$46 milhões.

Peço em nome daqueles que estão, neste instante, nas filas dos hospitais ou internados, sem condições sequer de ter alimentação ou mesmo de tomar um banho, porque falta água nos hospitais. No Andaraí, por exemplo, no Cardoso Fontes, em Jacarepaguá, sequer

há capote para uma médica usar para fazer uma cirurgia. Não tem! A Emergência está fechada!

O Hospital Miguel Couto, que, na minha época de menino – morei no Leblon, nasci ali, perto da praia –, era padrão, referência, hoje é superpovoado, lotado de gente, com filas enormes, faltam exames, materiais. Recebi uma ligação falando de um menino internado, com fratura craniana, ferido em um acidente de carro, e não havia cateter. Precisavam de um cateter para a criança e não havia! Liguei para o Ministro e para o Secretário estadual para pedir, mas tivemos é que remover o menino para o Copa D'Or, porque o Miguel Couto, que, na minha época de menino, era um hospital de referência, hoje sequer tem cateter para medir pressão craniana. O menino apresentava um hematoma e para medicá-lo era preciso saber a pressão para dar a quantidade certa de remédio. O Senador Mão Santa é médico e sabe disso.

Essas coisas nos angustiam. As duas partes precisam ceder. Não podemos partir para a ruptura. Se houver ruptura, a transição vai parar ainda mais os hospitais. Os médicos ficarão sem salário, como também o pessoal que fornece refeição ou faz a limpeza. Já temos uma dívida acumulada com o serviço terceirizado de limpeza do hospital por mais de um ano. Isso é terrível! Isso é uma catástrofe! Num centro cirúrgico, se não há limpeza, desenvolve-se uma infecção hospitalar.

Concedo o aparte ao Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Marcelo Crivella, cheguei para ouvir as últimas frases do seu pronunciamento. Não é a primeira vez que V. Ex^a está na tribuna ocupando-se do assunto da saúde no Estado do Rio de Janeiro. Fico pensando como a cidade mais bonita do mundo, cognominada Cidade Maravilhosa, ex-capital da República, pode conviver com dois problemas – um deles, a segurança, não é objeto da fala de V. Ex^a no momento – sérios neste País. Hoje, compareci à Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo Senador Juvêncio da Fonseca, para tratarmos do problema das crianças indígenas. Penso que essa situação causa indignação a todos nós. Todos deveríamos, Senador Marcelo Crivella, estar discutindo aqui os avanços da Medicina, e não a falta do elementar, a falta de médicos, de remédios, de leitos. Como a população de uma cidade que foi capital da República pode estar enfrentando as condições precárias de atendimento que V. Ex^a, com sua calma e ponderação, revela da tribuna, pedindo providências, enquanto as autoridades responsáveis se digladiam, jogando a culpa um no outro. Onde estamos? Quero unir minha voz à de V. Ex^a. Talvez isso não valha nada, talvez seja de pouca importância, mas estamos aqui

para isso. Estamos, em 2005, neste século, a cuidar dessas coisas pequenas, grandes pela incúria, pelo desleixo, pela negligência e pela falta de responsabilidade. Isso não pode acontecer no Rio de Janeiro, assim como em qualquer lugar deste imenso País. Eu queria prestar minha solidariedade ao povo do Rio de Janeiro por meio de V. Ex^a.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Muito obrigado, Senador Ramez Tebet. A voz de V. Ex^a é relevante, como ex-Presidente desta Casa, homem probo e que conhece a dor daqueles que vagam pelos hospitais, pois vem de momentos muito difíceis enfrentando problemas de saúde.

Termino, Sr. Presidente, dizendo que me dói ver este País pagar R\$110 bilhões para sete mil brasileiros. Não é isso? Nossa dívida não foi de R\$1 trilhão? Oitenta e dois por cento da dívida não pertencem a sete mil brasileiros que são remunerados a juros de agiotagem, 18%? Onde já se viu, meu Deus?

Isso clama aos céus, mas também aos homens de boa-vontade. É preciso mudar, Sr. Senador. Um trilhão de dívida pública remunerada a taxas de juros mais altas do planeta. Quanto ao perfil dessa dívida interna, oitenta e dois por cento pertencem a sete mil brasileiros e o restante, R\$200 bilhões, a dez milhões de brasileiros, a nossa classe média. E 160 milhões de brasileiros estão na periferia, sem direito a nada, sobrevivendo, no sertão, nas comunidades pobres do Rio, pedindo a Deus pelo pão de cada dia. Que Deus nos ajude! Que Deus tenha misericórdia deste Brasil: de um lado, uma riqueza perdulária; de outro, uma pobreza que atinge os hospitais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Agradeço ao Senador Marcelo Crivella.

Conforme resolução da Mesa Diretora, concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Eduardo Suplicy, por 20 minutos. Em seguida, falarão o Senador Sibá Machado, pela Liderança do Bloco da Maioria, e o Senador Delcídio Amaral, como orador inscrito.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador César Borges, Sr^s e Srs. Senadores, em primeiro lugar, gostaria de apoiar a iniciativa do ex-Presidente da República e hoje Embaixador do Brasil na Itália Itamar Franco, que anunciou ontem sua intenção de colaborar com o Governo brasileiro e com a família do engenheiro João José Vasconcelos Júnior, para que possa ser libertado esse cidadão de Juiz de Fora conhecido pelo Embaixador Itamar Franco desde quando este foi Prefeito daquela cidade. Esperamos que S. Ex^a possa envidar todos os esforços em prol da libertação do engenheiro, que,

como Diretor-Chefe de Obras da Odebrecht, estava no Iraque e acabou sendo seqüestrado.

Justificou o Embaixador Itamar Franco que a Itália mantém contingentes militares, serviços secretos e uma sede diplomática no Iraque e que, além disso, os italianos tiveram êxito nas negociações com os iraquianos relativas ao seqüestro da jornalista italiana, que recentemente foi libertada, depois de estar naquele país sob o domínio dos insurgentes iraquianos por um bom tempo, e que acabou sendo objeto de tiroteio por parte de uma guarda militar norte-americana. Propõe o Embaixador Itamar Franco que se crie um núcleo de ação no Brasil com base na Itália, dando maior autonomia à Embaixada em Roma, que poderia contar com a colaboração do Governo italiano. Itamar Franco ressaltou que o Serviço Secreto Italiano se dispõe a colaborar com o Brasil.

No caso de João José Vasconcelos Júnior, o problema é a falta de informação praticamente total. Ainda hoje conversei com Isabel Vasconcelos, irmã de João José Vasconcelos Júnior, que me informou que, de fato, a família está com ausência de informações desde o seqüestro, ocorrido em 19 de janeiro. Eles não têm certeza nem mesmo se o engenheiro está vivo, embora esperem, obviamente, que esteja vivo. Mas não houve qualquer informação. Inclusive, amigos da família estiveram com a jornalista italiana libertada e confirmaram pessoalmente que ela não obteve qualquer informação a respeito do cidadão brasileiro João José Vasconcelos Júnior.

Conversei há pouco com o Embaixador Itamar Franco, que me disse ter sido convidado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados para, na próxima quinta-feira, expor a respeito de sua proposição. Inclusive, o Presidente Severino Cavalcanti telefonou para S. Ex^a para transmitir-lhe o convite.

Gostaria, Sr. Presidente Renan Calheiros, que, como o ex-Presidente Itamar Franco, ex-Senador, membro desta Casa informou-me há pouco ter sido convidado pela Câmara dos Deputados para expor na próxima quinta-feira, dia 17, a respeito da sua iniciativa de tentar colaborar para que João José Vasconcelos Júnior, o engenheiro seqüestrado no Iraque, possa vir ao Brasil, gostaria de sugerir que seja feito um convite conjunto da Câmara e do Senado, pois, no caso de S. Ex^a expor sobre os seus esforços, que se reúnam ambas as Comissões de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados e do Senado para ouvi-lo.

O Senador Hélio Costa teve hoje o seu requerimento aprovado para que seja solicitado ao Itamaraty o envio de todas as informações ao Senado Federal relativas ao conhecimento que porventura tenham as

autoridades e aos esforços realizados junto aos diversos segmentos iraquianos, inclusive junto aos insurgentes, sobre como poderemos ter de volta para sua família, com vida, o Sr. João José Vasconcelos Júnior.

Assim, a minha sugestão, Senador Renan Calheiros, é que possa V. Ex^a também transmitir o convite, juntamente com o Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Relações Exteriores, para que, caso o Embaixador Itamar Franco venha ao Brasil falar desse tema, o faça em reunião conjunta nas Comissões do Senado e da Câmara.

Dedico o restante do meu pronunciamento para ressaltar a importância dos trabalhos de hoje da comissão presidida pelo Senador Alvaro Dias, que tem como Relator o Senador João Alfredo, pois tivemos a oportunidade de ouvir a apresentação do Presidente do Incra, Rolf Hackbart, sobre o estágio em que se encontra a reforma agrária no Brasil.

Rolf Hackbart explicou a evolução da legislação relativa à estrutura fundiária no Brasil desde os tempos em que a propriedade era comum entre os índios que residiam em nosso território.

Em 1494, houve o Tratado de Tordesilhas, assinado por Portugal e Espanha, por meio do qual as terras das Américas foram distribuídas entre os dois reinos.

Em 1504, houve o regime das sesmarias. Descoberto o Brasil, o colonizador português instituiu o regime das sesmarias, garantindo a cessão de grandes glebas aos amigos do rei, dando origem ao que poderia ser qualificado de uma verdadeira reforma agrária às avessas. As sesmarias duraram até 1822. A distribuição da terra era feita aos chamados amigos do rei.

Em 1822, houve o regime das posses. Às vésperas da Proclamação da República, por proposta de José Bonifácio, foi instituído o regime das posses, pouco alterando o sistema anterior de distribuição de terras. Esse regime das posses durou até 1850, quando houve a Lei de Terras.

Lembro que, nesse século, houve o **Homestead Act** nos Estados Unidos, do Presidente Abraham Lincoln, que, em grande parte, contribuiu para que naquele país houvesse uma distribuição bem mais equitativa das terras.

No Brasil, no dia 10 de setembro de 1850, foi promulgada a Lei nº 601, primeira Lei de Terras do País, regulamentada pelo Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854, que, entre outras providências, revalidou as sesmarias e outras concessões de terras feitas até então.

No que diz respeito à legislação mais atual, cabe destacar que a Constituição Federal de 1988 instituiu, no Título VII, Capítulo III, diretrizes de grande impor-

tância. Houve o Decreto-Lei nº 9.760/46, muito importante, e o Estatuto da Terra.

Relembrou Rolf Hackbart, Presidente do Incra, que, após um grande movimento social, que incluiu as Ligas Camponesas, e um movimento pela reforma agrária apoiado pelo Presidente João Goulart, o que levou muitos conservadores a realizarem manifestações de preocupação quanto à propriedade da terra, coube ao regime militar, especificamente ao Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, instituir o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/64), contando com a colaboração, entre outras, de José Gomes da Silva.

Houve, ainda, a Lei Agrária (Lei nº 8.629/93), a Lei do Rito Sumário (Lei Complementar nº 76/93), a Lei do Registro Público de Terras (Lei nº 10.267/01) e as Normas e Regulamentos do Incra.

Chamou a atenção Rolf Hackbart para a tramitação no Congresso Nacional da Proposta de Emenda à Constituição, já aprovada pelo Senado Federal, que estabelece que as áreas em que for identificada a utilização de trabalho escravo poderão ser objeto de desapropriação para fins de reforma agrária. S. S^a instou a Câmara dos Deputados a aprovar logo a matéria já aprovada por esta Casa.

Uma informação de grande importância fornecida pelo Presidente do Incra é que houve, recentemente, no Brasil, uma evolução moderada, mas em direção positiva, com relação ao índice de concentração de terra. Cabe lembrar a evolução do Coeficiente Gini, indicador de desigualdade que varia de zero a um, sendo que zero significa perfeita igualdade entre todos, e um significa que apenas um detém toda a riqueza ou toda a renda; no caso, a propriedade da terra. Pois bem. Existem indicadores de concentração da estrutura fundiária extremamente concentrados.

Em 1992, o índice de concentração era de 0,831. Em 1998, havia se agravado para 0,843. Comparando com outros países, é altíssimo. Em 1998, no Brasil, era de 0,843. Em 1980, no Canadá, era de 0,60. No México, em 1960, era de 0,62. Nos Estados Unidos, em 1987, era de 0,75. Na Bolívia, em 1989, de 0,77. E na Colômbia, em 1990, de 0,77.

Obviamente, existe uma forte concentração de riqueza. Dados apresentados pelo Sr. Rolf Hackbart indicam uma evolução para melhor, do ponto de vista de atingirmos maior equidade, ainda que em um estágio muito alto de concentração da riqueza, sobretudo de propriedade da terra.

Os indicadores de concentração fundiária no Brasil demonstram que, em 1998, o número de imóveis cadastrados pelo Incra, de mil hectares e mais, correspondiam a 57.881, o equivalente a 1,6% de todas as

propriedades, com uma área total de 219,824 milhões de hectares, ou seja, 52,9% da área total.

Em 2003, o número desses imóveis passou para 68.381, correspondendo a 1,6% de todas as propriedades, com uma área total de aproximadamente 195,7 milhões de hectares, o que representa 46,8% da área total.

O número dessas grandes propriedades evoluiu de 52,9%, em 1998, para 46,8%, em 2003. Portanto, pode-se registrar uma melhoria moderada, mas no sentido de maior equidade na distribuição da propriedade da terra. É importante saudar isso.

Ressalto aqui que, se a concentração de riqueza acumulada evolui no sentido de maior equidade, de maior igualdade, é de se esperar que também a evolução da concentração de renda, ou do grau de desigualdade, seja no sentido de maior equidade, de maior justiça. Os dados de 2003 do IBGE relativos à distribuição da renda indicam que houve uma melhoria do Coeficiente de Gini.

Mencionarei aqui o que foi divulgado, na semana passada, pelo IBGE e pelo economista da Fundação Getúlio Vargas, Marcelo Côrtes Neri, no artigo "A Desigualdade Desencalhou?" para **O Valor**, de 1º de março de 2005.

Diz Marcelo Neri:

A nossa desigualdade de renda tem se mantido alta e estável, desde que é medida. No intervalo compreendido entre os Censos de 1960 a 2000, as medidas estatísticas sociais publicadas nos colocam no pódio mundial da desigualdade. Por outro lado, as últimas edições da PNAD do IBGE apontam uma redução da desigualdade. Será que a iniquidade inercial brasileira está finalmente desencalhando?

Começamos com um retrato da população brasileira segmentado em três estratos de renda per capita: o décimo mais rico que se apropria de quase metade da renda (mais precisamente, 45,7%); a metade mais pobre que se apropria de pouco mais de um décimo da renda nacional (13,5%); e os 40% intermediários, cuja parcela na população e na renda praticamente coincide (40,8%), uma espécie de classe média no sentido estatístico.

Se olharmos as flutuações econômicas recentes dessas fatias no bolo distributivo, verificamos que o período de lua-de-mel com a estabilidade (1994-1996) e o de crises externas (1997-2001) apresentam, tanto para o bem como para o mal, mudanças relativas pouco pronunciadas.

Já no último período (2001/2003), observamos um movimento de redução da desigualdade. Começando pelo topo da distribuição, a parcela dos 1% mais ricos cai de 13,7% para 12,8%, dado inédito nos últimos 10 anos. A parcela apropriada pelos 5% mais ricos cai nesse período de 33,7% para 32,4%. Já a fatia dos 10% mais ricos cai de 47,3% para 45,7%.

Se os ricos perderam fatia no bolo, quem ganhou? Os 40% intermediários passaram de 40,4% para 40,8%. Na base da distribuição, a parcela dos 50% mais pobres sobe de 12,4% para 13,5%. Vale a pena verificar a robustez dessa queda da desigualdade. Será que ela é válida para um conjunto mais amplo de indicadores?

Tomemos a medida mais usual entre os analistas: o índice de Gini, que varia entre zero e um. Numa situação utópica, em que a renda de todos fosse exatamente igual, o índice de Gini seria zero. No extremo oposto, se um único indivíduo concentrasse toda a renda da sociedade, ou seja, todos os demais teriam renda zero, o índice de Gini seria um. Para entender a inaceitável extensão do 0,585 correspondente...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a tem mais dois minutos para concluir seu raciocínio e, conseqüentemente, seu pronunciamento.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

Para entender a inaceitável extensão do 0,585 correspondente ao nosso Gini de 2003, não precisa ser gênio: estamos mais próximos da perfeita iniquidade do que da perfeita igualdade.

Quero ressaltar que começou a haver progressos. É possível que os diversos programas, sejam os direcionados à melhor realização da reforma agrária, sejam os programas de transferência de renda, incluindo bolsa-família e outros, comecem a dar resultados modestos, porém em uma direção positiva.

Quero aqui cumprimentar o Presidente Rolf Hackbart pela seriedade com que conduziu hoje a sua exposição.

Avalio que estamos pelo menos em uma direção positiva, envolvendo a melhor distribuição da propriedade da terra e da renda no Brasil. E nossos votos são de que os programas que contribuam para esse caminho possam ser aperfeiçoados e implementados com maior força.

Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. César Borges deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

A Presidência comunica ao Plenário que, em reunião hoje realizada com a presença do Srs. Líderes Ney Suassuna, do PMDB; Delcídio Amaral, do Bloco de Apoio ao Governo; José Agripino, do PFL; Osmar Dias, do PDT; Fernando Bezerra, Líder do Governo no Congresso Nacional; Aloizio Mercadante, Líder do Governo no Senado Federal; Marcelo Crivella, Líder do PL; Leonel Pavan, Líder do PSDB; do Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; da Senadora Ideli Salvatti; e dos Senadores Luiz Otávio e Eduardo Azeredo, após amplo debate, firmou, com o apoio dos Srs. Líderes, o seguinte entendimento relativamente a projetos que tramitem em caráter terminativo nas Comissões e que forem apreciados enquanto as deliberações legislativas da Casa estiverem sobrestadas (art. 62, § 6º, e art. 64, § 2º, da Constituição Federal):

...que a decisão terminativa de comissão a que se refere o inciso I do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, e regulado mediante o disposto no art. 91 do Regimento Interno, constitui ato composto que somente se completa após ocorrer a comunicação dessa decisão da comissão ao Presidente do Senado para ciência do Plenário e publicação no **Diário do Senado Federal**, com vistas ao início do prazo de cinco dias para interposição de recurso para apreciação da matéria pelo Plenário do Senado, conforme estabelecem os parágrafos 2º e 3º do art. 91 do Regimento Interno.

Em outras palavras, quando a pauta estiver sobrestada por tramitação de medida provisória, as comissões terminativas poderão apreciar matérias. Claro que a deliberação não vai se concluir, porque há ainda, regimentalmente, o direito a recurso para a Mesa por até cinco dias, que é quando na verdade se completa a deliberação do Senado Federal. Enquanto isso, as comissões continuarão a apreciar matérias terminativas.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado, pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo. V. Ex^a tem a palavra por até 20 minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela Liderança do Bloco/PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros; Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna tratar do problema das

companhias aéreas, até hoje sem solução. Notícias foram divulgadas durante um ano inteiro; houve debates nesta Casa sobre a crise do setor aeroviário brasileiro, sobre as dificuldades dos passageiros para encontrar vagas em aviões, em contrapartida com investimentos da Infraero, modernização de aeroportos.

Fiquei surpreso com as notícias da semana passada para cá, de que se iniciou verdadeira guerra de preços de passagens e que alguém deve estar querendo enganar alguém. A moribunda Vasp, definitivamente, parece que faleceu; a Varig, crônica, apresenta um rombo de quase R\$10 bilhões, conforme a imprensa. Por outro lado, a Gol diz que teve faturamento crescente no ano passado, justamente por ter reduzido o preço das passagens. Diz a notícia que a Gol foi condenada pelo DAC a suspender a venda de passagens por R\$50,00 sob a alegação de que se tratava de competição predatória. Nessa competição de preços, Sr. Presidente, está sendo dito que a TAM segue a Varig e a Gol e dá descontos de até 60%.

“Crise da Varig e da VASP causa impacto no lucro da Infraero”. Dizem ainda que, no ano passado, o lucro da empresa foi de apenas R\$4,5 milhões, contra R\$188 milhões apurados no ano anterior. “Nessa guerra de promoções, uma passagem entre o Rio de Janeiro e Recife pode ser comprada por apenas R\$397,00. Se o bilhete for de tarifa cheia, o preço sobe para R\$1.323,00. A Varig está cobrando apenas R\$199,00.”

Para uma empresa que está mal das pernas, Sr. Presidente, devendo R\$10 bilhões, como cabe um negócios desses?

São manchetes de jornais: “TAM prevê nova queda de preços de passagens.” “O preço das passagens aéreas deve ficar entre 10% e 15% mais barato.” “Para DAC, promoção da Gol é regular.” “Há um corte de até 70% no preço das passagens.” E por aí vai.

A Associação Nacional em Defesa dos Direitos dos Passageiros do Transporte Aéreo diz, numa nota, que quer punição para as companhias por uma promoção sem transparência e faz uma série de acusações: que é mentira que não existem vagas para a venda desses bilhetes; que as pessoas vão para os guichês tentar comprar os bilhetes com os preços anunciados e não encontram; que, pela Internet, ninguém consegue, porque a rede não funciona, dá pane; que as filas nos aeroportos aumentaram em 30%.

Duas coisas me chamam a atenção. Primeiro, a concorrência dos preços baixos é muito utilizada pelos supermercados, que têm um lucro muito pequeno sobre um produto, mas, vendendo grande quantidade, conseguem aí o maior faturamento da empresa. Então, se isso vale para os supermercados, pode valer para qualquer tipo de negócio.

Diz também a Associação que os preços dos bilhetes das companhias aéreas brasileiras são terrivelmente mais altos do que os vendidos na Europa ou em outras lugares do mundo e que os serviços são cada vez de menor qualidade; que das chamadas pontas de linhas, a Varig quer entregar nove, porque só dão prejuízo; e que o compartilhamento de voo é um grande negócio.

Sr. Presidente, alguém precisa explicar o que está acontecendo. Se os preços sobem muito para garantir o faturamento dessas empresas, qual é o custo real de uma passagem aérea no Brasil? Eu queria saber. Quando eu participava de movimento popular, na crise das tabelas de preços das passagens de ônibus, sempre íamos discutir as tabelas, o custo de tudo e mais o lucro da empresa, para poder se chegar ao preço justo da passagem.

Eu queria isso, eu gostaria de ver isso aqui. Devemos uma explicação à sociedade, deixar isso mais claro. Primeiro, se é uma promoção real, onde estão as condições de logística para as empresas oferecerem o serviço para seus passageiros? Depois, o problema da ambigüidade do preço das passagens com a história da crise. Quero saber se está havendo maquiagem nos balanços. Foi noticiado no mundo inteiro que empresas americanas quebradas maquiavam o balanço para aumentar o valor na bolsa de valores. Eu queria saber se esse negócio está sendo reproduzido aqui.

Quem está falando a verdade? A Gol está dizendo que baixa o preço da passagem e aumenta seus lucros, porque é no volume de venda de bilhetes que ela fatura. A Varig bota um preço estratosférico e vive dizendo que está devendo R\$10 bilhões.

Sr. Presidente, estou apresentando um requerimento à Comissão de Assuntos Econômicos, para que

... sejam convocados os Srs. Presidente da Gol, Sr. Constantino de Oliveira Júnior; o Presidente da TAM, Sr. Marco Antonio Bolonha; o Presidente da Varig, Sr. Carlos Luiz Martins; e o Diretor-Geral do Departamento de Aviação Civil, Brigadeiro-do-Ar Jorge Godinho Barreto Nery, para que, em audiência pública, prestem os seguintes esclarecimentos a esta Casa:

1º) Sobre a crise econômica das companhias aéreas;

Eu gostaria de ver apresentadas as tabelas, mostrando o custo médio de passagem em qualquer trecho no Brasil.

2º) O realinhamento de preços feito neste mês;

Como, se durante todo esse tempo disseram que estavam quebradas e, de uma hora

para outra, promovem uma redução de até 70% no valor das passagens? E, pior, não oferecem serviços com qualidade aos usuários.

3º) Como são feitas as promoções de passagem aéreas?

Como o DAC explica isso? Num momento pode, noutro não? Em um momento, julga a atitude da GOL impropriedade porque baixou o preço para R\$50, considerando a concorrência predatória. Agora pode? E diz que é justo – está aqui no jornal.

4º) Explicitar a política de transparência com relação ao consumidor.

Sr. Presidente, encaminhei esse requerimento à Comissão de Assuntos Econômicos e gostaria de fazer um apelo ao Senador Luiz Otávio, Presidente da CAE, para que encaminhe a convocação a essas pessoas o mais rápido possível. É preciso pegar essa onda, pois se diz que na Semana Santa será uma festa – comprar uma passagem, não sei nem como.

Isso precisa de uma explicação, do ponto de vista do balanço das empresas, do ponto de vista da tabela real de custo da passagem aérea no Brasil, do ponto de vista da realidade das promoções feitas, e até que ponto são verdadeiras. É preciso haver esclarecimento em respeito ao consumidor, para que ele compre a passagem para o dia que quiser, que o sistema funcione, seja no balcão da empresa, via Internet, pelo telefone, seja como for.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Com todo prazer, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Sibá Machado, V. Exª chama a atenção para um assunto muito importante: transporte aéreo. V. Exª está fazendo o que nós, médicos, chamamos de profilaxia. Se der complicação, vira epidemia. Há pouco tempo, Senador Garibaldi Alves Filho, quando eu governava o Estado do Piauí, havia vôos daqui para Teresina, que funciona também como capital do centro e do sul do Maranhão. Havia a Transbrasil, a Vasp, a Varig e a TAM. E a TAM, do Comandante Rolim, quem levou para a região fui eu. É um negócio recente. Eu, outro dia, fiquei a imaginar que, se não tivesse convencido o Comandante Rolim, não haveria vôos hoje. Todas as empresas aéreas desapareceram em um pequeno espaço de tempo. A TAM foi uma conquista – vamos dizer – nossa num governo recente. Nesse pequeno período de tempo, desapareceram a Transbrasil, a Varig e a Vasp. Então, há algo errado nesse reino aéreo. Talvez nada tenha a ver com o avião do Presidente Lula, mas precisamos estudar isso.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Mão Santa. Eu agradeço pela contribuição de V. Exª ao meu pronunciamento.

Sr. Presidente, para encerrar, eu queria lembrar que existe ainda um grave problema, que é a qualidade no atendimento e a questão da centralização. Apenas alguns aeroportos oferecem vôos para outros países e até mesmo para cidades brasileiras. Então, quem está em determinado lugar é obrigado a sair daquele ponto e dirigir-se ao centro do País, para dali partir. Por exemplo, quem está no Piauí, tem que vir a Brasília para daqui partir para Estados como Alagoas e Paraíba. Isso precisa ser explicado.

Sr. Presidente, merecemos uma explicação, a sociedade brasileira e todos os interessados no assunto.

É preciso transparência nessa história. Precisamos analisar a situação dos balanços. Se pode para uma, pode para todas. A redução de custos não pode ser uma brincadeira. Desculpem-me a angústia e a decepção em relação à questão, que me levaram a fazer este pronunciamento. Espero que, em curto espaço de tempo, tenhamos uma explicação plausível na Comissão de Assuntos Econômicos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Sibá Machado, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral, Líder do Bloco, na qualidade de orador inscrito regularmente.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, serei breve. Eu queria fazer dois registros. O primeiro, com relação a hoje, quando tivemos uma belíssima cerimônia em que se comemorou o Dia Internacional da Mulher. E eu não poderia deixar aqui de registrar a experiência de Mato Grosso do Sul, especialmente com relação às políticas de gênero e em função do trabalho desenvolvido pela Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a Mulher. Essa coordenadoria deu seus primeiros passos em 1999, sob a direção de Dona Gilda Maria Gomes dos Santos, quebrando dogmas, rompendo preconceitos e dando início a uma nova forma de pensar políticas públicas. O Mato Grosso do Sul é um dos Estados que mais ousou com relação a essas questões.

Uma das principais razões que nos levaram à introdução de políticas públicas para a mulher é a violência contra a mulher. Esse tipo de violência acontece no mundo inteiro e atinge mulheres de todas as

idades, independentemente de classe, raça, etnia ou orientação sexual. Era expressão do desequilíbrio das relações de poder em nossa sociedade.

A violência contra a mulher requer políticas públicas de prevenção e assistência, bem como ações do poder público e da sociedade no sentido de punir e interromper seus ciclos. Políticas públicas para as mulheres são importantes, porque não existe igualdade entre mulheres e homens no mundo de trabalho. As mulheres representam quase a metade da população economicamente ativa, são chefes de um terço das famílias brasileiras e contribuem significativamente para o desenvolvimento do País. No entanto, Senador Mão Santa, continuam ganhando salários inferiores aos dos homens em função semelhante e com o mesmo grau de escolaridade.

Outra razão para as políticas públicas voltadas para as mulheres é que elas sofrem por discriminação de raça e etnia. As mulheres negras têm, em média, quatro anos a menos de estudo e recebem salários quase três vezes mais baixos do que as brasileiras brancas. As mais idosas têm quatro vezes mais chances de cair na indigência. A mulher índia, além da discriminação de gênero e étnica, sofre com os altos índices de estupro, prostituição, e invisibilidade em relação às outras mulheres.

Uma quarta razão para as políticas de gênero: o tráfico nacional e internacional de mulheres e meninas. Isso é crime. Cerca de novecentas mulheres, em geral com idade entre 18 e 21 anos e baixa escolaridade, são levadas todos os anos do Brasil para o exterior, por redes internacionais de exploração sexual, de acordo com o relatório anual do Congresso dos Estados Unidos da América sobre o tráfico de seres humanos.

Quinto item fundamental para uma política de gênero: a mortalidade materna precisa ser eliminada. No Brasil morrem, anualmente, mais de duas mil mulheres e mais de 38 mil recém-nascidos por complicações na gravidez, no parto ou no pós-parto. Quase todas essas mortes poderiam ser evitadas se os direitos das mulheres e dos recém-nascidos fossem garantidos.

Sexta razão: a mulher é tratada como objeto e o assédio sexual e moral são formas de violência. Há denúncia de assédio sexual e moral no mundo de trabalho que constrange e humilha as mulheres, impedindo muitas vezes seu pleno desenvolvimento profissional.

Sétima razão: por que a sociedade perde com a não-incorporação das políticas de gênero nas políticas públicas? É preciso incorporar essas necessidades e demandas específicas das mulheres na formulação e implementação das políticas públicas em âmbito municipal, estadual e federal, porque cada mulher é,

acima de tudo, uma cidadã que merece respeito e é absolutamente necessário reconhecer as desvantagens e perdas que historicamente recaem sobre elas em toda a sua diversidade.

Fiz esse registro, Sr. Presidente, para mostrar que temos muita coisa pela frente e também para registrar as políticas corretas do Presidente Lula no que se refere às políticas de gênero. Mais uma vez quero parabenizar todas as mulheres, as funcionárias do Senado Federal, do Congresso Nacional, as brasileiras, pelo transcurso do dia 8 de março.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Pois não, meu caro Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Delcídio Amaral, eu gostaria de público de manifestar o pensamento do PMDB de Ulysses, neste momento em que está aí o PT que admiramos. Aqui no Congresso ninguém o excedeu no seu comportamento ao longo desses anos que aqui estamos, quer dizer, em nenhum instante V. Ex^a falha e em tempo presta, na Liderança do PT, homenagem à mulher brasileira. Então, queremos manifestar aqui a nossa admiração e apreço pelo modo como V. Ex^a está se comportando como Líder do PT.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Delcídio Amaral, quero unir minha voz à do Senador Mão Santa, parabenizando V. Ex^a. Entretanto, V. Ex^a já está muito festejado. Hoje é dia de festejarmos as mulheres. V. Ex^a ocupou esta tribuna com o objetivo de mostrar as políticas desenvolvidas em favor de uma maior participação da mulher, em favor de uma menor discriminação e em favor de uma maior igualdade entre as mulheres e os homens. Efetivamente, por maior avanço que queiramos registrar, ainda as mulheres, sob certos aspectos, mesmo salarial, são discriminadas. Vê-se, até pelos convites de formatura, que as mulheres estão na faculdade em número maior que os homens. Nos concursos públicos, as mulheres estão ganhando. Elas ocupam, nas empresas, os mais relevantes postos. Hoje, no Brasil, a mulher executiva é um fato inconteste. Estou falando dessas mulheres, sem esquecermos as mulheres educadoras, aquelas que nos deram a vida, nos amamentaram, nos carregaram e nos impulsionaram, sem esquecermos as nossas mulheres. Também não podemos nos esque-

cer de que elas fazem tudo isso e ainda cuidam do lar. Entretanto, há um ponto que considero que nós, homens da política, temos de trabalhar melhor. As mulheres são maioria da população, mas não noto um crescimento no número de mulheres na vida pública brasileira, disputando postos eletivos. Os Partidos políticos, apesar das cotas, têm dificuldades de preencher o número de vagas nas eleições proporcionais, por exemplo, para Vereadores, Deputados Estaduais e Deputados Federais, porque não se encontram mulheres para preencher a cota legal. Tenho a mais viva esperança de que cabe a cada um de nós estimular a participação da mulher, para que ela realmente entre na política e nos auxilie. No Senado da República, somos 81 Senadores, brindados com a inteligência e a sensibilidade de seis mulheres já nominadas. É preciso que esse número aumente nesta Casa, na Câmara dos Deputados e em outras Casas políticas. Não há dúvida de que elas estão crescendo. É efetiva a participação feminina na Magistratura, no Ministério Público e em postos executivos. Em qualquer atividade, percebemos que o crescimento feminino é muito maior do que o que está ocorrendo na política. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Ramez Tebet, ilustre Parlamentar sul-mato-grossense, que muito nos orgulha.

Sr. Presidente, infelizmente, em razão das novas regras vigentes nas sessões do Senado, uma vez que já falei das mulheres pelo que representam e por ocasião do Dia Internacional da Mulher, encerrarei, agora na posição de Líder do PT e do Bloco de Apoio, explicando rapidamente uma questão.

O Ministro José Dirceu foi criticado recentemente por viagens que fez, há duas semanas, a São Paulo.

Gostaria de deixar muito clara a razão, o porquê, dessas viagens e as atividades desenvolvidas pelo Ministro José Dirceu.

O Ministro José Dirceu, Sr. Presidente, foi na semana passada à Argentina, a uma reunião preparatória com o Governo do Presidente Kirchner, em função do encontro do Presidente Kirchner e do Presidente Lula, como também com o Presidente Chávez.

Retornando ao Brasil, foi a um seminário internacional, onde expôs todo o planejamento do Governo, das ações de Governo, aos investidores internacionais. Em São Paulo, tinha uma programação que se iniciou pela cidade de São Carlos, onde recebeu, por unanimidade, da Câmara de Vereadores, o título de Cidadão São Carlense, com a presença de todos os Vereadores, inclusive dos Partidos de Oposição; participou depois de atividades com empresários e lideranças da região, e porque se encontrava nesse dia em São Carlos, foi

também, como Ministro Chefe da Casa Civil do Presidente Lula e talvez uma das maiores lideranças do PT, a um seminário que acontecia na mesma ocasião, com 55 Prefeitos do PT.

O Ministro José Dirceu, no dia 25, foi a Araraquara, também representando o Governo Federal, para participar de um encontro com lideranças políticas empresariais, etapa que, encerrada, fez com que o Ministro José Dirceu fosse diretamente aos Estados Unidos encontrar-se com autoridades americanas. Esses eventos foram absolutamente registrados em função do encontro do Ministro José Dirceu com a Secretária de Estado dos Estados Unidos, Condoleezza Rice. Foi um encontro importante que tratava de temas fundamentais para as relações entre Estados Unidos e Brasil.

Por que cito isso para concluir o meu pronunciamento, Sr. Presidente? Porque, primeiro, o Ministro José Dirceu, em absoluto, jamais usou a estrutura de Governo para qualquer atividade particular. Ele foi à Argentina a serviço para preparar a reunião do Presidente Lula; foi ao Rio de Janeiro para um encontro com empresários e investidores internacionais; foi a São Paulo em uma atividade institucional e lá recebeu o título de cidadão de São Carlos. Teve também um encontro com lideranças regionais empresariais e políticas; retornou a São Paulo e, de São Paulo, foi cumprir compromissos com autoridades americanas, e fundamentais, para as relações entre Brasil e Estados Unidos.

Todos esses fatos foram absolutamente registrados pela mídia. É importante, Sr. Presidente, relatar primeiramente que toda a documentação encaminhada pelo Ministro José Dirceu que, antecipadamente, preparou e encaminhou um ofício com todos os seus anexos a S. Ex^a, o Sr. Fernando Neves da Silva, Presidente da Comissão de Ética Pública.

O Ministro José Dirceu se antecipando, encaminhou não só a documentação do Projeto de Decreto Legislativo que lhe conferiu o título de cidadão de São Carlos, os convites associados a encontros com lideranças empresariais e políticas da região. Por aqui, V. Ex^a pode ver que é um fato público e, portanto, absolutamente correto, transparente e demonstrando claramente o homem público que o Ministro José Dirceu é.

Notícias de *sites* de São Carlos, a presença, meu caro Presidente, de Vereadores da Oposição saudando o Ministro José Dirceu e, portanto, demonstrando claramente como S. Ex^a trabalha pelo Governo e, acima de tudo, pelo País. Então o Ministro José Dirceu não tem absolutamente nada a esconder. Se fatos ocorreram eventualmente em outras situações na utilização principalmente de aeronaves da FAB, pelo menos nes-

se caso específico, está demonstrado que as atividades eram totalmente institucionais, e o Ministro José Dirceu cumpriu uma agenda importante, em função das responsabilidades que tem como Ministro Chefe da Casa Civil.

E, para concluir, Sr. Presidente, acredito que esses fatos foram absolutamente esclarecidos. Louvo aqui a iniciativa do Ministro José Dirceu, que se antecipou e mandou toda a documentação pertinente e um ofício ao Conselho de Ética, demonstrando que ele age de uma maneira séria, respeitando o dinheiro público e, acima de tudo, ajudando o País, o Presidente Lula a conduzir o Brasil para um futuro cada vez melhor de crescimento, de progresso, de cidadania, de fraternidade, de solidariedade.

Desejei fazer este registro, Sr. Presidente, porque esse é mais um fato que, se trouxe alguma repercussão nos últimos dias, demonstra claramente a postura e a forma decente, retilínea, que o Governo do Presidente Lula e seus Ministros têm adotado, principalmente nas suas missões institucionais e na utilização especialmente de aeronaves da Força Aérea Brasileira.

Aqui encerro o meu pronunciamento, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Delcídio Amaral, o Sr. Garibaldi Alves Filho deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho, do PMDB, do Estado do Rio Grande do Norte.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as medidas provisórias têm sido objeto de preocupação do Congresso Nacional praticamente desde a entrada em vigor da Constituição de 1988.

Já as Emendas Constitucionais nºs 6 e 7, ambas de 15 de agosto de 1995, trataram do tema, então para vedar a utilização das medidas provisórias para regulamentação de dispositivos constitucionais alterados por emenda constitucional a partir de 1995.

A providência já foi fruto de um entendimento entre Congresso e Poder Executivo, para livrar as regras constitucionais sobre abertura econômica e quebra de monopólios, então recém-aprovadas, de regulamentação à revelia do Legislativo.

Mesmo assim, permaneceram as dificuldades no trato das medidas provisórias, que são editadas por deliberação individual do Presidente da República, mas dependem de aprovação, alteração ou rejeição

de um órgão colegiado e plural, como é o Congresso Nacional.

Às vezes incompreendido e acusado de mora injustificada, não nos parece caber a culpa ao Congresso, que só pode deliberar depois de discussão entre seus membros, com opções políticas e ideológicas variadas, diferentemente do Presidente da República, que, a rigor, exerce solitária e instantaneamente o seu poder.

Essas tensões têm levado à busca de soluções para os freqüentes impasses. Mas, nessas idas e vindas, a equação do problema não tem sido precisa e, por conseguinte, as medidas tomadas pelo Congresso não se têm revelado eficazes e adequadas.

Vejamos, por exemplo, as primeiras emendas à Constituição que trataram do tema, as já referidas Emendas nºs 6 e 7. Impediam o uso de medida para regular dispositivos da Constituição que já tivessem sido alterado por emenda à Constituição. O caráter casuístico e artificial da regra logo demonstrou sua inadequação à realidade. Tanto que a Emenda nº 32 limitou no tempo a restrição, impedindo somente o uso da medida provisória naquelas circunstâncias até setembro de 2001. Ou seja, devolveu o Congresso ao Presidente da República a faculdade de regulamentar artigos da Constituição, mesmo que recentemente alterados por emenda à Constituição.

Essas soluções paliativas e obviamente precárias não têm sido capazes de pôr em ponto de justo equilíbrio a relação entre os Poderes Legislativo e Executivo quanto a esta matéria.

Observem os Srs. Senadores que o Poder Judiciário tem sido incapaz de dar a sua contribuição, bastando lembrar a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, negando-se a examinar os requisitos constitucionais de urgência e relevância para a edição e, conseqüentemente, para a validade ou invalidade constitucional das medidas provisórias.

A questão, portanto, retorna ao exame do Congresso Nacional. Há uma preocupação muito grande nesta Casa com relação ao assunto. O momento é particularmente especial para resgatar a imagem do Congresso Nacional, às vezes tão desgastada por razões injustificadas, principalmente no que diz respeito à celeridade.

Ora, o grau de resolutividade de uma casa legislativa, por sua própria natureza, é bem menor que o grau de resolutividade do Poder Executivo. A título de exemplo, a pauta do Senado foi trancada na semana passada em virtude de não haver acordo para votação da MP nº 225, que trata de autorização para a Caixa Econômica Federal arrecadar e alienar diamantes brutos. Encontra-se hoje sobrestada essa pauta por ocasião da discussão de outra medida provisória, a MP nº

226, que institui o Programa Nacional de Microcrédito. Outro caso é o da MP nº 232, que vem causando tanta polêmica e exige de todos aqui um esforço para corrigir rumos que possam evitar maiores prejuízos, Sr. Presidente, às pequenas e médias empresas do setor de serviços, principalmente no tocante ao aumento do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dessas empresas.

Penso, Sr. Presidente, ser hora de enfrentarmos com arrojo esse desafio. A diferença entre o mecanismo de decisão de quem edita, o Presidente da República, e o mecanismo de decisão do Congresso é a causa de toda a dificuldade. Como o regime constitucional de deliberação colegiada e majoritária do Congresso não pode nem deve ser alterado, não há equação possível senão a limitação do poder presidencial para a edição de medidas provisórias. Não há outra saída.

Há alguns caminhos que podem ser explorados nesse sentido.

Concedo um aparte ao Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Garibaldi Alves Filho, quero cumprimentá-lo. Este assunto está sendo objeto de preocupação de todo o Senado da República tendo em vista a quantidade de medidas provisórias editadas. O poder presidencial de editar medidas provisórias está sendo abusivo, basta observar a quantidade delas. Já há mais de duas centenas de medidas provisórias editadas. Nós rejeitamos quantas? Onde está o poder de decisão do Congresso Nacional se é caso ou não de medida provisória e se atende aos requisitos de urgência e de relevância? Estão colocando o Poder Legislativo numa dependência muito grande, quando o seu objetivo é realmente dar a sua grande contribuição para o êxito, para o desenvolvimento do nosso País. Quando V. Ex^a fala em limitação eu o aplaudo. Penso que não adiantam mudanças meramente de caráter adjetivo ou processual na tramitação das medidas provisórias. É preciso dizer em que casos podem ser editadas medidas provisórias. Por exemplo, só pode ser editada medida provisória para questão financeira ou diante de uma crise mundial. Para o resto, o Presidente da República tem o poder de enviar a esta Casa mensagens de lei em regime de urgência. Quero cumprimentá-lo, pois V. Ex^a está no cerne da questão, no meu entendimento. Permita-me dizer que V. Ex^a está sendo muito feliz na abordagem desse tema, dizendo da necessidade da sua limitação – e aí está a solução. Ficamos nós aqui a analisar a maneira de tramitar, quando, em verdade, V. Ex^a apresenta bem a situação. Cumprimento V. Ex^a.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Ramez Tebet, que foi preciso como eu estou procurando ser. Não há outra alternativa

senão algumas que vamos propor aqui rapidamente, pela limitação do tempo, mas que justamente perseguem esse objetivo. Não adianta, como diz V. Ex^a, tentar outras alternativas, porque não existem outras, processuais, regimentais. Temos é que realmente limitar o poder de envio das medidas.

O primeiro deles diz respeito ao elenco de matérias sobre as quais é vedada a edição de medida provisória. Já há esse elenco no art. 62, § 1º, da Constituição, com a redação da Emenda nº 32.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Pereira. Bloco/PL – ES) – V. Ex^a terá mais dois minutos.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – São matérias relevantes, é certo, mas geralmente de escassa frequência na produção legislativa ordinária. Excluindo-se as Leis Orçamentárias, quase nada de uso mais ou menos cotidiano na administração entrou no excedente da Emenda nº 32.

Basta ver o rol das mais recentes e numerosas medidas provisórias. Tratam desde a regulamentação de regras constitucionais até variada gama de questões fiscais e tributárias. Ceio que o Congresso Nacional, se optar pela maior restrição quanto às matérias sujeitas a disciplinamento por medida provisória, poderia identificar todas elas editadas a partir da Emenda Constitucional nº 32 para verificar quais as matérias nela são recorrentes com mais frequência, e então avaliar ou impor maior restrição.

Uma outra opção seria o inverso. Ao invés de disciplinar negativamente, o texto constitucional poderia tratar do tema positivamente. Ou seja, elegeria as matérias que poderiam ser objeto de medida provisória, sendo excluído o rol de indicação da proibição.

Sr. Presidente, tendo em vista a limitação do tempo – só tenho mais um minuto – e como estou inscrito para a sessão de amanhã, voltarei à tribuna para dar continuidade a essas sugestões, dentro deste debate, que considero muito oportuno, para que se chegue a um consenso sobre a limitação da edição de medidas provisórias.

Agradeço, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Garibaldi Alves Filho, o Sr. Mão Santa deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Francisco Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Pereira. Bloco/PL – ES) – Passamos a palavra ao Senador Mão Santa, que tanto enriquece este Plenário.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos, Senador.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente

Francisco Pereira, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes ou que assistem ao final desta sessão por meio do sistema de comunicação do Senado, quis Deus que o Senador Mozarildo Cavalcanti estivesse presente neste plenário, pois S. Ex^a simboliza a ciência médica, a mais humana das ciências, e o médico, o grande benfeitor da humanidade.

Senador Mozarildo Cavalcanti, nós nos dedicamos e entregamos os melhores anos de nossa vida a buscar ciência para, com ciência, servir com consciência a nossa gente.

Relembro-me, nas bibliotecas de medicina, do livro mais antigo de higiene do Brasil, do professor Afrânio Peixoto. Ele dizia, há um século, que no Brasil a saúde pública e o saneamento eram feitos pelo sol, a chuva e os urubus. Isso está valendo ainda no Governo do núcleo duro do PT.

Boris Casoy diz: “É uma vergonha!” E dizemos agora que, sob o Governo Lula, o saneamento passa pela pior crise. Quase a metade da população brasileira não conta com coleta de esgoto, apenas 49,4% contam.

Atualmente, o esgoto precisa ser levado àqueles sistemas de tratamento que esterilizam as bactérias, os protozoários, os cogumelos, os vírus, e esse resultado é lançado nos rios. Cientificamente, 72% da população brasileira não tem esgoto tratado. Posso afirmar isso e ensinar porque governei o Estado do Piauí e fiz o Projeto Sanear. Teresina apresenta 400 km de esgoto sanitário, que é levado a um sistema de tratamento moderno que esteriliza, destruindo todos os agentes patológicos, microrganismos, bactérias, cogumelos e protozoários. São Luís tem um décimo do sistema de esgoto sanitário de Teresina, Sr. Presidente.

Ressalto, Senador Mozarildo Cavalcanti, que diminuiu a mortalidade infantil e a longevidade aumentou. Vive-se mais. Além disso, a cidade verticalizou-se, porque a engenharia moderna não construiria edifícios, tendo que construir 80, 100 fossas em fundo de quintal. Os *shoppings* surgiram. Como diz Padre Antônio Vieira: “Um bem nunca vem só”. A cidade verticalizou-se, desenvolveu-se. Recentemente, Teresina recebeu um prêmio por ser uma das cidades que mais cresce.

Entretanto, em alguns Estados, a situação é trágica, Presidente Lula. Aqui nossa missão é ensinar mesmo. Para esta Casa devem vir os homens mais experimentados. Do núcleo duro nenhum entrou aqui e talvez nunca entre. Essa é a dura verdade.

Em alguns Estados, a situação é trágica e explica os fortes indicadores da mortalidade infantil. Em Rondônia, somente 1,7% da população urbana tem serviço de esgoto. É uma vergonha! Isso é que o PMDB tem que pedir, Senador Valdir Raupp. No Pará, 2,4%; no

Amapá, 5,6%; mesmo em Unidades Federativas consideradas ricas, como o Rio Grande do Sul, somente 10,4% da população urbana dispõe de serviço de esgoto. No Distrito Federal, esta ilha, que não é a realidade do Brasil, esta ilha da riqueza, da felicidade, do poder, por que o PT se encantou, somente 89,3% da população urbana conta com esgoto. O resto...

Está na Constituição que Ulysses Guimarães beijou: diminuir a desigualdade.

Outro dia, na revista **Veja**, aquele extraordinário jornalista Diogo Mainardi afirmou que há dois anos e dois meses escreve para a assessoria de Lula perguntando qual o livro que Sua Excelência lê. Essa é a verdade! Eu queria que o Presidente Lula lesse pelo menos a Constituição que Ulysses Guimarães beijou. Está lá escrito que diminuir as desigualdades é um objetivo, é uma lei. E a desigualdade está aqui.

Apesar desse quadro preocupante, que coloca o Brasil entre os piores países do mundo, apesar das promessas de campanha e das indiscutíveis consequências sociais sobre a população mais pobre do País, os investimentos públicos, em matéria de saneamento, vêm desabando no Brasil. O resto é mentira, é propaganda falsa. É o “Goebbels Mendonça”, o Goebbels da mídia. É a mentira!

Em 2001, a União investiu R\$275,5 milhões. Em 2003, já no Governo Lula, os investimentos desabaram mais de 10 vezes, Senador Mozarildo, e passaram a R\$21,8 milhões. Essa é a verdade verdadeira.

Aprendi no meu Piauí, com o povo, com a voz rouca das ruas, Senador Garibaldi, que é mais fácil tapar o sol com a peneira do que esconder a verdade. A verdade do saneamento, que é dar saúde ao meio ambiente, está aqui: em 2001, foram R\$275,5 milhões; R\$21,8 milhões agora. Em 2004, foram R\$27,2 milhões, 10% do que era há quatro anos para o saneamento, que é saúde. Por isso estão morrendo; e não são apenas os índios, mas o povo do Brasil todo.

É bom lembrar que, durante a campanha eleitoral, o candidato Lula prometeu investir R\$6 bilhões por ano em saneamento básico. Shakespeare dizia “palavras, palavras, palavras”; eu digo: “mentira, mentira, mentira”. Prometeu R\$6 bilhões por ano, mas não está cumprindo. Todo o dinheiro está indo para os juros, para os banqueiros, que nunca faturaram tanto.

Senador Garibaldi, V. Ex^a se lembra de Getúlio Vargas? Na nossa mocidade a cada 1º de maio, ouvíamos o Presidente Getúlio falar: “Trabalhadores do Brasil...” Neste 1º de maio, o Presidente Lula vai falar: “Banqueiros do mundo, tranquilizai-vos, pois vou, cada vez mais, enriquecê-los”. O dinheiro todo é para os banqueiros. Banqueiros do mundo, tranquilizai-vos, pois o núcleo duro está aqui para enriquecê-los.

Todo o dinheiro está indo para os juros pagos aos banqueiros, que nunca faturaram tanto! Rui Barbosa está aí há 31 anos neste Senado e deve estar dizendo ao Presidente Lula que a primazia tem que ser dada ao trabalho e ao trabalhador. O trabalho e o trabalhador vêm antes. São eles que fazem a riqueza. O PT deu uma cambalhota, e a primazia é para a riqueza, para o dinheiro, para os banqueiros, para o Banco Mundial, para o BIRD, para o BID. É, Rui!

E Cristo dizia: “Em verdade, em verdade, eu vos digo...”.

Outro lado trágico desse grande engano diz respeito ao saneamento básico e à construção civil, setores com o maior potencial para geração de empregos. Segundo os técnicos do setor, para cada R\$10 milhões investidos, 530 empregos são gerados. Logo, a diminuição de investimentos no setor implicou redução de pelo menos dez mil empregos. As indústrias de equipamentos para o setor de saneamento básico atravessam a sua pior crise em trinta anos de operação no Brasil.

Brasileiras e brasileiros, essa é mais uma face negra do Governo Lula.

Já que há tantos Ministros no Governo, vamos colocar o Senador Mozarildo Cavalcanti para resolver esses problemas dos índios. Eu ensino o PT. Eu posso. Fui prefeitinho, fui Governador de Estado. Senador Mozarildo Cavalcanti, aqueles índios têm de ter água potável. O PT quer inventar a roda. Senador Garibaldi Alves Filho, V. Ex^a se lembra do PAPP, Programa de Apoio ao Pequeno Produtor, cuja sigla mudou para PCPR, Programa de Combate à Pobreza Rural?

O Senador Garibaldi Alves Filho e eu fomos aos banqueiros buscar uma solução para essa questão. Esse é um programa que pode ser feito. E nós fizemos saneamento, levando água potável para a zona rural e para os índios. Água potável cura e dá vida.

Presidente Lula, em um adulto gordo que pese 100 kg, 60 kg são de água. Uma criança de 10 kg possui 6 kg de água. Basta isso. Não se trata de inventar a roda.

Nós, o Senador Garibaldi Alves Filho e eu, fomos aos banqueiros buscar recursos para levar água potável à zona rural.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Ouço V. Ex^a com prazer, Senador Mozarildo Cavalcanti, maior defensor das populações indígenas e pobres deste País.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Obrigado, Senador Mão Santa. Cumprimento V. Ex^a

pelo tema tratado, que poderia partir de qualquer Parlamentar, mas é abordado com muito mais autoridade porque trazido por V. Ex^a, médico, ex-Governador e ex-Prefeito. Trata-se de questão para a qual o Brasil não olha há décadas. Falo do saneamento básico, abrangendo tanto a água potável quanto o esgoto sanitário. Realmente, esses números são depreciativos para o Brasil, e, no que tange à população indígena, esse assunto é muito grave. Em Roraima, perto da famosa e tão falada Serra do Sol, próxima também ao Monte Roraima, há uma população cujos índios, por não terem noção de higiene – embora a Funai esteja gastando inúmeros recursos por meio de uma ONG –, estão morrendo basicamente por falta de saneamento básico. Nem os dejetos são adequadamente jogados fora. Então, enquanto se prega uma coisa para os índios, faz-se outra. Infelizmente, como disse V. Ex^a, não são apenas os índios, mas pessoas das cidades morrem por doenças que poderiam ser evitadas simplesmente com o saneamento básico.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradecemos e incorporamos as sábias ponderações do Senador, que também é médico e que governou o seu Estado, Roraima, com muita grandeza. Aliás, sua passagem por lá paga todos os deslizes administrativos que porventura tenham existido, porque V. Ex^a traz a grandeza das virtudes do homem e da mulher do Estado e de Boa Vista.

Essas são as nossas palavras.

Falo aqui porque ouvi dizer que “água mole em pedra dura tanto bate até que fura”. Espero que essas minhas palavras furem, arejem e oxigenem o núcleo duro que está atrasando o País e trazendo o sofrimento e a doença à nossa gente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Pereira. Bloco/PL – ES) – Consulto o Senador Mozarildo Cavalcanti se deseja usar da palavra.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Não, obrigado. Já falei após a Ordem do Dia, como Líder, e tive a oportunidade de apartear agora o Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Pereira. Bloco/PL – ES) – Sobre a mesa expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Sibá Machado

É lido o seguinte:

ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2005 (*)

O Presidente do Senado Federal e o Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhes conferem, respectivamente, o art. 75 do Regimento Interno do Senado Federal, e o art. 17, I, “m”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o art. 10 do Regimento Comum, e a Resolução nº 2, de 2000-CN; obedecida a proporcionalidade partidária,

Resolvem

Criar Comissão Mista, composta de 11 (onze) Srs. Senadores e 11 (onze) Srs. Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de trinta dias, apresentar projetos reestruturando os orçamentos e sua tramitação, composta dos seguintes Srs. Congressistas:
Composição

SENADORES

Titulares

Suplentes

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

Heráclito Fortes-PFL	Lúcia Vânia-PSDB
Sérgio Guerra-PSDB	Rodolpho Tourinho-PFL
Efraim Moraes-PFL	Paulo Octávio-PFL
Leonel Pavan-PSDB	Antero Paes de Barros-PSDB

PMDB

Romero Jucá-PMDB
Maguito Vilela-PMDB

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PL/PTB/PSB/PPS)

Aloizio Mercadante-PT	Sibá Machado-PT
Marcelo Crivella-PL	
Fernando Bezerra-PTB	
Antônio Carlos Valadares-PSB	

PDT

Osmar Dias-PDT

P-SOL (**)

Heloísa Helena-P-SQL

(**) Rodízio (Resolução 2/200-CN)

(*) Republicado para alterar o número de membros

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

PT

Paulo Bernardo-PT

PMDB

Pedro Novais-PMDB	Wilson Santiago-PMDB
-------------------	----------------------

Bloco PFL/PRONA

Cláudio Caado-PFL

PSDB

Ronaldo Dimas-PSDB

PP

Ricardo Barros-PP

PTB

Iberê Ferreira-PTB

José Chaves-PTB

PL

Milton Monti-PL

PPS

Fernando Coruja-PPS

Colbert Martins-PPS

PCdoB (**)

Sérgio Miranda-PCdoS

(**) Rodízio (Resolução 2/200-CN)

Congresso Nacional, 1º de março de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal – Deputado **Severino Cavalcanti**, Presidente da Câmara dos Deputados.

(*) Republicado para alterar o número de membros

O SR. PRESIDENTE (Francisco Pereira. Bloco/PL – ES) – O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Pereira. Bloco/PL – ES) – Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Sibá Machado.

É lida a seguinte:

Brasília, 10 de março de 2005

Sr. Presidente,

Comunico a V. Exa que, embora presente na sessão de hoje, não registrei meu comparecimento no painel de votação eletrônica.

Dentro das atividades exercidas na Casa, participei da reunião de líderes, representando o PSDB, ocasião em que V. Ex^a, juntamente com os demais Líderes, tomaram decisões sobre a tramitação de matérias nas comissões, relativamente ao poder terminativo de suas decisões e da 4ª reunião da Comissão de Assuntos Sociais, onde sou titular (cópia da lista de presença anexa).

Cordialmente, Senador **Leonel Pavan**.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Pereira. Bloco/PL-ES) – A comunicação lida vai à publicação.

A presença do Senador Leonel Pavan será registrada.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Pereira. Bloco/PL – ES) – Os Srs. Senadores Leonel Pavan, Augusto Botelho, Valmir Amaral, Romero Jucá, Sérgio Guerra e Teotônio Vilela Filho enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

JOINVILLE: 154 ANOS

O maior município do Estado de Santa Catarina, Joinville, comemora 154 anos nesta quarta-feira, dia 9 de março. Maior parque industrial do Estado, é referência nacional em indústria, exportação e qualidade de vida.

A cidade nasceu pelos sonhos e pelas mãos dos imigrantes alemães, mas hoje continua a concretizar ideais pelo esforço dos joinvilenses de nascimento e de coração.

Em caderno especial na sua edição de ontem, o *jornal A Notícia*, um dos mais tradicionais do Estado e com sede em Joinville, resume bem o a história e o potencial do município em uma sábia frase “Joinville, uma história de trabalho e de amor”.

Nos últimos 100 anos, a antiga colônia deu lugar a uma grande cidade que não para de crescer e se aprimorar naquilo que mais sabe fazer: empreender.

Registre-se ainda, o trabalho integrado da atual administração municipal com a comunidade e tendo à frente, nosso companheiro tucano, o prefeito Marco Tebaldi. O investimento em infra-estrutura e qualidade de vida continua a atrair pessoas e empresas de outras cidades, de outros Estados e países, ingressando numa verdadeira era da diversidade.

Nascido em Blumenau, foi em Joinville, onde também foi advogado e professor que o atual governador do Estado de Santa Catarina, Luis Henrique da Silveira começou a imprimir sua marca administrativa.

Muito obrigado.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a visita do Príncipe de Astúrias, Felipe de Borbón e da princesa consorte Letizia Ortiz, este ano, chamou bastante a atenção da imprensa no País. A visita do herdeiro do trono foi destaque não apenas pelo grande carisma da realeza espanhola, ou pelo charme que a monarquia ainda possui para muitas pessoas.

Se buscarmos um sentido mais prático para o destaque conferido pela imprensa aos príncipes, veremos que a Espanha é simplesmente o segundo maior investidor estrangeiro no País. Por esse motivo, a visita capitaneada pelo Príncipe de Astúrias trouxe consigo inúmeros investidores, liderados por

José Moraes, diretor da Confederação Espanhola de Organizações Empresariais.

O Fórum de Investimentos e Cooperação Empresarial Hispano-Brasileiro reuniu, em São Paulo, 70 empresas espanholas e 316 brasileiras. Tópico inevitável dos entendimentos entre os empresários dos dois países foi a aprovação da Lei nº 11.079, em dezembro do ano passado. Essa lei institui e disciplina as parcerias público-privadas, tidas por alguns como passo decisivo para viabilizar o aporte de capital privado – inclusive estrangeiro – no financiamento dos grandes projetos no País.

Creio que as alterações que virão no modo de se construir a infra-estrutura no Brasil são tão grandes, tão repletas de possibilidades, mas também de perigos, que gostaria de tecer alguns comentários sobre a recém-aprovada lei das parcerias público-privadas.

Em primeiro lugar, é preciso ter de forma clara o contexto em que surge a necessidade de financiamento do setor privado na área de infra-estrutura. Se fizermos um retrospecto panorâmico das últimas três décadas, veremos que a conjuntura externa e a interna se modificaram radicalmente dos anos de 1970 para cá.

Grosso modo, podemos dizer que a década de 1970 se caracterizou no Brasil por sucessivos déficits públicos, índices inflacionários acima do desejável para o equilíbrio das contas e alastramento da atuação estatal por virtualmente todos os setores da economia. Projetos de grande porte foram financiados integralmente pelo Estado, sem grandes preocupações sobre as consequências macroeconômicas dos empreendimentos executados.

Os anos da década de 1980, permeados por períodos recessivos e por vários choques econômicos, caracterizam-se pela escassez do dinheiro para investimento, e pelo aumento de seu custo no mercado de juros internacionais. Esse quadro difícil antecipa alguns traços que viriam a se tornar típicos dos anos 90, tais como: busca sistemática de combate à inflação, políticas ortodoxas de combate ao déficit público, que passa a ser o grande vilão da vez; e os inúmeros constrangimentos fiscais que restringem progressivamente a participação direta do Estado na economia.

Cria-se, então, o paradoxo entre a contínua necessidade de investimento na infra-estrutura e a crescente debilidade do Estado de fazê-lo em volume compatível com as demandas da economia contemporânea.

Nesse contexto, as parcerias público-privadas são uma das respostas possíveis a esse problema. Se exemplificarmos com números a situação atual do Brasil, talvez fiquem mais claras nossas necessidades de investimento para a manutenção do atual ciclo de crescimento econômico.

Os valores dos diversos setores da infra-estrutura são colossais. Segundo o parecer do ilustre Senador Rodolpho Tourinho, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa, estima-se que são necessários investimentos anuais da ordem de R\$20 bilhões na área de energia, R\$9 bilhões na área de saneamento, 4,5 bilhões em rodovias, 3 bilhões em ferrovias, 1,2 bilhão nos portos e 500 milhões em hidrovias. Esses valores totalizam R\$40 bilhões a cada ano para que a infra-estrutura acompanhe o crescimento da economia.

Sr. Presidente, bem sabemos que, na conjuntura em que vivemos, não é razoável esperar que o Estado disponha de R\$40 bilhões a cada ano, todo ano, para investimento. Se o Estado brasileiro puder compartilhar os ônus e os bônus desses investimentos com o setor privado, a economia ganhará em dinamismo e o Estado se desincumbirá de assumir, sozinho, os riscos de empreendimentos de grande porte.

O que as parcerias público-privadas (PPPs) propõem é justamente a associação entre setor público e setor privado, com o compartilhamento de riscos tanto na construção da infra-estrutura quanto na posterior prestação de serviços.

Nesse ponto, aliás, é oportuno enfatizar que, desde o encaminhamento do projeto de lei ao Congresso Nacional, em novembro de 2003, até sua aprovação no Senado Federal, pouco mais de um ano depois, o aprimoramento legislativo foi notável. Vulnerabilidades em relação à lei de responsabilidade fiscal, à lei de licitações e ao limite para a participação de recursos públicos nas parcerias foram apontadas – e sanadas – nas Comissões especializadas desta Casa. No cômputo geral, pode-se dizer que o texto final conseguiu atingir um bom equilíbrio entre o interesse público e a necessidade de uma legislação eficaz e transparente, capaz de atrair o investimento privado.

Alguns pontos positivos da lei das PPPs merecem destaque.

Um deles é a essência mesma da parceria entre o setor público e o setor privado, qual seja, o compartilhamento do risco. O primeiro tem por missão oferecer serviços úteis que tenham relevância

social; já o segundo organiza-se de forma a obter lucros com seus projetos.

O setor público pode, então, no contrato de PPP, comprometer-se a garantir uma receita mínima ao empreendedor, no caso de a rentabilidade ficar aquém de um patamar pré-estabelecido. Como os contratos de infra-estrutura são significativamente longos, podendo mesmo durar décadas, é razoável esperar da empresa que vai operacionalizar o empreendimento – do qual ela mesma é a responsável pela construção – que a qualidade do projeto seja a mais elevada possível. Tal lógica difere da sistemática adotada até agora no Brasil, em que uma empresa é contratada para um projeto cujo resultado será administrado por outra empresa ou mesmo pelo próprio setor público.

Finalmente, a possibilidade de amortizar o empreendimento em 30 ou até em 40 após a concessão acaba por reduzir os custos finais do empreendimento. Ademais, grandes são as chances de as empresas privadas conseguirem financiamento de capital a custos menores do que aqueles que seriam obtidos pelo Governo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como podemos notar, as possibilidades que a Lei das PPPs fornece são imensas; porém, é fundamental que sejamos capazes de manter no Brasil ambiente propício aos negócios e aos investimentos.

Um pré-requisito indispensável e aliado incondicional das PPPs é a manutenção da estabilidade no campo macroeconômico. Bruscas variações de preços, câmbio e juros dificultam o cumprimento de metas de longo prazo, planejadas com antecedência, e terminam por afugentar o investidor da infra-estrutura.

Em um sistema mundial caracterizado por alta especulação e volatilidade de capitais, corremos o risco de atrair tão-só os especuladores de curto prazo, que, ao menor sinal de debilidade do Governo, fogem do País, até porque não estabeleceram com ele nenhum vínculo duradouro. Desse tipo de “investidor” queremos distância, Sr. Presidente!

Para que possamos incentivar a vinda – e a permanência – de investidores do setor privado comprometidos com os desígnios do País, é preciso consolidar um marco regulatório adequado. Ao empresário, precisamos garantir duas coisas, disse o Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, José Miranda, ao jornal **Valor Econômico**: garantia de que ele vai receber o valor contratado e transparência e lisura no processo de contratação.

Nesse ponto, o prestígio das agências reguladoras é fundamental; no sentido de regulamentar, controlar e fiscalizar os serviços públicos prestados pelas concessionárias.

E não é só isso: as agências são importantes para garantir a qualidade do serviço prestado à população, com a busca do equilíbrio entre oferta e procura e o estabelecimento de preços e patamares compatíveis com a realidade brasileira.

A impessoalidade e o planejamento, princípios que norteiam as atividades das agências, são importantes para assegurar a estabilidade necessária para que os investimentos se realizem.

Esses são alguns pontos que merecem nossa legítima preocupação. Até em função de nossa inexperiência com o manejo das PPPs, temos de redobrar os cuidados para evitar o acúmulo de riscos no setor público e a produção de lucros excessivos no setor privado. Nesse caso, não estaríamos a falar de parceria, mas de exploração de um setor pelo outro, o que não podemos – nem devemos – aceitar.

Feitas essas ressalvas, compartilhadas com V. Ex^{as} neste Plenário, é razoável concluir que as parcerias público-privadas podem constituir-se em ponto de inflexão no tratamento da questão da infraestrutura com responsabilidade fiscal, sem varinha de condão nem passe de mágica. O fim último das PPPs é o de atender ao interesse público e às necessidades dos cidadãos. Nesse contexto, o Congresso Nacional tem destacado papel a cumprir.

Muito obrigado!

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao final do ano passado, assistimos, estarecidos, a uma das maiores catástrofes que a humanidade já presenciou os *tsunamis* do Sudeste asiático. Foi, sem dúvida, algo tão chocante, que comoveu a todos nós. Os 300 mil mortos e as muitas centenas de milhares de desabrigados provocaram uma onda de solidariedade internacional raramente vista. Afinal quem poderia ficar insensível a tamanho sofrimento? Líderes mundiais, celebridades, religiosos e pessoas anônimas, todos queriam ajudar de alguma maneira.

Citei inicialmente esse triste episódio a fim de chamar a atenção de V. Ex^{as} para a fragilidade da vida humana sobre a Terra, principalmente diante da força descomunal da natureza. Desde os primórdios de nossa história, tivemos de enfrentar os fenômenos naturais, procurando entender suas

manifestações, para que pudéssemos sobreviver. Hoje, mais do que nunca, essa é uma necessidade que se impõe, face aos enormes desafios ambientais que temos pela frente.

Por esse motivo, entendo que a importância das ciências geofísicas é cada vez maior, em particular, a da Meteorologia. Para lembrar esse fato, e homenagear aqueles que trabalham nesse campo, foi instituído o Dia do Meteorologista, celebrado anualmente, no Brasil, no dia 3 de março.

O meteorologista, cujo ofício foi regulamentado pela Lei nº 6.835, de 14 de outubro de 1980, é um profissional altamente especializado que executa previsões meteorológicas, dirige e orienta projetos científicos e pesquisas, e avalia os recursos naturais da atmosfera.

Ao ligar a televisão ou ao ler um jornal, habituamo-nos a ver os boletins contendo a previsão do tempo. Mas pouco, ou quase nada, sabemos sobre essa atividade de tanta importância para nossas vidas.

Nas palavras do Doutor Valdo da Silva Marques, Professor da Universidade Estadual do Norte Fluminense, “a Meteorologia é vista, hoje, como um fator de desenvolvimento e segurança”. Isso porque “o estado do tempo e a sua evolução têm enorme influência sobre a maioria das atividades humanas e sobre o meio ambiente, com reflexos nas atividades produtivas, no lazer, na segurança e nos transportes”.

Ressalto que a Organização Meteorológica Mundial, uma agência especializada das Nações Unidas, reconhece, igualmente, a importância dessa ciência para o progresso da humanidade, para o desenvolvimento sustentável, para a proteção ambiental e, ainda, para a redução dos níveis de pobreza hoje existentes.

É certo que os constantes avanços tecnológicos fizeram com que os meteorologistas tivessem um índice cada vez maior de acerto na previsão das variações climáticas, com resultados palpáveis para todos nós, no que se refere à melhoria da qualidade de vida. O incremento da produção agrícola e o aperfeiçoamento das condições de navegação, tanto aérea quanto marítima, são alguns exemplos nesse sentido. Mas há outros desafios a enfrentar.

Quero aqui, Sr^{as} e Srs. Senadores, trazer alguns dados que me impressionaram vivamente. Segundo estimativas da própria Organização Meteorológica Mundial, no período de 1992 a 2001, cer-

ca de 90% dos desastres naturais foram de origem meteorológica, matando aproximadamente 622 mil pessoas em todo o mundo, e afetando, ainda, cerca de 1 bilhão de outras, devastando terras agricultáveis e espalhando a fome e a doença por diversos países. O volume total de perdas econômicas, no mesmo período, alcança a impressionante cifra de 450 bilhões de dólares! É importante frisar que os recursos financeiros que poderiam ser utilizados para promover o desenvolvimento de muitos países acabam sendo drenados para o auxílio às vítimas desses desastres naturais.

Contudo, o tempo e o clima não conhecem fronteiras políticas ou econômicas!

O Brasil, apesar de contar com certas condições privilegiadas do ponto de vista ambiental, infelizmente não está livre de sofrer danos de considerável magnitude. Não falo isso com a intenção de provocar alarme, mas sim de alertar as autoridades governamentais para que invistam maior volume de recursos financeiros na pesquisa meteorológica. Imaginem Vossas Excelências o que seria de países como os Estados Unidos e o Japão, que costumeiramente enfrentam fortes adversidades climáticas, sem um serviço de meteorologia altamente sofisticado tal como o que possuem! Entre nós, os esforços das entidades de pesquisa para produzirem um trabalho sério e de qualidade são hercúleos. Refiro-me, especialmente, ao Instituto Nacional de Meteorologia (INEMET) e ao Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC), órgão vinculado ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

Desejo, neste momento, Sr. Presidente, solidarizar-me com todos os meteorologistas para que o setor passe a receber a atenção que está por merecer, com a conseqüente melhoria dos salários daqueles profissionais e o incremento das pesquisas.

É fato que estamos diante de crescentes demandas sociais por mais empregos, melhores salários, enfim, por condições de vida dignas para a maioria de nossa população. Nesse sentido, o investimento na meteorologia pode ser muito útil, transformando-se em ferramenta para alavancar o desenvolvimento sustentável em nosso País.

Quem duvidaria, atualmente, da importância do agronegócio para a economia nacional? Esse segmento, que tem apresentado tantos resultados expressivos para a balança comercial brasileira,

deve grande parte de seu êxito ao apoio prestado pelos serviços de meteorologia instalados no País, o que lhe permite fazer um planejamento adequado de suas atividades, em especial, o plantio e a colheita.

Todos recordamos o racionamento de energia que tivemos de enfrentar em um passado não muito distante. Não há como falar em desenvolvimento sem mencionar a produção de energia elétrica, fundamental para o funcionamento das indústrias e do comércio. Sabemos que a matriz energética nacional está majoritariamente concentrada em usinas hidroelétricas, as quais dependem do regime das chuvas para seu adequado funcionamento. Mais uma vez, conhecer as condições meteorológicas mostra-se indispensável.

Mas não paramos por aí. Queremos e precisamos reduzir a fome e melhorar o nível da saúde pública em diversas regiões. Nesse sentido, as pesquisas meteorológicas podem nos ajudar a saber mais sobre as condições que favorecem o aparecimento e a disseminação de certas doenças e sobre o impacto potencial das alterações climáticas na saúde. Além disso, poderemos incrementar o uso da terra e o controle de pragas se compreendermos melhor o meio ambiente.

Não somos capazes de controlar o clima, mas, seguramente, sua observação detalhada e tempestiva pode mudar de forma radical nossas chances de desfrutar uma vida relativamente segura e confortável, protegendo os recursos naturais de modo mais efetivo.

Como se vê, Sr. Presidente, esses exemplos corroboram as palavras do Secretário-Geral da Organização Meteorológica Mundial, Sr. Michel Jarraud, proferidas em importante encontro de especialistas no assunto, realizado em Buenos Aires, Argentina, ao final do ano passado. Disse o Sr. Jarraud: "A informação científica sobre as causas das mudanças climáticas e projeções (...) sobre o futuro do clima e seus impactos são cruciais para uma eficiente formulação de políticas públicas socioeconômicas". Daí a importância de investimentos em pesquisas meteorológicas.

Não poderia deixar, nesta hora, de lembrar que o Senado Federal está fazendo sua parte. A Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, de autoria do nobre Senador Osmar Dias, alterando os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, insere, no âmbito das competências da União, instituir o

Sistema Nacional de Informações Meteorológicas e Climatológicas e legislar sobre diretrizes da Política Nacional de Meteorologia. Além disso, atribui à União competência para explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de meteorologia e climatologia.

Ao propor a referida medida, seu autor destacou, como benefícios de sua implementação, a maior confiabilidade e eficiência das informações meteorológicas, evitando-se duplicidade de esforços, bem como uma maior integração entre ministérios, entidades públicas, privadas e usuários, além de outros setores, visando à democratização tanto do uso da informação quanto da gestão do sistema.

Trata-se de uma iniciativa bastante oportuna, que vem tramitando nesta Casa e está apenas aguardando sua inclusão na Ordem do Dia, à qual inclusão manifesto meu total apoio.

Ao finalizar, Sr. Presidente, reafirmo a necessidade de maior investimento no setor de pesquisa meteorológica e conclamo V. Ex^{as} a contribuírem nesse sentido, principalmente agora, em que estamos discutindo mudanças tão importantes no processo de elaboração e votação do Orçamento.

A todos os meteorologistas, valorosos cidadãos deste País, manifesto minhas sinceras homenagens pelo seu dia. Parabéns!

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil é um País curioso! Elege, ciclicamente, um fantasma para assombrá-lo por longos períodos. No passado recente, tivemos inúmeros; todos ligados à nossa atávica mania de criar assombrações que nos atrapalhem os passos. O fantasma de hoje é a taxa Selic, a famosa taxa de referência do Banco Central, e que tanta dor de cabeça tem provocado, país afora; uma pequena sigla, mas com o extraordinário dom de causar verdadeiras comoções, principalmente reverberadas pela mídia nacional.

O interessante, Sr. Presidente, é que, muito provavelmente, pouquíssimas pessoas sabem o que significa a sigla Selic, e o que está por trás dela. Na verdade, a taxa é apenas um pequeno detalhe do Sistema Especial de Liquidação e Custódia, o nome por extenso do Selic.

Cumprir dizer que o Selic é resultado de um processo que teve origem em fevereiro de 1974, quando o Banco Central do Brasil assinou convênio com a Andima – Associação Nacional das Instituições do Merca-

do Financeiro com o objetivo de organizar o mercado aberto do País, então começando a se firmar.

Façamos um breve retrospecto. O Banco Central, criado em 1964, instituiu, em 1965, a Gedip – Gerência da Dívida Pública. Em 1968, começou a operar no mercado aberto. Em 1971, a Andima foi criada pelas instituições financeiras. Em 1975, a Gedip foi dotada do sistema de custódia de títulos.

Ora, à época, o transporte e a transferência manual de títulos públicos constituíam tarefa de grande risco nas operações de compra e venda desses papéis. O embrião do que viria a ser o Selic, fruto do convênio entre o Bacen e a Andima, com a adesão de 20 bancos pioneiros, transformaria tais operações em simples registros eletrônicos escriturais, eliminando o risco das operações físicas com os papéis. Estava criado o cenário que colocaria o Brasil como um dos pioneiros da informatização das operações de compra e venda de papéis públicos.

Iniciava-se, assim, uma verdadeira revolução no mercado aberto brasileiro, cuja consolidação se daria com a criação do Selic, em 1979, tendo como primeiros títulos públicos registrados as LTNs – Letras do Tesouro Nacional.

Ao longo dos últimos 25 anos, a mais antiga parceria ainda em ação entre o setor público e o privado vem transformando o Selic em complexo e eficiente sistema de suporte da política fiscal e monetária do País. Hoje, o sistema tem registradas mais de uma dezena de diferentes títulos, cuja atualização se dá por diversos índices, como a taxa Selic, o dólar comercial, a TR, o IPCA ou a TJLP.

Mantido sempre ágil e atualizado, o Selic já incorporou, desde a década de 1990, diversas recomendações do receituário internacional, que visam regular e sistematizar o sistema financeiro global. A partir de 2002, com a entrada em funcionamento do Sistema de Pagamentos Brasileiro, o Selic adaptou-se, mais uma vez, para se integrar à nova estrutura, cujo objetivo é dar racionalidade e eficiência à gestão financeira do Estado.

Mantendo sua tradição de eficiência e atualidade, o SELIC vem passando, desde o início dos anos 2000, por ampla reformulação, que inclui a renovação de equipamentos e a modernização de linguagem de programação, em consonância com a tecnologia de vanguarda que é utilizada no Brasil e nos mais avançados países do mundo.

De fato, Sr. Presidente, o Selic, como depositário dos títulos da dívida pública federal interna, vem prestando relevantes serviços à sociedade. A parceria entre

o Banco Central e a Andima consolidou o sistema em um ambiente operacional com dois locais distintos: o denominado “*site principal*”, localizado nas instalações do Bacen, e o denominado “*site de contingência*”, localizado na Andima, ambos no Rio de Janeiro. A interligação entre eles se faz por cabos de fibra ótica, visando assegurar a não-interrupção do funcionamento do sistema ou o menor tempo de reativação possível. Com estrutura modulada, os dois locais podem cobrir falhas recíprocas, totais ou parciais.

A conexão do sistema com o mercado financeiro se faz por dois canais homologados independentes, de modo que não haja comprometimento da comunicação com a Rede do Sistema Financeiro Nacional, a RSFN.

Sr. Presidente, num mundo em constantes e cada vez mais rápidas mudanças, o Brasil soube dotar-se de um sistema de administração de seus títulos de dívida pública do tamanho dos desafios da atual conjuntura financeira. Nesse contexto, o Selic está dotado de mecanismos de minimização de riscos, tanto operacionais, como de liquidez, dando confiabilidade interna e externa ao sistema.

Hoje o Selic tem como investidores institucionais os fundos de investimento, que representam 81,2% dos participantes, as entidades de previdência ou seguradoras, com 7,1% de participação, e os bancos, com 4,6%, além de outros investidores. De acordo com as informações disponibilizadas pelo Selic, os grandes detentores de títulos públicos federais são as carteiras dos bancos, com 34,6%, e fundos de investimento, com 47,1%.

Sr. Presidente, mesmo com todas as mazelas que o Brasil historicamente apresenta em sua administração pública, não devemos estigmatizar nossa própria terra como um caso sem solução. A demonstração da probidade e da eficiência do sistema Selic é mais do que eloquente sobre a capacidade brasileira de organizar o País.

A parceria entre a Andima e o Bacen é, também, uma prova de que Estado e sociedade podem se unir para produzir resultados em favor do País. O interesse público e o privado podem coexistir dentro de um projeto que beneficie o conjunto da Nação. Por isso mesmo, o sistema Selic continua em permanente atualização e aperfeiçoamento para atender às demandas do mercado financeiro, aos interesses do Estado e às necessidades da sociedade em geral.

Comemorando as bodas de existência do Selic, a Andima publicou o fascículo “Selic 25 Anos”,

interessante informativo sobre a história desse crucial instrumento de gestão de política fiscal e monetária brasileiras. Vale a pena ser lido e analisado por todos os que se interessam pelos destinos de nosso País.

Concluo, Sr. Presidente, com a convicção de que o Estado brasileiro tem passado, nas últimas décadas, por transformações que indicam, claramente, que a gestão da coisa pública tem evoluído. Esse é o caminho certo para o Brasil. E instrumentos como o sistema Selic são meios eficazes de ação do Estado, em benefício da sociedade.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria, escrita pela jornalista Lílian Tahan, intitulada “A revolta do Zé da Mobilete”, publicada no jornal **Correio Braziliense**, edição de 4 de março do corrente.

A matéria diz que o pernambucano José Cândido de Lima ateou fogo à bandeira do PT em frente ao Palácio do Planalto para demonstrar seu rompimento definitivo com o governo. O mecânico desempregado, que foi eleitor e cabo eleitoral do PT, esperava ter o apoio de Lula. Pretendia fazer uma exposição do ensaio iniciado com a foto do presidente sentado em sua mobilete. Pediu audiência, ergueu durante 15 dias uma faixa em frente ao Palácio do Planalto, empinou sua mobilete na rampa, foi impedido pelos seguranças, enfim tentou ser notado.

Assim, o artigo pretende mostrar que, em 2003, quando começava seu governo, o presidente era simpático, acessível, e surpreendia a todos com sua simplicidade. O mesmo que hoje, diante dos pedidos feitos pelo eleitor, recusa ajuda. José Cândido foi um daqueles usados para construir a imagem do presidente, mas diz que Lula “agora está deslumbrado”.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, Inciso 1º e § 2º, do Regimento Interno.)

PROTESTO

Mecânico que conseguiu convencer Lula a subir em sua moto logo após a posse, em 2003, não consegue ajuda do presidente e resolve “romper” com o PT queimando a bandeira do partido

A revolta do Zé da Mobilete

LILIAN TAHAN

DA EQUIPE DO CORREIO

Atear fogo à bandeira do PT foi o gesto que o pernambucano José Cândido de Lima, 52 anos, fez ontem em frente ao Palácio do Planalto para demonstrar o rompimento definitivo com o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Até então, o mecânico desempregado há dez anos se considerava um militante do partido que elegeu Lula ao poder. Contou ter convencido familiares e amigos a votar no sindicalista nas quatro eleições em que o presidente disputou. Mas diante das tentativas frustradas de uma audiência com Lula, pleiteada nos últimos 30 dias, José Cândido, o Zé da Mobilete, resolveu radicalizar.

Na última segunda-feira, ele driblou a segurança do Planalto e empinou sua mobilete na rampa do Palácio do Planalto. Foi contido pelas seguranças antes de alcançar os vidros do palácio. “O presidente era muito simpático e acessível quando chegou ao poder, mas agora está deslumbrado. Estou aqui há vários dias, não é possível que ele não tenha me notado”, revolta-se.

A avaliação de José Cândido é baseada em uma experiência

bem-sucedida que teve com Lula no início do governo. O mecânico ficou conhecido em janeiro de 2003, quando conseguiu que o presidente, depois de sete dias de eleito, subisse em sua mobilete; ano 78. Nas primeiras semanas de trabalho, Lula criou o hábito de parar para cumprimentar os visitantes que o abordavam em frente à residência oficial do Palácio da Alvorada.

José Cândido foi um dos que, na época, se surpreendeu com a simplicidade do presidente eleito. Ouviu de Lula um “sim” ao pedido para que ele subisse em sua moto. O registro do momento virou uma marca na vida do desempregado. A partir da imagem com o presidente, José Cândido decidiu fotografar outras personalidades da política, na expectativa de organizar — com o apoio dos próprios retratados — uma exposição do trabalho amador.

Arquivo

O mecânico deu início a uma viagem que só terminou em fevereiro deste ano. Percorrendo diversos estados sobre duas rodas, ele chegou a montar um arquivo de 600 fotos. Conseguiu o retrato de 13 governadores, entre eles os do Distrito Federal, Joaquim Roriz (PMDB), e de Goiás, Marconi Perillo (PSDB) e de cerca de 400 pre-

feitos, além de deputados e senadores, como Aloízio Mercadante (PT-SP) e Eduardo Suplicy (PT-SP). Todos aceitaram posar montados na mobilete.

O ensaio de José Cândido terminou no Recife, onde ele conseguiu fotografar o prefeito reeleito João Paulo (PT). Como de costume, pediu ao político uma ajuda de custo para continuar o trabalho. Recebeu de João Paulo R\$ 700, dinheiro que custeou a vinda para Brasília. De Luiziane Lins (PT), prefeita eleita em Fortaleza, o mecânico ganhou uma máquina fotográfica nova.

Em Brasília, José Cândido esperava ter o apoio de Lula para comprar uma Kombi. O veículo o ajudaria a transportar o acervo para o Nordeste, região onde o mecânico pretende iniciar a exposição. Durante 15 dias ele ergueu uma faixa na Praça dos Três Poderes, em frente ao Palácio da Alvorada que dizia “Companheiro presidente, estou precisando fazer exposição das 600 fotos que consegui das pessoas famosas montadas na mobilete e preciso da sua ajuda. Para isso, preciso de cinco minutos do seu tempo e lhe explicarei tudo”.

Reclamação

A resposta foi dada por dois as-

sessão do Gabinete presidencial, que explicaria a José Cândido não ser prática da Presidência doar bens ou dinheiro. "Eu fico impressionado como pode um presidente enviar dinheiro para as vítimas do maremoto (na Ásia), enviar soldados para o

Haiti e até ajudar os africanos que passam fome, mas não tem um tostão para dar a um brasileiro", reclama, desconsolado.

A assessoria de imprensa da Presidência da República explica que esses tipos de pedido não são atendidos, isso porque o Palácio do Planalto não dis-

põe de orçamento próprio para tais demandas. Além disso, há uma posição da Presidência de encaminhar as reivindicações em que o Estado tem obrigação de dar cobertura, como nos casos de saúde e educação, o que não é o caso de José Cândido.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PMDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores: ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado "Democracia e Terrorismo", de autoria do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, publicado no jornal **Correio Braziliense**, edição de 6 de março do corrente.

O artigo trata da necessidade de se discutir uma nova estratégia de combate ao terrorismo que envolva todos os governos e povos do mundo, dentro dos princípios da democracia.

Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, Inciso 1º e § 2º, do Regimento Interno.)

OPINIÃO

Democracia e terrorismo

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Na manhã do dia 11 de março de 2004, dez bombas explodiram em quatro trens matando 190 pessoas e ferindo mais de duas mil na cidade de Madri. A grande maioria das vítimas vinha de bairros populares e se dirigia para o trabalho. Os autores desse atentado pertenciam a um grupo terrorista islâmico.

O atentado de Madri ocorreu exatamente dois anos e meio depois do ataque, no dia 11 de setembro de 2001, ao World Trade Center de Nova Iorque. Desde então, a luta contra o terrorismo tem ocupado o centro da agenda internacional. Há boas razões para isso. O terrorismo representa um novo tipo de ameaça global à paz e segurança de todos. A utilização indiscriminada da violência contra a população civil, como meio de intimidação política, fomenta o medo e a divisão entre povos, religiões e culturas. O risco de um ataque com armas químicas e bacteriológicas é real e, ocorrendo, terá consequências imprevisíveis.

As condições para uma resposta conjunta da comunidade internacional se fragmentaram depois da invasão do Iraque, em conflito com a ONU e ao arripio do direito. O terrorismo é um problema de extrema complexidade para o qual não há soluções fáceis. Respostas violentas podem agravar o problema em vez de resolvê-lo. Ações unilaterais enfraquecem a ordem internacional e geram maior insegurança. A leniência pode ser ainda pior. O terrorismo representa um ataque frontal à democracia, como espaço de convivência e solução pacífica de conflitos, mas só pode ser vencido de modo duradouro com os recursos e os valores da própria democracia. Como, entretanto, ser eficaz no combate ao terrorismo e manter vivos os sentimentos e as práticas democráticas?

Esse desafio levou o Clube de Madri — organização que reúne, sob minha presidência, 55 ex-chefes de Estado e de governo democráticos — a promover, em colaboração com o governo da Espanha e da península, um encontro internacional em Madri no primeiro aniversário do atentado de 11 de março, para discutir uma nova estratégia global de combate ao terrorismo.

Participam do debate dirigentes políticos, especialistas no tema e líderes da sociedade civil. Nossa orientação fundamental é a de que a melhor resposta ao terrorismo é o fortalecimento da democracia dentro de cada país e a construção de uma governança democrática no plano internacional que não hesite no combate ao terrorismo, nem, ao combatê-lo, se envolva em práticas quase tão abjetas quanto as utilizadas por ele.

Essas metas são ambiciosas. A democracia não se impõe de cima para baixo nem de fora para dentro. Não é tampouco um conceito abstrato. É sempre uma construção coletiva que deve se traduzir em algo vivo e concreto para a população. No mundo contemporâneo criam-se cada vez mais espaços para a participação e a deliberação dos cidadãos, ao mesmo tempo em que se fortalece o arcabouço das instituições representativas tradicionais, indispensáveis à legitimidade da ordem democrática.

Os cidadãos têm múltiplos interesses e identidades superpostos. Podem ser trabalhadores ou "burgueses"; mas, de igual ou maior importância para cada um, dependendo de sexo, idade, orientação sexual e fé religiosa — são seus valores, estilos de vida, padrões de consumo e perspectivas de futuro. Cada vez mais os cidadãos participam de movimentos e organizações que promovem suas causas e interesses. Ou, simplesmente, se comunicam diretamente com as autoridades, protestam na rua ou exprimem sua opinião em jornais e websites.

A democracia, hoje, não é apenas o voto; ela é a argumentação e o debate. As decisões e regras devem refletir a variedade de pertencimentos e desejos. Quanto mais participativo e transparente o processo, mais legítima a decisão. A democracia vive da informação livre, do respeito aos direitos de cada pessoa, do direito à privacidade, da liberdade de opinião, de organização e de participação política. O terrorismo é o antipoda de tudo isso: ele vive do segredo e da supressão da liberdade.

Os líderes são democráticos quando se abrem ao debate e se dispõem a traduzir o que ouvem em ação concreta. Ao mesmo tempo, cabe-lhes fortalecer a democracia para proteger-se de seus inimigos. Os líderes não se podem omitir diante do perigo terrorista comprazendo-se em repetir palavras generosas de tolerância e boa-fé. Daí a necessidade de juntar crença democrática e ação eficaz, sem se perder em um banal "os fins justificam os meios" (dogma próprio da visão dos terroristas), nem em uma contemplação imobilista à espera de que o convencimento pela razão altere os comportamentos dissonantes.

Em Madri, vamos discutir com líderes da sociedade civil que estão na linha de frente da luta pela democracia novas formas de aliança e solidariedade. A democracia não pode ser fortalecida no âmbito nacional e enfraquecida no internacional. Esse é o segundo grande desafio que queremos enfrentar. A resposta global ao terrorismo tem de se pautar pelo respeito aos direitos humanos e aos princípios da ordem internacional. Só quando se fortalecem os laços democráticos no plano internacional é possível gerar a confiança entre os povos e os governos. Sem esta, o entrosamento dos serviços de inteligência antiterrorista e a troca de informações, que é indispensável para antecipar os ataques e combater as redes terroristas com eficácia, tornam-se muito difícil, senão impossíveis. Para paralisar o uso pelos terroristas dos meios globalizados que dão eficácia a suas ações (a internet, o sistema bancário, o tráfico de armas e de drogas, etc.) é preciso constituir redes globais de defesa da democracia. Elas só se efetivam quando se esboroa a desconfiança no campo democrático de que uns querem ser mais donos do mundo e das virtudes do que outros. Só uma autêntica cooperação multinacional capaz de envolver os povos, além dos governos, permitirá aumentar a eficácia da luta contra o terror.

A reunião de Madri será também uma oportunidade para um novo diálogo com administração americana sobre os riscos do unilateralismo para a paz e a segurança do mundo. Como é possível proclamar a promoção da liberdade e da democracia como a mais importante meta a ser alcançada, como fez recentemente o presidente Bush no seu discurso de posse no segundo mandato e, ao mesmo tempo, adotar políticas que enfraquecem a ONU, mecanismo fundamental de que dispomos para uma governança global democrática?

O melhor tributo que poderemos prestar às vítimas do terrorismo em Madri e em outras partes do mundo será o delineamento de um plano de ação que envolva todos os governos e povos do mundo na luta contra o terrorismo dentro dos princípios da democracia. A Espanha heróica que, na pessoa de Miguel Unamuno, um de seus maiores pensadores, indignou-se com os que proclamaram, durante a guerra civil, "Viva a morte! Abaixo a inteligência!", haverá de inspirar-nos, uma vez mais, para a reafirmação da esperança na paz, na democracia e na vida.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Pereira. Bloco/PL – ES) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Pereira. Bloco/PL – ES) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 27 minutos.)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 08 DE MARÇO DE 2005, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela Liderança do PSDB. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, mais de 2000 prefeitos voltam a Brasília. Desta feita é a VIII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. É claro que se trata de uma mobilização legítima, deslocando prefeitos de todo o país até a capital, na defesa de uma agenda também legítima.

Infelizmente, o Presidente da República não fez prefeitos felizes em sua manifestação, não transferiu muita esperança aos prefeitos que vieram a Brasília. Ao contrário, o cenário final do pronunciamento do Presidente da República foi, mais uma vez, a decepção.

É incompreensível. O Governo Federal arrecada cada vez mais. Ano passado, foram R\$333 bilhões, uma receita histórica, que corresponde exatamente a um crescimento de 10,8% em relação ao ano anterior. A carga tributária do Brasil cresceu no Governo Lula cerca de 2% do PIB, o que corresponde a mais de R\$20 bilhões. Lamentavelmente, o crescimento não atende aos Municípios, não chega aos Municípios. Ao contrário, a cada ano os Municípios arrecadam menos, proporcionalmente ao que arrecada a União.

Atualmente, a arrecadação municipal corresponde a 14,6% do total da receita nacional. Desejam os Municípios elevá-la para, ao menos, 17,5%. Por isso, os prefeitos estão exigindo da Câmara dos Deputados a aprovação do aumento de um ponto percentual do Fundo de Participação dos Municípios.

O Senado Federal cumpriu seu dever ao final do ano passado. E aguardam os prefeitos do Brasil, neste momento, que a Câmara dos Deputados aprove imediatamente esse reajuste, que corresponderia a elevar de 22,5% para 23,5%, ou seja, R\$1,2 bilhão a mais para os cofres municipais, cerca de 4,25% de aumento real da receita municipal.

É mais do que chegada a hora de atender esse pleito dos Municípios. Os Parlamentares certamente alimentam esse desejo, e esperamos que a Câmara dos Deputados corresponda às expectativas dos Municípios brasileiros. A reforma tributária aprovada pelo Senado confere algum ganho. É claro que não o suficiente para atender as expectativas municipalistas,

mas certamente é um avanço. Espera-se da Câmara dos Deputados, da mesma forma, agilização dos procedimentos para concluir o processo de votação relativamente à reforma tributária.

Não é um modelo tributário adequado para o Brasil, que estabeleça a justiça fiscal e, sobretudo, a justiça redistributiva de tributos, para contemplar os Municípios com a parcela que deveria corresponder a eles, especialmente na proporção da demanda, que é crescente. Há descentralização em relação aos encargos, mas não ocorre descentralização, na mesma proporção, em relação aos tributos arrecadados no País.

Incluí, na Reforma Tributária no Senado Federal, o Vale do Ribeira* – a parte paranaense e a parte paulista – no Fundo de Desenvolvimento Regional*. Esse conceito de que o Paraná é um Estado rico, que não tem pobreza, é um conceito ultrapassado e irreal. O Fundo de Desenvolvimento Regional, instituído em boa hora para atender às regiões mais pobres do País, não poderia deixar de contemplar também aquela que é, sim, uma das regiões mais pobres do País: a parte paranaense e a parte paulista do Vale do Ribeira.

Aguardamos também da Câmara dos Deputados a aprovação para o Fundo de Desenvolvimento Regional.

Acompanho agora – e isso exemplifica o drama vivido pelos Municípios do País – a luta do Prefeito José Serra*, da grande cidade de São Paulo. Se o Prefeito de São Paulo vive dificuldades, administrando a metrópole paulista, o que não será dos pequenos Municípios, como o de Farol*, da Prefeita Dina Cardoso*, que aqui se encontra, e o de Barbosa Ferraz*, do Prefeito César? Pequenos Municípios brasileiros sobrevivem praticamente no anonimato, à custa do esforço dos seus administradores para superar incriveis obstáculos de natureza financeira, na esperança de corresponder às expectativas geradas durante uma campanha eleitoral, sobretudo em função do crescimento das demandas sociais, que se avolumam na medida em que o Poder Público Municipal empobrece, em razão da injustiça distributiva dos tributos no País.

O Prefeito José Serra afirmou ser impossível honrar os R\$7 bilhões que a cidade deveria pagar à União para se enquadrar no cronograma de diminuição da dívida da cidade, que vence em 31 de maio. Imaginem V. Ex^{as} quantos Municípios brasileiros, pequenos, médios e grandes, estariam da mesma forma impedidos de pagar os seus compromissos financeiros. No caso de São Paulo, dos R\$13 bilhões de receita da cidade, somente 20% dos gastos podem ser remanejados. Sem dúvida, pagar R\$7 bilhões é realmente impossível.

Se uma cidade como São Paulo, que arrecada somas fantásticas, chega a essa situação de endividamento, o que não será dos pequenos Municípios brasileiros, se o Governo da União urgentemente não tomar providências

que possam interromper esse processo de empobrecimento? Há, sim, um processo irreversível de empobrecimento, mas a reversibilidade desse processo se dá na medida em que a consciência da responsabilidade pública dos que governam admitir a necessidade de promover distribuição da receita. Essa concentração excessiva da receita nos cofres da União é injusta e empobrece o País.

Concluo meu discurso – já que vejo meus colegas perfilados para a inscrição, a fim de poderem usar desta tribuna na próxima quinta-feira – dizendo que a proposta do Prefeito José Serra, no sentido de que os Governos possam usar sua dívida ativa para abater o pagamento de precatórios, é importante.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

É inadiável estabelecer uma fórmula que garanta que a securitização de dívidas seja para pagar precatórios.

Além disso, a superindexação dos precatórios é outra questão que exige solução. É preciso reverter essa lógica tão bem lembrada pelo Prefeito de São Paulo: “Você finge que me paga, e eu finjo que

**AGENDA CUMPRIDA
PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL
SENADOR RENAN CALHEIROS**

10-3-2005
Quinta-feira

10 horas – Sessão Solene destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher e agra-

ciar as escolhidas para receber o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz
Plenário do Senado Federal

11 horas – Reunião com os Presidentes dos Partidos:

Deputado José Genoíno, PT
Deputado Miguel Arraes, PSB
Deputado Roberto Freire, PPS
Deputado Severiano Alves, representante, PDT
Senhor Renato Rabelo, PCdoB
Senhor José Luiz França Penna, PV
Deputado Ronaldo Caiado, PFL

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

12 horas – Reunião de Líderes

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

13 horas – Almoço em homenagem ao Ano Internacional da Mulher Latino-Americana e do Caribe e Dia Internacional da Mulher
Residência Oficial do Senado Federal

16 horas – Ordem do Dia – Pauta sobrestada
Plenário do Senado Federal

16h30 – Ministro Carlos Mário Velloso, Ministro do Supremo Tribunal Federal e Tribunal Superior Eleitoral

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal.

**CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

Emendas apresentadas perante a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 241**, adotada em 03 de março de 2005 e publicada no dia 04 do mesmo mês e ano, que **“Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa e de Encargos Financeiros da União, no valor global de R\$ 299.594.749,00, para os fins que especifica.”**

CONGRESSISTAS	EMENDAS N°S
Deputado ANIVALDO VALE	001, 002, 003, 004, 005, 006, 007, 008, 009, 010, 011 e 012
Deputado CAPITÃO WAYNE	013
Deputado EDUARDO VALVERDE	014

TOTAL DE EMENDAS: 014

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTO

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

MPV - 241

00001

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS
MPnº 241/2005PÁGINA
1 DE 1

TEXTO

Acrescentar a proposta de Abertura de Crédito Extraordinário, do Programa de Trabalho do Ministério da Defesa, Unidade Orçamentária 52101, o seguinte subtítulo:

Acrescentar:

UO: 52101 – Ministério da Defesa.

Programa: 0643 – Calha Norte.

Funcional Programática: 05.244.0643.1211.0234

Subtítulo: Implantação de Infra-Estrutura Básica nos Municípios mais Carentes da Região da Calha Norte no Município de Afuá (Capim Marinho/PA)

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Fonte: 100 / Valor: R\$ 5.000.000,00

Cancelar:

UO: 90000 – Reserva de Contingência.

Programa: 0999 – Reserva de Contingência.

Funcional Programática: 99.999.0999.0998.0105

Subtítulo: Reserva de Contingência Fiscal

GND: 9 / Modalidade de Aplicação: 99 / Fonte: 100 / Valor: R\$ 5.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O Município de Afuá-PA, situado na região da calha Norte, necessita da implantação de infra-estrutura básica para o desenvolvimento da região. Faz-se necessário a viabilização de recursos junto ao Governo Federal, no sentido de ampliar as relações sociais e econômicas na busca do bem estar social.

O Ministério da Defesa com o programa 0643 – Calha Norte, visa aumentar a presença do Poder Público na região norte, contribuindo para a defesa nacional, proporcionando assistência às suas populações e fixando o homem na região.

Cabe ressaltar, o importante trabalho desenvolvido pelo Ministério da Defesa junto aos municípios da Calha Norte, em prol da qualidade e melhores condições de vida de seus habitantes.

É inadmissível que o Poder Executivo, não reconheça a situação precária, em que os municípios da região da calha norte se encontram atualmente. O Poder Executivo precisa de coerência e responsabilidade no desenvolvimento de políticas sócio-econômicas, voltadas para um atendimento com o mínimo de dignidade e respeito com a população carente.

CÓDIGO

3123-1

NOME DO PARLAMENTAR

ANIVALDO VALE

UF

PA

PARTIDO

PSDB

DATA

03/03/05

ASSINATURA

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTO

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

MPV-241

00002

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS
MPnº 241/2005PAGINA
1 DE 1

TEXTO

Acrescentar a proposta de Abertura de Crédito Extraordinário, do Programa de Trabalho do Ministério da Defesa, Unidade Orçamentária 52101, o seguinte subtítulo:

Acrescentar:

UO: 52101 – Ministério da Defesa.

Programa: 0643 – Calha Norte.

Funcional Programática: 05.244.0643.1E02.0122

Subtítulo: Implantação de Infra-Estrutura Básica nos Municípios da Região Norte no Município de Juruti/PA

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Fonte: 100 / Valor: R\$ 5.000.000,00

Cancelar:

UO: 90000 – Reserva de Contingência.

Programa: 0999 – Reserva de Contingência.

Funcional Programática: 99.999.0999.0998.0105

Subtítulo: Reserva de Contingência Fiscal

GND: 9 / Modalidade de Aplicação: 99 / Fonte: 100 / Valor: R\$ 5.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O Município de Juruti-PA, situado na região da calha Norte, necessita da implantação de infra-estrutura básica para o desenvolvimento da região. Faz-se necessário a viabilização de recursos junto ao Governo Federal, no sentido de ampliar as relações sociais e econômicas na busca do bem estar social.

O Ministério da Defesa com o programa 0643 – Calha Norte, visa aumentar a presença do Poder Público na região norte, contribuindo para a defesa nacional, proporcionando assistência às suas populações e fixando o homem na região.

Cabe ressaltar, o importante trabalho desenvolvido pelo Ministério da Defesa junto aos municípios da Calha Norte, em prol da qualidade e melhores condições de vida de seus habitantes.

É inadmissível que o Poder Executivo, não reconheça a situação precária, em que os municípios da região da calha norte se encontram atualmente. O Poder Executivo precisa de coerência e responsabilidade no desenvolvimento de políticas sócio-econômicas, voltadas para um atendimento com o mínimo de dignidade e respeito com a população carente.

CÓDIGO

3123-1

NOME DO PARLAMENTAR

ANIVALDO VALE

UF

PA

PARTIDO

PSDB

DATA

09/03/05

ASSINATURA

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTO

MPV-241

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

00003

A

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS
MPnº 241/2005PÁGINA
1 DE 1

TEXTO

Acrescentar a proposta de Abertura de Crédito Extraordinário, do Programa de Trabalho do Ministério da Defesa, Unidade Orçamentária 52101, o seguinte subtítulo:

Acrescentar:

UO: 52101 – Ministério da Defesa.

Programa: 0643 – Calha Norte.

Funcional Programática: 05.244.0643.1211.0236

Subtítulo: Implantação de Infra-Estrutura Básica nos Municípios mais Carentes da Região da Calha Norte no Município de Almeirim-PA

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Fonte: 100 / Valor: R\$ 5.000.000,00

Cancelar:

UO: 90000 – Reserva de Contingência.

Programa: 0999 – Reserva de Contingência.

Funcional Programática: 99.999.0999.0998.0105

Subtítulo: Reserva de Contingência Fiscal

GND: 9 / Modalidade de Aplicação: 99 / Fonte: 100 / Valor: R\$ 5.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O Município de Almeirim-PA, situado na região da calha Norte, necessita da implantação de infra-estrutura básica para o desenvolvimento da região. Faz-se necessário a viabilização de recursos junto ao Governo Federal, no sentido de ampliar as relações sociais e econômicas na busca do bem estar social.

O Ministério da Defesa com o programa 0643 – Calha Norte, visa aumentar a presença do Poder Público na região norte, contribuindo para a defesa nacional, proporcionando assistência às suas populações e fixando o homem na região.

Cabe ressaltar, o importante trabalho desenvolvido pelo Ministério da Defesa junto aos municípios da Calha Norte, em prol da qualidade e melhores condições de vida de seus habitantes.

É inadmissível que o Poder Executivo, não reconheça a situação precária, em que os municípios da região da calha norte se encontram atualmente. O Poder Executivo precisa de coerência e responsabilidade no desenvolvimento de políticas sócio-econômicas, voltadas para um atendimento com o mínimo de dignidade e respeito com a população carente.

CÓDIGO

3123-1

NOME DO PARLAMENTAR

ANIVALDO VALE

UF

PA

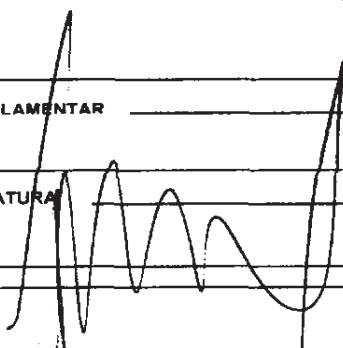
PARTIDO

PSDB

DATA

03/03/05

ASSINATURA



COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTO

MPV-241

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

00004

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS
MPnº 241/2005PÁGINA
1 DE 1

TEXTO

Acrescentar a proposta de Abertura de Crédito Extraordinário, do Programa de Trabalho do Ministério da Defesa, Unidade Orçamentária 52101, o seguinte subtítulo:

Acrescentar:

UO: 52101 – Ministério da Defesa.

Programa: 0643 – Calha Norte.

Funcional Programática: 05.244.0643.1E02.0124

Subtítulo: Implantação de Infra-Estrutura Básica nos Municípios da Região Norte no Município de São Sebastião da Boa Vista-PA

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Fonte: 100 / Valor: R\$ 5.000.000,00

Cancelar:

UO: 90000 – Reserva de Contingência.

Programa: 0999 – Reserva de Contingência.

Funcional Programática: 99.999.0999.0998.0105

Subtítulo: Reserva de Contingência Fiscal

GND: 9 / Modalidade de Aplicação: 99 / Fonte: 100 / Valor: R\$ 5.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O Município de São Sebastião da Boa Vista-PA, situado na região da calha Norte, necessita da implantação de infra-estrutura básica para o desenvolvimento da região. Faz-se necessário a viabilização de recursos junto ao Governo Federal, no sentido de ampliar as relações sociais e econômicas na busca do bem estar social.

O Ministério da Defesa com o programa 0643 – Calha Norte, visa aumentar a presença do Poder Público na região norte, contribuindo para a defesa nacional, proporcionando assistência às suas populações e fixando o homem na região.

Cabe ressaltar, o importante trabalho desenvolvido pelo Ministério da Defesa junto aos municípios da Calha Norte, em prol da qualidade e melhores condições de vida de seus habitantes.

É inadmissível que o Poder Executivo, não reconheça a situação precária, em que os municípios da região da calha norte se encontram atualmente. O Poder Executivo precisa de coerência e responsabilidade no desenvolvimento de políticas sócio-econômicas, voltadas para um atendimento com o mínimo de dignidade e respeito com a população carente.

CÓDIGO

3123-1

NOME DO PARLAMENTAR

ANIVALDO VALE

UF

PA

PARTIDO

PSDB

DATA

09/03/05

ASSINATURA

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

MPV-241

00005

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS

MPnº 241/2005

PAGINA

1 DE 1

TEXTO

Acrescentar a proposta de Abertura de Crédito Extraordinário, do Programa de Trabalho do Ministério da Defesa, Unidade Orçamentária 52101, o seguinte subtítulo:

Acrescentar:

UO: 52101 – Ministério da Defesa.

Programa: 0643 – Calha Norte.

Funcional Programática: 05.244.0643.1E02.0126

Subtítulo: Implantação de Infra-Estrutura Básica nos Municípios da Região Norte no Município de Salvaterra-PA

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Fonte: 100 / Valor: R\$ 5.000.000,00

Cancelar:

UO: 90000 – Reserva de Contingência.

Programa: 0999 – Reserva de Contingência.

Funcional Programática: 99.999.0999.0998.0105

Subtítulo: Reserva de Contingência Fiscal

GND: 9 / Modalidade de Aplicação: 99 / Fonte: 100 / Valor: R\$ 5.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O Município de Salvaterra-PA, situado na região da calha Norte, necessita da implantação de infra-estrutura básica para o desenvolvimento da região. Faz-se necessário a viabilização de recursos junto ao Governo Federal, no sentido de ampliar as relações sociais e econômicas na busca do bem estar social.

O Ministério da Defesa com o programa 0643 – Calha Norte, visa aumentar a presença do Poder Público na região norte, contribuindo para a defesa nacional, proporcionando assistência às suas populações e fixando o homem na região.

Cabe ressaltar, o importante trabalho desenvolvido pelo Ministério da Defesa junto aos municípios da Calha Norte, em prol da qualidade e melhores condições de vida de seus habitantes.

É inadmissível que o Poder Executivo, não reconheça a situação precária, em que os municípios da região da calha norte se encontram atualmente. O Poder Executivo precisa de coerência e responsabilidade no desenvolvimento de políticas sócio-econômicas, voltadas para um atendimento com o mínimo de dignidade e respeito com a população carente.

CÓDIGO

3123-1

NOME DO PARLAMENTAR

ANIVALDO VALE

UF

PA

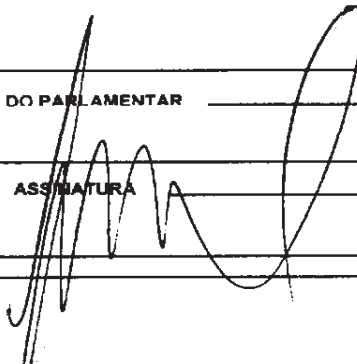
PARTIDO

PSDB

DATA

09/03/05

ASSINATURA



COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAME

MPV-241

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

00006

A

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS
MPnº 241/2005PÁGINA
1 DE 1

TEXTO

Acrescentar a proposta de Abertura de Crédito Extraordinário, do Programa de Trabalho do Ministério da Defesa, Unidade Orçamentária 52101, o seguinte subtítulo:

Acrescentar:

UO: 52101 – Ministério da Defesa.

Programa: 0643 – Calha Norte.

Funcional Programática: 05.244.0643.1E02.0128

Subtítulo: Implantação de Infra-Estrutura Básica nos Municípios da Região Norte no Município de Gurupá-PA

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Fonte: 100 / Valor: R\$ 5.000.000,00

Cancelar:

UO: 90000 – Reserva de Contingência.

Programa: 0999 – Reserva de Contingência.

Funcional Programática: 99.999.0999.0998.0105

Subtítulo: Reserva de Contingência Fiscal

GND: 9 / Modalidade de Aplicação: 99 / Fonte: 100 / Valor: R\$ 5.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O Município de Gurupá-PA, situado na região da calha Norte, necessita da implantação de infra-estrutura básica para o desenvolvimento da região. Faz-se necessário a viabilização de recursos junto ao Governo Federal, no sentido de ampliar as relações sociais e econômicas na busca do bem estar social.

O Ministério da Defesa com o programa 0643 – Calha Norte, visa aumentar a presença do Poder Público na região norte, contribuindo para a defesa nacional, proporcionando assistência às suas populações e fixando o homem na região.

Cabe ressaltar, o importante trabalho desenvolvido pelo Ministério da Defesa junto aos municípios da Calha Norte, em prol da qualidade e melhores condições de vida de seus habitantes.

É inadmissível que o Poder Executivo, não reconheça a situação precária, em que os municípios da região da calha norte se encontram atualmente. O Poder Executivo precisa de coerência e responsabilidade no desenvolvimento de políticas sócio-econômicas, voltadas para um atendimento com o mínimo de dignidade e respeito com a população carente.

CÓDIGO

3123-1

NOME DO PARLAMENTAR

ANIVALDO VALE

UF

PA

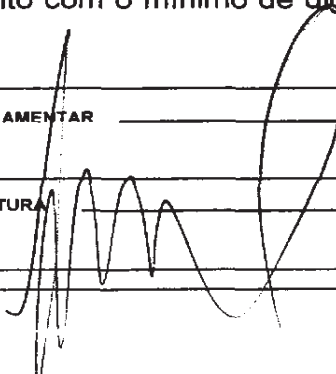
PARTIDO

PSDB

DATA

09/03/05

ASSINATURA



COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS

MPV - 241

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

00007

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS
MPnº 241/2005PÁGINA
1 DE 1

TEXTO

Acrescentar a proposta de Abertura de Crédito Extraordinário, do Programa de Trabalho do Ministério da Defesa, Unidade Orçamentária 52101, o seguinte subtítulo:

Acrescentar:

UO: 52101 – Ministério da Defesa.

Programa: 0643 – Calha Norte.

Funcional Programática: 05.244.0643.1E02.0146

Subtítulo: Implantação de Infra-Estrutura Básica nos Municípios da Região Norte

Construção de Equipamentos Públicos em Portel-PA

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Fonte: 100 / Valor: R\$ 5.000.000,00

Cancelar:

UO: 90000 – Reserva de Contingência.

Programa: 0999 – Reserva de Contingência.

Funcional Programática: 99.999.0999.0998.0105

Subtítulo: Reserva de Contingência Fiscal

GND: 9 / Modalidade de Aplicação: 99 / Fonte: 100 / Valor: R\$ 5.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O Município de Portel-PA, situado na região da calha Norte, necessita da implantação de infra-estrutura básica para o desenvolvimento da região. Faz-se necessário a viabilização de recursos junto ao Governo Federal, no sentido de ampliar as relações sociais e econômicas na busca do bem estar social.

O Ministério da Defesa com o programa 0643 – Calha Norte, visa aumentar a presença do Poder Público na região norte, contribuindo para a defesa nacional, proporcionando assistência às suas populações e fixando o homem na região.

Cabe ressaltar, o importante trabalho desenvolvido pelo Ministério da Defesa junto aos municípios da Calha Norte, em prol da qualidade e melhores condições de vida de seus habitantes.

É inadmissível que o Poder Executivo, não reconheça a situação precária, em que os municípios da região da calha norte se encontram atualmente. O Poder Executivo precisa de coerência e responsabilidade no desenvolvimento de políticas sócio-econômicas, voltadas para um atendimento com o mínimo de dignidade e respeito com a população carente.

CÓDIGO

3123-1

NOME DO PARLAMENTAR

ANIVALDO VALE

UF

PA

PARTIDO

PSDB

DATA

09/03/05

ASSINATURA

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

I **MPV - 241**
00008

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS
MPnº 241/2005PÁGINA
1 DE 1

TEXTO

Acrescentar a proposta de Abertura de Crédito Extraordinário, do Programa de Trabalho do Ministério da Defesa, Unidade Orçamentária 52101, o seguinte subtítulo:

Acrescentar:

UO: 52101 – Ministério da Defesa.

Programa: 0643 – Calha Norte.

Funcional Programática: 05.244.0643.2444.0010

Subtítulo: Apoio às Comunidades da Região da Calha Norte.

GND: 3/ Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 100 / Valor: R\$ 5.000.000,00

Cancelar:

UO: 90000 – Reserva de Contingência.

Programa: 0999 – Reserva de Contingência.

Funcional Programática: 99.999.0999.0998.0105

Subtítulo: Reserva de Contingência Fiscal

GND: 9 / Modalidade de Aplicação: 99 / Fonte: 100 / Valor: R\$ 5.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A região da calha norte, possui inúmeros municípios, que são carentes, e que não dispõe de recursos financeiros para atender as necessidades de sua população carente e de baixa renda.

Os municípios paraenses que estão situados na região da calha norte, próximos ao Rio Amazonas, e também, a Ilha do Marajó, necessitam de apoio às comunidades, que pleiteiam o desenvolvimento da região. *Faz-se necessário a viabilização de recursos junto ao Governo Federal, no sentido de ampliar as relações sociais e econômicas na busca do bem estar social.*

O Ministério da Defesa com o programa 0643 – Calha Norte, visa aumentar a presença do Poder Público na região norte, contribuindo para a defesa nacional, proporcionando assistência às suas populações e fixando o homem na região.

Cabe ressaltar, o importante trabalho desenvolvido pelo Ministério da Defesa junto aos municípios da Calha Norte, em prol da qualidade e melhores condições de vida de seus habitantes.

É inadmissível que o Poder Executivo, não reconheça a situação precária, em que os municípios da região da calha norte se encontram atualmente. O Poder Executivo precisa de coerência e responsabilidade no desenvolvimento de políticas sócio-econômicas, voltadas para um atendimento com o mínimo de dignidade e respeito com a população carente.

CÓDIGO

3123-1

NOME DO PARLAMENTAR

ANIVALDO VALE

UF

PA

PARTIDO

PSDB

DATA

09/03/05

ASSINATURA

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENT

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**MPV-241
00009

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS
MPnº 241/2005PÁGINA
1 DE 1

TEXTO

Acrescentar a proposta de Abertura de Crédito Extraordinário, do Programa de Trabalho do Ministério da Defesa, Unidade Orçamentária 52101, o seguinte subtítulo:

Acrescentar:

UO: 52101 – Ministério da Defesa.

Programa: 0643 – Calha Norte.

Funcional Programática: 05.244.0643.1211.0206

Subtítulo: Implantação de Infra-Estrutura Básica nos Municípios mais Carentes da Região da Calha Norte no Município de Monte Alegre-PA.

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Fonte: 100 / Valor: R\$ 5.000.000,00

Cancelar:

UO: 90000 – Reserva de Contingência.

Programa: 0999 – Reserva de Contingência.

Funcional Programática: 99.999.0999.0998.0105

Subtítulo: Reserva de Contingência Fiscal

GND: 9 / Modalidade de Aplicação: 99 / Fonte: 100 / Valor: R\$ 5.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O Município de Monte Alegre-PA, situado na região da calha Norte, necessita da implantação de infra-estrutura básica para o desenvolvimento da região. Faz-se necessário a viabilização de recursos junto ao Governo Federal, no sentido de ampliar as relações sociais e econômicas na busca do bem estar social.

O Ministério da Defesa com o programa 0643 – Calha Norte, visa aumentar a presença do Poder Público na região norte, contribuindo para a defesa nacional, proporcionando assistência às suas populações e fixando o homem na região.

Cabe ressaltar, o importante trabalho desenvolvido pelo Ministério da Defesa junto aos municípios da Calha Norte, em prol da qualidade e melhores condições de vida de seus habitantes.

É inadmissível que o Poder Executivo, não reconheça a situação precária, em que os municípios da região da calha norte se encontram atualmente. O Poder Executivo precisa de coerência e responsabilidade no desenvolvimento de políticas sócio-econômicas, voltadas para um atendimento com o mínimo de dignidade e respeito com a população carente.

CÓDIGO

3123-1

NOME DO PARLAMENTAR

ANIVALDO VALE

UF

PA

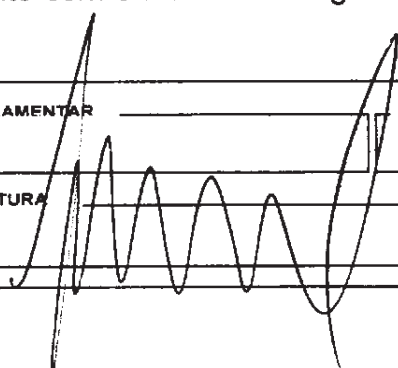
PARTIDO

PSDB

DATA

09/03/05

ASSINATURA



COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS

MPV - 241

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

00010

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS
MPnº 241/2005PÁGINA
1 DE 1

TEXTO

Acrescentar a proposta de Abertura de Crédito Extraordinário, do Programa de Trabalho do Ministério da Defesa, Unidade Orçamentária 52101, o seguinte subtítulo:

Acrescentar:

UO: 52101 – Ministério da Defesa.

Programa: 0643 – Calha Norte.

Funcional Programática: 05.244.0643.1211.0010

Subtítulo: Implantação de Infra-Estrutura Básica nos Municípios mais Carentes da Região da Calha Norte – Região Norte.

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 100 / Valor: R\$ 5.000.000,00

Cancelar:

UO: 90000 – Reserva de Contingência.

Programa: 0999 – Reserva de Contingência.

Funcional Programática: 99.999.0999.0998.0105

Subtítulo: Reserva de Contingência Fiscal

GND: 9 / Modalidade de Aplicação: 99 / Fonte: 100 / Valor: R\$ 5.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A região da calha norte, possui inúmeros municípios, que são carentes, e que não dispõe de recursos financeiros para atender as necessidades de sua população carente e de baixa renda.

Os municípios paraenses que estão situados na região da calha norte, próximos ao Rio Amazonas, e também, a Ilha do Marajó, necessitam da implantação de infra-estrutura básica para o desenvolvimento da região. Faz-se necessário a viabilização de recursos junto ao Governo Federal, no sentido de ampliar as relações sociais e econômicas na busca do bem estar social.

O Ministério da Defesa com o programa 0643 – Calha Norte, visa aumentar a presença do Poder Público na região norte, contribuindo para a defesa nacional, proporcionando assistência às suas populações e fixando o homem na região.

Cabe ressaltar, o importante trabalho desenvolvido pelo Ministério da Defesa junto aos municípios da Calha Norte, em prol da qualidade e melhores condições de vida de seus habitantes.

É inadmissível que o Poder Executivo, não reconheça a situação precária, em que os municípios da região da calha norte se encontram atualmente. O Poder Executivo precisa de coerência e responsabilidade no desenvolvimento de políticas sócio-econômicas, voltadas para um atendimento com o mínimo de dignidade e respeito com a população carente.

CÓDIGO

3123-1

NOME DO PARLAMENTAR

ANIVALDO VALE

UF

PA

PARTIDO

PSDB

DATA

09/03/05

ASSINATURA

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENT

MPV - 241

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

00011

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS
MPnº 241/2005PÁGINA
1 DE 1

TEXTO

Acrescentar a proposta de Abertura de Crédito Extraordinário, do Programa de Trabalho do Ministério da Defesa, Unidade Orçamentária 52101, o seguinte subtítulo:

Acrescentar:

UO: 52101 – Ministério da Defesa.

Programa: 0643 – Calha Norte.

Funcional Programática: 05.782.0643.2442.0010

Subtítulo: Conservação de Rodovias na Região da Calha Norte.

GND: 3 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 100 / Valor: R\$ 30.000.000,00

Cancelar:

UO: 90000 – Reserva de Contingência.

Programa: 0999 – Reserva de Contingência.

Funcional Programática: 99.999.0999.0998.0105

Subtítulo: Reserva de Contingência Fiscal

GND: 9 / Modalidade de Aplicação: 99 / Fonte: 100 / Valor: R\$ 30.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A malha rodoviária encontram-se em péssimas condições de trafegabilidade, não oferecendo segurança no transporte de cargas e de passageiros na região.

Os municípios situados na região da calha norte, enfrentam inúmeros transtornos para escoar a produção, bem como o elevado custo do frete. A situação se agrava no período das chuvas torrenciais, que causam inundações, deslizamento de terras e destroem as pontes que fazem as ligações entre os municípios. As poucas rodovias existentes, praticamente desaparecem com a falta de conservação, deixando um rastro com prejuízos e desolação.

É preciso uma mobilização junto ao Governo Federal, no sentido de, viabilizar recursos orçamentários, principalmente investimentos, que visem a ampliação das relações sociais e econômicas em busca do bem estar social.

O Ministério da Defesa com o programa 0643 – Calha Norte, visa aumentar a presença do Poder Público na região norte, contribuindo para a defesa nacional, proporcionando assistência às suas populações e fixando o homem na região.

O Poder Executivo precisa de coerência e responsabilidade para reconhecer a situação precária das rodovias federais na região da calha norte e do país.

CÓDIGO

3123-1

NOME DO PARLAMENTAR

ANIVALDO VALE

UF

PA

PARTIDO

PSDB

DATA

03/03/05

ASSINATURA

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTO

MPV-241

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

00012

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS
MPnº 241/2005PÁGINA
1 DE 1

TEXTO

Acrescentar a proposta de Abertura de Crédito Extraordinário, do Programa de Trabalho do Ministério da Defesa, Unidade Orçamentária 52101, o seguinte subtítulo:

Acrescentar:

UO: 52101 – Ministério da Defesa.

Programa: 0643 – Calha Norte.

Funcional Programática: 05.244.0643.1211.0232

Subtítulo: Implantação de Infra-Estrutura Básica nos Municípios mais Carentes da Região da Calha Norte No Estado do Pará

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Fonte: 100 / Valor: R\$ 30.000.000,00

Cancelar:

UO: 90000 – Reserva de Contingência.

Programa: 0999 – Reserva de Contingência.

Funcional Programática: 99.999.0999.0998.0105

Subtítulo: Reserva de Contingência Fiscal

GND: 9 / Modalidade de Aplicação: 99 / Fonte: 100 / Valor: R\$ 30.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A região da calha norte, possui inúmeros municípios, que são carentes, e que não dispõe de recursos financeiros para atender as necessidades de sua população carente e de baixa renda.

Os municípios paraenses que estão situados na região da calha norte, próximos ao Rio Amazonas, e também, a Ilha do Marajó, necessitam da implantação de infra-estrutura básica para o desenvolvimento da região. Faz-se necessário a viabilização de recursos junto ao Governo Federal, no sentido de ampliar as relações sociais e econômicas na busca do bem estar social.

O Ministério da Defesa com o programa 0643 – Calha Norte, visa aumentar a presença do Poder Público na região norte, contribuindo para a defesa nacional, proporcionando assistência às suas populações e fixando o homem na região.

Cabe ressaltar, o importante trabalho desenvolvido pelo Ministério da Defesa junto aos municípios da Calha Norte, em prol da qualidade e melhores condições de vida de seus habitantes.

É inadmissível que o Poder Executivo, não reconheça a situação precária, em que os municípios da região da calha norte se encontram atualmente. O Poder Executivo precisa de coerência e responsabilidade no desenvolvimento de políticas sócio-econômicas, voltadas para um atendimento com o mínimo de dignidade e respeito com a população carente.

CÓDIGO

3123-1

NOME DO PARLAMENTAR

ANIVALDO VALE

UF

PA

PARTIDO

PSDB

DATA

09/03/05

ASSINATURA

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTO

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

MPV-241

00013

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS

MP Nº 241/2005

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Acrescente-se ao Programa de Trabalho do Ministério da Justiça - UO Nº 30000, subprojeto: 06.181.0662.2680.0001:

Acrescentar:

UO: 30000

Título: Combate ao Crime Organizado e ao Tráfico Ilícito de Drogas e Armas Nacional (Viaturas para Polícia Militar)

Valor: R\$ 85.580.000,00

Mod: 90

GND: 4

Cancelar:

UO: 52000 - Ministério da Defesa

Funcional Programática: 05.212.8032.09LO.0001

GND: 4 R\$ 23.905.000,00

GND: 3 R\$ 61.675.000,00

Valor Total: R\$ 85.580.000,00

JUSTIFICAÇÃO

ESSA EMENDA VISA DOTAR ORÇAMENTARIAMENTE OS ESTADOS BRASILEIROS, NA AQUISIÇÃO DE 2.350 VIATURAS POLICIAIS, PROPORCIONANDO MAIOR TRANQUILIDADE EM TERMOS DE SEGURANÇA PÚBLICA AO CIDADÃO BRASILEIRO. NÃO É DE HOJE QUE OS ESTADOS BRASILEIROS E AS POLÍCIAS MILITARES ENFRENTAM DIUTURNAMENTE PROBLEMAS RELACIONADOS A FALTA DE SEGURANÇA PÚBLICA, AO ALTO ÍNDICE DE CRIMINALIDADE, SEQUESTROS RELÂMPAGOS, TRÁFICO DE DROGAS E ARMAS, DENTRE OUTROS. SENDO ASSIM, VEJO QUE É DE GRANDE VALIA A LIBERAÇÃO DESSES RECURSOS PARA O ATENDIMENTO DAS POLÍCIAS MILITARES ESTADUAIS.

CÓDIGO

590

NOME DO PARLAMENTAR

Deputado Capitão Wayne

UF

GO

PARTIDO

PSDB

DATA

10/03/2005

ASSINATURA

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

MPV - 241

A

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

00014

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS

Nº 241, de 2005.

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Aditiva.

Adicionar à Medida Provisória a Funcional Programática **14.422.0154.6762.0001** "PROTEÇÃO A DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS - NACIONAL " no valor de R\$2.000.000 (Dois milhões de Reais), ESF 1; GND 3; RP 2; MOD 99; IU 0; FONTE 100.

Cancelar, na Funcional Programática **05.212.8032.09LO.001** "MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O HAITI (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO) FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, o valor de R\$2.000.000 (Dois milhões de Reais), ESF F; GND 3; RP 2; MOD 90; IU 0; FONTE 100.

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem o objetivo de garantir recursos atender necessidades de Proteção a Defensores de Direitos Humanos em território nacional, já que a incidência de crimes contra militantes dos Direitos Humanos, entendido em sentido estrito e amplo, continuam a ocorrer no País e os recursos orçamentários destinados a esta ação são insuficientes para atender todo o território brasileiro.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

EDUARDO VALVERDE

RO

PT

DATA

10/03/05

ASSINATURA



**ATA DA 1ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA,
EM 16 DE FEVEREIRO DE 2005**

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 003, de 17 de fevereiro de 2005)

RETIFICAÇÕES

1) À página nº 00082, 1ª coluna, no corpo do Ofício nº 011/2005, do Gabinete do Senador Rodolpho Tourinho:

ONDE SE LÊ:

.....termos do Ofício SF nº 1095, de 14.07.04,.....

LEIA-SE:

.....termos do Ofício SF nº 1096, de 14.07.04,.....

2) À página nº 00108, à coluna da direita retifique-se, por omissão de numeração, a Mensagem nº 11-A, de 2005 (Nº 45, de origem):

**MENSAGEM nº 11-A, de 2005
(nº45/05, de origem)**

3) À página nº 00266, à coluna da esquerda, na publicação do Parecer nº 4, de 2005:

ONDE SE LE:

PARECER Nº4, de 2001

LEIA-SE:

PARECER Nº4, de 2005

4) À página nº 00125, à coluna da direita, na publicação do Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 2005:

ONDE SE LÊ:

(nº 651/2003, na Câmara dos Deputados)

LEIA-SE:

(nº 658/2003, na Câmara dos Deputados)

DECISÃO DA COMISSÃO DIRETORA

A Comissão Diretora do Senado Federal, considerando a necessidade de reduzir as despesas da Casa em pelo menos **11 milhões de reais**, no exercício de 2005, **decide**:

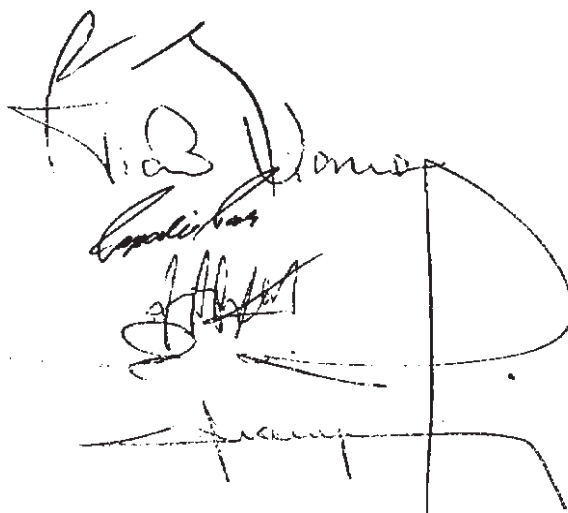
1º) As atividades de treinamento atualmente realizadas pelo Subsecretaria Especial do Programa Interlegis – SSEP terão a colaboração do Instituto Legislativo Brasileiro – ILB, da Universidade do Legislativo Brasileiro – Unilegis e da Consultoria Legislativa.

2º) Ficam suspensas as participações de servidores do Senado Federal em cursos, seminários, congressos e demais atividades de treinamento, com ônus, fora do Distrito Federal, durante o exercício de 2005, devendo a demanda de aprendizagem, aperfeiçoamento e reciclagem de servidores, no âmbito do Senado Federal, inclusive SEEP e Prodasen, ser atendida, nesse período, pelo Instituto Legislativo Brasileiro – ILB e pela Universidade do Legislativo Brasileiro – Unilegis (**economia prevista de 2,4 milhões de reais**).

3º) Fica vedada a impressão gráfica de trabalhos das Secretaria, Subsecretarias e órgãos equivalentes do Senado Federal, em 2005; as publicações oficiais do Senado Federal ficarão com sua tiragem reduzida a, no máximo, dois mil exemplares, no corrente exercício (**economia prevista de 7,2 milhões de reais**).

4º) As despesas com telefones no Senado Federal deverão ser reduzidas em 10% no presente exercício (**economia de 1,4 milhões de reais**).

Sala da Comissão Diretora, em 24 de fevereiro de 2005.



Handwritten signatures and initials of the members of the Commission Directors of the Senate Federal. The signatures are written in black ink and are somewhat stylized. The names are not clearly legible, but they appear to be the names of the members of the Commission Directors.

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**ATA CIRCUNSTANCIADA DA 1ª REUNIÃO DE 2005
(ORDINÁRIA)**

**DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2005, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 14H,
NA SALA Nº 6 DA ALA SENADOR NILO COELHO**

Ata Circunstanciada da 1ª Reunião de 2005 (Ordinária) do CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, realizada em 21 de fevereiro de 2005, segunda-feira, às 14h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Conselheiro José Paulo Cavalcanti Filho, destinada à: TEMA ÚNICO: "O ÁLCOOL NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO." Estiveram presentes os Srs. Conselheiros:

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO – Presidente

Representante da Sociedade Civil

PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO

Representante das Empresas de Rádio

FERNANDO BITTENCOURT

Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social

FRANCISCO PEREIRA DA SILVA

Representante da categoria profissional dos Radialistas

GERALDO PEREIRA DOS SANTOS

Representante das Categorias Profissionais de Cinema e Vídeo

FREDERICO BARBOSA GHEDINI

Representante da categoria profissional dos jornalistas

ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO (Suplente)

Representante da sociedade civil

ROBERTO WAGNER MONTEIRO

Representante das empresas de televisão

JORGE DA CUNHA LIMA (Suplente)

Representante da sociedade civil

RICARDO MORETZSOHN

Representante da sociedade civil

ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Suplente)

Representante da sociedade civil

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Boa tarde. São 14h23. Declaro aberta a primeira reunião de 2005 do Conselho de Comunicação Social e a última reunião do Conselho com a presente composição.

Lembro aos Srs. Conselheiros que a posse do novo Conselho se dará na próxima quarta-feira, dia 2 de março, às 15 horas. Desde já estão todos convidados para esse evento.

Comunico aos senhores que não participarão da reunião, por motivo justificado, os Conselheiros Jayme Sirotsky e Miguel Cipolla. Também não participará o Conselheiro Daniel Herz, com quem já conversei, que está bastante bem de saúde. A operação foi um êxito; ele já está em Porto Alegre. Apenas por recomendações médicas, ele ainda não está fazendo viagens longas, o que fará muito brevemente.

Também não estarão conosco os Conselheiros Alberto Dines e Carlos Chagas, que, tendo comunicado que não mais participariam, se sentem pouco à vontade para comparecer.

Lembro aos presentes que as reuniões do nosso Conselho são transmitidas pela TV Senado às sextas-feiras à tarde e às segundas-feiras pela manhã. As atas e as respectivas notas taquigráficas estão à disposição da sociedade civil na página eletrônica do Conselho e são publicadas no Diário do Senado Federal.

As notas taquigráficas da 12ª reunião de 2004, de dezembro do ano passado, foram encaminhadas a todos os Srs. Conselheiros e encontram-se disponíveis em cópia sobre as bancadas.

Os que estiverem de acordo com o teor da ata fiquem como estão.

Considero a ata aprovada.

Com relação à presente reunião, a ata vai se realizar nesta reunião, e a posse do novo Conselho na próxima quarta-feira.

Proponho aos Srs. Conselheiros – como nesses dois anos e meio que trabalhamos juntos não houve nenhuma retificação de ata, o que prova o excelente trabalho do serviço de taquigrafia do Conselho, que nos assessora – se estiverem de acordo, que já declaremos antecipadamente aprovadas as notas taquigráficas desta nova ata. Assim que estiverem editadas, serão distribuídas, e eu farei a conferência habitual. Caso não haja manifestação dos Srs. Conselheiros em relação a ela, eu a consideraria aprovada e mandaria para publicação, porque seria paradoxal que um outro Conselho, com outra composição, aprovasse ou rejeitasse uma ata da qual a maioria dos conselheiros não esteve presente. De forma que se estiverem todos de acordo, a ata já está aprovada e irá à publicação,

sem que haja necessidade de aprovação pelo próximo Conselho.

Hoje vamos fazer um debate sobre álcool nos meios de comunicação. Esse debate tem um sentido claro. Durante esses quase três anos do Conselho não houve um único tema que tivesse sido sugerido, que devesse ser debatido, por qualquer membro efetivo ou suplente do Conselho ou por qualquer representante da sociedade civil que o Conselho não tenha debatido. Não houve um único especialista que devesse ser ouvido, indicado por conselheiro efetivo, suplente ou membro da sociedade civil que não tenhamos ouvido. O único tema sobre o qual recorrentemente havia pedidos para que fosse debatido era o tema do álcool nos meios de comunicação. Portanto, eu tive especial gosto de fazer com que o último debate se desse sobre esse tema, porque com isso completariamos os 100% de situações em que foram debatidos. Como o Conselho é um espaço de consenso na sociedade, uma assembléia popular, nenhum tema deixa de ser debatido neste Conselho.

Tenho a honra de convidar, para que tome assento ao meu lado, o Dr. Ronaldo Laranjeira, psiquiatra, especialista no assunto.

Quero esclarecer aos Srs. Conselheiros que pedi ao Dr. Marcos, Secretário do Conselho, que, num tom democrático, convidasse todos os setores interessados nessa matéria. E foram convidados e confirmaram presença o Dr. Milton Seligman, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Cerveja, Sindicerv; o Dr. José inácio Pizani, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, Abert; e o Dr. Edney Narchi, Diretor Executivo do Conar.

Nessa semana que passou, telefonaram-me dizendo, cada um por razões diferentes, que não poderiam estar presentes e pleiteavam a prorrogação desse debate. Eu lhes expliquei que não era possível, porque é a última reunião do Conselho e eu não encontrava razões para deixar de fazer o debate, até porque, se eles não pudessem comparecer, poderiam enviar representantes. Portanto, se o debate não é mais democrático, se não as outras partes não puderem ser ouvidas, não é por falta de incentivo do Conselho.

Ouvi na “Voz do Brasil”, há dez dias, o Senador Maguito Vilela fazendo uma exposição sobre um projeto que trata de propaganda de bebida alcoólica, proposto em fins de dezembro do ano passado. Pedi ao Dr. Marcos que entrasse em contato com o Senador e o convidasse para que também fizesse parte dessa exposição. O Senador acolheu com muita simpatia, apenas pediu licença para, no decorrer da semana, verificar se havia algum impedimento, que, aparentemente surgiu; o Senador não está aqui presente.

Portanto, não é por culpa nossa que esse debate não proporcione as diferenças de visões que usualmente existem.

Isso posto, passo a palavra ao Dr. Laranjeira, que nos vai honrar com a sua exposição, e peço também ao doutor que apresente suas credenciais, após o que abriremos o debate para que S. S^a possa debater com os Conselheiros sobre essa matéria.

Com os senhores o Dr. Ronaldo Laranjeira.

O SR. RONALDO LARANJEIRA – Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o convite para estar presente neste Conselho. É realmente um prazer e uma honra para mim estar aqui, junto com vocês.

Falando brevemente sobre minhas credenciais, sou psiquiatra, formado pela Escola Paulista de Medicina. Fiz residência na Escola Paulista, fiquei seis anos na Inglaterra, onde fiz meu doutorado, meu PHD em psiquiatria, na área de dependência química, especificamente sobre políticas na área de álcool. Atualmente, sou professor da Unifesp – a Escola Paulista se transformou na Universidade Federal de São Paulo. Tenho uma equipe de mais ou menos 50 profissionais, trabalhando na área de álcool, desde a área de tratamento – é o nosso forte na área de treinamento dos profissionais de saúde – à avaliação de políticas públicas. Mais recentemente, avaliamos o impacto do fechamento dos bares na cidade de Diadema, onde houve uma redução de homicídios em mais de 50%, só para dar um exemplo das diversas políticas públicas com que minha equipe está envolvida.

Hoje mesmo, temos com um financiamento para o primeiro levantamento nacional sobre padrões de consumo de álcool da população brasileira. Até hoje não sabemos quanto ou como bebe o brasileiro; nós não temos esses dados. Felizmente, a minha equipe, com o financiamento da Secretaria Nacional Antidrogas, vai realizar o primeiro levantamento com amostra proporcional, amostra aleatória da população brasileira, para saber como bebe a população brasileira. Então é esse, do ponto de vista profissional e acadêmico, o perfil de trabalho em que estou envolvido.

Militando nessa área especialmente de dependência química em relação ao álcool, eu e muita gente temos, progressivamente, ao longo de muitos anos, ficado meio desapontados com a relação dos governos – não vou criticar nenhum governo especificamente. Ao longo da história política do Brasil, nunca houve uma política nacional em relação ao álcool, apesar de ser este um grande contribuidor de doenças e mortalidade no Brasil.

Esse exemplo de Diadema é trágico. Diadema era uma das cidades com o maior número de homicídios no Brasil. Com o simples fechamento de bares às

23 horas, houve uma diminuição de mais de 50% das mortes e Diadema saiu da lista negra de mortalidades relacionadas ao álcool, porque simplesmente houve o melhor controle social do álcool.

Temos um problema de álcool muito maior do que os Estados Unidos. Por exemplo: o último relatório da OMS mostra que o Brasil tem o dobro dos problemas em relação ao álcool. Os Estados Unidos têm o dobro dos problemas em relação a drogas. Drogas nos Estados Unidos são um problema maior; com álcool, nós temos um problema maior, em essência, porque nunca tivemos – e parece-me cada dia mais difícil que venhamos a ter – a consistência de uma política em relação ao álcool. Mais ou menos 4% de todas as doenças estão relacionadas ao álcool.

Não estamos falando de um problema de saúde pública de grande monta, e, obviamente, o que se tem observado é que o consumo de álcool, possivelmente entre as pessoas mais jovens, tem aumentado. Não temos dados muito significativos, mas os poucos dados que temos mostram que, progressivamente, o consumo de álcool vem aumentando, por essa falta de política. Quem determina a política do álcool no Brasil, quer seja a política de educação e saúde em relação ao álcool, a política de distribuição de álcool e as restrições é a indústria do álcool. A sociedade sofre as consequências dos problemas do álcool, mas, em termos de política pública, o Estado não está intermediando a sociedade e os interesses da indústria do álcool.

Eu já estou nessa área há mais de vinte anos e sei que isso não importa à maioria, ou quase totalidade das prefeituras, aos Estados, e o Governo Federal não é exceção.

Então as várias sociedades científicas e não-científicas, inclusive as lideranças comunitárias, resolvemos fazer um movimento que chamamos de Aliança Cidadã pelo Controle do Álcool, que é uma organização não-governamental que se compõe de inúmeras sociedades – que vou explicar um pouco mais adiante –, para tentar defender a sociedade em relação ao álcool, uma vez que a ambivalência dos governos em relação a esse assunto tem se tornado insustentável ao longo dos anos.

Essas entidades chegaram à conclusão de que haveria algumas ações que valeria a pena tentarmos defender em relação álcool. A primeira dela é a restrição da propaganda do álcool, como foi feito com o cigarro. Nos últimos anos, uma das principais medidas de saúde pública em relação ao cigarro foi a simples restrição – vou evitar a palavra proibição, porque não foi proibida a propaganda do cigarro, mas restrita; ela é permitida nos pontos de venda. Então não estamos

falando de políticas proibitivas, e sim de política de restrições.

A nossa sociedade tem defendido restrições da propagando do álcool, à semelhança do que foi feito com o cigarro, estamos sugerindo uma política de preço em relação ao álcool, porque não existe país no mundo onde o preço do álcool seja mais barato do que no Brasil.

Tive a oportunidade de ir a uma reunião da Organização Mundial de Saúde, no ano passado, e explicar por que o Brasil tem o dobro de problemas com o álcool do que os Estados Unidos. Quando citei dois dados, quando falei do preço de bebidas alcoólicas no Brasil, transformado em dólar, ninguém acreditou. Era um painel seletor, com número mais ou menos parecido com esse de pessoas do mundo todo. Quando falei que um litro de pinga custava menos de meio dólar, os caras não acreditaram. Pensaram que eu era mais um estrangeiro que não sabia fazer conversões de dólar. Tive que dar exemplo de bebidas destiladas, leite, água, para mostrar que existia uma desproporção em relação ao poder de compra da sociedade brasileira, em que mesmo o mais pobre dos pobres vai poder comprar duas garrafas de pinga em qualquer lugar; basta pedir dinheiro, na saída daqui, para comprar. É a importância disso, do ponto de vista social, é inacreditável. E por isso que defendemos o controle de preços como uma das medidas importantes.

A terceira medida a ser defendida seria a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente, que proíbe a venda de bebidas alcoólicas para menores de idade. Apesar de termos uma boa lei, ela não é regulamentada.

Nos Estados Unidos, por exemplo, é muito difícil um menor de 21 anos de idade comprar bebidas. Saliento isso. Na maioria dos estados americanos, não pode tomar álcool menor de 21 anos de idade. Pode ir à Guerra do Iraque – com a idade de 18 anos poderá fazê-lo –, mas não comprar bebida alcoólica. E lei nos Estados Unidos, está implementado. Esse é um dos fatores por que os próprios americanos pensam ter menos problemas com álcool do que nós, exatamente por causa dessa lei.

No Brasil, ninguém quer mexer nisso. Para nós é um absurdo dizer que aos 18 anos, como está aqui, ainda não é implementado, e nos Estados Unidos é 21 anos.

O quarto grupo de ações que defendemos seria a implementação das restrições do beber e dirigir. Esse é um grande problema de saúde pública no Brasil. Não temos pesquisas sobre isso, mas, de acordo com a estimativa do Departamento Nacional de Trânsito, há 30 mil mortes relacionadas ao beber e dirigir

no Brasil, ou seja, mais ou menos 100 por dia. Acredito que haja mais. Nunca houve uma pesquisa sobre isso no Brasil.

Minha equipe teve a oportunidade de pesquisar essa questão no Carnaval passado. Fizemos uma pesquisa utilizando um bafômetro diferente: o bafômetro passivo. Trata-se de uma lanterna desenvolvida nos Estados Unidos, exatamente do tamanho da lanterna grande de guardas. Coloca-se na face do indivíduo, e ela tem uma bomba de sucção que suga o ar respirado pela pessoa. Fica-se sabendo se a pessoa está intoxicada na hora. Quer dizer, não é preciso soprar o bafômetro passivo. No Brasil, há esse debate sobre se a pessoa é ou não obrigada a soprar o bafômetro. Essa tecnologia de bafômetro é absolutamente inovadora e barata —custa US\$800 um bafômetro desses; é um custo irrisório comparado ao benefício que pode advir de sua utilização.

Em quatro noites de carnaval fizemos essa pesquisa. O resultado foi que mais ou menos 30% das pessoas, na região de Diadema, estavam dirigindo intoxicadas nas noites de Carnaval.

Qual é o custo disso? Qual é o risco que esse comportamento pode oferecer para a sociedade? Quais são as chances de acidentes? Isso aumenta as chances de qualquer um se acidentar, mesmo que não esteja acima do limite de velocidade. Quando um terço dos carros de determinada região estão sendo dirigidos por pessoas intoxicadas, há risco para toda a população. Temos que pensar que beber e dirigir atinge a todos nós. Qualquer um de nós corre o risco de sofrer um acidente causado por um motorista intoxicado.

No Brasil, infelizmente, não debatemos nada, nenhum desses assuntos de que falei. Não debatemos sobre o álcool nos meios de comunicação, não debatemos sobre o preço de bebidas alcoólicas. Consideramos natural os adolescentes comprarem bebidas alcoólicas em qualquer estabelecimento.

Minha equipe também fez uma pesquisa sobre o poder de compra dos adolescentes. Dois adolescentes foram aos bares de duas cidades de São Paulo e conseguiram comprar bebida alcoólica em 95% dos estabelecimentos comerciais.

Consideramos isso normal. O meu horror é que ninguém se preocupa com esses dados, com esse tipo de pesquisa.

Também acreditamos que beber e dirigir no Brasil é um direito de todos nós. Temos o direito de dirigir intoxicados. Todos esses aspectos, no meu modo de ver, são incompatíveis com a democracia.

O principal aspecto que gostaria de salientar hoje é que, se nós, como cidadãos, não tivermos outro tipo

de atitude em relação ao álcool, continuaremos pagando um preço alto em relação ao consumo de álcool.

Não existe democracia estabelecida sem restrições ao álcool. Nos países onde a democracia vigora mais plenamente e há mais tempo, as restrições ao álcool são tremendas. Na Suécia, por exemplo, quem comercializa produtos de álcool é o próprio Estado. As lojas que vendem bebidas alcoólicas são organizadas pelo próprio Estado. E o mais surpreendente – eu também me surpreendi com este fato – é que em 19 dos 52 estados americanos – creio que são 52 estados – quem comercializa álcool é o próprio Estado. Eu não tinha esta noção até recentemente. Sabia que alguns estados dos Estados Unidos... Por exemplo, em Utah, um dos chamados dry states, que tive oportunidade de visitar freqüentemente, por ter levado um paciente meu que está intemado perto de Salt Lake City, não se acha bebida alcoólica, é muito difícil. No supermercado não se vende bebida alcoólica. Ao entrar no site de Utah, você vê lá: “Esse é um Estado que tem 325 estabelecimentos que vendem bebidas alcoólicas”.

Só para dar um contraponto, porque entendemos que esse absoluto descontrole que temos no Brasil...

O SR. ROBERTO WAGNER (Representante das empresas de televisão) – Só para fazer um breve comentário.

Tenho três genros, os três são muito queridos. Um deles é mórmon, cuja família é de lá Salt Lake City. Inclusive duas netas minhas estavam lá. E lá só tem mórmon. Então o exemplo de Utah força um pouquinho.

O SR. RONALDO LARANJEIRA – Gostaria de salientar que não tenho nenhum discurso antiálcool. Estou tentando fazer contrapontos, para dizer que, mesmo num Estado absolutamente democrático como os Estados Unidos, existem diferentes práticas de controle social em relação ao álcool. Acreditamos que pode ser uma coisa de absoluto descontrole numa sociedade que valoriza a liberdade de expressão, a liberdade de comércio, mas que isso não está relacionado ao álcool necessariamente. E esse o aspecto que eu quero salientar.

Na Arábia Saudita, não se pode vender bebida alcoólica. Esse, sim, seria um exemplo extremo, que não é o caso. Estou falando das sociedades ocidentais, que compartilham com a maior parte dos valores que todos nós aqui defendemos, seja Suécia, sejam os Estados Unidos, mas, claramente, a prática de controle social do álcool é bem diferente, e pode ser bem restrita, como é o exemplo extremo de Utah.

É por isso que nós, dentro dessa lista de quatro aspectos que a Aliança Cidadã defende, sejam as restrições ao uso de álcool, preço, os jovens e o be-

ber e dirigir, estamos nos centrando, inicialmente, à restrição da propaganda nos meios de comunicação. Por que isso?

Vou tentar ser o mais breve possível. Há três argumentos que estamos salientando e por que é importante no Brasil a restrição à propaganda do álcool. O primeiro aspecto que considero muito importante seria uma forma de regularmos o debate, a expressão da palavra, porque, como falei, quem tem dado as informações sobre álcool para a população brasileira, especialmente para os jovens, é a indústria do álcool. Eu não tenho, a universidade não tem, o Ministério da Saúde não tem poder de palavra de falar: pode ser que o álcool faça mal, porque se gasta uma quantidade de dinheiro que nenhum Governo tem capacidade de parear. Como exemplo, só o lançamento da Nova Schin, há um ano, custou R\$100 milhões, por trinta dias ou um pouco mais de lançamento da nova bebida. O orçamento da Secretaria Nacional Antidrogas é de R\$10 milhões por ano.

A liberdade de expressão está comprometida em relação a esse assunto. Quem tem liberdade de expressão, quem vai muito bem no seu orçamento, quem está muito rico é a indústria do álcool; e 20% das famílias no Brasil que têm ou tiveram problema com o álcool, essas pessoas estão destituídas, sem acesso a tratamento. Há uma série de problemas entre jovens e adolescentes. Essas pessoas não têm recursos. Se você tiver um filho com problema com o álcool, não terá a quem recorrer.

Então, por um lado, estão as ações da Ambev e de outros que vendem bebida alcoólica: muito bem, obrigado, com o poder de influenciar Brasília de uma forma bastante importante.

Por outro lado, pessoas com problema de álcool, profissionais absolutamente destituídos, sem voz e sem recursos para moderar o debate em relação ao álcool. Isso não é compatível com uma sociedade democrática. Nós, no Brasil, caminhamos muito, não tenha dúvida, mas essa é uma das questões emblemáticas da democracia. Não se pode deixar apenas o lucro da indústria reger uma questão social dessa ordem. Esse é o primeiro argumento para nos determos nas restrições da política do álcool.

O segundo argumento é que a propaganda influencia e educa principalmente os setores mais jovens da sociedade, para quem álcool significa festa. Falar contra o álcool – eu o faço e muitas vezes sou ridicularizado – é impopular. Impopular deveria ser falar que álcool é festa. O que dizer dos 4% de pessoas que morrem e dos 20% de famílias vitimadas pela violência doméstica por causa do álcool? E a mesma coisa, o mesmo fenômeno.

Por tudo isso, faz sentido restringir a propaganda, porque educa da pior forma possível a consciência com relação ao álcool.

O terceiro aspecto é que a propaganda estimula o consumo. Muitos debates ocorreram em todo o mundo sobre se a propaganda aumentaria ou não o consumo. Artigos mais recentes, principalmente nos Estados Unidos, têm mostrado isso de uma forma inequívoca. Quanto maior o número de propaganda a que os adolescentes assistem, maior o consumo. Atualmente essa verdade, do ponto de vista científico, ninguém discute. É uma pena que não haja aqui representantes da indústria para debatermos esses aspectos.

Deixo esta questão muito bem salientada para a decisão que este Conselho tomará: quanto maior a exposição de propaganda aos adolescentes, maior o consumo. Isso é muito importante saber, principalmente num País onde o acesso à educação de saúde é tão restrito. Não se deve deixar uma geração de brasileiros exposta à propaganda do álcool. Quem faz as propagandas tende a minimizar as conseqüências do consumo. Eles falam: “Cerveja não é bebida alcoólica. Não vendemos álcool”. Esta é uma expressão literal de quem faz a propaganda da cerveja: “Não vendemos álcool, vendemos pão líquido”. A expressão é usada no sentido de descaracterizar a cerveja como sendo um produto que tem 3%, 4% ou 5% de álcool e é a principal bebida responsável por acidente entre os adolescentes. Esse é um argumento muito poderoso para restringir a propaganda do álcool, diminuir a exposição e o ensino feitos pela indústria do álcool no sentido de estimular o consumo, principalmente da população mais jovem.

Estamos pagando, e continuaremos a pagar, um preço muito alto pela educação nefasta promovida pela indústria do álcool aos nossos filhos. Assisti pouco à televisão, mas, às 7h15, deitado com o meu filho na cama, tive oportunidade de ver algo – comecei a ter filhos tarde, os meus são pequenos, talvez por isso sinta até mais essa questão da propaganda do álcool. A essa hora da manhã, deitado com o meu filho casualmente, assistindo a um jornal da Globo, o Bom Dia Brasil, vi uma propaganda de bebida. E esse o País em que queremos viver? Recuso-me a aceitar isso como uma verdade, como uma normalidade democrática.

Quando se pergunta a pessoas de países desenvolvidos sobre o assunto, o grande argumento delas é: “Eu quero educar o meu filho sobre o álcool. Quero transmitir meus valores, o que considero o padrão de uso seguro de álcool, o papel do álcool na nossa família. Não quero que os meus valores sejam transmitidos pela indústria do álcool. Então, eu não toleraria essa propaganda que vocês toleram no Brasil”. É

isso que ouvi e freqüentemente ouço dos meus pares internacionais. E uma forma de resgatar a cidadania, alguém como família ou como pai poder dizer: “Eu quero transmitir os meus valores e não os valores e interesses da indústria do álcool”. Esse aspecto é importante salientar.

Por tudo isso, há associações tratando do tema. Criamos esse movimento, um site chamado propagandas em bebida.org.br. Vale a pena salientar que não somos contra o álcool. Muitas vezes, as pessoas tentam nos desqualificar, falando que somos um movimento pela lei seca. Ninguém defende a lei seca, e não sou abstinência do álcool; a maioria das pessoas aqui não é abstinência de álcool. Há pessoas que, por motivos religiosos, o são, muitas pessoas evangélicas que apóiam esse movimento são abstinências, mas a grande maioria dos meus amigos não são abstinências.

Criamos esse movimento e um manifesto que gostaria de deixar com o Presidente José Paulo, que é o manifesto pela propaganda sem bebida.

Temos mais de 300 assinaturas: a Associação Médica Brasileira, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Pastoral da Criança, a Dr^a Zilda Arns, que é uma grande apoiadora desse movimento. Ela diz que a maioria das crianças que ela atende estão em necessidade devido ao problema do álcool. Então ela está nos ajudando, dando um grande apoio para conseguir esse abaixo-assinado. Temos um abaixo-assinado com mais de 200 mil assinaturas, temos 300 assinaturas de entidades não-governamentais apoiando esse manifesto e esse projeto de lei, que é a última coisa que vou fazer, porque não quero extrapolar o meu tempo aqui.

A sociedade civil se manifesta pela primeira vez, no sentido de moderar o interesse da indústria do álcool e tentar fazer prevalecer o interesse da sociedade, que quer se proteger em relação ao álcool. É por isso que, dessas primeiras ações, estamos apoiando um projeto de lei que está no Senado, chamado Projeto de Lei nº 35, que trouxe aqui comigo. E um projeto muito simples, que já foi aprovado na Câmara, onde tinha o nº 2.733/97, e faz uma coisa simples: modifica a Lei nº 9.294, que foi aprovada em 1996. Essa lei regulamentou a propaganda do álcool.

Houve um aspecto: no último minuto, a indústria da cerveja modificou essa lei, dizendo: para efeito dessa lei, são consideradas bebidas alcoólicas as que tiverem 13 graus Guy Lussac. Toda cerveja e todo vinho estão fora dessa lei. Praticamente só virou uma lei com restrição de propaganda e outras restrições aos destilados.

O que essa lei aprovada pela Câmara faz? Ela faz duas coisas: primeiro, todos os produtos alcoólicos vendidos no Brasil deveriam ter estampado nos seus

rótulos: Alcool é proibido ser vendido a menores de 18 anos, o que, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, deveria estar acontecendo e não acontece. E muda o conceito de bebida alcoólica. E, para efeito desta Lei nº 9.294, bebida alcoólica é toda aquela tiver qualquer teor alcoólico. Isso transforma todas em bebidas alcoólicas, proibida a propaganda até as 21 horas.

Nosso movimento depende dessa lei. A grande vantagem pragmática é que essa lei já foi aprovada pela Câmara e está no Senado desde 2000. Estamos fazendo todo um movimento de articulação política no sentido de apoiar esse projeto. Fomos ao Conselho Nacional de Saúde, que apoiou a restrição à venda de bebida alcoólica, assim como este Projeto de Lei nº 35. Foi um grande evento no nosso debate, na nossa luta com relação ao álcool, porque isso se tornou política de governo. Se ela vai ser articulada politicamente, é outra história. O próprio Ministro da Saúde, presente nesse dia, no Conselho Nacional de Saúde, expressou a sua opinião favorável. Mais do que isso, em reuniões da Organização Mundial de Saúde, no Conselho de Representantes da Organização Mundial de Saúde, no ano passado, o próprio Ministro, publicamente, manifestou mais uma vez o apoio do Governo brasileiro à restrição de propaganda nos meios de comunicação.

Então, temos o apoio da sociedade e de uma parte do Governo. Entendese que o Governo é ambíguo em relação à política do álcool em todo o mundo. Em todos os países, normalmente, vai juntar lados com a indústria do álcool. Este é um fenômeno que acontece no Brasil, mas não é nada novo no cenário internacional. O Governo só vai se movimentar quando a sociedade civil organizada falar: isso não é tolerável. Isso aconteceu na Suécia, há 120 anos, e nos Estados Unidos. A lei seca foi uma forma de a sociedade americana, que era um movimento que já ocorria há mais de 80 anos, falar: não se tolera mais álcool na sociedade. Uma coisa radical; foi a primeira vez que se fez uma emenda constitucional nos Estados Unidos.

Obviamente, ninguém quer repetir a história. Só para se ter uma idéia de que foi um movimento da sociedade, uma forma radical de manifestar o não-conformismo em relação à política do álcool daquela época, quando acabou a lei seca, felizmente, nos Estados Unidos, a série de restrições sociais ao consumo de álcool permaneceu, como falei, citando o exemplo de Utah.

O que vai acontecer no Brasil – tenho a grande convicção de que isso vai acontecer, e muita gente tem interesse de que isso ocorra – é que o Governo começará a escutar a sociedade e o seu inconformismo em relação à falta de políticas públicas em relação ao álcool. É isso o que eu e essas 300 entidades que

assinaram esse manifesto estamos defendendo, e todos esses setores que visam melhorar as condições de saúde da população brasileira estão articulando. É isso que esperamos que este Conselho possa debater e decidir no melhor julgamento de vocês.

Tenho este material aqui, vou deixá-lo, inclusive, a Revista Brasileira de Psiquiatria do ano passado, com um suplemento sobre álcool e a psiquiatria que, na parte final, tem o consenso das políticas públicas. O que estamos fazendo aqui não é uma aventura social; é um consenso da Organização Mundial de Saúde sobre as políticas que têm que ser aplicadas em qualquer país. E a consistência dos dados, o que realmente mais funciona em determinado país. Vou deixar também com o Presidente do Conselho, principalmente para que este suplemento possa ser útil para os Conselheiros.

Obrigado por terem me escutado. Para mim, é um grande privilégio ter sido escutado por uma plateia tão distinta.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço a exposição do Dr. Ronaldo Laranjeira.

Lembro, mais uma vez, que deveriam falar agora o Presidente do Sindicato Nacional da Cerveja, o Presidente da Abert e o do Conar, que foram convidados, aceitaram participar do debate, mas, ao longo desta semana, cada um, por razões diferentes, declinou da possibilidade de aparecer.

Isto posto, vou abrir o debate, e os Conselheiros que quiserem se manifestar, por favor.

Com a palavra o Conselheiro Roberto Wagner.

O SR. ROBERTO WAGNER (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente, inicialmente, queria cumprimentar o Dr. Ronaldo Laranjeira e dizer que há uma solidariedade nacional na sua luta pela instalação no Brasil de restrições à propaganda de bebidas alcoólicas. Aliás, é o que preceitua a Constituição, no § 4º do art. 220, que diz que a propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita a restrições legais. E dois projetos, Sr. Presidente, um deles, que está na Câmara, é o PL nº 9 4.846, que tem apensados 17 outros projetos de lei. Este Projeto nº 4.846 está de conformidade com o espírito da Constituição.

O art. 1º diz o seguinte:

“Art. 1º É vedada a publicidade comercial de bebidas alcoólicas efetuar qualquer conexão entre bebidas e práticas esportivas.”

É um projeto que, de fato, cria restrições, no caso específico, de se vincular propaganda de bebida a práticas desportivas. Este projeto lidera mais 17 outros projetos.

O projeto de lei a que o ilustre Dr. Laranjeira se referiu realmente altera o parágrafo único da lei. Consideram bebidas alcoólicas para efeito desta lei as bebidas potáveis com qualquer teor alcoólico. Também aqui se fala de restrição e não de proibição.

O que me preocupa, Sr. Presidente, é que tramitam também, na Câmara, vários outros projetos. Por exemplo, o PL nº 2.908. O que diz? Proíbe a propaganda em rádio, televisão, outdoors, jornais e revistas de produtos fumíferos e de bebidas alcoólicas.

Há outro, o PL nº 3.583, que proíbe a divulgação da prática de tabagismo e do consumo de bebidas alcoólicas nas emissoras de rádio e televisão. Há outro, de autoria do Deputado Ênio Bacci, que proíbe a publicidade de bebidas alcoólicas em qualquer órgão de imprensa e dá outras providências. E, aqui, está. Tenho todos os outros projetos aqui. O PL nº 3.310 é só proibição.

De sorte, Sr. Presidente, que esse assunto é aparentemente simples, porque os dois projetos de lei a que o ilustre Dr. Laranjeira se refere - este que está no Senado e este que lidera na Câmara - realmente versam sobre restrições. Mas, acompanhando este das restrições, há uma série de projetos que literalmente falam em proibição. E, infelizmente, a Constituição proíbe.

De sorte que este assunto, volto a dizer, aparentemente simples exigirá do Conselho um certo cuidado, porque, na esteira da aprovação desse projeto que está no Senado, que trata tão-somente de restrições - a questão das bebidas - estão aqueles que proíbem.

Então, penso que o Conselho, certamente, nas próximas reuniões, quando este assunto estiver sendo tratado com mais cuidado, terá que se posicionar, evitando que esses projetos que proíbem não tenham o seu trâmite, assim, meio à revelia das empresas que têm o sagrado direito de divulgar aquilo que, no Brasil, é permitido produzir.

O que o Dr. Laranjeira falou é muito cristalino, e há uma solidariedade nacional. Mas há o outro lado, Dr. Laranjeira, das empresas também. V. S^a trata especificamente de bebidas, mas os outros projetos versam sobre medicamentos, terapias, agrotóxicos.

Os programas rurais, no Brasil, vivem de quê? Propaganda, implementos agrícolas, defensivos agrícolas e terapias agrícolas, como tratar os animais, coisas desse tipo. Se esses programas passarem, os programas rurais no Brasil serão inviáveis, porque não se pode falar de agrotóxico, não pode falar de terapias agrícolas nem de defensivos agrícolas.

Essa é a razão pela qual, cumprimentando mais uma vez a sua luta e aderindo a ela, dizia que o Conselho terá, nas reuniões que, certamente, o novo Pre-

sidente haverá de indicar na pauta, um cuidado especial sobre esses projetos que dispõem sobre bebidas alcoólicas, terapias, medicamentos.

No ano passado, houve uma audiência pública na Câmara, e o projeto específico de medicamentos proibia a publicidade de medicamentos em qualquer meio de comunicação social, à exceção do jornal do Conselho Federal de Medicina.

Eu estava presente. Ao meu lado estava o representante das empresas fabricantes de medicamentos. Estava também o representante do Conselho Federal de Medicina. Eu disse que esse projeto, como estava escrito, era uma proibição às avessas. No momento em que só se permite que publicidade de medicamentos aconteça no jornal do Conselho Federal de Medicina, está-se dizendo: fora daqui está proibido.

Então, o projeto que estava em andamento voltou para a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, onde está aguardando que esse fato seja mais bem elaborado.

Sr. Presidente, queria finalizar alertando e agradecer a honrosa presença para nós, pelo menos para mim, do Dr. Ronaldo Laranjeira, lembrando ao Conselho que este assunto tem um envolvimento muito maior do que aparenta com esses dois projetos que tratam de restrições. Temos aqui quase vinte projetos que tratam especificamente de proibições.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho - Representante da sociedade civil) - Agradeço ao Conselheiro Roberto Wagner.

Passo a palavra ao Conselheiro Paulito.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) - Sr. Presidente, Professor Dr. Ronaldo Laranjeira, felicito-o pela sua exposição. Porém, dois fatos me chamam a atenção de alguma maneira: o primeiro, no projeto que o senhor mencionou existe a proibição de toda e qualquer bebida alcoólica, com qualquer teor alcoólico.

Evidentemente, não sou um especialista nesse assunto, nem o conheço, mas tive o cuidado de ler alguma coisa. Sei que alguns produtos, como os refrigerantes, eventualmente até sucos naturais possuem teor alcoólico.

Então, quando se diz: com qualquer teor alcoólico, há que se prever a possibilidade de que, de alguma forma, possa se proibir propaganda de refrigerantes ou de sucos naturais em função da existência de teor alcoólico nesses produtos.

O segundo aspecto que eu gostaria de levantar - e o nosso maravilhoso colega e Conselheiro Roberto Wagner coloca muito bem - é realmente com relação à

diferenciação e à separação entre fumíferos, bebidas alcoólicas, insumos agrícolas, etc.

Na qualidade de membro do Conselho Superior do Conar, gostaria de ressaltar que o Conar possui anexos absolutamente definidos e que, de alguma maneira, expressam o pensamento dos anunciantes, das agências – e O que é importante – e da sociedade civil, separando efetivamente as coisas.

Então, quem sabe, Professor Laranjeira, toda essa sua preocupação oportuna possa estar hoje resolvida, em função dos anexos existentes no próprio Conar.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço ao companheiro Paulito.

Passo a palavra ao conferencista Dr. Ronaldo Laranjeira.

O SR. RONALDO LARANJEIRA – Penso que vale a pena salientarmos que o álcool é financiado pela sociedade brasileira. Se observarmos, veremos que todo o lucro da indústria do álcool, o lucro da indústria de transmissão e tudo o mais, o que o Governo arrecada com a venda de bebida alcoólica vai ser bem menos que o custo social que o álcool produz. Todos os estudos econométricos no mundo, dos países que são desenvolvidos o suficiente para ter esse tipo de dado, mostram e o próprio Banco Mundial informa que dois produtos têm custo negativo para a sociedade: cigarro e álcool. Por isso, o próprio Banco Mundial adotou políticas de restrições estritamente ao cigarro, há anos.

Estamos falando de um produto que custa à sociedade um grande volume. Em termos de miséria, 20% das famílias têm problemas com o álcool; violência doméstica, 90% relacionados ao uso de álcool e por aí vai.

Estamos falando de um comportamento em relação ao qual a sociedade tem que tomar uma posição.

Então, quando se fala de restrições, estamos falando de um problema de saúde pública. Obviamente, os interesses da indústria do álcool, da indústria de transmissão de informação têm que ser considerados. Devemos levar em consideração que quando se restringiu a propaganda do cigarro ninguém entrou em falência, nem a indústria do tabaco, que está muito bem, obrigado. O mesmo aconteceu com a indústria de transformação de informação, que está muito bem.

Essa indústria perdeu os anunciantes do tabaco, mas eles foram substituídos por produtos menos danosos à sociedade.

Essa é a questão ética que temos, como sociedade, que defender. Essa questão, de acordo com meu modo de ver, é muito importante.

Com relação à porcentagem de álcool, gostaria de saber, por exemplo, se os produtos que meus filhos estão consumindo contêm álcool. Se um suco de abacaxi contém álcool, do ponto de vista de saúde, não gostaria de dá-lo para os meus filhos. O mesmo acontece com o Biotônico Fontoura. Eu tomei Biotônico Fontoura e adorava esse produto. Não há razão nenhuma para se dar Biotônico Fontoura com 5% de álcool para uma criança desnutrida. Eu nunca fui desnutrido, felizmente, sempre fui gordinho. Esse era um produto muito saboroso, mas, do ponto de vista médico, do ponto de vista social, não faz o menor sentido colocar álcool num produto para criança desnutrida.

Desculpem-me, mas creio que sei alguma coisa sobre o álcool, porque há vinte e cinco anos o estudo. Fiz meu PhD em álcool, numa universidade em Londres. Sou professor de psiquiatria na área de álcool. Por isso entendo alguma coisa sobre álcool. Se um produto tem álcool, ele deveria ter as mesmas restrições. Tenho certeza de que a indústria acharia um jeito de tirar o 00000,1% dessa substância.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Antes de dar sequência às perguntas, que são muitas, quero dizer que estou no grupo dos abstêmios, e não por convicções religiosas. Eu simplesmente não consigo suportar o cheiro.

Senti falta, em sua exposição, de uma análise mais profunda sobre a gradação do álcool. O senso comum sugere que beber um copo de 200 gramas de suco de abacaxi não tem a mesma nocividade social de um copo de 200 mililitros? Não sei qual é o elemento de medida. Ou seja, um copo normal de suco de abacaxi não tem a mesma nocividade social de um copo de água cheio de aguardente.

O SR. RONALDO LARANJEIRA – É lógico que não.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – O senso comum indica que eu posso passar a manhã toda bebendo suco de abacaxi que não acontecerá nada comigo. Mas se eu passar a manhã toda bebendo copos de aguardente vou ficar inteiramente embriagado. Então não é a mesma coisa. Digo isso como um semi-analfabeto nessa matéria, usando apenas o senso comum. Se não é a mesma coisa, isso deve ser tratado nos meios de comunicação como a mesma coisa?

Nós gostaríamos que depois você pudesse complementar a informação, ou seja, por que um teor tão baixo deve que ter a mesma disciplina de comunicação que produtos de um teor altíssimo?

Eu já vi uma pessoa ficar embriagada. Ela começou a beber – estava junto de um bêbado qualquer:

Eu pago, você bebe de uma vez uma garrafa. Ele deu três, quatro ou cinco goles e já estava embriagado. Se fosse suco de abacaxi, ele beberia cinco garrafas e não ficaria... E a mesma coisa? Por que os dois têm que ser tratados do mesmo jeito? Há uma gradação? Na repercussão social, não deveria haver uma gradação também na veiculação? Aguardente e cerveja – não bebo nenhum dos dois – são a mesma coisa? Biotônico Fontoura e abacaxi são a mesma coisa? Todos têm que estar igualmente proibidos? Por que todos proibidos do mesmo jeito se a reação não é a mesma?

Se o professor encontrar tempo, gostaria que explicasse por que suco de abacaxi, que tem 1% de gradação, deve ter a mesma restrição na publicidade que a aguardente de cana. Por que a vedação a um deve atingir o outro? O senso comum, Professor, não aceita bem. Quer dizer, há uma certa gradação entre os malefícios. Estou à vontade porque sou insuspeito em relação a essa matéria, mas, realmente, não percebo o porque do tipo de vedação que atingir a aguardente deva ser a mesma de cerveja. Nem sei qual é a diferença dos dois, mas é a mesma do Biotônico e do suco de abacaxi. Por que todos vão para a mesma vala? Eu precisaria de uma explicação científica que indicasse essa conveniência. Esse detalhe faltou. Sei que o tempo foi limitado, mas gostaria de ter visto isso na sua exposição.

Se V. S^a quiser complementar agora, terá a liberdade de fazê-lo. Se não, se preferir fazê-lo depois, com mais vagar, vou dar sequência às perguntas. Como gostaria?

O SR. RONALDO LARANJEIRA – Prefiro dar sequência.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Então, Conselheira Assumpção Hernandes.

A SRA. ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE – (Representante da sociedade civil) – Queria, primeiro, cumprimentar essa batalha, porque imagino o quanto será dura. Já vimos aqui, no nosso próprio ambiente, como é complicado. Acabamos de ouvir que 90% da violência doméstica são causados pelo álcool. Vinte por cento de alcoolismo influi nos lares das pessoas pobres, que estão muito longe de nós. Só vamos sentir esse problema no dia em que formos vítimas de uma dessas pessoas. Daí vamos buscar a razão quando perdermos um ente querido. Enfim, vai-se começar a estudar e cuidar do assunto. Já vi isso com um governador de Estado que descuidava das estradas e a vítima foi a filha dele, que caiu num buraco, acidentou-se e morreu. Com essa experiência dura de uma moça que tinha tudo para levar uma vida

maravilhosa, a cabeça desse governador se modificou. Então, espero que não precisemos viver isso.

Entendam que não estamos aqui dizendo que uma mãe não pode dar dez litros de suco de abacaxi para o seu filho; estamos dizendo que tem que se evitar o estímulo ao álcool, que leva a essas consequências que acabo de descobrir com esse quantitativo todo estipulado.

Trabalhei muitos anos em favela em São Paulo, junto com Luiza Erundina, na Prefeitura de São Paulo, como funcionária concursada, e já tínhamos a visão de que, nos finais de semana, aumentava demais a criminalidade nas favelas. Por que? Ou o homem ficava vendo televisão, o Faustão da vida, enfim, aqueles programas não tão estimulantes, ou, os que eram um pouquinho mais exigentes, iam para o bar conversar com os amigos, divertir-se e beber alguma coisa. Era lá que se originava o maior volume de crimes que a favela vivia. Na falta de lazer com qualidade, a única possibilidade que ele tinha de sair do dia a dia, da falta de possibilidades e de estímulo era ir para o bar, encontrar os amigos e beber aquela bebida barata, o que o levava a cometer crimes que depois ele não lembrava, tal o dano na cabeça dessas pessoas. Então, falar em Biotônico Fontoura, em sucos... Pelo amor de Deus! Dói-me o coração ver que perdemos tempo, sem abordar esse outro lado da questão, que está tão bem colocada.

Hoje, realmente, fiquei muito sensibilizada, apesar de ter conhecimento, de ter vivenciado, porque os dados provam que toda a sociedade avançada organizou o seu pedaço. Então, sobra um Brasil em que não podemos mexer em nada que traga uma migalha de mudança dos bilhões que os nossos meios de comunicação faturam em publicidade. Gomo o senhor mesmo disse, o espaço será ocupado com outra coisa, que talvez a sociedade venha a substituir, avançando até na qualidade de informação que ela vai ter.

Agora, pragmaticamente, perguntaria, porque imagino a dificuldade que o Senhor vai ter de conduzir esse projeto, pois os lobbies são violentos. Eles vão se postar imediatamente. São coisas para algumas décadas. Mas, ao lado disso, penso que vale a pena esse debate. Vou colaborar em tudo que puder para divulgar, porque me tocou profundamente. E queria só perguntar algumas coisas, que depois o senhor poderia me responder.

Já se conseguiu debater este assunto algum dia na televisão aberta brasileira? Conseguiu-se reunir especialistas, vítimas, sociedade civil e discutir isso, passar essas informações que estamos recebendo, que graças a Deus essa TV maravilhosa do Senado vai divulgar, embora saibamos que é para uma elite

outra vez, não chegando até o povão? Mas penso que poderia tentar a TV Cultura, que graças a Deus é mais aberta, apesar de mal tratada e do pouco fôlego.

Ações responsabilizando a indústria e o Estado são possíveis diante desses malefícios? Por exemplo, uma família vítima do alcoolismo, alguém que foi atropelado, um carro que foi abalroado, além de responsabilizar o próprio, é possível fazer como se faz nos Estados Unidos hoje: pedir fortes indenizações? De uma forma ou de outra, a Constituição já aponta para a responsabilidade.

As religiões que agora estão disseminadas, evangélicas, não têm diminuído a incidência, protegido um pouco as famílias da incidência do alcoolismo?

Última pergunta: essa política de fechamento dos bares mais cedo tem repercutido positivamente? Há uma informação sobre isso ou ainda não?

São somente essas questões que queria levantar.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço à Conselheira Assumpção Hernandez e passo a palavra ao companheiro Jorge da Cunha Lima.

O SR. JORGE DA CUNHA LIMA (Representante da sociedade civil) – Sr. Presidente, quando recebi essa convocação sobre o tema “O álcool nos meios de comunicação”, estranhei um pouco. Somos um Conselho tão técnico, por isso me deu uma sensação de que o assunto não cabia neste Conselho.

Hoje estou altamente rejubilado com o fato de que a minha última participação e de inúmeros componentes deste Conselho seja exatamente neste tema: o álcool nos meios de comunicação, por uma razão muito simples: o álcool faz parte do hábito e da cultura da humanidade. Não há civilização, cultura em que não haja a presença do álcool. Essa presença poderia ser ritual, nas festas, na morte, nos jogos, em diversas situações. Mas o que hoje há de extremamente grave - e não tenho o mínimo interesse em saber se tem 30%, 7%, 15% ou 3% - é que a publicidade do álcool é genial. Ela se transformou num paradigma.

Vejam o seguinte: vamos pegar o álcool intermediário, que não é nem uma laranjada, nem uma cachaça, mas a cerveja. A cerveja virou paradigma da alegria, da aceitação social, da macheza. Tudo que é virtude passa na campanha da cerveja. É de tal forma genial a campanha da cerveja que, outro dia, vi um produto inocente, virtuoso, ser anunciado quase no clima de quem está bebendo cerveja. Falei: mas isso é genial. Eles anunciaram um produto saudável num clima de estação, e a minha neta perguntou: mas vovô, cadê a cerveja? Só faltava a cerveja no anúncio, de tão genial.

É sensacional que este Conselho se posicione em relação a isso. Quer dizer, a publicidade se transformou num paradigma de virtudes. Então, aquilo que é intrínseco cientificamente, uma coisa que deveria ser uma opção do homem adulto virou uma sugestão **sine qua non**. Não somos nem mais homem. Somos obrigados a tomar cerveja para sermos aceitos socialmente. Tem que estar naquela ilha em que a cerveja é unânime, entende?

Tenho a impressão de que essa questão é fundamental. E não podemos colocar essa pressão em cima do Legislativo apenas. Perguntaria como esse movimento poderia colocar essa questão como um repto aos meios de comunicação, que são indiretamente responsável por isso, e aos produtores. Temos que encontrar algum convívio com a sociedade adulta para a venda dos seus produtos, e não pela sedução da sociedade ingênua, que é o pobre e o adolescente. Essa violação mental do inocente é que deve ser punida com severidade. E temos que colocar o repto disso aos produtores, aos industriais que têm de sobreviver, aos meios de comunicação e, nessa última instância, ao Congresso, que pode ajudar a resolver essa questão. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço ao companheiro Jorge da Cunha Lima, e, para encerrar este bloco de perguntas, passo a palavra ao companheiro Antônio de Pádua Teles.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO (Representante da sociedade civil) – Junto-me aos companheiros que cumprimentaram o nosso expositor, Dr. Ronaldo Laranjeira, mas gostaria de apresentar um convite a uma reflexão sobre alguns pontos que considero mereçam ser pelo menos avaliados.

Temo que uma campanha voltada para a restrição à comunicação do álcool tenha um forte conteúdo de hipocrisia, já que, na verdade, não vejo nenhuma medida para se restringir, por exemplo, os níveis de produção da cerveja, da cachaça, do uísque ou da vodca. Cada vez aparecem novas fábricas, inclusive têm incentivos muito generosos do BNDES, do Banco do Brasil, etc., porque a indústria de bebida tem um forte poder sobre a economia nacional. Agora o Governo, como o senhor diz, perde muito dinheiro no atendimento às vítimas de saúde, motivadas pelos males causados pelo álcool, e não é capaz de criar restrições, como foi feito no caso do cigarro com grande êxito, porque houve uma política fiscal muito rigorosa que impôs às empresas de tabaco uma necessidade de aumentar fortemente o preço do cigarro, de tal maneira que grande parte da população passou a ter o cigarro como um objeto inacessível e outra parte passou a consumir menos.

Então, independente do problema da comunicação, é fácil e até dá uma certa visibilidade batalhar para que seja demonizada a comunicação do produto que causa tantos males, mas seria mais ou menos como aquele indivíduo cuja mulher traía em cima de um sofá e, para que aquele problema fosse resolvido, mandou tirar o sofá da sala. Quer dizer, na verdade, a essência está na fabricação, no custo baixo, no estímulo que essa indústria tem, e quanto a isso não acontece coisa alguma.

Não vejo estatísticas muito contundentes que demonstrem, por exemplo, o consumo na Inglaterra, onde os bares são obrigados a fechar às 11 horas. O consumo de álcool na Inglaterra é absolutamente assustador, assim como é na Escandinávia e em dezenas de países da Europa, inclusive nos Estados Unidos, onde o alcoolismo no público feminino, como sabemos, é imenso e tem crescido de uma maneira espantosa.

Por outro lado, queria ainda observar, apenas para se refletir sobre isso, que, por exemplo, no Brasil, o grande consumo de álcool se dá com a cachaça, e às vezes a cachaça até sem marca nenhuma, daquela que nem sequer tem capacidade de se apresentar para ser veiculada a sua propaganda numa rádio de cidade do interior. Setenta por cento do consumo de álcool no Brasil são desse tipo de bebida, que às vezes tem uma marca caracterizada.

Um outro ponto que gostaria de chamar a atenção é que as drogas, como maconha, cocaína etc., não têm propaganda alguma, não são veiculadas, e o seu consumo tem crescido de uma maneira absolutamente assustadora. Não sei até que ponto os veículos de comunicação são responsáveis também por esse crescimento do consumo de drogas.

Vejo também alguns outros aspectos. Poderia citar aqui uma infundável seqüência de questões que me parecem contraditórias com essa preocupação de focar como origem de todos os males a propaganda. O cigarro, por exemplo. Tenho certeza de que grande parte do fenômeno de diminuição do consumo se deu porque foi imposta à indústria a veiculação de que o cigarro produz câncer no pulmão, infarto do miocárdio, tais e tais males. Quer dizer, uma propaganda no sentido inverso, que, a meu ver, amedrontou as pessoas e fez com que elas se educassem para os males que o cigarro de fato provoca.

Então, sem diminuir o mérito do trabalho do Dr. Ronaldo Laranjeira e do seu grupo da Aliança Cidadã, em nome de uma clareza de idéias mais significativas, a campanha deveria envolver ações de natureza mais substantiva que fossem no núcleo, e não tanto na periferia da questão, como me parece. E a minha opinião,

que estou expressando para o senhor com toda a boa fé e honestidade.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço ao companheiro Antônio Teles e passo a palavra ao Dr. Ronaldo Laranjeira.

O SR. RONALDO LARANJEIRA – Vou tentar responder às três pessoas, juntando um pouco as coisas. Concorro que existe uma grande hipocrisia em relação ao álcool; se há uma constante em relação às políticas do álcool, é a hipocrisia. Por exemplo: fiquei sabendo que o Presidente Lula vai inaugurar uma fábrica da Ambev no Uruguai, no Paraguai, nos próximos dias. Sei que o Governo não tem uma postura muito clara em relação ao álcool. Agora, por que as drogas ilícitas, apesar de não terem propaganda, continuam aumentando o consumo? Diria que a propaganda das drogas lícitas...

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO (Representante da sociedade civil) – As ilícitas também.

O SR. RONALDO LARANJEIRA – Não, as ilícitas continuam muito bem obrigado, aumentando o consumo.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO (Representante da sociedade civil) – E aumentando sem propaganda nenhuma.

O SR. RONALDO LARANJEIRA – Mas eu argumentaria com aquilo que o Dr. Jorge Cunha Lima falou: a propaganda do álcool vende não só o álcool. Quando se fala: “Experimenta, experimenta, experimenta”, vende-se um conceito para as crianças de que você só vai ser feliz se experimentar, experimentar, experimentar uma substância psicoativa que vai fazê-lo ficar feliz.

Então, eu seria radical o suficiente para falar que há o aumento das drogas ilícitas é alimentado pela propaganda do álcool, assim como era a propaganda de cigarro. Quando havia aquelas propagandas de cigarro absolutamente fascinantes – e me vem à cabeça o Hollywood, que tinha uma propaganda absolutamente fantástica associada com esportes radicais –, vendia-se o conceito de que para alguém ser feliz teria que usar alguma substância psicoativa.

Então pensar que essa propaganda maravilhosa não tem impacto algum sobre as crianças, aí sim, creio que é hipocrisia. Pensar que as pessoas gastam milhões de dólares por ano em propaganda para nada, para não influenciar as crianças... Vai me convencer que a Schincariol gastou aquela quantidade de dinheiro para tirar 2% ou 3% de venda da Ambev entre os adultos? Ela está criando e ampliando o mercado, ao

vender a idéia de que você só será feliz com a venda de bebida alcoólica.

Numa sociedade democrática, tolerar aquelas propagandas do caranguejinho, das tartarugas, só para citar as duas mais radicais, pensar que aquelas propagandas eram para o adulto beber, realmente é acreditar em Papai Noel.

Então, continuo defendendo mesmo essa idéia de que, no Brasil, quem educa a população sobre álcool, cigarro e drogas ilícitas também é a indústria do álcool, são os meios de comunicação que aceitam esse tipo de dinheiro sem refletir no impacto deles. Reflete-se sobre quanto vai aumentar de receitas para a indústria do álcool, que vai muito bem, obrigado.

Mas que impacto isso causou numa geração de crianças e jovens, no Brasil? Isso não se reflete porque não há pesquisa. Estamos fazendo essa pesquisa para mostrar que pelo menos 300/o do ganho da indústria do álcool são de fonte ilegítima, que é a venda para menores de idade. E ninguém em sã consciência vai pensar que vender cerveja para garoto de 15 anos seja uma fonte legítima de recurso.

A indústria do álcool tem uma questão moral a ser resolvida, bem como a indústria de comunicação. Se eles aceitam a propaganda de um produto de cuja venda, no mínimo, 30% são para menores de idade, não há ética que se possa discutir em relação a esse assunto. Esta é uma questão bastante pertinente, de responsabilidade em relação a esse assunto.

Nós não temos, diferente do que você falou, nenhuma mídia para defender o que estamos defendendo. Nós não temos o apoio da mídia, com certeza, principalmente da mídia televisiva. Estamos num movimento de grasswood, como se chama.

Quando você vai conversar, nas cidades pequenas, com profissionais e familiares, as pessoas apóiam isso, porque entendem que não é legítimo esse tipo de propaganda. As pessoas se ofendem com a propaganda do álcool. E há muita gente no Brasil que se ofende com esse nível de propaganda do álcool que nós temos aqui. Existe uma certa intolerância sendo cultivada no meio das pessoas.

Pode ser que demore muitos anos para nos fazermos ouvir, pode ser que não venhamos a aprovar o Projeto de Lei nº 35 porque as forças contrárias são muito grandes, mas existe uma certa articulação na sociedade, de intolerância a esse tipo de coisa. De alguma forma, a indústria está sendo vítima do seu próprio sucesso, na medida em que virou parâmetro de comunicação social. Há pessoas que vem restringindo isso.

Sinceramente, não consigo ver como um problema suco de abacaxi natural não ter álcool. E neces-

sário um período de fermentação para qualquer suco virar álcool. Então, fermentados, traço de álcool etílico, temos vários tipos de álcool, há todo o processo de fermentação. Podemos beber toneladas de suco de abacaxi que nunca ficaremos intoxicados.

A meu ver, a estratégia é dispersar para um lado da tecnologia, quando, na realidade, estamos falando de um problema muito fácil: bebida alcoólica é uma coisa; suco de frutas é outra, bem distinta.

Para responder à Assumpção, que não está aqui, não temos o apoio da mídia. O financiamento desse tipo de campanha é feito pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo. O dinheiro é muito pouco para financiar o site, um funcionário, com computador, para fazer uma rede.

Temos 600 acessos diários ao nosso site. Quando fizemos propaganda na rádio, em São Paulo, pulamos para 1.600 num dia. Só para mostrar que existe um eco, não sou apenas eu, de pessoas envolvidas nesse movimento todo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço ao Dr. Ronaldo.

Passo a palavra ao companheiro Chico Pereira.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Boa-tarde a todos.

Confesso que, essa discussão, desde o seu primeiro momento na Câmara dos Deputados, tive oportunidade de acompanhar e fiquei bastante pessimista com a reação parlamentar. Parece que é um objeto menor, porque temos um conjunto muito grande, pelo menos na Câmara, onde percebi isso: há dois terços, ou quase isso, de parlamentares que, se não são proprietários, são ligados a algum meio de comunicação ou pelo menos têm aquela ligação prima, sobrinha, de qualquer distância, ou mesmo receberam a colaboração no financiamento da sua própria campanha. Realmente é um nó que se tem que ultrapassar.

Mas, de alguma forma, a coisa balançou. Por exemplo: as cervejas passaram a divulgar que não se beba em excesso, para se beber com equilíbrio, sempre seguindo a propaganda do cigarro, por iniciativa das empresas. Eles apresentaram aquilo como uma grande contribuição.

Alguns parlamentares à época já consideraram bastante oportuno, o que significa dizer que água mole em pedra dura às vezes fura.

Então, apenas para dar um pouco de estímulo e conforto, como disse o senhor, em razão da dificuldade de se fazer esse embate. Estou bastante tranquilo e querendo fazer com que ela aconteça.

Sou dirigente sindical. Certamente vão dizer que vai diminuir a possibilidade de aumento de salário. Aqui está o jornal do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, pedindo 24% em rádio e TV e 15% para os jornais e revistas. São as bandeiras de luta.

Na discussão, pode-se dizer que estão querendo que tirem as propagandas do ar: os senhores viram o Conselho discutindo para tirar a propaganda. Como eu posso lhes dar 24%?

É incrível como nós, sindicalistas, apanhamos tanto quando vamos de frente, como de trás; de qualquer jeito levamos a pior. Em que pese isso, queremos vestir a camisa desse enfrentamento. E dá para discutir como gente grande, para levar à consciência que é necessário, sem grandes milongas, tirar concretamente a propaganda. E creio que não vai, Fred, você que é do Sindicato dos Jornalistas, comprometer a sua bandeira de luta dos 24%.

Ao mesmo tempo, quero fazer minha homenagem porque sou do AA – Alcoólicos Anônimos, e lá é anônimo, não posso dizer quem é, mas o próprio indivíduo pode dizer. Qualquer outro companheiro na reunião, as pessoas que estão nos acompanhando pela televisão, o pessoal do AA vai dizer: Ah, mas alcoólicos anônimos e a pessoa está dizendo lá. É que a própria pessoa integrante pode se identificar; não pode é ser identificado pelo companheiro e dizer que o outro é alcoólico anônimo e tal. Então eu sou dos alcoólicos anônimos porque não bebo, mas nós temos um lema que é o seguinte: evite o primeiro gole. Há vinte e três anos eu venho evitando o primeiro gole. E se a televisão, o rádio, os meios de comunicação não tiverem possibilidade de ficar insistindo para que eu beba, o evitar o primeiro gole estará muito mais seguro do sendo persuadido tanto com a propaganda.

Saúdo vocês e lamento que hoje seja possivelmente a minha última reunião, aliás eu fui até surpreendido, Presidente, porque me convidaram para a reunião do Conselho e, no meu caso, pelo menos, já são outros conselheiros.

Então, aproveito a oportunidade para aqui, ao vivo e a cores, pela TV Senado dar o meu tchauzinho para a comunidade enquanto Conselho de Comunicação Social e dizer que sairemos do Conselho, mas estaremos no front da luta e certamente estaremos nessa.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço ao bravo Conselheiro que nos honrou e a este Conselho, Francisco Pereira.

Passo a palavra ao companheiro Fred Ghedini.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas)

– Boa-tarde, Sr. Presidente, demais colegas Conselheiros.

O Professor Ronaldo Laranjeira nos trouxe uma causa importante. Creio que nós não podemos tergiversar; a causa está aí, a questão está aí. Não adianta falar do suco da frutinha contra o problema do álcool brasileiro.

Sr. Presidente, existem vários projetos de lei. O Conselheiro Roberto Wagner até citou aqui uma série deles, mas eu gostaria de sugerir, até para que o Professor Ronaldo Laranjeira se sinta recompensado no seu esforço de aqui vir nos expor esse problema, que é real, não é um problema inventado por ele, se esta última reunião do Conselho de Comunicação Social não poderia fazer uma manifestação por voto, evidentemente da maioria, se a maioria assim entender, de que é necessário haver uma legislação restringindo a propaganda de bebidas alcoólicas.

A última reunião desta composição do Conselho entende a necessidade de haver a restrição legal na propaganda de bebida alcoólica. Agora, qual é a restrição, qual é o melhor projeto?

Entendo que nós temos uma dificuldade básica e elementar de até estudar o problema. Nesse sentido, transferiríamos para a próxima composição do Conselho, para que formasse, Sr. Presidente, uma comissão, como nós formamos várias e foram muito boas, trabalharam muito bem, no sentido de estudar, aprofundar, até com o concurso do professor e daqueles outros que faltaram, para dar um parecer mais circunstanciado e com mais detalhes e conteúdo sobre qual e, enfim, a melhor maneira de fazer essa restrição.

É lógico que essa medida não deve evitar que se trabalhe em outras esferas, no que se refere à questão da produção, no que se refere a impedir o contrabando, nas fronteiras, das bebidas alcoólicas. O problema é que temos aqui um âmbito de ação. Não podemos ficar tratando de tudo ou, a pretexto de não poder tratar de tudo, deixar de tratar daquilo que nos compete. Essa é uma visão que tenho a respeito.

Quero dizer também ao Professor que eu, como Presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e Vice-Presidente da Fenaj, vou me esforçar para que essas entidades adiram à sua campanha, que considero da maior importância.

Quero também incitar aqui os companheiros e colegas, inclusive aqueles que não são eventualmente companheiros, para que façam o mesmo com relação às suas entidades, porque não estamos tratando de uma parcela muito específica da população brasileira ou de alguma coloração partidária ou de algum grupo que tenha essa ou aquela opinião. Nós estamos falando de uma questão que é universal e que afeta todas as

classes sociais no Brasil. Evidentemente, as repercussões em cada classe social são diferentes, mas isso afeta a todos de maneira muito ecumênica.

Assim, eu queria rogar aos companheiros e aos Conselheiros que levassem essa questão adiante, porque realmente o Professor Ronaldo Laranjeira trouxe uma questão da maior importância.

Quero também aproveitar, Sr. Presidente, para fazer a minha despedida, porque esta é a minha última participação neste Conselho.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade Civil) – Companheiro, assim que encerrarmos as exposições, teremos tempo para as despedidas, inclusive para o companheiro Chico Pereira.

Agradeço ao companheiro Fred.

Passo a palavra ao companheiro Geraldo Pereira dos Santos, encerrando este bloco de perguntas.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Quero reiterar as saudações ao Professor. É importante frisar a colaboração e o empenho que ele teve ao largar seus afazeres para vir aqui colaborar com o Conselho.

Faço minhas as palavras do Fred. Um pouco do que queríamos dizer ele já disse, em relação ao papel do Conselho que vai tomar posse no dia 2 de março. Faço votos de que o próximo Presidente dê conta dessas sugestões que o Fred apresentou e os respectivos conselheiros, também. A parte que nos compete se refere à questão da comunicação, aos meios de comunicação, e não podemos fugir dessa responsabilidade.

Eu queria fazer alguns comentários, Professor. O primeiro deles seria salientar o que está em 1090 aqui. Há vários interesses nessa questão. Qual deles será o mais importante? E o da mídia? É o da revista? É o da televisão? É o do rádio? É o da minha empresa que fabrica bebidas? É o dos meus quatro filhos? Quem tem o principal foco de interesse nessa questão? É o povo brasileiro, a sociedade brasileira. É o interesse social que está em jogo aqui. Esse interesse supera qualquer desses outros que enumeramos aqui.

Tomamos conhecimento, em primeira mão, que vai ser feita uma ampla pesquisa científica, para que se apresente – esperamos que realmente essas informações cheguem a quem têm que chegar —, talvez, uma aliança, uma parceria com o IBGE. Essa é uma sugestão para que a população tenha conhecimento do que é essa brincadeira do álcool nas nossas vidas.

Particularmente, na minha família – e acredito que todos aqui nesta sala, em algum momento, já se depararam com essa brincadeira do álcool nas nossas

vidas... Em alguns casos isso provoca assassinatos, crimes violentos.

Por que frisamos essa questão da pesquisa? Porque até hoje ela não existe. E a aliança dessas 300 entidades, como o Fred disse, de gente do sindicato... Vamos fazer esforços para disponibilizar no *site* algumas coisas que possam ajudar na campanha, em primeira mão.

Essa pesquisa até hoje não existe. Não tem dados por amostragem, coisas bem superficiais, não científicas, que comprovem como talvez se tenha dúvida de alguma coisa. Essa pesquisa que em breve teremos vai provar que não é brincadeira.

Por falar em brincadeira, vou fazer uma brincadeira com o meu amigo Chico em relação a essa coisa de empregado ou de a televisão, a mídia, o rádio terem problema. Entendemos que os nossos profissionais, os nossos colegas, são tão capazes que... Dependendo da restrição que for feita, não vai haver problema algum para os trabalhadores nem com meio de comunicação algum, com certeza absoluta. A capacidade criativa e de alternativas que os profissionais todos, tanto empresários quanto técnicos, anunciantes, agências e publicitários, vão encontrar, meios e formas de sobreviver a essa ou àquela restrição que esperamos que venha a acontecer no futuro, depois de um amplo debate.

Para fechar, o que ficou bem claro nos pontos que o senhor nos apresentou é que, realmente, o que se quer, o que se está desejando, como o companheiro Roberto Wagner disse, está na Constituição: que haja de fato uma regulamentação nesse processo, o que não há, baseado nos dados que serão veiculados ou disponibilizados, causando um verdadeiro dano social ao povo brasileiro, e o que isso gera em termos de impacto sócio-econômico para cada um de nós, família, estado, prefeitura e país, a União. Talvez este seja o ponto principal: precisamos de um mínimo de regulamentação nesse processo.

Parabéns, obrigado. Esperamos vê-lo, quem sabe, no próximo Conselho, no momento em que isso for discutido, como foi dito por outros colegas aqui no nosso pleno, nas medidas e leis que estão tramitando no Congresso.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço ao companheiro Geraldo Pereira e passo a palavra ao Dr. Ronaldo Laranjeira.

O SR. RONALDO LARANJEIRA - A indústria do álcool e a indústria de comunicação defendem esses interesses, e fazem muito bem em defender. A indústria do álcool e os acionistas estão lá, com o dinheiro, quer ter lucro e tudo o mais. Essa é a lógica da empresa, e

não há nada contra isso, pelo contrário. Infelizmente, a sociedade civil não tem instrumentos tão poderosos de defesa. Os adolescentes não têm capacidade, a sociedade é que paga o preço da falta de política do álcool, não tem articulação. E, muitas vezes, quando defende restrições ao álcool, você é ridicularizado. Então, não me surpreende que o Congresso seja passivo na questão do álcool, porque as pessoas são ambivalentes em relação ao assunto, elas não querem muito ouvir, a não ser as boas notícias em relação ao álcool; não querem ouvir que 20% das famílias têm problemas com o álcool. O número de crianças que sofrem violência em decorrência o álcool é um fenômeno que as pessoas querem deixar debaixo do tapete.

É função de parte da sociedade civil tentar articular a defesa desses interesses. Tenho certeza de que não vai ser - o Francisco falou isso - uma luta fácil; não seremos recebidos no Congresso Nacional com tapete vermelho. Na primeira vez que fui falar com um assessor legislativo do Senado, ele se surpreendeu com a minha presença lá, a minha e a de vários colegas. Ele falou que nunca o setor saúde tinha vindo fazer uma consulta no Senado sobre o álcool. Nunca! Só a indústria do álcool vai lá toda semana para saber o que está acontecendo.

Sinto-me um amador, apesar de ser um especialista em álcool, ao querer mudar a realidade em relação ao álcool. Sou psiquiatra; meu dia-a-dia é atender pessoas com problemas com álcool e nisso tenho uma boa experiência, mas, em termos de mudar a política do álcool, eu sou um amador. E não sou ingênuo; sei que é uma luta difícil.

O que tenho sentido é que quando se fala, como muita gente, como os colegas do AA, quantos grupos de AA existem no Brasil... Só para dar um exemplo, são mil grupos de Amor Exigente espalhados pelo Brasil, que são grupos de atenção à família. É muita gente. No movimento comunitário, existe a Pastoral da Sobriedade, por exemplo, que congrega um número de pessoas incrível fazendo um trabalho voluntário no Brasil.

Por isso afirmo que a indústria da cerveja, na minha leitura, está sendo vítima do próprio sucesso. Há muita gente indignada com essa questão de pensarem que a sociedade brasileira só serve para se obter lucro para a indústria do álcool.

Espero contribuir para esse processo, junto com essas centenas de pessoas com quem tenho a honra de trabalhar junto. Teremos alguma vitória; quando, não se sabe, mas tenho certeza de que a minha geração terá alguma vitória.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço ao Professor Ronaldo Laranjeira, que talvez eu pudesse

definir melhor: mais do que especialista em álcool, é um especialista no estudo do álcool.

Passo a palavra aos Conselheiros que farão as últimas observações ao Professor Ronaldo Laranjeira, começando pelo Conselheiro Ricardo Moretzsohn.

O SR. RICARDO MORETZSOHN (Representante da sociedade civil) – Queria agradecer a presença do Professor Dr. Ronaldo Laranjeira.

Por força da profissão, tenho acompanhado eventualmente o trabalho do Ronaldo Laranjeira. É um trabalho muito importante, que hoje é considerado uma referência nacional, sem dúvida, principalmente pela forma de trazer para o País essa discussão, o que me parece salutar.

Trabalhei, durante muitos anos, em instituição de saúde mental, com alcoólicos e sei da imensa dificuldade que é vencer essa doença. Sou testemunha e já fui protagonista da miséria provocada pelo alcoolismo em famílias.

Faço parte da Câmara Temática de Saúde e Meio Ambiente do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN. Esses dados que o Dr. Laranjeira nos traz... Na verdade, foi uma pesquisa feita por dois colegas: a Júlia Grev e o Eduardo Vasconcelos, da USP, pela qual foram detectadas em torno de 30 mil mortes por ano no trânsito, grande parte decorrente do consumo de álcool. Além dessas 30 mil mortes, há outros 150 mil que sofrem de seqüelas terríveis, físicas, emocionais, como o falecimento de um pai de família, enfim. É impressionante como esta mistura é explosiva entre álcool e velocidade do automóvel. Provavelmente é um dos maiores causadores de mortes violentas no Brasil.

Além disso, algo acima de cinco bilhões por ano são gastos com custos em decorrência desses acidentes. Então, reforçando um pouco o que o Dr. Laranjeira nos apresenta, isso é impressionante, porque, se por um lado a indústria ganha, por outro lado, o País perde muito para consertar esse estrago.

Também concordo que não adianta apenas pressionar o Legislativo. É evidente que não há vontade política, hoje, no País para produzir uma política pública não necessariamente proibitiva ou restritiva, mas que possa ser discutida com a sociedade brasileira a respeito da importância e da necessidade visando algo que dê conta de um caso de saúde pública que nos dizima aos milhares a cada ano.

Queria registrar uma certa dificuldade que sinto para entender como um governo tem uma política repressiva, de uma severidade em relação a drogas ilícitas, e uma política totalmente permissiva a uma droga que sabemos – pelo menos alguns estudos, alguns trabalhos demonstram isso – que inicia as outras drogas.

Gostei muito de sua resposta na questão da propaganda da cerveja, a propaganda da cerveja não vende uma cerveja, ela vende um gozo. No sentido psicanalítico, ela vende gozo, que é assim: “Seja bacana; aqui está o seu gozo”. Então, isso me preocupa, porque a população brasileira, principalmente nossos jovens, não têm recursos. Não existem recursos para se defender de algo, como diz Cunha Lima, que hoje é um paradigma, algo magnífico, mas que é um discurso, uma linguagem que está ali, impactando subjetividades, formando gerações futuras com essa alegria em relação, inicialmente, a uma cerveja, em relação ao destilado, em relação às drogas ilícitas.

Realmente, as drogas ilícitas não precisam de propaganda. Não há por quê. É um caminho que vai puxando o outro. Agora, Dr. Ronaldo Laranjeira, pessoalmente, sempre tenho uma certa dificuldade com a estratégia da proibição. Não sou contra ela, não sou contra, em absoluto. Faço muito essa discussão na questão do trânsito no Brasil. Infelizmente, quando eu me refiro à falta de uma política pública, porque, como o senhor tem esse movimento, no segmento da saúde há várias pessoas preocupadas com isso, há também no trânsito essa discussão. Só que é uma discussão, para mim, totalmente inócua, porque fica parecendo a história do álcool e o trânsito. É como se o problema do álcool fosse uma questão do trânsito e vice-versa. Álcool é uma questão de saúde pública. Ou seja, a pessoa que está bebendo, porque dirigiu vai beber de outra maneira. Ela não bebe para dirigir. Por outro lado, o fato de ela dirigir alcoolizada cria um risco desnecessário. Então se têm boas intenções, que sejam pontuais. Falta, realmente, uma ampla discussão nacional para dar conta desse problema do álcool de uma forma geral, e não no segmento do trânsito, na periferia, em Diadema, restringindo os bares em Diadema.

Eu gosto muito do exemplo do tabaco, do cigarro, mas tenho para mim que a questão do tabaco não foi tanto o aumento de imposto. É evidente que isso ajudou — a proibição de fumar em alguns lugares, o aumento encareceu o preço —, mas eu queria que o senhor tentasse, se possível, fazer um paralelo. Gosto muito do exemplo do cigarro, porque, hoje, para mim, as pessoas não fumam em determinados lugares nem tanto porque seja proibido nem porque não possam comprar um maço de cigarros, mas porque é constrangedor. Então, na verdade houve algo com cigarro na ordem da mudança de valor. O valor era um para a população, e hoje é outro, porque fumar hoje é brega, é nocivo, há uma consciência. Isso, para mim, é muito mais eficaz, por exemplo, do que o outro me constranger para eu não poder fumar. Sabe que burlar, todos burlam, fumar escondido, o que quer que seja.

Nesse sentido eu saber da possibilidade de o senhor fazer um paralelo entre essa perspectiva da questão do sucesso da diminuição do cigarro com algo possível em relação à questão do álcool. O senhor tem uma luta junto com essas outras entidades, sua luta é heróica, eu mesmo reconheço. Se estou falando em valor, e a mídia transmite isso, como fazer? Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço ao Conselheiro Ricardo Moretzsohn. Passo a palavra ao Conselheiro Paulito, que gostaria de complementar a exposição feita antes.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Sr. Presidente, Professor Ronaldo Laranjeira, ao que me consta — e o senhor certamente tem informações muito melhores do que as minhas —, a proibição da propaganda do cigarro não fez com que se reduzisse o consumo. Lamentavelmente, ele continua aumentando. Ou seja, fuma-se mais do que se fumava, independentemente da proibição ou não da propaganda do cigarro.

O segundo ponto, Professor, que gostaria novamente de ressaltar é que, quanto ao aspecto da degradação da bebida alcoólica, entendo-o como um fator preponderante, porque quando o senhor faz a citação de que 20% da violência são provocados pela bebida, pergunto-lhe: mas por qual bebida? Pela pinga, pelo uísque, pela cerveja? Qual delas é a promotora desse aspecto?

Entendo eu, Professor Ronaldo, que alguns aspectos precisam ser considerados. O senhor, que é um homem viajado, conhece o exterior, sabe, por exemplo, que nos Estados Unidos da América é terminantemente proibido o ingresso de menores de 21 anos em locais nos quais se venda bebida alcoólica. Ou seja, não é permitido o ingresso do menor.

Há uma grande preocupação, Professor, Sr. Presidente e demais Conselheiros, quando analisamos o aspecto pela sua imagem e não pela sua verdadeira realidade. Quem sabe a solução do problema seja uma punição efetiva a quem venda ao menor, a quem permita que o menor tenha acesso à bebida alcoólica, em qualquer nível, em qualquer gradação?

É importante também deixar claro, Professor Ronaldo, que nós, empresas de radiodifusão, somos membros ativos e efetivos do Conar. As citações que o senhor fez a respeito de algumas peças publicitárias exibidas por alguns veículos, quero-lhe reafirmar que isso não ocorre mais.

O Conar, dentro da sua estrutura de auto-regulamentação... E aqui gostaria de dar uma resposta ao meu querido companheiro Ghedini, de que sou abso-

lutamente contrário a qualquer moção deste Conselho, que, de alguma forma, venha proibir, porque já temos um processo de auto-regulamentação absolutamente ético. Todas as providências que poderiam ter sido tomadas, e é bom que se repita, pela indústria, pelas agências de comunicação e pela sociedade civil, membros do Conar, foram tomadas nos anexos hoje já existentes, em razão do próprio Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária.

Então, não há como, no meu entendimento, adotar qualquer critério ou princípio impositivo ou proibitivo. Defendemos não só nesse aspecto como em todos os demais – e os companheiros aqui presentes sabem disso – que a auto-regulamentação efetivamente é aquela que pode, de alguma forma, regular a relação veículos, ouvintes, telespectadores, anunciantes, etc.

Quero, como um último ato, Dr. Ronaldo, dizer ao senhor que entendo que as empresas de rádio que represento são absolutamente éticas e responsáveis. Vou debitar a sua colocação muito mais à ênfase do seu pronunciamento, porque não posso admitir nem aceitar em hipótese alguma que não sejamos empresas éticas nem responsáveis.

E vou lhe dar um exemplo a mais: o rádio de São Paulo aceitou colocar a propaganda do Conselho de Medicina contrária à veiculação do álcool. Se o nosso objetivo fosse outro que não fosse o ético, o rádio de São Paulo certamente não o teria feito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço ao Conselheiro Paulito.

Passo a palavra ao companheiro Chico Araújo, que não é parte do Conselho, mas que teve apenas duas ausências nesses quase três anos de convivência.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO – Sr. Presidente, neste último dia, não poderia perder esta oportunidade, porque não sei se o próximo presidente vai assegurar à platéia o direito de palavra como o senhor sempre assegurou nesses dois anos e meio.

Presidente, eu queria tomar a liberdade de dizer que eu tenho uma afinidade muito grande com o professor Ronaldo, sou filho de um professor em psiquiatria e, sempre se envolveu muito em problema de toxicologia e tem até um trabalho que talvez o professor não conheça, foi um trabalho publicado na França, porque meu pai foi professor da Sorbonne por muito tempo, que é a psicopatologia da terribilidade, um código penal comentado à luz da psiquiatria. É um livro único no mundo de alguém que pegou todos os crimes contra a vida e analisou sobre a óptica da psiquiatria, especialmente porque ele é um psiquiatra forense. Mas eu queria um pedido de justiça que fosse feita.

Já ouvimos a defesa incondicional do nosso Paulito em relação aos meios de comunicação, mas, como consultor das Organizações Globo, eu gostaria de lembrar ao Professor que muito mais eficaz do que a publicidade antiálcool, a Rede Globo nunca fez uma novela em horário nobre que não tivesse um foco sobre drogado ou alcoólatra. Só justiça eu pediria. Se o senhor quiser ir comigo ao Projac, rever todas as novelas da Globo, nós nunca deixamos de registrar e garanto que 40 milhões de pessoas viram o acidente do Flávio, ou vêem como a Renata Sorrat fica quando bebe ou as drogadas de celebridade, como a filha roubava em casa para...

Então, é só isso. Os meios de comunicação não podem ser imolados assim também, sem lembrar que nós temos um papel muito mais importante e eficiente do que qualquer campanha que os senhores fazem. A inserção na novela de um drogado ou de uma pessoa viciada em álcool tem uma eficiência bem maior. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço ao companheiro Chico Araújo e passo a palavra ao Dr. Ronaldo Laranjeira.

O SR. RONALDO LARANJEIRA – Eu não tenho a menor dúvida que quando surge um debate como este na Globo, quando um personagem adquire uma vida, isso tem um impacto em termos de educação de saúde fenomenal. A busca de tratamento após essas novelas é uma coisa impressionante. Ai se mostra a força da mídia. Esse é um problema que merece ser cuidado, e as pessoas propriamente mostram o poder da mídia. Exatamente porque a mídia é poderosa, ela tem que sofrer restrições quanto...

O álcool não é um produto qualquer. E essa a questão. Eu não sou um proibicionista de maneira geral. Mas, na maioria das sociedades democráticas, há restrições muito maiores do que na sociedade brasileira em relação a este produto. Esta é a questão ética.

Não estou aqui para acusar ou criar nenhuma briga com a ética das empresas de comunicação. Trata-se de uma questão sobre quanto se pode fazer na propaganda visando os menores de idade, as crianças. E ninguém vai me convencer que a ênfase da propaganda que vem sendo divulgada, das cervejas, não afeta as pessoas mais jovens, vez que é direcionada a elas.

Quando o Conar proibiu essas propagandas com casos emblemáticos, na realidade, não são... Esses são os casos que extrapolaram. Na realidade existe toda uma política visando à criação e à ampliação de um mercado não da população adulta, mas da população mais jovem. Esta é a questão que eticamente tem que

ser medida. E, na realidade, a própria Organização Mundial da Saúde afirma que a auto-regulamentação não funcionou em lugar algum do mundo. Não sou eu quem está falando isso. Posso trazer para quem quiser a opinião do consenso de especialistas da Organização Mundial da Saúde, que é contra a auto-regulamentação porque não funcionou em país algum do mundo.

No Conar há pessoas tecnicamente capazes, mas ninguém dá tiro no pé. Temos que levar em consideração este aspecto. A exemplo do cigarro, precisaríamos repreender muito mais. O que aconteceu e o que vem acontecendo com o cigarro? Eu tenho sérias dúvidas sobre se houve uma diminuição substancial do número de fumantes. Não se sabe. Essa pesquisa que faremos vai mostrar. No Brasil, nós não sabemos. O Inca, Instituto Nacional do Câncer, fez um trabalho ótimo, mas eles não têm uma amostra representativa de que houve uma diminuição do número de fumantes no Brasil. Não sabemos disso. Espero que essa pesquisa que vamos realizar sobre álcool e cigarro possa mostrar esses dados.

Também não houve aumento de preço de cigarro. Várias pessoas comentaram isso aqui. No Brasil, o cigarro é ainda um dos mais baratos do mundo. Perde apenas para Taiwan e mais dois países. Em Nova York, um maço de cigarros custa US\$700, o que equivale a quase R\$20,00. Por isso, quando o brasileiro vai a Nova York, leva de dois a três pacotes de cigarro. Esse é o preço do cigarro. No Brasil, custa US\$0,5. Portanto, estamos longe de ter uma política de restrição ou de controle de preço do cigarro no Brasil.

Portanto, não foi essa política. Não sei se foi a proibição da propaganda ou a contrapropaganda estampada no maço de cigarro, mostrando aquelas fotos muito chocantes. Creio que já havia um movimento mundial do setor saúde bombardeando com dados. Nos últimos quarenta anos, as pesquisas na área de saúde se intensificaram para mostrar a relação do cigarro com qualquer doença. Ao se pensar em qualquer doença, será possível verificar a prevalência do cigarro como causa. Sendo assim, é fácil falar de cigarro, que realmente é um produto que aumentou muito o número de mortes em todo o mundo. São três a quatro milhões de mortes todos os anos.

A mídia prestou um papel extraordinário ao longo dos anos, ao divulgar que cigarro mata, causa câncer, causa rugas na pele, cárie. Não há nada que o cigarro, infelizmente, não provoque.

Esse movimento de anos e anos, com as restrições ocorridas ao longo do tempo, também foi ocorrendo no Brasil, a ponto de viabilizar as restrições de propaganda até as 22 horas. Ninguém morreu com isso. A indústria de cigarro vai muito bem, obrigado. A

indústria de rádio e de televisão e os jornais vão muito bem, obrigado. Na realidade, espontaneamente, muitos veículos de comunicação têm uma política de não fazer propaganda de álcool e cigarro, como The Washington Post, The New York Times, à semelhança do Banco Mundial, por saberem que são produtos que têm um custo social negativo. Por isso, adotam como política não veicular esse tipo de propaganda.

Não tenho uma resposta muito clara em relação à questão do cigarro, que merece ser estudada. Porém, não tenho dúvida de que, quando ocorreu a restrição da propaganda, a sociedade tornou-se melhor. Sinto-me melhor por estar numa sociedade em que os meus filhos podem assistir à televisão sem aquelas propagandas indecentes do Hollywood, que, para mim, transformou-se em um paradigma de uma propaganda que associa o cigarro a uma experiência maravilhosa. Não tenho dúvida de que, no dia em que houver restrições para não deixar que os nossos filhos sejam expostos a essas propagandas de cerveja até as 21 horas, também viveremos numa sociedade melhor ainda. Saberemos que os nossos filhos serão expostos a uma propaganda de bala ou de outro produto qualquer, mas não de álcool, que vai afetar a capacidade de julgamento dele e torná-lo mais predisposto às drogas ilícitas.

O que você falou, Ricardo, é absolutamente correto. Não podemos esquecer que as drogas lícitas, tanto o cigarro quanto o álcool, são fatores de risco para as drogas ilícitas. As pesquisas mostram isso. Quanto mais cedo alguém começa a usar álcool e cigarro, maior a chance de ir para as drogas ilícitas. Essa é uma verdade. Não há pesquisa que não divulgue essa informação. Por isso, esse é mais um exemplo a se ressaltar. Agradeço a oportunidade que você me deu de reforçar esse aspecto. Essa campanha que restringe a propaganda do álcool também é uma forma de buscarmos a diminuição do consumo das drogas ilícitas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Quero agradecer ao Professor Ronaldo Laranjeira e fazer algumas ponderações.

Há um escritor francês, François Mariet, que diz, num livro de muito sucesso, **La Télévision Américaine**, que o mercado é Deus. O que o leva a fazer essa observação é a evidência de que o cigarro foi banido da televisão americana no ano fiscal de 66/67. Não obstante, em todos esses anos, o maior anunciante da televisão americana continua sendo a Philip Morris. O cigarro sempre encontra uma maneira de financiar a sua publicidade.

Desse modo, estamos diante de um problema grande e penso que o Professor, que é, talvez, a maior

autoridade brasileira na matéria, poderia contribuir, ainda mais consistentemente, com os debates. A minha sensação, Professor, é de que está faltando informação científica em relação a questões específicas. Por exemplo, no que tange à repercussão social e a custos, há uma visão heurística, mas quais são seus montantes reais? Talvez uma pesquisa científica pudesse encontrar subsídios que autorizariam uma decisão fundada na realidade, ao invés de especulações e impressões, segundo uma análise dos êxitos das políticas públicas no Planeta Terra, apontando o que deu certo.

A experiência mais exitosa de segurança no trânsito em relação ao álcool aparentemente é oriunda de Nova York, não se devendo a nenhuma política pública quanto à bebida, mas somente à pena de perdimento do bem em caso de direção por alcoolizado. Quem tiver bebido e dirigir – ou se o proprietário do automóvel emprestá-lo a quem tiver bebido – receberá a pena de perda imediata do carro. Então, a redução dos acidentes de trânsito a quase zero não se deveu nem à publicidade nem a outros fatores, mas à pena pecuniária: a pessoa perderá seu automóvel se dirigir embriagada ou se emprestar o veículo a alguém nessas condições. Esse tipo de informação seria extremamente útil, Professor.

Finalizando, tenho uma empregada que eu já quis assassinar mais de uma vez. Quem aqui não quis matar suas empregadas pelo menos quatro ou cinco vezes na vida? Meus discos são milhares e cuidadosamente catalogados. São sinfonias, músicas barrocas e algumas de câmara, solistas, enfim, tudo acertado. No entanto, Dona Dilma não está de acordo com o meu critério de classificação. Noutro dia, cheguei em casa e percebi que ela havia classificado os discos segundo seu próprio critério: capas azuis, brancas, vermelhas e amarelas.

A que está relacionado esse caso da Dilma? A experiência indica que há pelo menos cinco setores em que a bebida tem repercussão forte: violência doméstica, nas ruas, inclusive em bares, em acidentes e mortes no trânsito, incapacidade para o trabalho e diminuição de expectativa de vida.

Seria importante haver essa ponderação do Sr. Paulito e penso que os Parlamentares gostariam de ter consigo esses dados. No suco engarrafado de abacaxi, há aproximadamente 1% de álcool. Qual é o percentual do suco de abacaxi nos 20% de agressões domésticas e nas mortes causadas pelo trânsito? Se não há nenhuma influência, é difícil aprovar uma lei que proíba a publicidade referente a suco de abacaxi por essa razão. Eu também desconhecia o fato de que o Biotônico Fontoura apresenta 5% de álcool. Qual o percentual de bebedores de Biotônico Fontoura nos

20% de acidentes domésticos? Se for zero, não tem sentido haver bloqueio.

Não estou dizendo que a Câmara dos Deputados tenha essa inclinação, mas que eu, como Parlamentar, gostaria de dispor dessas informações. V. S^{as} estão falando com alguém que nunca bebeu, a não ser no *Reveillon*, quando tomo meia taça de champagne – e a contragosto, porque o gosto é horrível. Quem quiser saber o quanto já bebi basta somar os anos de minha vida e multiplicá-los por meia taça anual. É todo o álcool que já tomei.

Minha tolerância a quem bebe álcool, Professor, está cada dia menor. O sujeito que não sabe o momento de parar já me causou diversão, mas é, hoje, para mim, um chato. V. S^{as} estão falando com alguém que odeia estar junto de quem bebe, portanto isso me dá certa autoridade.

Se fosse Parlamentar, eu gostaria de ter em mãos esses dados, porque, se esses dados mostrassem que, para até certo percentual de teor de álcool, não haverá restrição social, eu, por exemplo, não votaria a proibição quanto a esse setor de álcool. É preciso alguma evidência científica para dizer “todo o álcool”. É minha opinião. Posso estar enganado.

De qualquer forma, esta é última reunião que estamos fazendo. Vou preparar uma pauta dos problemas importantes que estavam sendo estudados neste Conselho e um dos temas que vou incluir será este. Não gostaria de submeter à votação moção alguma, Dr. Paulito, por uma razão metodológica. Sempre ouvimos todos os lados. Quem nos acompanhou nesses anos sabe que nunca fizemos nenhum debate sem ouvir os outros lados.

A ausência, certamente por coincidência, do Presidente do Sindicato da Cerveja, do Presidente da Abert e do Presidente do Conar impediu objetivamente que houvesse diálogo equilibrado aqui. De qualquer forma, é um problema grande demais para resolvermos ouvindo um especialista apenas, não obstante ser o maior especialista do Brasil, sem ouvir os outros lados.

O Conselho está conversando e eu indicarei os Conselheiros que ficarão e que certamente indicarão, no próximo Conselho, a necessidade de pontuar os estudos a este respeito. Portanto, com essas palavras, quero, em nome do Conselho, agradecer V. S^a pela disposição de dividir seus ilimitados conosco. Pediria a V. S^a que ficasse aqui, porque, como é a última reunião, em seguida, vou conceder a palavra a cada um dos Conselheiros e pelo menos um deles vai querer usar seu tempo para fazer ponderação a mais. Se o avião lhe permitir, acompanhe conosco o fim de nossa reunião.

Vou conceder-lhe palavras para que se despeça do Conselho, antes, porém, agradecendo penhoradamente o espírito público que o fez vir aqui, perder seu tempo e dividir conosco um pouco de seu imenso saber.

A SRª ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

(Representante da sociedade civil) – Sr. Presidente, queria apenas fazer uma proposta para ele, antes de encerrar.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Com a palavra a Conselheira Assumpção Hernandez.

A SRª ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

(Representante da sociedade civil) – Queria simplesmente dizer que, como também é minha última reunião aqui como sociedade civil, vou dispor-me a fazer um documentário, se a Associação assim o desejar, registrando toda a missão a que esse grupo se propõe e abordando todas as questões suscitadas hoje.

A minha produtora se dispõe a consultar e a entidade será a orientadora desse documentário. Ouviremos todas as opiniões favoráveis e contrárias. O documentário, então, será disponibilizado para circular nas periferias. A minha produtora se dispõe. Porém, em um ato de aglutinação, ainda vai buscar a conjunção com as demais produtoras de São Paulo, de cinema e vídeo, para que seja um ato mais coletivo. Se logarmos isso, faremos até em homenagem à minha gestão aqui, que foi muito profícua para mim. Não sei se o foi para a sociedade, mas, para mim, sim. E o que posso fazer.

Agradeço imensamente a todos.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Findo o aparte da Conselheira Assumpção, concedo a palavra ao Conselheiro Fred Ghedini. As considerações, Conselheiro, vamos fazer em seguida.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Esta é a nossa última reunião, Presidente. Foi uma convivência tão pacífica, tão elegante que não quero encerrá-la contestando diretamente sua autoridade como Presidente deste Conselho. Fiz uma proposta, mas, como sou uma pessoa muito conciliadora, já manifestei aqui minha posição. É importante que esta formação do Conselho, que tem papel histórico, por ser a primeira, indique, pelo menos aos próximos, a sua disposição. E deixei claro que a minha disposição é pela necessidade de uma política restritiva. O Conselheiro Paulito já manifestou claramente sua posição.

Então, até para não me chocar com V. Sª que preside esta reunião, solicito a todos que, na sua despedida, manifestem a sua posição, pelo menos para eu ter o prazer, Presidente, de saber de quanto foi esse *score* aqui, na manifestação final. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Conselheiro Ghedini, equivoquei-me. Só tomei essa decisão, porque tive a nítida sensação de que, com sua manifestação, V. Sª teria preferido, em vez de aprovar hoje, aprovar uma moção no sentido de recomendar que os estudos continuassem sendo postos.

Se V. Sª insiste na moção, o meu último gesto não será democrático: colocarei em votação a moção, com a vantagem de que não preciso votar.

Perguntarei a V. Sª para não ficar dúvida alguma: a sua moção é no sentido de mérito ou de recomendar ao próximo Conselho que continue o estudo do tema?

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Ela tem este duplo sentido, Sr. Presidente: tanto recomendar que continue especificamente em relação ao texto, porque tive uma certa dificuldade em expressar a minha posição clara pelo PL nº 35, trazido aqui pelo Professor, quanto ao outro, lembrado pelo Conselheiro Roberto Wagner.

Diante dessa dificuldade, é meu dever de honestidade me manifestar quanto a um ou outro ou se haverá um terceiro a dizer que se precisa estudar melhor a questão. Não tenho dúvida alguma sobre a necessidade de uma legislação restritiva. Entendo que essa é uma sinalização importante deste Conselho, mesmo que não se saiba o detalhe da letra da lei que será apoiada pelo futuro Conselho, mas há um ânimo sobre a questão de que é necessário haver uma restrição de horário, pelo menos nos termos da proposta do PL nº 35. Isto para mim é cristalino, claro, límpido.

Também gostaria de ouvir a posição dos demais.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Conselheiro Ghedini, a sua moção é no sentido de avaliação de mérito ou de recomendar ao próximo Conselho que continue os estudos sobre o assunto?

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – De mérito, Sr. Presidente, no sentido de que somos favoráveis a uma legislação restritiva e, ao mesmo tempo, de forma, pois é necessário estudar melhor qual é a legislação.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Vamos ouvir as últimas palavras do Professor Laranjeira e, depois,

veremos como reagirá o Conselho em relação à proposta de V. S^a.

Com a palavra, para a sua despedida, o Professor Laranjeira, que nos honrou com o espírito público e infindáveis conhecimentos dos quais se mostrou portador.

O SR. RONALDO LARANJEIRA – Tenho somente a agradecer. Para mim foi um dia ganho ter vindo aqui para debater em nível tão alto, neste Conselho, que, representando setores tão diversos da sociedade brasileira, é um exercício de democracia muito interessante, processo com o qual venho aprendendo muito.

Sou um amador ao querer transformar o álcool em uma política pública, muito embora seja profissional de álcool e outras drogas. Realmente, para mim, foi um privilégio ter estado aqui, neste tipo de debate.

Tentando responder às suas indagações, gostaria de salientar que existe um volume de informações sobre álcool muito grande. A Organização Mundial de Saúde tem pelo menos três livros ao longo dos últimos vinte e cinco anos sobre qual é o consenso de políticas públicas em relação ao álcool.

Uma coisa que não existe é falta de políticas públicas que deram certo nos mais diferentes países. Como falei no começo, não estamos propondo nessas medidas nenhuma aventura ou algo que só acontece aqui no Brasil. As pessoas dizem que, se alguma coisa acontece no Brasil e não é jabuticaba, temos que desconfiar.

O que está sendo proposto aqui são coisas que deram certo em outros países. Assim, poderia trazer da próxima vez ou enviar um dos documentos que deixei sobre o consenso de políticas públicas em relação ao álcool. Fundamentalmente, é um resumo do que a própria Organização Mundial de Saúde tem recomendando.

Entendo que vocês não têm obrigação algumas, como técnicos da comunicação, de ter acesso a essa informação, por isso comprometo-me a divulgar de uma forma melhor.

Gostaria também de estimular o Conselho de Comunicação Social a continuar este debate. Na medida em que o problema do álcool ficar somente entre os profissionais de saúde, perdemos. A grande vantagem do cigarro foi se transformar num problema maior, afeto a toda a sociedade. E é isso que esperamos, porque a nossa campanha vai ser vencedora se transformarmos o álcool não só em problema de saúde, embora seja psiquiátrico, mas fazer com que outros setores, como a comunicação social e a economia, possam se interessar, considerando esse como um problema de primeira monta.

Espero voltar em outra oportunidade, agradeço a todas as perguntas de coração e que o nosso debate tenha pelo menos contribuído para melhorar o nível de conhecimento desta questão. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Se quiser continuar nos dando a honra, Professor, fique à vontade, mas, se tiver problema de avião, está liberado.

Como é a última sessão, não vou sair daqui com gesto que não seja democrático.

Conselheiro Ghedini, qual é a sua proposta? É tão longa assim? O Conselho o espera ansiosamente.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – O Conselho de Comunicação Social, na última reunião de sua primeira composição, após ouvir o Dr. Ronaldo Laranjeira, considera importante que o Congresso Nacional vote uma legislação restritiva à publicidade de bebidas alcoólicas e sugere à sua próxima composição um estudo mais aprofundado sobre a melhor legislação a ser aprovada.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Está aberta a palavra a quem quiser se manifestar sobre a moção. O meu último gesto aqui não vai ser antidemocrático.

A SRA. ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) - Queria me pronunciar então.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Alertar aos Srs. Conselheiros que vou dar a voz a cada um.

É a nossa última manifestação neste Conselho, são quase 5 horas da tarde. Faria um apelo para que não consumíssemos muito tempo nisso.

A SRA. ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) - Queria dizer que apóio a proposta do Conselheiro Ghedini, pois se trata de um assunto que se tornou relevante, hoje, no Conselho. Não podemos fazer de conta que não ouvimos o que ouvimos hoje. A televisão registrou e vai passar em duas sessões. É um assunto da maior importância; este Conselho não pode se omitir. Portanto, os Conselheiros que estão saindo, que não são todos, estão fazendo um apelo, por meio dessa moção, para que o assunto seja tratado com a devida atenção, porque afeta milhares de brasileiros.

Sugiro também que o Presidente, no seu último minuto como tal, solicite à TV Senado que faça um amplo debate sobre o assunto com os especialistas, que sugera aos representante da TV Globo que, além das situações de novela, também abram aquela emissora para um debate sério, com pessoas especializadas no assunto.

Ele está aqui, hoje, falou em nome dessa participação da tevê. A tevê aberta deve discutir mais o assunto.

Quanto à estatística de não-fumante depois da campanha, na minha casa tenho 50%, porque eram quatro pessoas, duas fumantes e duas não-fumantes; duas fumantes deixaram de fumar quando se iniciou essa campanha. Então pode registrar que, estatisticamente, no meu caso, são 50% de adesão.

Espero que rapidamente votemos essa proposta do Ghedini, de nos debruçarmos e estudarmos, o que é uma obrigação nossa depois do que vi hoje.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Pergunto ao Conselheiro Ghedini se poderíamos fusionar a sua proposição.

O Conselho de Comunicação Social, na última reunião de sua primeira composição, após ouvir o Dr. Ronaldo Laranjeira, considera importante que a sua próxima composição aprofunde o tema, no sentido de votar uma legislação restritiva à publicidade de bebidas alcoólicas.

É meio contraditório dizer “eu quero” e, depois, “estude” qual é a melhor. Talvez fosse melhor deixar

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Com a sua redação é melhor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Conselheiro Fernando Bittencourt.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social) – O que foi debatido hoje, no meu entender – sou leigo no assunto; foi a primeira vez que participei dessa discussão, e imagino que a maioria aqui seja leiga também —, não nos supriu de informações suficientes para tomar uma decisão como essa. O assunto do álcool me parece muito grave no País – e é —, mas que caminho deverá ser tomado?

O próprio Presidente, no final do seu comentário, fez uma observação muito interessante: em Nova York, apenas cumprindo a lei com penalidades fortes, resolveu-se o problema sem nenhuma restrição.

Então a solução pode não passar por restrição, mas simplesmente pelo cumprimento da lei.

Sou contrário a qualquer tipo de votação em relação a esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – A moção do companheiro Ghedini é no sentido de recomendar e sugerir ao próximo Conselho que aprofunde os estudos visando uma legislação que seja...

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social) – Sim, mas a observação de restrição induz a algo, e não sei se será por aí. No exemplo que o senhor citou, de Nova York, não existe restrição e resolveu-se o problema. A palavra “restrição” já induz a um caminho que não conhecemos. Pode ser que seja este o caminho, mas tenho dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Companheiro Ghedini, em vez de restrição, que corresponda aos verdadeiros interesses do povo brasileiro.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Já não concordo, Sr. Presidente, porque o senhor retira a natureza da minha proposta.

Basta dizer se é a favor ou contra a moção; é simples.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – São duas moções com a mesma redação; uma já antecipa o caráter restritivo e a outra é mais prudente, ao enfatizar o estudo do assunto. A moção será feita, é comum no sentido de recomendar que o tema seja estudado na próxima composição, mas, segundo a proposta do Ghedini, haverá ênfase ao caráter restritivo; na proposta do Fernando Bittencourt, paráramos antes disso.

Está bem explicado?

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Presidente, já que o senhor defendeu, dizendo que a outra é mais prudente, eu diria que é mais prudente dirigir sem beber, por exemplo. Então retire, por favor, o caráter de prudência, porque considero mais prudente restringir imediatamente. Então ficaremos de acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Então, para simplificar, uma inclui a idéia de restrição; outra sem incluir a idéia de restrição.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Sr. Presidente, mas essa não é a sua redação. A sua proposição, com a qual eu estava de acordo, não é essa.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Qual é a proposição de V. S^a na busca desse consenso pelo qual estamos esperando?

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Creio que a sua redação, Presidente, atenderia a todos. Para evitar o problema apontado pelo Conselheiro Fernando Bittencourt, sugeriria que se colocasse a restrição ética.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Seria a terceira proposta, com a qual não concordo, Paulito. Concordo com a redação anterior do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – De qualquer forma, é apenas uma moção para o próximo Conselho. Porei em votação a moção que sugere que haja um estudo mais detalhado no sentido de votar uma legislação restritiva que consulte os interesses do povo brasileiro, algo assim.

Vou colocar em votação. Só iremos às alternativas se essa não tiver maioria para passar essa matéria aqui.

Os estiverem de acordo manifestem-se levantando o braço. (Pausa)

Quatro votos.

Os que estiverem a favor da proposta do Ghedini... A moção do Ghedini dá ênfase ao caráter restritivo. Aliás, que o próximo Conselho aceite ou não.

Quem estiver a favor levante o braço. (Pausa)

Quatro.

Quem não estiver a favor levante o braço. (Pausa)

Dois.

Aprovada por maioria.

Esta foi a última votação que fizemos e, como é a última reunião do Conselho, pediria ao Conselheiro Ricardo Moretzsohn que me desse a honra de se sentar ao meu lado nesta última reunião. Darei a palavra a cada um dos Conselheiros que quiser se manifestar para fazer uma avaliação. Pedi ao Conselheiro Moretzsohn, porque o Conselheiro Daniel Herz solicita que seja lida entre nós uma manifestação sua.

O Conselheiro Moretzsohn começa e você acaba. Vamos dividir salomonicamente.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Desculpe, Sr. Presidente, se o Conselheiro Moretzsohn ler a despedida do Daniel, ficarei livre para fazer a minha própria. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Pedi ao Conselheiro Moretzsohn que fizesse a leitura não por acaso, porque quero dar o testemunho de que em todas as suas participações no Conselho foi sempre movido pelo espírito público e grandeza, o que honra o Conselho ter tido como membro Ricardo Moretzsohn, por isso penso que está legitimado para ler as palavras do nosso Conselheiro Daniel Herz.

O SR. RICARDO MORETZSOHN (Representante da sociedade civil) – Obrigado.

“Aos colegas do Conselho de Comunicação Social.

Impossibilitado de comparecer a essa primeira reunião do ano de 2005, possivelmente a última dessa gestão inicial do Conselho de Comunicação Social, gostaria de manifestar a grande honra que foi conviver como Conselheiro deste órgão do Congresso Nacional, com admirável conjunto de representantes dos mais diversos setores empresariais, profissionais e da sociedade civil em geral.

Creio que os representantes dos setores profissionais e da sociedade civil em geral cumpriram o maduro papel de busca de diálogo e de base de consenso, tendo como critério a afirmação do interesse público para todos os problemas da área da comunicação tratados no Conselho de Comunicação Social.

Aproveito também esta oportunidade para manifestar a compreensão de que o empresariado de comunicação parece ainda não ter percebido todo o potencial que tem o Conselho de Comunicação Social para a solução dos problemas do setor no País, como fonte de expressão de demandas legitimadas publicamente.

Talvez seja esse hoje o maior problema para aprofundar a experiência do Conselho de Comunicação Social. O compartilhamento de responsabilidades públicas entre o Estado, o setor privado e a sociedade civil continua sendo o grande objetivo do Conselho de Comunicação Social. De qualquer modo, reconheço que os indivíduos que representaram os setores empresariais sempre primaram, quase sem exceção, por um comportamento que favoreceu o diálogo e o convívio pessoal.

Manifesto, finalmente, o reconhecimento muito especial à contribuição do nosso Presidente, José Paulo Cavalcanti, com o decisivo papel desempenhado nessa fase inicial do CCS, tendo sempre privilegiado a afirmação do interesse público em todas as questões abordadas pelo CCS e na sua própria organização nesse processo de instalação e consolidação que ainda está em curso. Ao Presidente José Paulo, portanto, o nosso reconhecimento.

Aos integrantes do CCS que não permanecerão nossa cordial despedida, agradecendo pelo papel que desempenharam. Aos membros do CCS que permanecerão na próxima gestão, desde já, os votos de sucesso.

Creio que o processo de consolidação do papel do CCS é, sobretudo, um processo cultural de amadurecimento da sociedade, que está apenas nos seus primórdios e que ainda tem muito a exigir das instituições atuantes em relação à comunicação social e de

todos aqueles que cumprem um papel de representação dessas instituições, no CCS ou fora dele.

O CCS ainda fica a dever avanços na relação com o Congresso Nacional, muito especialmente com a Câmara dos Deputados. Devemos uma demonstração ainda maior e mais cabal ao Congresso Nacional de que, sem competir com o insubstituível e incontestável papel de representação que cabe ao Parlamento Federal, o CCS em muito pode contribuir para a solução de problemas específicos da área de comunicação social, o que se conseguirá na medida em que continuarmos buscando formular respostas politicamente criativas ou economicamente conseqüentes que sejam capazes de gerar base de consenso na sociedade, superando particularismos das demandas específicas de cada um dos diversos setores interessados, de modo a privilegiar o interesse público.

Muito obrigado por tudo.

Foi um privilégio conviver com cada um de vocês.

Abraço,
Daniel Herz.”

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Peço ao Conselheiro Ricardo que agora use a palavra em seu nome próprio e inicie a despedida deste Conselho.

O SR. RICARDO MORETZSOHN (Representante da sociedade civil) – Prezado José Paulo, colegas e companheiros do Conselho de Comunicação Social, tive a oportunidade de me preparar para a minha despedida deste órgão, nunca uma despedida do que me moveu em direção à discussão de comunicação social no País. Por diversas vezes, tive oportunidade de dizer isso.

Sou um psicólogo, um clínico. A questão da comunicação social atravessou minha vida de uma forma um tanto singular e me laçou. Dentro da entidade pela qual fui indicado, a qual presidi até dezembro passado, o Conselho Federal de Psicologia, fizemos com que a Psicologia brasileira também discutisse a comunicação social no Brasil. Esse é um ponto novo na agenda da Psicologia brasileira. E um ponto muito recente. Sinto-me muito gratificado e muito honrado por ser um dos atores que conseguiram introduzir essa questão.

Em relação ao Conselho de Comunicação Social, eu queria agradecer a todos a possibilidade que me propiciaram para que eu pudesse aprender, debater e argumentar em um clima que considero bastante positivo, democrático e de responsabilidade, Sr. Presidente – e vou me permitir ao concluir, prezado amigo José Paulo –, conduzido prioritariamente por V. S^a.

Nessa nova composição do Conselho, uma das perdas que eu vejo é a sua presença, mesmo sabendo

que você já havia adiantado que não se candidataria novamente. Ou seja, a sua ausência será devida única e exclusivamente a sua vontade e desejo, e não a algo de qualquer outra ordem.

Eu gostaria de agradecer e dizer que, a despeito de algumas manifestações de outra ordem, de que este Conselho não funcione a contento, de não ser algo que deveria ser, penso que faço parte do campo de discussão ideológica – e posicionei-me claramente dentro de um campo ideológico.

Os companheiros deverão continuar aqui. Penso que este é o único espaço público em que há essa discussão, essa proficiência nessas questões.

Muito obrigado a cada um de vocês, especialmente ao meu caro José Paulo Cavalcanti. Nós nos vemos pelas esquinas da vida.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço ao Conselheiro Ricardo Moretzsohn e passo a palavra ao Conselheiro Antônio Teles.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO (Representante da sociedade civil) – Sr. Presidente, sinto-me muito honrado em ter tido o privilégio especial de participar deste Conselho de Comunicação Social e, sobretudo, de, durante este período, trabalhar na companhia de V. S^a dos companheiros que aqui estão e de outros, não presentes, mas que me deram grande honra por compartilhar a discussão de idéias, princípios e de situações.

Muito obrigado a todos.

O Conselho de Comunicação Social teve um desempenho formidável neste período de trabalho, entretanto a Câmara e o Senado ainda não estão suficientemente convencidos da importância que este Conselho tem. As respostas dos órgãos, comissões e até dos órgãos executivos da Câmara e do Senado, com relação aos temas que debatemos aqui e às sugestões encaminhadas e apresentadas, não foram suficientemente rápidas e eficientes.

Apenas o fato de o Conselho ter demorado mais de dez anos, parece-me, para ser instalado talvez demonstre que a Câmara e o Senado ainda não têm o apreço que deveriam ter por este Conselho.

Espero que esse trabalho de consolidação que V. S^a realizou para implantar o Conselho, nesta primeira etapa, seja suficiente para que o próximo Conselho obtenha um pouco mais de poder e capacidade de influenciar aqui dentro, na Casa. Mas também o Executivo tem menos ainda apreço por este Conselho.

Não me lembro de os Poderes Executivos, na área de comunicação social, terem a preocupação de se debruçar sobre as sugestões e advertências feitas por este Conselho com grande seriedade. Basta ver,

por exemplo, um episódio que considero da maior significação: a questão da fusão da Sky e da DirecTV, no DTH, ou a venda da Net para a Telmex, fazendo com que a maior empresa brasileira de cabo, hoje, detenha apenas 6% da posição acionária. Não houve, por parte da Anatel, do Ministério das Comunicações ou de qualquer outro órgão da administração do Executivo brasileiro, importância, nem mesmo por parte do Cade. Vamos assistir à consumação dos propósitos que alimentaram essa posição. A coisa vai funcionar como fato consumado.

Não vejo, apesar das advertências e da demonstração de preocupação deste Conselho, qualquer atitude do Executivo para conter esse ato de fusão que ofende a soberania nacional de uma maneira absoluta, sem que nenhuma providência tenha sido tomada.

A comunicação social no Brasil, como em qualquer parte do mundo, é um setor da vida nacional da maior importância, é fundamental. Precisamos, também, refletir sobre a responsabilidade da comunicação social. Não deve estar sobre os ombros da comunicação social a responsabilidade por todos os desacertos ou por toda a mobilização positiva da sociedade. Esse dever está na mão da arte política, da atividade política. Essa, sim, é que deve ser responsável pela mobilização positiva da sociedade e quando desacertos acontecem. É fundamental que não se eleja um bode expiatório para todos os desacertos que acontecem na comunicação.

Em resumo, era esse o conjunto de reflexões que me aparecem no momento em que este primeiro Conselho se despede. Agradeço, profundamente emocionado, aos meus companheiros, volto a dizer, pelo privilégio de ter compartilhado com V. S^{as} muitos momentos neste trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço as últimas palavras do companheiro Antônio Teles nesta reunião.

Conselheira Assumpção Hernandez, por favor.

A SRA. ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Despeço-me hoje com uma sensação, digamos, de plenitude, de ter aproveitado excepcionalmente tudo o que este conjunto de pessoas, tudo o que este grupo me possibilitou.

Durante anos acompanhei a tentativa de criação do Conselho. Nunca imaginei que, quando acontecesse, poderia ser a presidente de uma entidade nacional de cinema, que poderia estar trabalhando junto à sociedade civil e junto a esta Casa legislativa, durante três anos, o que me levou a ser indicada para fazer parte

do Conselho. Foi uma grande surpresa que a vida me preparou e que me deu muita alegria. Foi especial a sensação de ter participado das duas primárias gestões deste Conselho. Daqui volto para de onde vim, para a minha atuação direta na sociedade civil com outras forças que complementam o trabalho do segmento legislativo e, inclusive, do próprio Executivo.

Não poderia sair deste Conselho sem mencionar uma omissão que a formação deste Conselho tem e que deve ser corrigida: os demais segmentos têm um representante do empresariado, exceto o cinema. Temos um representante técnico, um representante dos trabalhadores e dos artistas, ou seja, de toda a atividade cênica. Então o empresariado do cinema está fora, inexplicavelmente ou talvez, quem sabe, até com alguma explicação.

Reivindico que o próximo Conselho pense por que não agregar o representante do empresariado de cinema, que, hoje, é uma das atividades crescentes, com grande aceitação e respeito da sociedade civil. Não pode ficar de fora, porque estaria desbalanceada a representação nesse conjunto.

Continuo acompanhando religiosamente as reuniões daqui, porque iluminarão e indicarão o que devo fazer lá fora, como um agente da atividade, como a representante da sociedade civil nestes três anos.

Também não poderia sair deste Conselho sem deixar registrada a necessidade premente de se trabalhar em cima da questão da propriedade cruzada das empresas de mídia e da concentração da gestão da mídia, que são os grandes obstáculos para que se chegue realmente a uma verdadeira democracia. Esse é um setor pesado; não há governo até hoje que se tenha mostrado com vontade, com força e capacidade de enfrentar, mas penso que este Conselho não pode fazer de conta que não vê os percalços com que as ações e as atividades da sociedade brasileira se defrontam, deixando de avançar, em função do monopólio das comunicações. E quase que uma voz uníssona, formando o opiniário brasileiro.

Gostaria de dizer que foi um prazer imenso! Levo uma imagem extremamente forte dessa atuação, mas também gostaria de dizer que a minha experiência aqui mostra que apenas uma sociedade forte e organizada, a sociedade civil, vai conseguir caminhar por caminhos que, já vimos, todos desejaríamos. É a jornada dupla, jornada tripla do cidadão brasileiro. Se não se envolver, se não trabalhar, se não cobrar, nossos órgãos institucionais não vão atender à mínima necessidade que a sociedade tem demonstrado.

Deixo aqui um grande abraço aos meus cumprimentos, ao tão grato Presidente, com quem foi tão bom brigar nestes três anos, porque é de uma posição, tem

um conceito de democracia tão forte que nos estimula a brigar com ele e a confrontar. Isso é muito bom! Não nos deixa intimidados e, de vez em quando, pegamos até extrapolando um pouco. Tudo bem explicável, porque viemos da sociedade civil, lá de fora, sem experiência protocolar alguma.

Foi também uma boa convivência, porque hoje posso dizer que considero o nosso Presidente um grande amigo.

Obrigada a todos! Encontrar-nos-emos por aí!

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Findas as palavras da amiga e Conselheira Assumpção Hernandes, passo a palavra ao Conselheiro Chico Pereira.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Gostaria de agradecer principalmente àqueles que, no dia-a-dia da sociedade civil, estiveram mais atentos ao acompanhar o nosso cotidiano do Conselho de Comunicação Social. E também de pedir desculpas aos companheiros Conselheiros caso, em algum momento, tenha havido algum desencontro, além de saudar o nosso Presidente!

Interessante aqui é o seguinte: hoje mesmo, andando pela Câmara, encontrei uma pequena grande obra num canto lá. O que é isso? É o novo gabinete do ex-Presidente João Paulo Cunha, que está deixando a Presidência. É um gabinete um pouco maior. Perguntei: por que isso? Não é porque os ex-Presidentes estão em gabinetes diferenciados. Então, eu espero que o meu Presidente, João Cavalcanti, também tenha um gabinete diferenciado lá no Pernambuco dele, pelo conjunto da sociedade, como nós, para quem procuramos contribuir.

Às vezes, falamos muito da sociedade: que a sociedade é atingida, que a sociedade é aquilo, e às vezes ela leva a bola nas costas, nem está aí. Se não fossem os guardiões dessa sociedade que advêm dela própria, ela levaria a bola nas costas e nem perceberia. Tem gente que nem se apercebe, por exemplo, quando nós estamos aqui preocupados com a questão da propaganda do álcool ou quaisquer outros assuntos. Mas nós estamos falando da sociedade.

Eu me lembro que, quando ainda jovem – e eu estou com 54 anos –, alguns anos atrás, aqui em Brasília... Eu sou lá de Teresina, do Piauí, mas cheguei em Brasília no dia 3 de março de 1963, formei-me em jornalismo, tornei-me radialista e estou aqui, nessa luta.

Pois bem! Em determinado momento, nós ficávamos em tal ano da História ... E eu estou na luta política desde os meus 14 anos, estou com 54. Entregávamos papéis, dizendo de uma tal de anistia, e o povo nem sabia que diabo estávamos fazendo com essa tal de

anistia. Depois nós fomos para ruas, para distribuir um papel pela volta dos anistiados.

Também ninguém sabia. Então, quer dizer, às vezes contribuímos com um conjunto do que seja a luta em defesa da sociedade e boa parte dela, infelizmente, não acompanha.

Pois bem! Nós, do Conselho de Comunicação, demos a nossa contribuição nesse primeiro mandato. Certamente, os que estão saindo já ficam esquecidos, é bola que passou e pronto. E não têm direito a gabinete especial, aliás, a nenhum gabinete, o que é mais grave.

Então, eu quero, ao tempo em que estou saindo, desejar boa sorte aos companheiros que permanecem, como Paulo Machado, Fernando Bittencourt, esse companheiro que contribuiu conosco, o Daniel, a Berenice, o Geraldo Pereira dos Santos, o nosso Teles, que também continua como suplente, e desejar aos companheiros que estão substituindo a mim, que estive aqui representando os radialistas do Brasil, e ao Orlando Guilhon, como o meu suplente, um carioca vendo o mar, vendo a vida colorida, e eu aqui vendo a vida em preto e branco, porque Brasília é pauleira ... Quem mora na beira-mar, quem mora em Recife, como o Cavalcanti, de vez em quando, do alto das suas preocupações, liga para nós e diz: “Estou aqui em Recife”, e tal. E você imagina a visão que ele está tendo, e eu aqui olhando para a Esplanada.

Então é isso. Até entre as flores existe diferença, de sorte umas enfeitam a vida e as outras enfeitam a morte.

Quero saudar Eurípedes Correia, que é o goiano que vem me substituir, e o Márcio Leal, que vem do Rio de Janeiro. O Orlando Guilhon era do Rio de Janeiro e Márcio Leal também é do Rio de Janeiro.

Um grande abraço a todos. Creio que dei o máximo de mim, até porque o Conselho, depois de 11 anos de luta... Espero que o Conselho continue vivo.

Não está ainda “aquela Brastemp”, mas pelo menos já é uma “Cônsul”.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço ao Conselheiro Francisco Pereira da Silva e digo-lhe duas coisas: primeiro, que S. S^a é inesquecível. Quem conhece Chico sabe que vai continuar amigo dele pelo resto da vida. E, segundo, neste ato e na melhor forma de direito, transfiro ao Conselheiro Francisco Pereira da Silva toda e qualquer vantagem física ou econômica que para mim decorra de ser ex-Presidente do Conselho, dato e assino. Incluindo o gabinete, cargos à vontade, indicações de estatais no exterior, tudo que

se tem direito fica transferido graciosamente para o companheiro Francisco Pereira da Silva.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Isso está parecendo a brincadeira do Judas, todo aquele testamento.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – O pior não é isso, é que o telespectador vai acreditar que existe isso mesmo. Ele não sabe que, para vir, o privilégio que tenho é de chegar ao aeroporto, pagar o táxi do meu bolso, vir para cá, pagar o almoço do meu bolso, ainda voltar, e perco um dia.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – E o senhor ainda teve melhor sorte, porque almoça. E nós, que comemos bolinho? É duro.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Almoço pagando do meu bolso, Sr. Francisco Pereira da Silva.

Concedo a palavra ao Conselheiro Frederico Barbosa Ghedini.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Sr. Presidente e demais Conselheiros, telespectadores da TV Senado, falo aqui na condição de um modesto suplente – suplente do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz, o que muito me honra. Também é importante que eu manifeste neste momento algumas preocupações, o que prometo fazer de forma breve.

Em primeiro lugar, o Conselho, como lembrou o colega Francisco Pereira da Silva, existiu graças a uma luta que durou onze anos e se instalou porque se estava votando a Lei do Capital Estrangeiro. Naquele momento tivemos uma discussão, um debate com alguns Parlamentares, particularmente do Partido dos Trabalhadores – lembro que o Senador Eduardo Suplicy estava entre eles –, e conseguimos, então, na votação da Lei do Capital Estrangeiro, impor a existência do Conselho. Não foi fácil. Esse simples fato mostra a dificuldade que é a própria existência deste Conselho.

O Presidente José Paulo Cavalcanti Filho, em dado momento, perguntava-me, preocupado, o que seremos, enfim. E uma preocupação que faz todo sentido, porque vejam bem: numa Casa onde a maioria dos Parlamentares ou tem interesse direto ou tem vida pública em grande parte graças a relacionamentos com radiodifusores, um órgão que discutirá justamente os problemas, entre outros, dos radiodifusores não há de ser um órgão bem-vindo.

Essa questão básica, essencial, da natureza, da nascerça, permeia os problemas que encontramos aqui o tempo todo. Não é pelo brilhantismo maior ou

menor das pessoas que aqui estão que nosso trabalho deixa de ter repercussão; é porque realmente há um interesse difuso, bem disseminado, o que torna a nossa existência – corporativamente falando – algo um tanto mambembe.

Apesar de tudo isso, o Presidente José Paulo Cavalcanti Filho se empenhou bastante e creio que conseguimos bons trabalhos, boas vitórias no sentido de tornar público esse debate. Esse é o principal feito deste Conselho e isso deve continuar daqui para frente, com novas composições. Os desafios para aqueles que ficam continuam.

Eu queria sugerir também, Presidente José Paulo Cavalcanti Filho, para os próximos Presidentes, que nos mantivessem, aos antigos Conselheiros – daqui a pouco seremos ex-Conselheiros –, dentro do *mailing* para continuarmos recebendo os *e-mails* e as informações das próximas sessões. E uma sugestão que deixo. Creio que isso não vai encarecer de forma alguma as comunicações, mas considero importante porque, na verdade, esta-se tentando formar uma nova cultura do debate sobre a comunicação no País.

O Daniel faz até alguma referência: se nós formos capazes, nessas próximas composições, de buscar algum nível de compromisso entre aquelas partes que vivem em conflito permanente, muitas vezes os empregados, os trabalhadores, as empresas e a assim chamada sociedade civil, se nós conseguirmos criar um campo onde se faça algum tipo de luz no sentido de se buscarem soluções, mesmo que não sejam as soluções que satisfaçam amplamente a uma dessas partes, talvez este Conselho possa ter um papel na história daqui para frente.

Lembro-me muito da Lei de TV a Cabo, por exemplo, que foi um trabalho que teve muito essa busca do Daniel Hertz, dentro de toda a dificuldade que é compatibilizar esses interesses, criar alguma coisa que permita, por exemplo, ter hoje o canal comunitário, o canal universitário, o canal legislativo; isso tudo é fruto dessa luta. Se não fosse ela, teríamos talvez as mesmas tevês a cabo hoje com produção sem nenhum tipo de limitação e sem esses canais comunitários, legislativo, judiciário. Então esse trabalho mostra bem o sentido.

Evidentemente tem limitações muito sérias, muito graves, o que este Conselho pode fazer, até mesmo materiais, no sentido de ter um corpo de especialistas com a possibilidade de municiar os Conselheiros com estudos – esse trabalho tem que ser feito pelos próprios Conselheiros. Então, se não é uma pessoa como Daniel Hertz e alguns outros colegas que têm essa dedicação, esse tempo, essa possibilidade, fica

muito difícil a nossa contribuição efetiva sobre temas que são tão complexos.

Queria dizer também do meu entendimento. Nós vivemos num País onde o monopólio nessa questão da comunicação é esmagador. Na verdade, nós vemos uma rede de tevê ter mais da metade da publicidade geral do País e uma parcela assustadora no próprio segmento onde ela atua, o que tem um aspecto interessante, vamos dizer assim, porque gera uma certa qualidade na produção dessa rede, mas eu diria que o custo é muito, infinitamente maior a essa resultante, o custo para o restante dos produtores, para o restante do País, para a nossa cultura em geral. Eu diria que esse custo certamente não paga a pena; é preciso mudar substancialmente essa relação. Até mesmo no meio empresarial ela é inviável do ponto de vista de se criar uma cultura de radiodifusão, uma cultura de disseminação do conhecimento, de acesso; enfim, isso que existe no Brasil é uma distorção. Temos lutado contra ela, mas nossas armas ainda não têm grande poder sobre isso. É preciso que o Executivo e o Legislativo se dêem conta e adotem também esse ponto de vista, o que não tem acontecido. Na verdade, as limitações, nós já apontamos algumas aqui.

O Conselheiro Antônio Teles falou de uma questão pontual, a questão do monopólio que se avizinha na tevê via satélite. Não é ainda o nosso problema, efetivamente, é esse ao qual acabei de me referir, mas certamente será o nosso problema no futuro, e estamos vendo acontecer aqui, impotentes.

O Conselheiro Paulito e outros falam da questão das telecomunicações e da falta de limitações legais para que a empresa de telecomunicações venha a ser no futuro uma empresa radiodifusora. Então, Presidente, são questões tão complexas e de tal profundidade que ou bem este Conselho passa a ter um grupo de suporte técnico, alguma coisa que possa fazer com que esse trabalho de fato, se não pela sensibilização de um grande número de parlamentares, mas talvez pela qualidade, pelo resultado final, possa ter uma influência, já que ele é divulgado nacionalmente, ou o Conselho não vai resultar bem. E o que vai existir no final é aquele temor que manifestava o Carlos Chagas e o Denis sobre se este Conselho tem alguma função ou finalidade para o nosso País. Ele deve ter, mas é preciso que haja um investimento específico, para que tenha os meios técnicos para gerar um produto que consiga de fato enfrentar a problemática sobre a qual está se debruçando.

Esse é o grande desafio, o grande problema para as próximas composições. Aqui há vários colegas Conselheiros que vão permanecer. Só posso desejar-lhes boa sorte para os próximos desafios e que contem co-

nosco naquilo que pudermos colaborar no sindicato, na Fenarj, na Federação, no Fórum pela Democratização da Comunicação, enfim, em todas aquelas possibilidades que temos de atuação.

Desejo a todos que, nas suas próximas atividades, sejam melhor sucedidos do que fomos aqui, que tenham mais apoio, porque tivemos aqui mais condições de levar a frente pelo valor dos que aqui estiveram. Por isso conseguimos algum resultado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço ao Conselheiro Frederico Ghedini, que deu, em todas as suas participações, provas indiscutíveis de espírito público e de preocupação com a democracia. Foi uma honra tê-lo como companheiro, como amigo.

Passo a palavra ao Conselheiro Geraldo Pereira.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Obrigado, Presidente. Para nós foi e está sendo uma experiência profunda, enriquecedora, a participação junto a este Conselho. Por acaso e surpreendentemente, vamos continuar na próxima gestão, junto com outros companheiros. Esperamos poder contribuir mais para o todo, para as questões maiores, mais importantes, e não particulares e corporativas, no sentido de contribuir com o objetivo maior deste Conselho, que é termos uma comunicação democrática, eficiente e melhor no nosso País.

É impossível fazer qualquer avaliação, Presidente, desse primeiro mandato, e vamos repetir o nome do companheiro Daniel Herz, a lembrança do Daniel Herz, de quem acabamos de ouvir o texto lido pelo companheiro Ricardo, que nos toca e nos ilumina mais uma vez. E de outras pessoas. Sinto falta – infelizmente não está aqui, nesta última sessão – de Regina Festa, Berenice, Guilhon, Dines, Chagas, do recém-Prefeito eleito de Porto Alegre, Fogaça, que, numa avaliação como esta, e o próprio Guilhon, chegou a falar numa agência, num conselho ampliado. Até procedem aquelas avaliações, não exatamente como foram feitas. O Conselho, de fato, precisa ter estruturação e condições estratégicas para trabalhar melhor. Isso não é culpa nossa, não é do senhor, na condição de Presidente, pelo contrário. Os colaboradores do Conselho, D. Márcia, o Paulo, agora o Marcos, todas as colegas dão o máximo que podem. Evidentemente, não é culpa deles e de ninguém que uma ou outra coisa não possa ser desenvolvida por nós, mas de um conjunto de fatores que de fato necessitam ser aplicados.

E, nesse sentido, vamos tentar reapresentar para o novo Conselho o que a Regina Festa e eu tentamos elaborar, mas que, por razões diversas, não logrou êxito naquele momento. São idéias e propostas para

que o Conselho tenha, minimamente, estrutura e condições para fazer frente às demandas que estão acumuladas para nós.

Olhando o passado, desde junho de 2002 até hoje, vejo muito mais pontos positivos do que negativos na atuação do Conselho. Tivemos aqui, e, com toda certeza, estão nos anais dos nossos registros, momentos históricos, neste Pleno. São momentos de grande riqueza, de participação e de espírito público. Alguns momentos de acirramento de tensão normal que só vieram a contribuir para o crescimento dessa discussão e tivemos momentos de descontração e de contribuição que vieram a contribuir para este País, em relação à comunicação.

Alguns, infelizmente, não participaram de nenhuma reunião, por razões quaisquer, mas todos que puderam contribuir um pouquinho com o seu tempo para este Conselho estão de parabéns, pois fizeram o que foi possível, dentro das suas limitações, diante desse complexo problema que é transversal a uma série de outras questões da nossa vida. Acabamos de ouvir hoje um relato sobre a questão do álcool na nossa vida, que passa pela publicidade, pela comunicação, e pela mídia. Então, esse tema comunicação é transversal e inevitável a vários outros pontos da nossa vida, em relação ao nosso cotidiano, como educação, informação, formação. Tudo tem envolvimento da mídia, da comunicação social eletrônica de massas.

Fico feliz por ter participado, de forma humilde, nos meus limites, desse processo. Vou sentir saudade da presença e da participação da Regina, do Chico, e de alguns, do próprio Fred, que não vai continuar, mas vai contribuir como puder. E vamos conhecer os nossos novos colaboradores e Conselheiros no dia 2 de março, quando será a posse.

Esperamos que o que foi dito aqui, como o Daniel e outros Conselheiros falaram da relação do Congresso com o Conselho, tenha uma evolução, uma maturação de relação, com o crescimento participativo, sem jamais invadir espaços ou tirar atribuições que são dos Parlamentares, mas como contribuição efetiva do Conselho para essa questão da comunicação em nosso País. Era isso que eu tinha para dizer.

Para encerrar, agradeço a sua condução como Presidente, com todos os problemas que tivemos, em reuniões ou fora delas, de toda ordem, pois consegui, de forma hábil e dentro dos seus critérios e da sua postura, levar essa primeira gestão, dando um primeiro passo importantíssimo para que as próximas gestões cumpram e dêem conta das nossas responsabilidades enquanto Conselheiros.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) - Agradeço ao Conselheiro Geraldo Pereira.

Passo a palavra ao Conselheiro Fernando Bittencourt.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social) – Sr. Presidente, caros Conselheiros, para mim foi uma experiência única ter participado, nesses dois anos, quase dois anos e meio, deste Conselho, composto de diferentes entidades e cabeças. Penso que a riqueza deste Conselho está exatamente na disparidade das cabeças e das entidades que participam dele. E, todas as vezes que tivemos uma participação aqui e que, ao final, foi unânime, fiquei preocupado. O interessante deste Conselho é exatamente a diversidade de opiniões. Eu diria que é uma oportunidade única para o Congresso nos utilizar como essa riqueza de diferentes opiniões, diferentes aspectos abordados em cada discussão aqui. Creio que não existe, em nenhuma outra utilidade do Governo, um **fórum** como este, tão rico e competente como este.

Concordo com alguns que observaram anteriormente que nós estamos ainda mal utilizados, mas continuo acreditando que não temos de levar uma solução pronta para o Congresso. Nós devemos levar o debate para o Congresso do modo como tem sido aqui, quer dizer, levar todas as opiniões e deixar o Congresso evoluir com base naquilo que nós discutimos. É difícil querer, com a diversidade de cabeças que compõem este Conselho, chegar a conclusões únicas e unâni- mes. E quando chegamos, passa-me na cabeça que a discussão não foi bem feita.

Concordo que o Conselho é muito rico e díspar e deve, sim, levar vários tipos de pontos de vista para o Congresso com relação aos temas que são trazidos para cá. Nesse período em que eu participei, tentei sempre dar um cunho de conhecimento de tecnologia, porque estou aqui representando a Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão. A minha idéia sempre foi jogar uma luz tecnológica nesse cenário que está em mutação permanente, pois a tecnologia tem um fator fundamental no futuro de todas as mídias.

Para terminar, agradeço ao nosso Presidente e digo da satisfação de ter trabalhado neste Conselho com a sua Presidência, sempre hábil, tão democrática e com tanta benevolência, aceitando toda a discussão e dirigindo-a de uma maneira muito hábil.

Muito obrigado, Sr. Presidente, por tudo o que V. S^a fez nesses dois anos e meio. Obrigado aos colegas Conselheiros.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço ao

Conselheiro Fernando Bittencourt e passo a palavra ao Conselheiro Paulo Machado de Carvalho Neto.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, sendo o último a falar, vou procurar ser bastante breve.

Queria agradecer a oportunidade do convívio com todos os companheiros; com aqueles que deixarão de estar conosco, mas que certamente continuarão contribuindo para o desenvolvimento deste Conselho; àqueles que conosco continuarão, deixo a certeza de que continuaremos trabalhando na busca dos objetivos comuns.

Um agradecimento muito especial ao Sr. Presidente José Paulo Cavalcanti Filho, que acima de Presidente é amigo, alguém que participou conosco e que aprendemos a conhecer. V. S^a é alguém com quem aprendemos a conviver e que criou efetivamente um laço e uma relação que transpõe inclusive os limites desta sala.

Eu não poderia também encerrar este momento sem fazer um agradecimento especial a duas pessoas que ao longo desses dois anos e oito meses comigo estiveram permanentemente: a Estela Cruz e o Luiz Nicolaiewsky, que, dando muito de si, colaboraram bastante para que pudéssemos ter posições que de alguma forma viessem a engrandecer o nosso trabalho.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço ao companheiro Paulito.

De minha parte eu queria dizer somente o seguinte: há uma ambivalência estrutural neste Conselho. Não se sabe se ele será o embrião de um órgão de administração da informação do Brasil, como é comum em países de estrutura similar à nossa, onde esse papel cabe não ao Estado, mas à sociedade civil.

A circunstância de ser órgão auxiliar do Congresso Nacional não determina a sua natureza, tanto que o Tribunal de Contas da União é um órgão auxiliar do Congresso Nacional, como este Conselho, mas hoje dotado de uma estrutura tão ampla que tem um volume de poder que freqüentemente contrasta com o próprio Poder do qual ele é órgão auxiliar.

Nesse sentido, busquei interação e promovi reuniões com o Ministério da Justiça, a Secretaria de Defesa Econômica, a Casa Civil, o Ministério das Comunicações, o Ministério dos Esportes, a Anatel, a Secretaria de Comunicação, o Presidente da Câmara dos Deputados e o Presidente do Senado Federal, para dotar o órgão de mínimos de institucionalização.

A alternativa para este Conselho é ser um órgão de repercussão da sociedade civil, uma grande assembléia que vocaliza os debates, os anseios e as

aspirações da sociedade civil. Nesse sentido, todos os debates que foram propostos, todos, sem exceção... Não há um único Conselheiro que tenha apresentado uma moção para discutir qualquer assunto, se ele não tiver sido discutido. Não há um único especialista em tema nenhum que tenha sido sugerido e que não tenhamos ouvido. A sociedade civil, todas as vezes em que se manifestou, foi atendida sempre, no sentido de que, se caminharmos para ser um espaço de debate, que esse debate seja o mais amplo e democrático possível.

É sempre difícil começar essa primeira gestão. O tempo que perdemos com gestões no Senado para evitar entrar com mandato de segurança no Supremo e para aprovar Regimento, o volume de tempo e de esforço com coisas que não têm grandeza é natural no primeiro mandato.

Estou muito satisfeito por termos chegado... Quando estive com o Presidente José Sarney e lhe comuniquei que considerava minha missão finda, devem ser razões absolutamente pessoais. E muito difícil para quem está longe. Vocês todos estão, mais ou menos, aqui perto. Eu estou lá no Nordeste; é muito longe. É tempo demais que se perde. E isso mesmo corresponde a minha formação; essa rotação faz bem à democracia.

Mas quero, ao encerrar, apenas dizer que foi uma honra e um privilégio conviver com tantos amigos como vocês. E encerro esta última reunião desta primeira gestão do Conselho com palavras de “abre porta” de um auto de Natal Pernambucano, que é exatamente o que sinto. Esse auto diz o seguinte: “Senhores donos da casa, Jesus, José e Maria, o baile aqui não termina. O baile aqui principia, do mesmo jeito que o sol se renova todo dia, da mesma forma que a lua quatro vezes se recria, do mesmo tanto que a estrela aponta a rota e nos guia”.

O baile aqui não termina, o baile aqui principia, o Conselho permanece. Na próxima 4^a feira, dia 2 de março, estaremos presentes aqui para dar posse ao novo Conselho. E, quando olhar para essa quadra da vida, considerarei uma honra ter sido o primeiro Presidente do Conselho e um privilégio ter sido companheiro de vocês.

Documento Pertinente à 1ª Reunião (Ordinária), do Conselho de Comunicação Social, Realizada em 21 de fevereiro de 2005, a ser publicado juntamente com a Ata, no Diário do Senado Federal:

1 – LISTA DE PRESENÇA

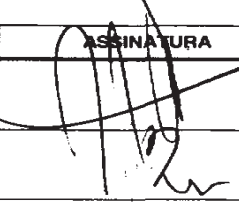
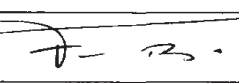
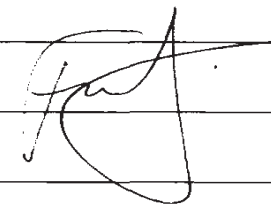
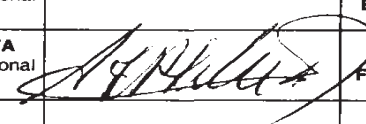


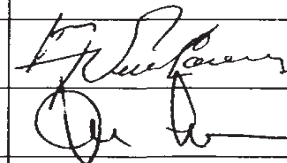
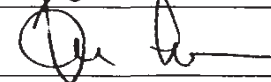
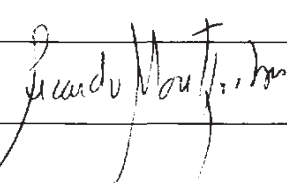
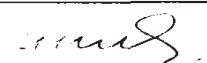
CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

1ª REUNIÃO DE 2005
(ORDINÁRIA)

EM 21 DE FEVEREIRO DE 2005, ÀS 14H,
NA SALA Nº 6 DA ALA SENADOR NILO COELHO

LISTA DE PRESENÇA

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO
Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

	TITULARES	ASSINATURA	SUPLENTES	ASSINATURA
I -	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO Representante das empresas de rádio		EMANUEL SOARES CARNEIRO	
II -	ROBERTO WAGNER MONTEIRO Representante das empresas de televisão		FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ	
III -	JOSÉ ALBERTO FOGAÇA DE MEDEIROS Representante das empresas de imprensa escrita		SIDNEI BASILE	
IV -	FERNANDO BITTENCOURT Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social		MIGUEL CIPOLLA JR.	
V -	DANIEL KOSLOWSKY HERZ Representante da categoria profissional dos jornalistas		FREDERICO BARBOSA GHEDINI	
VI -	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA Representante da categoria profissional dos radialistas		ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON	
VII -	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA Representante da categoria profissional dos artistas		STEPAN NERCESSIAN	
VIII -	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo		ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO	
IX -	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO Representante da sociedade civil		MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA	
IX -	ALBERTO DINES Representante da sociedade civil		ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO	
IX -	JAYME SIROTSKY Representante da sociedade civil		JORGE DA CUNHA LIMA	
IX -	CARLOS CHAGAS Representante da sociedade civil		REGINA DALVA FESTA	
IX -	RICARDO MORETZSOHN - Representante da sociedade civil		ASSUMPTÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE	

Visto: 

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho
 – Representante da sociedade civil) – Está encerrada
 à última sessão deste Conselho.

(Levanta-se a reunião às 17h50min)

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL Nº 36 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das suas atribuições regimentais, conferidas pelo art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

Considerando que o sistema informatizado que controla a base de dados do Histórico Funcional e do Pagamento dos senadores, bem como dos servidores inativos, pensionistas, do Quadro de Pessoal do Senado, é ferramenta básica para o cumprimento das atividades de gestão de recursos humanos;

Considerando que a política de reengenharia e modernização da atual administração do Senado exige o emprego de instrumentos modernos e atualizados, objetivando dar celeridade e pronta informação aos seus usuários;

Considerando estar em curso a implantação de um novo sistema de recursos humanos, para o qual serão migradas as informações dos bancos de dados antigos, **RESOLVE**:

Art. 1º - Instituir Comissão Especial para continuar a implementação dos trabalhos de conferência e correção dos dados atualmente existentes no banco de dados do histórico funcional dos servidores aposentados, assim como para promover a migração desses dados para o novo sistema de recursos humanos, com a seguinte composição:

MATRICULA	NOME
10392	Carlos Alberto da Silva Pinheiro
18561	Marco Antônio José de Souza
25231	Dilmanoel de Araújo Soares
30858	Eufrásio Pereira da Silva
43361	David Alves de Carvalho
43725	Célia Regina França Pessoa
44225	Cleusa Maria Gonçalves Marimon
46350	Marta Idê da Silva
50006	Edgar Sérgio de Souza Coatio
51497	Maria de Fátima Campos Ribeiro
52118	Manoel Euzébio Ribeiro
53068	Nilton Waldir Ferreira da Silva

Art. 2º - Designar o servidor Edgar Sérgio de Souza Coatio para exercer a presidência da presente Comissão.

Art. 3º - Fica estabelecido o prazo de 90 (noventa) dias para a conclusão dos trabalhos.

Senado Federal, 10 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

(*) **ATO DO DIRETOR-GERAL**
N.º 785, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **002.960/05-2**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARA SILVIA PEREIRA MONTEIRO** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Romeu Tuma.

Senado Federal, em 25 de fevereiro de 2005


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

* Republicado por haver saído com incorreções.

(*) **ATO DO DIRETOR-GERAL**
N.º 922 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004018/05-2**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **PAULO JOSÉ CARNEIRO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Demóstenes Torres.

Senado Federal, em 03 de março de 2005


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

* Republicado por haver saído com incorreções.

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1061 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e pelo Ato n.º 04, de 2005, da Comissão Diretora do Senado Federal, e tendo em vista o constante no Processo n.º 003161/05-6,

RESOLVE dispensar o servidor **EDUARDO ZEFREDO GAUCHE**, matrícula 5117, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Manutenção e Eventos da Subsecretaria Técnica de Eletrônica, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço Técnico de Atendimento a Eventos da Subsecretaria Técnica de Manutenção, a partir de 04 de fevereiro de 2005.

Senado Federal, 09 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1062 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e pelo Ato n.º 04, de 2005, da Comissão Diretora do Senado Federal, e tendo em vista o constante no Processo n.º 003158/05-5,

RESOLVE dispensar o servidor **FRANCISCO JOSÉ VASCONCELOS ZARANZA**, matrícula 5014, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Arquivo de Áudio da Subsecretaria Técnica de Eletrônica, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Edições e Cópias da Subsecretaria de Operações, a partir de 04 de fevereiro de 2005.

Senado Federal, 09 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 1063 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 002937/05-0,

RESOLVE designar o servidor GERVÁSIO GONÇALVES DA SILVA, matrícula 3772, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Maguito Vilela, a partir de 01 de fevereiro de 2005.

Senado Federal, 09 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1064 , DE 2005


O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores MARCELO AZEVEDO LARROYED, matrícula nº 4760 e, ESPEDITO MARQUES DE AZEVEDO, matrícula nº 1784, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 003.588/05-0 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 09 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1065 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores **MARCELO AZEVEDO LARROYED**, matrícula nº 4760 e, **ESPEDITO MARQUES DE AZEVEDO**, matrícula nº 1784, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 003.587/05-3 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 09 de março de 2005.

Elaborado por
Edvaldo Pereira
Revisado por
Roberto Oliveira


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 1066 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001701/05-3,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 318, de 2005, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3170, de 04/02/2005, que nomeou **MARCOS TAVARES SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Alberto Silva, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 09 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1067 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003.504/05-0,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **FRANCISCO EDSON RODRIGUES DE LIMA**, matrícula n.º 168625, do cargo, em comissão, de Motorista do Gabinete do Senador Valdir Raupp.

Senado Federal, em 09 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1068 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003.504/05-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SÁVIO DE LIMA CARNEIRO** para exercer o cargo, em comissão, de Motorista do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Valdir Raupp.

Senado Federal, em 09 de março de 2005.

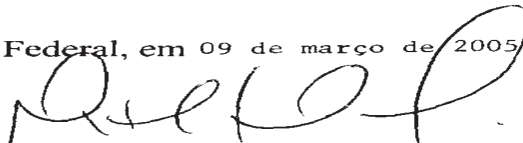

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1069 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003963/05-5,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **TIAGO LEITZKE**, matrícula n.º 182099, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, da Comissão de Educação.

Senado Federal, em 09 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1070 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003.895/05-0,

R E S O L V E exonerar **LUIZ JOSÉ PACHECO VAZ MANSO FILHO**, matrícula n.º 174273, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-1 do Gabinete do Senador Sérgio Guerra e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Senado Federal, em 09 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1071 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003962/05-9**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **CARLOS JOSÉ BARTELLI JÚNIOR**, matrícula n.º 182051, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, da Comissão de Educação.

Senado Federal, em 09 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1072 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003961/05-2**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **JOSÉ TARCIO DE CAMPOS FILHO**, matrícula n.º 172215, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, da Comissão de Educação.

Senado Federal, em 09 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1073 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003.922/05-7,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **SUZANNE CORREA DE QUEIROZ**, matrícula n.º 167797, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete da Liderança do PL.

Senado Federal, em 09 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1074 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003.922/05-7,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA BETÂNIA CORREA DE QUEIROZ SOUZA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PL.

Senado Federal, em 09 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1075 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003.909/05-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **NAPOLEÃO SUASSUNA LAUREANO** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Ney Suassuna.

Senado Federal, em 09 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1076 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003965/05-8**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CARLOS NORBERTO DE SOUZA LAMBACH** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício na Comissão de Educação.

Senado Federal, em 09 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1077 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003964/05-1**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **THELMA DE MORAIS BALDUÍNO ARRAIS DE OLIVEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício na Comissão de Educação.

Senado Federal, em 09 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1078 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003.499/05-7**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIZA SALES COELHO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Quarta Secretaria.

Senado Federal, em 09 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1079 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 004.026/05-5,

R E S O L V E exonerar **ELISABETE TEREZINHA SALVARO BERTOLDI**, matrícula n.º 161.011, do cargo de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Flávio Arns e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-1, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 10 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1080 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 004036/05-0,

R E S O L V E exonerar **GILBERTO GUERRERO JÚNIOR**, matrícula n.º 173128, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-5 do Gabinete do Senador Efraim Moraes e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 10 de março de 2005.

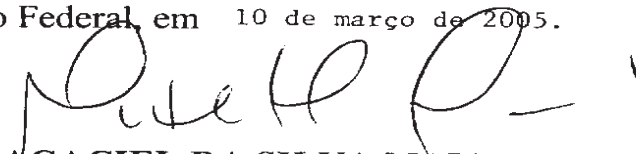

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1081 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 004032/05-5,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **JOÃO BRITO DE GOIS FILHO**, matrícula n.º 166185, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Efraim Morais.

Senado Federal, em 10 de março de 2005.



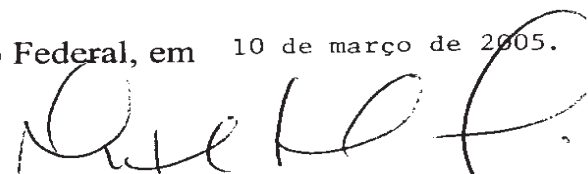
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1082 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 004.023/05-6,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MAURICIO DE SANTA CRUZ ARRUDA**, matrícula n.º 164656, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Flávio Arns.

Senado Federal, em 10 de março de 2005.



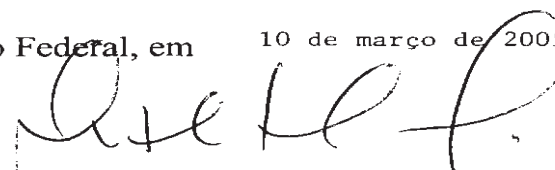
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1083 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 004.025/05-9,

R E S O L V E exonerar **ÂNGELA CRISTINA GOUVÊA GOMES**, matrícula n.º 166525, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-1 do Gabinete do Senador Flávio Arns e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 10 de março de 2005.

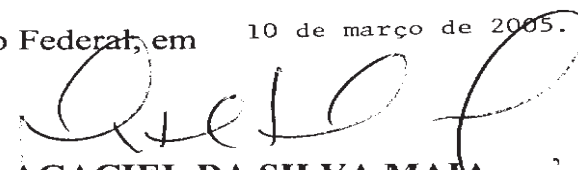

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1084 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 004.028/05-8,

R E S O L V E exonerar **JAIR BONATO**, matrícula n.º 160663, do cargo de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Flávio Arns e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 10 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1085 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 004.027/05-1,

R E S O L V E exonerar **MELISSA SAPATINI**, matrícula n.º 165429, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-5 do Gabinete do Senador Flávio Arns e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 10 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1086 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003997/05-7,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **THAMARA RAMIREZ CARVALHO AMORELLI RIBEIRO PEREIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Tião Viana.

Senado Federal, em 10 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1087 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004.033/05-1**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA PAULA SILVA MAIA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Secretaria.

Senado Federal, em 10 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1088 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004.024/05-2**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ELISA MULLER MEZZADRI OLIVEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Flávio Arns.

Senado Federal, em 10 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1089 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004.040/05-8**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA DAS GRAÇAS NOVAIS PAULO NETO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Secretaria.

Senado Federal, em 10 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1090 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004.041/05-4**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CLÁUDIA VIRGINIA RODRIGUES SILVA DE ARAUJO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Secretaria.

Senado Federal, em 10 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1091 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004.037/05-7**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **DALVA FERREIRA DOS SANTOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Secretaria.

Senado Federal, em 10 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1092 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004.035/05-4**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MICHELLE DE OLIVEIRA MAIA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Secretaria.

Senado Federal, em 10 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1093 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004.034/05-8**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **GLAUBER ALVES SARAIVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Secretaria.

Senado Federal, em 10 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1094 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004.038/05-3**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **FERNANDO LUIZ DA COSTA ARAUJO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Secretaria.

Senado Federal, em 10 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1095 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004.042/05-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **VIVALDO AUGUSTO SOUZA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Secretaria.

Senado Federal, em 10 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1096 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, n uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução d Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n **004.039/05-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso I do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SAULO DE TARSO PRADO QUEIROZ FILHO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistent Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Secretaria.

Senado Federal, em 10 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1097 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 004.022/05-0,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CAROLINE ARNS DE SANTA CRUZ ARRUDA** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Flávio Arns.

Senado Federal, em 10 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1098, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos Atos do Presidente do Senado Federal nºs 181/997, 35/2002 e 58/2003,

RESOLVE:

nomear **CARLOS MICHILIS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar _ AP-6, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Antero Paes de Barros, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 10 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia nove de março de dois mil e cinco, quarta-feira, às dezessete horas, na Sala nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal, da **Comissão Mista** destinada a examinar e emitir parecer sobre a **Medida Provisória Nº 240, de 2005**, adotada em 1º de março de 2005 e publicada no dia 02 do mesmo mês e ano, que **“Dispõe sobre a aplicação dos arts. 5º, 6º, 7º e 8º da Medida Provisória nº 232, de 30 de dezembro de 2004”**, com a presença dos Senhores Deputados Francisco Dornelles, Isaias Silvestre, André Figueiredo e Luiz Carlos Hauly **a reunião não foi realizada por falta de quorum.**

Para constar, foi lavrado o presente TERMO, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 1017), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas, Senado Federal.

Sala das Comissões, 09 de março de 2005.


Sérgio da Fonseca Braga
Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Rosiana Sarney	PSOL	Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PFL	Gilberto Miranda
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
	GOIÁS	S/partido	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PFL	João Ribeiro
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Mário Calixto
	ESPÍRITO SANTO	PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Francisco Pereira	PTB	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUÍ	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Dulcília Ramos Calháo	(Ramal: 3514)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Janice de Carvalho Lima	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3502)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES		
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)
Secretários	CAE Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CFC José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CI Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CRE Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CLP Maria Dulce V de Queirós Campos	(Ramal: 1856)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM
CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA
PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Vago			
Demóstenes Torres	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato: Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Severino Cavalcanti (PP-PB)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT/AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Professor Luizinho (PT-SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL/BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Cristovam Buarque (PT – DF)

Atualizado em 03.03.2005

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)**

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: ARNALDO NISKIER
Vice-Presidente: LUIZ FLÁVIO B. D'URSO

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SOARES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	CELSO AUGUSTO SCHÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

- 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- 2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação
aguardando designação

02 - Comissão de Tecnologia Digital
aguardando designação

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária
aguardando designação

04 - Comissão de TV a Cabo
aguardando designação

05 - Comissão de Concentração na Mídia
aguardando designação

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPPLY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB)	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCA (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)	Vago
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB/ES)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SA (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP)
PPS	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

-

COMPOSIÇÃO

Presidente:

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> PROFESSOR LUIZINHO PT-SP	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL/BA	<u>LÍDER DA MINORIA</u> SÉRGIO GUERRA PSDB-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 03.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311- 5255
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 182 PÁGINAS